

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

26

Estado e Educação

Homem e Sociedade

Ensaio Fotográfico

Trabalhadores em luta

Entrevista

Miriam Limoeiro



**A greve e os limites
da institucionalidade**

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE é uma publicação quadrimestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores. Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES para publicação na próxima edição: veja instruções na página final.

ASSINATURAS e pedidos de números avulsos: utilize o cupom da página final.

Conselho Editorial: Antonio Candido; Antônio Ponciano Bezerra; Carlos Eduardo Malhado Balduino; Décio Garcia Munhoz; Florestan Fernandes (in memoriam); Lauro Campos; Luiz Henrique Schuch; Luiz Pinguelli Rosa; Márcio Antônio de Oliveira; Maria Cristina de Moraes; Maria José Feres Ribeiro; Maurício Tragtemberg (in memoriam); Newton Lima Neto; Oswaldo de Oliveira Maciel; Paulo Freire (in memoriam); Paulo Rizzo; Renato de Oliveira; Sadi Dal Rosso.

Encargatura de Imprensa e Divulgação: José Domingues de Godoi Filho

Coordenação do GTCA: José Domingues de Godoi Filho, Antônio José Valle da Costa e Adriano Severo Figueiró.

Editor: Edmundo Fernandes Dias

Editores Adjuntos: Antônio Ponciano Bezerra e Franci Gomes Cardoso

Secretário Executivo Editorial: Jair Tenório Jatobá

Edição de arte e editoração eletrônica: Dmag Comunicação

Capa e ilustrações: Doriana Madeira (Dmag)

Revisão de textos: Antônio Ponciano Bezerra

Revisão final: Iara Yamamoto

Impressão e acabamento: Copy Service

Tiragem: 3.000 exemplares

REDAÇÃO E ASSINATURAS: ANDES-SN
Secretaria Regional São Paulo. Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J. 374, antiga reitoria, sala ADUSP, Cidade Universitária, São Paulo-SP.
CEP: 05508-900,
Tel. 011-3813-5573, fax: 3814-9321
e-mail: andes.sp@adusp.org.br
Home Page: <http://www.andes.org.br>

A greve e os limites da institucionalidade

- 7 A greve e o limite da institucionalidade.
Lara Lorena Ferreira
- 9 "República dos professores" - perdemos o status, não a dignidade.
Maria Ciavatta
- 17 Fazer política sindical em contexto de criminalização dos movimentos sociais.
Marcelo Badaró Mattos
- 23 Flexibilização trabalhista: engodo de pretensa modernização,
Mauro de Azevedo Menezes
- 32 "O financiamento público para a universidade pública é necessário".
Francisco Miraglia e Soraya Smaili
- 37 Avaliação da greve de 2001, das IFES, pelo CNG.

Universidade, Estado e Educação

- 53 A descoberta (im)prevista: transformar servidores públicos em investidores financeiros.
Ana Elizabete Mota
- 65 Segurança nas universidades públicas: um caso para a polícia?
Maria Aparecida Morgado
- 73 Ensino de história e formação de professores.
Terezinha Alves de Oliva
- 78 Imprensa estudantil: jornais da década de 1930.
Jorge Carvalho do Nascimento
- 83 O crescente interesse do Banco Mundial pela educação no Brasil: razões explicativas.
Alexsandro Sousa Brito

Entrevista: **Miriam Limoeiro Cardoso** 43

Sumário

Homem e Sociedade

- 99 Teoria das ondas longas Kondratiev e a recessão mundial: contra-ofensiva imperialista e estratégia de recolonização.
Valerio Arcary
- 106 Análise crítica do plano diretor da reforma do aparelho do Estado.
Eduardo Alves
- 119 Desenvolvimento e natureza: interpretação e possibilidade de diálogo.
Gilberto Marques
- 129 Os Estados Unidos: começo do fim.
Aluizio Lins Leal

Memória do Movimento Docente

- 143 Entrevista com Raul Guenter.
por Antônio Ponciano Bezerra

Depoimentos

- 147 Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista - entrevista com o tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho.
Por Waldir José Rampinelli
- 152 A Europa, os Estados Unidos e o Brasil de JK apoiaram a ditadura de Oliveira Salazar - Entrevista com o professor Fernando Rosas.
Por Waldir José Rampinelli
- 159 A escola latino-americana frente ao neoliberalismo. Entrevista com Ronald J. Lárez.
Por Jaume Martinez Bonafé. Tradução de Maria da Graça N. Bollmann

Resenhas

- 165 A lei contra a justiça - um mal-estar na cultura brasileira. Morgado, Maria Aparecida. Editora Plano, Brasília, 2001, 175p.
Por Roberto Boaventura

Ensaio Fotográfico 167

Trabalhadores em luta: cenas da democracia brasileira nas ruas.

Institucionalidade: limite ou possibilidade?

Existe um conjunto grande de palavras que determina o comportamento das pessoas no interior de uma dada sociedade. Palavras - nada inocentes - que demarcam o campo do possível, do praticável, do aceitável. Palavras-constituidoras do real, na medida mesma em que possibilitam ou proíbem, apoiam ou reprimem, atualizam ou recalcam.

Cidadania, institucionalidade, greve... Cada qual com sua força semântica e política, com seu interdito ou sua permissão. Quando falamos em cidadania e em institucionalidade, estamos determinando, a um só tempo, tanto uma relação de possibilidades quanto o cerceamento de outras. As palavras-forças não são neutras. Elas expõem concepções de mundo, realidade, política, ciência.

Cidadania é hoje uma palavra mágica. Determinando, como natural, o conjunto dos procedimentos atuais, ela ilegítima as manifestações contraditórias, as tendências antagonistas.

O monarca não coroado, do alto do seu "saber" sociológico, nos afirma isto com clareza: vivemos a "utopia possível". Qualquer um pode, com facilidade, ver o contra-senso aí embutido. O utópico não pode obviamente estar limitado pelo possível. Se aceitamos esta caracterização fatalista "o possível", percebemos o diferente como "impossível", "não racional", "contrário à natureza das coisas". Se acrescentarmos a isso a obviedade de que toda sociedade necessita reproduzir-se, vemos que o discurso do possível é o limite da vontade das forças sociais que comandam a sociedade. Nada tem de natural. Ela é uma forma particular de fazer-viver a política. Se a institucionalidade vigente não pode ser alterada substancialmente, sob pena de sairmos do campo da lei, veremos que todas as vozes discordantes são necessariamente interditáveis de princípio.

A greve é, na realidade, exemplar nesse sentido. Ela é uma alteração do cotidiano da dominação da institucionalidade imposta, por isso, sempre se busca quem serão os prejudicados. E cidadãos de "elevada" consciência "cívica" tratam logo de designar "os cabeças" do movimento, os responsáveis pelo fato de uma massa determinada ser levada a extremos que ela, por si só, não chegaria. A desqualificação da massa é clara: "os cabeças" comandam os "sem cabeça".

Se na ordem privada a greve pode funcionar como um limite ao arbítrio e à acumulação, no setor público, ela é vista como deteriorando as condições de um "serviço público" que, no dia a dia, os governantes vêm procurando destruir de forma a cumprir os ditames do FMI, do Banco Mundial e da OMC. Quem são os "cabeças" é uma pergunta que facilita as coisas para eles, porque desloca a questão. Paranóia? Não. Aliás, a prática decenal de adiar e procrastinar a resolução dos conflitos parece ser a forma ótima para os governantes, embora seja a pior possível para os trabalhadores e para a sociedade.

A institucionalidade e a cidadania, contudo, não são coisas, mas relações. São campos onde as diversas classes, categorias, forças sociais buscam, mesmo considerando a brutal desigualdade de poder, apresentar suas propostas à sociedade. Esta não pode ser resumida ao governo como os dominantes gostariam. Por um golpe de prestidigitação, o governo, porta-voz dos grandes grupos econômicos, aparece como a voz da sociedade, enquanto que aqueles que lutam pelos direitos sociais são apresentados como corporativistas. Este é o segredo da institucionalidade possível.

Quando nosso Sindicato se colocou a consigna "Movimentos Sociais e Universidade: a mesma luta", ele afirmou que outras formas de relação entre governantes e governados eram possíveis e necessárias. Para além dos limites do possível-fatal, as greves das Universidades e da Educação afirmam novo programa. Afirmam a necessidade de uma nova sociedade: a socialista.

Este número traz valiosas compreensões sobre o conjunto das lutas e das alternativas que se apresentam para nossa sociedade. Que a leitura destes artigos e das fotos estimule a toda(o)s a produção de novos conhecimentos e de uma nova forma de viver politicamente, de viver como coletivo de individualidades desenvolvidas e não como reunião de individualismos que recusem a construção social.

A greve e os limites da institucionalidade



Lara Lorena Ferreira *

A greve e o limite da institucionalidade



Não é o objetivo, neste breve ensaio, trazer à colação o histórico das disposições legais que já trataram sobre a greve dos servidores públicos no Brasil, para melhor contextualização do problema, ou fazer um estudo comparado do direito de greve, já que o espaço não permitiria. Assim, o foco dessa análise passa a ser mais pontual e centralizado no atual cenário institucional e no conflito que a ausência da norma regulamentadora desse exercício de direitos acarreta.

No que concerne à Administração Pública Direta e Indireta, dispõe o arti-

go 37, inciso VII, da Constituição Federal pátria: *"o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica"*. Desde a promulgação de nossa Constituição, bem como da Emenda Constitucional nº 19/98, o tema do exercício do direito de greve tem colecionado muita polêmica doutrinária e jurisprudencial. Vários juristas já se debruçaram sobre a questão e nossos tribunais não permaneceram à margem do debate.

Um breve panorama sobre as posições atuais tomadas pelos operadores do Direito, sem delinear os argumentos envolvidos, se faz necessário. Defendem alguns doutrinadores a eficá-

cia contida da norma acima transcrita, reconhecendo nela a possibilidade do exercício do direito de greve mesmo antes da edição de lei, e que seria regulada dentro da esfera do poder discricionário do Poder Público. Há quem defenda ainda que esta lei deve se revestir sob a forma de lei complementar para a aplicabilidade do dispositivo constitucional; outros, apenas de lei ordinária. Por outro lado, o Supremo Tribunal Federal (STF) defende a posição da inviabilidade do exercício do direito de greve dos servidores públicos, enquanto a norma não for regulamentada por lei. Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem enten-

dimento majoritário de que o exercício do direito de greve pode ser exercido amplamente, mesmo sem a regulamentação do inciso VII, artigo 37 da CF, porém, com a restrição do desconto dos dias parados enquanto a norma infra-constitucional não sobrevier.

Toda essa discussão se torna ultrapassada à medida que, nesta matéria, os cidadãos não têm sucesso efetivo na garantia de seus direitos, mesmo recorrendo aos instrumentos constitucionais disponíveis para dar aplicabilidade a direitos e garantias individuais, tal como o mandado de injunção.

Na realidade, o cidadão vem sendo penalizado pela inércia do Poder Público, e os instrumentos constitucionais à sua disposição, embora acionados, se mostram totalmente inócuos. O mandado de injunção, garantia constitucional do cidadão sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos, tem se tornado obsoleto, visto que não cumpre seu papel, em parte, em razão do próprio Poder Judiciário. Se o Poder Legislativo não realiza seu trabalho ordinário, de elaboração de leis, cabe ao Poder Judiciário, no caso o Supremo Tribunal Federal, assumir a responsabilidade de suprir tal lacuna no caso em concreto, conforme diretriz constitucional, saindo da posição passiva que assumiu quanto ao problema em tela, de não reconhecer o direito de greve enquanto a lei infra-constitucional não for editada.

Ora, a discussão é de fato ultrapassada, não cabendo mais argüir se depende ou não de elaboração de lei para o pleno exercício do direito de greve porque, uma vez tendo sido o Poder Público chamado, como o foi nesta matéria, por via do mandado de injunção, a cumprir sua função de editar a lei, e permanece até então sem tê-lo feito, o ônus se transfere ao Poder Público, e não ao cidadão. Este é um passo à frente da discussão em pauta. A despeito da tímida posição que o STF assumiu nesse caso, não impondo

O cidadão vem sendo penalizado pela inércia do Poder Público, e os instrumentos constitucionais à sua disposição, embora acionados, se mostram totalmente inócuos

sanção ao Legislativo, em caso da não elaboração de lei, não pode mais o cidadão ver seu direito constitucional, legítimo, constrangido em virtude da ineficiência do Poder Público, ou ainda, da falta de interesse político de elaboração de determinadas leis.

A polêmica que cerca a questão do direito de greve do servidor público ocorre não somente pelos interesses em pauta, mas também porque envolvem direitos que estão nas paixões do ser humano. O direito de greve acaba sendo um desdobramento de direitos individuais, como o direito à liberdade, à igualdade, de associação e de direitos políticos à medida que a greve constitui um instrumento democrático a serviço da cidadania.

A posição adotada pelo STF e a inércia do Poder Legislativo podem, num primeiro momento, trabalhar a favor de uma determinada convicção, mas terminam agindo contra a própria Constituição e colocando em xeque as instituições públicas que, constantemente, se defrontam com o problema da greve.

A instituição pública que enfrenta uma greve entre seus servidores, sem o respaldo legal para equacionar o problema, tem como contrapartida para reprimir a greve a ameaça do uso da sua autoridade para cortar funcionários ou a folha de pagamento, ou ainda, autorizar o emprego da violência física, concentrada nas mãos do monopólio estatal, deflagrando então nessas ações toda a mácula da falta de tradição democrática que os anos de repressão nos impuseram, levando a instituição pública ao descrédito e, por vezes, à antipatia da sociedade.

Dessa forma, a instituição pública

sempre tem muito a perder. A falta de respaldo legal para intermediar essa situação, cuja ausência, tal como dissemos, inicialmente, pode parecer interessante, sob uma determinada perspectiva política, se revela deletéria à instituição, havendo desgaste sob todos os aspectos da mesma e das autoridades administrativas envolvidas que, ao mesmo tempo, devem lidar com os prejuízos que a falta do serviço público acarreta, com a insatisfação dos funcionários, com a opinião pública e com a pressão de autoridades administrativas superiores. Contudo, nesse caso, o problema criado para a instituição pública não reverte a favor do servidor que também, sem a regulamentação da lei, arca com o ônus de permanecer à mercê do poder discricionário da autoridade administrativa da instituição. Afinal, quem sai ganhando nessa situação?

O problema da greve no serviço público é ainda maior por se realizar como uma desobediência civil direta ao Estado, diferentemente de greve dos trabalhadores que agem contra empresas. Como tratar esses desobedientes civis? Penalizando suas ações, mesmo sendo legítimas? O exercício do direito de greve representa assim o limite da cidadania e o instrumento mais adequado para ela se impor. É, neste sentido, um teste à democracia no país, e, na prática, um teste aos dirigentes das instituições públicas, que devem perseguir a consolidação dessa democracia.

** Lara Lorena Ferreira é advogada da Associação dos Docentes da USP e mestranda em Filosofia do Direito, na PUC-SP*

Maria Ciavatta ¹

“República dos professores” - perdemos o status, não a dignidade”

“Professores em greve para não apagar o futuro”. ²

Introdução

Causou polêmica a manifestação de um jovem estudante universitário mostrando descrença e descaço para com o regime “democrático” de nosso país. Seu argumento era o que já está vigente, é o “sistema de mercado”. Seu pensamento não surpreende diante da sociedade competitiva e agressiva que se instala no país, alimentada pela mídia, pelo desemprego e pela violência do dia-a-dia nas grandes cidades. O que surpreende é que ele não parece distinguir um regime “democrático” (mesmo entre aspas) de um sistema de força, como as ditaduras vividas, com todos os seus tormentos, pelos brasileiros das gerações anteriores à sua.

A violência simbólica dos meios de comunicação, a ditadura da moda e do consumo, da compra e venda da consciência política e a violência real da repressão aos pobres que perturbam a ordem pública com a venda de quinquilharias, com os pequenos furtos, com sua fome incômoda, não devem ser muito diferentes para quem tem vinte anos e só conhece este mundo ou o Primeiro Mundo que tem suas próprias violências. Mas, para quem está na universidade tentando



trabalhar com valores diferentes do consumismo e da violência institucional, surpreende a “nova cultura” interiorizada sem um gesto de recusa, como uma fatalidade absolutamente normal.

Esta reflexão parte desse fenômeno mas não se detém nele, diretamente. Nós, professores das universidades públicas e servidores públicos de várias categorias, fomos levados à greve que sói consumir nossas melhores energias. Fomos levados à greve pela intransigência de governantes autoritários, intransigentes e ciosos do pagamento da especulação financeira que caracteriza as dívidas externa e interna. Insensíveis às reais necessidades de sobrevivência dos trabalhadores assalariados e da importância da instituição pública, mostram desdém para com os professores e à produção do conhecimento que deve alimentar a qualidade de vida, a educação e a democracia no país. Neste breve texto, primeiro, queremos recuperar algumas declarações durante o movimento que manteve os professores das instituições federais de ensino superior em greve, durante 107 dias (de agosto a dezembro); em segundo lugar, refletir sobre o lugar dos professores na sociedade e, particularmente, nas universidades públicas no Brasil, objeto final destas reflexões que tem como pano de fundo a “esperan-

Fomos levados à greve pela intransigência de governantes autoritários, intransigentes e ciosos do pagamento da especulação financeira que caracteriza as dívidas externa e interna.

ça equilibrista” na “República dos Professores”.³

Os professores, coitados?!

Diz o samba popular carioca “quem é você que não sabe o que diz, meu Deus do céu que palpíte infeliz!” Foi com este sentimento de espanto que os professores universitários comentavam na manhã seguinte à declaração⁴ do ex-professor homenageado com o título doctor honoris causa em universidades de várias partes do mundo, “príncipe dos sociólogos”, autor de importantes livros no passado, ex-aluno de grandes mestres da intelectualidade brasileira e, depois, mestre, ele mesmo, de gerações de intelectuais, colega de muitos professores, da Universidade de São Paulo e de outras grandes universidades.

Como tudo na vida, mesmo de um “palpite infeliz” é possível extrair lições. A primeira delas é a reflexão sobre o que é ser professor. A segunda é sobre a relação ensino e pesquisa na universidade.

Sobre a primeira questão, discutindo a greve em curso e as palavras do Pre-

sidente, recolhemos vários depoimentos. Pessoas das gerações 50 e 60 lembravam o status de professor na sociedade brasileira. Era figura de honra nas comemorações, pessoa importante ouvida com deferência pela cultura, conhecimentos e experiência, a quem eram confiados os filhos na escola que era, como os professores, instituições respeitadas na sociedade.

Os mais novos, nascidos sob o impacto das novas tecnologias e da comunicação, viam os professores como aqueles que, por seu adentramento nos estudos das diversas áreas do saber, não apenas devem transmitir conhecimentos, mas ser portadores da reflexão e do diálogo.

Para alguns, ser professor é uma profissão de fé, não apenas um emprego, um trabalho como outro qualquer. Deve ter o espírito crítico e o discernimento sobre os valores a serem preservados nas novas gerações. Nada se compara na formação de alguém como ter bons professores, alguém que goste de estudar, que prepare bem as aulas, que disponha de seu tempo para orientar os alunos, que não espere retorno imediato porque nem todos os alunos são gratificantes.

O exame histórico da profissão, no quadro luso-brasileiro,⁵ mostra, em primeiro lugar, a origem “missionária” da profissão, herdada da latinidade via o sistema de ensino dos jesuítas e a atividade docente do clero. Em segundo lugar, desde antes da expulsão dos jesuítas, no século XVIII, começa a se processar a profissionalização do docente. As famílias ou os municípios mantinham os professores. Estes, nem



sempre, repassavam os recursos dos impostos cobrados (o “subsídio literário”), os régios ordenados que permitissem aos professores “decente honestidade de habitação e de independência”.⁶

Com o sistema de “aulas régias”, autorizadas pela Coroa, cria-se o professor “público” que dava aulas nas escolas de meninos e meninas ou em casa e “passa a ser pago através de estruturas administrativas estatais e delas fica dependente sob o ponto de vista burocrático, pedagógico e disciplinar”. Os lugares docentes passam a ser preenchidos por concurso e os professores classificados em efetivos ou substituto por dois ou três anos. Entretanto, a afirmação histórica da categoria como classe profissional se daria bem mais tarde, pelo sindicalismo docente e pelo avanço das “ciências da educação”.

A partir dos anos 70, no Brasil, os professores começaram o processo de unificação de suas lutas com outras categorias profissionais que atuam nas escolas (funcionários administrativos, serventes) e na sociedade. Explicita-se “a vinculação das lutas pela democratização da educação e pela organização dos professores com as lutas dos trabalhadores”. No plano político-organizativo, nas palavras de Florestan Fernandes, teriam passado de “funcionários da burguesia a trabalhadores da educação”.⁷

Contraditoriamente, ao nos tornarmos trabalhadores assalariados, autodenominados trabalhadores da educação, somos alvo do cerceamento do direito de greve previsto na Constitui-



ção Federal de 1988. Sob o pretexto de regulamentar o direito de greve, o Governo pretende aplicar a nós uma lei de greve similar à do sistema produtivo. Irônica e autoritariamente, a medida provisória elaborada para punir os grevistas interfere em nossa liberdade e autonomia, campo fundamental para o conhecimento. Se aplicada, a atividade docente passa a ser regulada não pela esfera pública que lhe é atinente, mas pela esfera do capital.

Quanto ao “ofício de professor”, segundo os estudiosos,⁸ estão se processando mudanças que dizem respeito ao questionamento da identidade do professor, que vê seu papel diminuído pela intervenção de outros profissionais na instituição escolar (psicólogos, animadores etc.). Ao mesmo tempo, ele é chamado a ampliar sua atividade com funções organizativas e a compartilhar a atividade docente com outros especialistas, a dividir o trabalho com equipes educativas em diversos níveis de ensino.

No quadro atual brasileiro, ser professor supõe qualificação, experiência, atualização permanente, principalmen-

te porque há muita informação nova na *Internet*, competição entre os pares, sistemas quantitativos de avaliação. Mas, no nível universitário, a atualização e a produtividade requeridas entram em conflito com o discurso contraditório da valorização do professor e o aligeiramento de sua formação, os salários rebaixados, a substituição dos concursos públicos plenos por contratos precários de um até dois anos, para professores substitutos horistas.

Exemplo dessa ambigüidade da política governamental é também a disseminação de cursos ditos superiores em tempo breve de dois anos, conteúdos reduzidos das ciências humanas e sociais e dos fundamentos filosóficos e históricos da cultura e da educação. Referimo-nos, especificamente, à tentativa de proibição aos cursos de pedagogia de formar professores (Decreto no. 3.276/99), à atenuação do mesmo decreto sob a pressão dos movimentos sociais organizados (Decreto no. 3.554/00), e à criação dos Institutos Superiores de Educação (Resolução no. 01/99, do Conselho Nacional de Educação) que regulamentam a LDB no. 9.394/96, prevendo a formação de professores do ensino básico em nível superior até o final da Década da Educação, dezembro de 2007.⁹

Aos professores, principalmente os universitários, exige-se que faça o vínculo entre a razão, a palavra e o pensa-

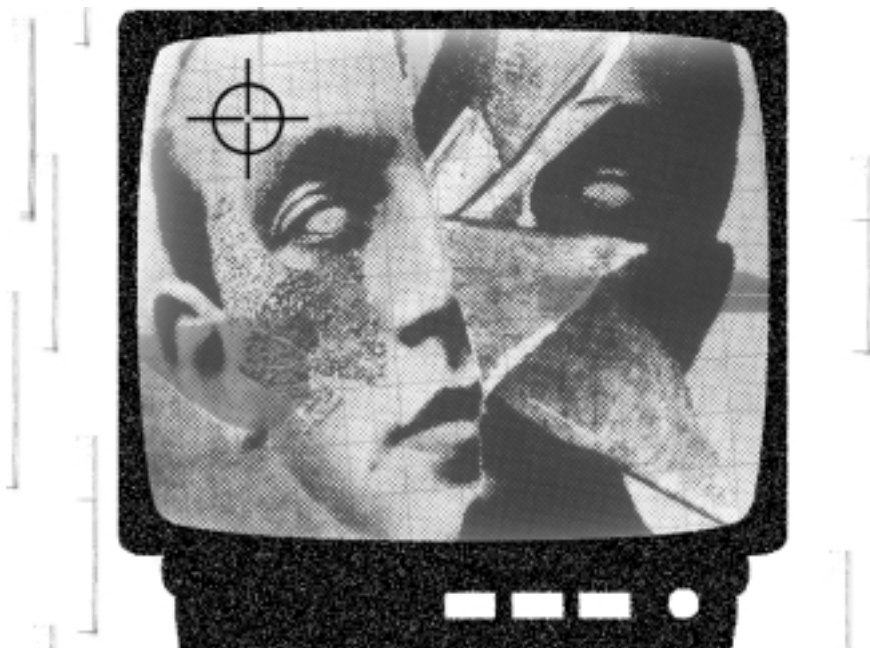
No nível universitário, a atualização e a produtividade requeridas entram em conflito com o discurso contraditório da valorização do professor e o aligeiramento de sua formação

mento, e a sociedade dos dois terços de excluídos.¹⁰ O que nos leva a pensar, diante do suposto esgotamento da razão e da política, que devemos desentranhar, “com nossas vidas, outras formas de política, só viáveis se formos capazes de forjar conceitos fecundantes de uma realidade mais incluyente, mais plural e mais solidária”.¹¹

Quanto à segunda reflexão, acima proposta, a relação entre o ensino e a pesquisa na carreira do professor, os depoimentos ouvidos e as manifestações escritas são no sentido de que os bons professores fazem pesquisa e conseguem estabelecer diálogos enriquecedores. A pesquisa evita um ensino livresco e repetitivo, alimenta e alarga a compreensão da realidade inerente à atividade docente.

Alguns cientistas e professores se manifestaram claramente ofendidos com as palavras do Presidente: “Em qualquer país decente, a profissão de professor é honrada, seja ele do ensino fundamental, médio ou superior. Menosprezar o professor é um atentado contra a civilização que é transmitida pelos docentes. Só nos países mais primitivos e brancos não é assim”. A exemplo de outros adjetivos como vagabundos para os aposentados, neobobos para os que se opunham às políticas neoliberais de seu governo, “esta declaração desqualifica o trabalho e a profissão do professor. Nós também produzimos conhecimento e saber. A carreira de professor transcende a própria ciência. Sou assistente social. Não produzo ciência, mas contribuo para o pensamento crítico da sociedade”.¹²

Outros chamaram a atenção para o projeto político-educacional em curso no Brasil: “A universidade é uma instituição que se caracteriza por unir o ensino à pesquisa. Fernando Henrique parece estar adotando a visão do Banco Mundial de que as escolas da América Latina têm de ser escolas apenas



para ensinar e não devem fazer pesquisa porque são escolas do Terceiro Mundo. Grandes pesquisadores são grandes professores”.¹³ Trata-se de uma política que induz à separação entre o ensino e a pesquisa, à diversificação das instituições entre poucas de excelência, destinadas à produzir pesquisa, com apoio institucional, e aquelas de massa, escolões, com professores horistas, destinados ao ensino de graduação, como fazia prever o Projeto de Emprego Público,¹⁴ barrado neste momento pela ampla mobilização e greve dos docentes.

Uma investigação realizada no final dos anos 80, examinou a indissociabilidade do ensino e da pesquisa (prevista no art. 2º. da Lei 5.540/68), em uma universidade pública em algumas áreas do conhecimento (Biologia, Física, Letras e Ciências Sociais).¹⁵ Alguns aspectos são de especial interesse para nossa reflexão, não tanto por sua originalidade, mas pelo alerta para a permanência histórica da falta de um projeto institucional de valorização da pesquisa e da atividade docente.

Dentro das condições de implantação da lei mencionada, a meta da excelência da indissociabilidade entre o

ensino e a pesquisa não se realizou. Apesar da perspectiva promissora das grandes universidades, a maioria das instituições não se manteve à margem do processo, seja por incompetência ou por imediatismo de objetivos.¹⁶ Outras, por não terem equipes produzindo segundo os padrões exigidos pelas agências financiadoras, não puderam pleitear recursos e reforçam o círculo vicioso de quadros docentes com pouca ou nenhuma dedicação à pesquisa. Acrescente-se o fato da grande expansão do ensino privado, a partir da década de 60, e a existência de mais de 2/3 das instituições de ensino superior serem privadas.

Também há diferenças entre as áreas de saber pesquisadas. Elas têm origem e histórias distintas, com níveis de desenvolvimento e institucionalização diferenciados. O que, em parte, também é fruto da criação de muitas universidades, a partir da união de faculdades e institutos isolados, que traziam apenas a estrutura de ensino. A indissociabilidade do ensino e da pesquisa, enquanto projeto institucional, “implica relações de poder e constitui uma expressão simbólica” ligada diretamente à história da instituição.

Quanto aos professores entrevistados pelos pesquisadores, verificou-se que as atividades de pesquisa não são percebidas como um “preceito de lei, mas como uma prática que pode ser melhor compreendida como a expressão de um *ethos* e de uma visão de mundo, internalizadas através de símbolos e processos socializadores, cuja base principal, na grande maioria dos casos, foi a relação tutorial professor-aluno”. (op. cit., p. 13).

Ambas as funções, ensino e pesquisa, concorrem para a reprodução do conhecimento. Mas a produção crítica do saber não tem a mesma demanda da função reprodutora que supõe uma postura acrítica e de conformidade, enquanto a função crítica implica a possibilidade de contrapor-se aos interesses contraditórios obscurecidos pelas ideologias de legitimação daqueles que detêm o poder.¹⁷

Universidades públicas para quê?¹⁸

As universidades públicas são as mais atingidas pela crise do ensino superior no Brasil. A elas estão sendo negados os recursos suficientes para o desempenho de suas atividades-fins, o ensino e a pesquisa e, complementarmente, a extensão, ao mesmo tempo em que se pratica a política de privatização do ensino pelo crescimento das instituições particulares. Em entrevista, durante o período de greve, o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, declarou que “A sociedade brasileira vai ter que decidir se ela vai querer financiar o sistema [público] no futuro”. E previu o fim do ensino gratuito, acrescentando que o atual sistema “em cinco ou seis anos se esgota”.¹⁹

A questão orçamentária é o pano de fundo da institucionalização das condições precárias da atividade docente nas universidades públicas federais. Segundo Amaral, estudioso do assun-

to, “desde 1988, o maior orçamento - com relação ao Fundo Público Federal (FPF) e ao PIB - é de 89 (ano em que as Ifes receberam R\$ 9.427 bilhões, em valores corrigidos). Depois houve queda violenta até 92, ano do *impeachment* de Collor. Esses números voltam a subir até 1995, para R\$ 7.670 bilhões - reflexo do governo Itamar Franco -, mas não chegaram aos índices de 89. Desde o início do governo FHC, o orçamento teve queda lenta e diminuiu 15% no período”, o que significa um estratégia para levar as Ifes à captação de recursos no mercado.²⁰

Opera-se o desmonte progressivo da capacidade das instituições e de seus profissionais, de oferecer ensino e desenvolver a pesquisa e a extensão dentro dos padrões de qualidade que a sociedade tem o direito de exigir.

No entanto e apesar disso, são as universidades públicas, por terem professores mestres e doutores e tempo de dedicação à pesquisa, que respondem por cerca de 80% da produção científica no país. E, em meio à greve, o Exame Nacional de Cursos, o polêmico “Provão” destinado aos egressos do ensino superior em diferentes cursos, confirmava o desempenho superior dos alunos provenientes de cursos das instituições públicas de ensino superior.

A crise que atinge o ensino superior público deve ser localizada, principalmente, no contexto da reforma do Estado e do uso do fundo público. Trata-se, primeiro, da passagem de um Estado provedor a Estado coordenador

mas que não quer oferecer serviços; em segundo lugar, trata-se do uso do fundo público, alocando-o a instituições públicas ou privadas que ofereçam serviços a uma população que não tem como pagar. Na prática, isto significa a possibilidade de repassar alguns serviços totalmente para a iniciativa privada, e apenas subsidiar outros, a exemplo das universidades que devem captar recursos no mercado.

A gênese mais recente dessa situação que atinge, particularmente, as universidades públicas federais, está no ajuste estrutural que o Governo vem promovendo em todos os níveis, através de reformas, dentro de um projeto claramente subordinado à nova ordem internacional e aos processos de globalização associados às políticas neoliberais. Estas mudanças estão pautadas pela idéia do Estado mínimo e de sua desobrigação para com os serviços sociais e, conseqüentemente, sua privatização pela desregulamentação, pela descentralização com o repasse de responsabilidade na captação de recursos, embora mantendo o poder centralizado, avaliador e coordenador. No quadro empobrecido da população brasileira, estas mudanças sinalizam maior desagregação e exclusão social.

No âmbito do ensino superior, estas reformas, apoiadas em forte vontade política, detalhados instrumentos jurídicos produzidos pelo Executivo e recursos externos estão conduzindo a um processo de regressão na democratização do conhecimento nas diversas regiões do país. Opera-se o desmonte progressivo da capacidade das instituições e de seus profissionais, de oferecer ensino e desenvolver a pesquisa e a extensão dentro dos padrões de qualidade que a sociedade tem o direito de exigir.

É um desmonte molecular através dos baixos salários, da perda de poder

aquisitivo para atualizar-se, da extinção das vagas dos professores (titulados) que se aposentam, da contratação de jovens professores substitutos sob vínculos precários, sem voto nos departamentos, sem tempo para pesquisa e sem apoio institucional para prosseguir sua formação. Sob o signo do mercado e da privatização, compromete-se a formação crítica das novas gerações que devem constituir os qua-

“eficiência social”, faz-se a manipulação das massas pelo monopólio dos meios de comunicação.

Em oposição ao seu controle, através de um Estado forte, do poder centralizado e de sua integração pelas velhas formas políticas clientelísticas, Gramsci defendia que “uma nova civilização só poderia vir à luz pelo ingresso na história das massas livre e democraticamente organizadas”. Diferente

Neste contexto, a democracia torna-se um fetiche que aparenta ser uma coisa e é outra, mas da qual o imaginário político não pode prescindir. Assim se explicaria que uma medida tão acertada (e tardia) como a tentativa de universalização do ensino fundamental, que o Governo promete levar adiante, seja contraposta à redução/extinção, privatização do ensino médio técnico público e à privatização/ensino pago das universidades públicas, com uma argumentação indefensável de falta de recursos, quando a ditadura do mercado financeiro consome bilhões.

Algumas idéias básicas balizam os limites da democracia. Primeiro, quaisquer que sejam os valores norteadores de uma sociedade e as formas de governo assumidas por sua organização política, ela tem por base uma sociedade concreta. Segundo, as estruturas de legitimação de uma sociedade, o pensamento político, as formas ideológicas, com que se apresentam os governos, são sempre mais aparentes que as condições de base (as relações sociais de produção) em que se fundamentam ou que lhes dão origem. Terceiro, a forma de organização política mais avançada que conhecemos, a democracia, é a forma mais frágil, exatamente porque supõe a expressão das condições concretas, contraditórias da vida social, dos interesses de grupos e de classes sociais. Quarto, a democracia não é um conceito de igualdade universal (como faz crer a doutrina política liberal e sua resignificação, o neoliberalismo), mas de desigualdade real e de conflitos que devem ser administrados segundo parâmetros que podem ser mais ou ser menos igualitários.

Quem deve arcar com os custos da educação? Ainda não chegou ao Brasil sequer o ideário da burguesia industrial dos países hoje desenvolvidos,



dos mais preparados do país, e reduz-se a possibilidade de um mínimo de soberania que a produção do conhecimento pode assegurar à solução dos problemas brasileiros.

A análise crítica da universidade brasileira, para prestar um serviço ao país, deve apontar as disfunções e os entraves de ordem política que prejudicam o desempenho desta instituição, mas também situar estes problemas no âmbito mais amplo de projetos societários alternativos do país e de sua inserção internacional. De forma breve, nos deteremos apenas na questão da democracia e da educação.

O povo, entendido como massa ou massas populares, historicamente, sempre representou uma ameaça à ordem social e uma preocupação para as elites. A solução tradicional de submetê-lo pela persuasão e/ou pela força é uma constante na história da humanidade. Hoje, com muito mais

defensores das políticas neoliberais hoje, ele estava convencido de que somente pelo desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade e de uma ação política para elevar a condição “moral e intelectual” das massas seria possível chegar a uma sociedade que pudesse humanizar-se e autogovernar-se.

Este pensamento, que permanece atual como no tempo de sua concepção, supõe a democratização do acesso aos bens materiais e da cultura, o que sempre foi uma contramão da história em um país de base político-social escravocrata como é o Brasil. E o é ainda mais hoje quando se acentuam todas as formas de elitização sob a ação do mercado globalizado onde até a produção de massa, do modelo fordista, tende a ser cada vez mais substituída pela produção de qualidade, para os poucos privilegiados que podem pagar.

que organizou o Estado para suprir as carências “morais e intelectuais” dos filhos da classe trabalhadora, formando o cidadão através de uma educação elementar obrigatória, gratuita, professores remunerados e respeitados, prédios e equipamentos escolares condizentes com a função. Diante do crescimento populacional e de seu empobrecimento, o Estado brasileiro busca transferir para o setor privado a tarefa de educar. Isso tanto se faz pela adoção de escolas pelas empresas, pela imposição do padrão empresarial de gerência e de qualidade total em todos os níveis, quanto por sistemas mal divulgados de incentivos e bolsas de estudo para as instituições privadas.

Esta desfiguração da responsabilidade da esfera pública tem uma dupla consequência: a educação deixa de ser concebida como um direito subjetivo inalineável e condição da cidadania efetiva e transforma-se em um “bem qualquer”, um serviço que se compra no mercado. As parcerias, os apadrinhamentos estimulam uma história das “elites do atraso” que tomam o descontínuo e parco apoio à educação e à cultura como forma de fugir ou de mascarar sua obrigação de impostos na construção do fundo público. Como consequência, como advertiu Florestan Fernandes, chegamos ao final do século XX sem um efetivo e democrático sistema público de ensino.

Falida a escola elementar pública na tarefa de humanizar para a complexidade do mundo moderno, e levada à falência a universidade pública pela carência de recursos materiais e humanos, o recurso à privatização não interfere na formação das elites mas aumenta a exclusão daqueles que buscam emergir do analfabetismo literal, político e social. Se é certo que o ensino superior é “ensino de elite”, que exige “motivação para a abstração e o esforço adicional de operar no

Não apenas os brancos e os ricos, mas também os negros e os pobres logram ser bons profissionais e contribuir para o avanço do conhecimento.

espaço da criação intelectual e científica”, nas palavras de C. M. Castro, é certo, também, que sob um regime democrático, quando são dadas as oportunidades de uma boa escolarização em todos os níveis, não apenas os brancos e os ricos, mas também os negros e os pobres logram ser bons profissionais e contribuir para o avanço do conhecimento. É desnecessário citar, a história é rica de exemplos, em todas as épocas. Mas, para tanto, é preciso democratizar o acesso e, principalmente, a permanência dos jovens de todas as classes sociais com suas experiências culturais particulares, com a vivência de problemas e soluções diferenciados. É preciso ter um projeto de país e ações coerentes para um desenvolvimento econômico e social que seja também desenvolvimento cultural.

Este é o objetivo prioritário da universidade pública: ampliar sua área de conhecimento e de ação no sentido de por em movimento um projeto de país que não seja apenas uma série de planos econômicos, mas um projeto responsável de formação para a ciência e para a cidadania. Este deve incluir a produção do conhecimento que contribua para a solução dos problemas do país e para o resgate do povo brasileiro, oferecendo à grande massa secular dos desamparados os meios de vida, de esperança e de dignidade.

Considerações finais²¹

A nós professores, que perdemos o

status de mestres e de profissionais respeitados nesta sociedade, mas não perdemos a consciência da dignidade de nossa profissão, cabe velar pela boa formação das crianças e jovens que nos são confiados e resistir à desestruturação insidiosa do Estado de direito. “A cada um com suas armas”, dizia Antonio Cândido, “e nossas armas, como intelectuais, são as palavras”.²² Mas as palavras não são signos vazios, elas são sentidos e significados que movem a consciência, inspiram ações e instauram novas formas de se inserir na realidade.

A nós é dada a opção privilegiada de resistir pela palavra, pelo diálogo e pelas ações a todas as formas de desumanização que a vaidade, a prepotência e o poder engendram. Ser professor é investir no horizonte. Podemos até ter as pequenas alegrias do retorno que nos dão nossos alunos bem sucedidos no seu aprendizado, na sua experiência de vida. Mas nosso investimento maior é no mundo a que aspiramos construir para as novas gerações, onde prevaleçam os valores da ética, da justiça social e da dignidade da vida humana. Já não basta a democracia representativa dos interesses de uma elite, lutamos pelo reconhecimento do direito de todos aos benefícios da riqueza social.

Rio, jan. 2002.

NOTAS:

1. Licenciada em Filosofia, Doutora em Ciências Humanas, Professora Titular da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. ciavatta@alternex.com.br
2. Jornal da ADUFF-SS do ANDES-SN, out. 2001.
3. Estabelecida pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso/ex-USP, o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza/ex-UNICAMP, a ex-Secretaria e a atual Secretária de Ensino Superior, respectivamente, Eunice Durham/USP e Maria Helena

- Guimarães/formada pela UNICAMP, o Coordenador da CAPES, Abílio Baeta Neves/UFGRS, os membros ou ex-membros do Conselho Nacional de Educação Silke Weber/UFPe, José Carlos Almeida da Silva/ex-UFBa, Rose Neubauer/USP, Lauro Zibas Zimmer/Universidade Estácio de Sá, Yugo Okida/UNIP (Objetivo), Carlos Alberto Serpa de Oliveira/CESGRANRIO e ex-UGF, Antonio McDowell Figueirido/ UFRJ, Artur Roquete de Macedo/ CESGRANRIO e ex-UNESP, além dos membros de outras pastas do Governo, também professores ou ex-professores. Apud Costa, Cristina e Carvalho, Priscila. Seleto grupo. Caros Amigos, São Paulo, Edição Especial, (9):20-1, nov. 2001.
4. "Mas se a pessoa não consegue produzir, coitada, vai ser professor. Então fica a angústia: se vai ter um nome na praça ou se vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem". Governo recua e paga. O Globo, O país, Rio de Janeiro, quarta-feira, 28 de novembro de 2001, 2a. edição, p. 3; Pérola. Caros Amigos, São Paulo, ano V, no. 58, p. 27. Declaração do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quando falava da própria experiência como professor do Institut for Advanced Studies da Princeton University, nos Estados Unidos.
5. Fernandes, Rogério. Ofício de professor: o fim e o começo dos paradigmas. In: Sousa, Cynthia P. e Catani, Denise (orgs.). Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1998, p. p. 1-20.
6. Holanda, Sérgio Buarque (org.). História geral da civilização. Tomo I. A época colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, p. 85; Fernandes, op. cit., p. 9.
7. Franco, Maria Ciavatta e Frigotto, Gaudêncio. Editorial. De profissional da burguesia a trabalhador da educação. Contexto & Educação, Revista de Educación em América Latina y el Caribe, Unijui, VIII (31):5-8, jul./set. 1983.
8. Van Zanten, Henriot, Plaisance, E. e Sirota, R. Les transformations du systeme éducatif. Acteurs e politique. Paris: L'Harmatan, 1993, apud Fernandes, 1998, op. cit.
9. Silva, Waldeck Carneiro da. A reforma da formação de Professores no Brasil e o lugar social da universidade. In: Linhares, Célia (org.). Os professores e a reinvenção da escola. Brasil e Espanha. São Paulo: Cortez, 2001, p. 120-1.
10. Outros autores falam do "mundo 20 por 80, a sociedade de um quinto". Martin, Hans-Peter e Schumann, Harald. A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social. São Paulo: Globo, 1999, p. 21.
11. Linhares, Célia. Introdução. Educação e professores em tempo de armar e amar. In: Linhares (org.), op. cit., p.10.
12. Declarações, respectivamente, do físico Ronald Shellard do Instituto Brasileiro de Pesquisas Físicas e da PUC-RJ, e de Cleusa Santos, professora vice-presidente da Associação de Docentes da UFRJ. Apud Cientistas dizem que também são professores. O Globo, O país, Rio de Janeiro, quarta-feira, 28 de novembro de 2001, 2a. edição, p. 3
13. Roberto Leher, presidente do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior). Op. cit.
14. Projeto de lei "encaminhado pelo MEC ao Congresso Nacional, que estipula o regime de trabalho CLT para os novos contratados no Sistema Federal de Ensino, com o fim da estabilidade e da aposentadoria integral e de uma carreira pautada por gratificações de produtividade e por categorias de docentes contratados apenas para atividades de ensino". ANDES, Comando Nacional de Greve. Informe especial no. 4, Brasília, s.d., p. 2.
15. Marques et al. Ensino e pesquisa na universidade: questão de lei ou de visão de mundo? Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, (69): 5-16, maio de 1989.
16. A exemplo das declarações do o educador João Uchoa Cavalcanti Neto, dono da Universidade Estácio de Sá que, em três décadas de existência, passou de 166 alunos a 90 mil. Em entrevista à imprensa, ele declarou que "a pesquisa em si não vale nada. As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora". Entrevista à Folha Dirigida, reproduzida em Dono de faculdade diz que estudar é bobagem. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 de novembro de 2001, p. 6.
17. A análise utiliza-se de Cardoso, Miriam L. Universidade e estrutura de poder. Espaço Cadernos de Cultura USU, Rio de Janeiro, (3)3:29-43, 1981.
18. Parte destas reflexões constam de Ciavatta, Maria. Universidade pública para que? Fórum Democrático, Rio de Janeiro, (7/8); 30-1, set./out. 2000.
19. Ministro não vê sobrevida do ensino gratuito. Folha de São Paulo, domingo, 21 de outubro de 2001, p. C3.
20. Orçamento das instituições federais cai 15% durante o governo de FHC. Entrevista com Nelson Cardoso do Amaral, professor de física da Universidade Federal de Goiás, falando ao Jornal da Paulista, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Apud Jornal da Ciência, SBPC, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2001, p. 2. Para uma análise detalhada do desmonte dos sistemas universitários públicos no Brasil e na América Latina, entre outros, ver Gentili, Pablo (org.). Universidades na penumbra. Neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez/CLACSO, 2001.
21. Sou grata aos professores e a outros profissionais que contribuíram para o debate das idéias aqui apresentadas: Antonio Carlos Pantoja, Célia Maria Loureiro Muniz, Gaudêncio Frigotto, Lucas Ciavatta, Maria de Lourdes Lyra, Mariana Ciavatta Pantoja e Sebastião Martins Soares.
22. De Antonio Cândido.

Marcelo Badaró Mattos *

Fazer política sindical em contexto de criminalização dos movimentos sociais

I- A questão social: ainda caso de polícia?

Entre fins do século XIX e a década de 1920, período conhecido como República Velha, o nascente movimento organizado dos trabalhadores urbanos foi taxado de grave ameaça à ordem social. Para não referendar a expressão luta de classes e evitando caracterizar as profundas desigualdades sociais decorrentes do crescimento urbano-industrial em moldes capitalistas, nossas classes dominantes cunharam a expressão “questão social” para referir-se às primeiras lutas da classe trabalhadora. Não foram poucos os governantes que então compartilharam da visão de que a questão social era “caso de polícia” e, na ausência de qualquer regulação legal que impusesse limites à exploração patronal, a única ação do poder público neste campo era a repressão.

O avanço do movimento, entretanto, obrigou a classe dominante a ir além e construir, através de uma série de políticas sociais (trabalhistas, previdenciárias etc.) uma resposta política que pudesse somar-se aos mecanismos coercitivos, sempre com o objetivo de controle sobre as mobilizações dos trabalhadores. Daí que as políticas sociais viessem acompanhadas de uma legislação que atrelava os sindicatos ao Estado e contextualizadas pela ditadura



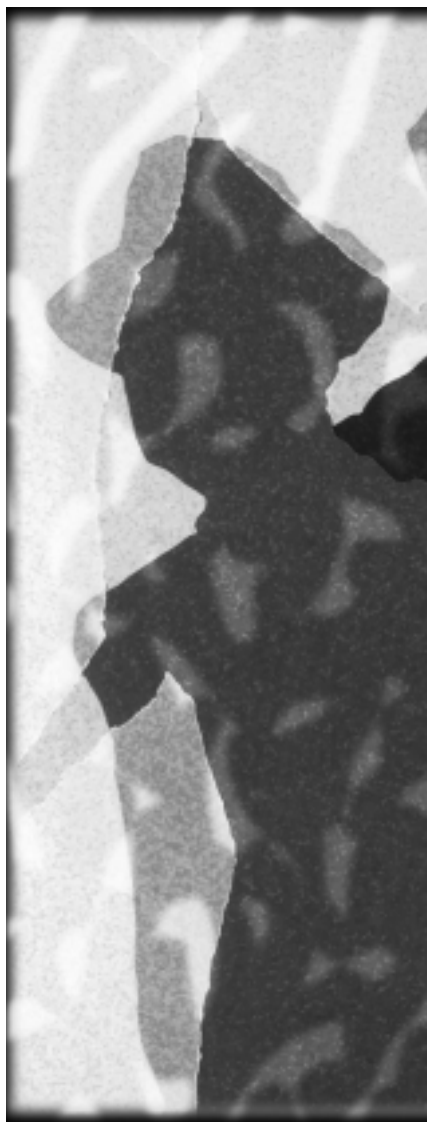
que caracterizou, na maior parte do tempo, o 1º Governo Vargas.

A presença da repressão policial, no entanto, continuou a rondar permanentemente as movimentações dos trabalhadores, através tanto da ação

policial ostensiva e violenta, nos momentos de greves, por exemplo, quanto da vigilância sistemática e permanente das polícias políticas. Situação que atravessou todo o período dito democrático de 1945 a 1964 e, obvia-

mente, ganhou caráter mais duro nos tempos da ditadura militar. O par polícia (a de ordem política e social, em especial) e política (social, em particular) continuou a ser a marca no tratamento aos movimentos sociais. Dele decorreu, em grande parte, o sucesso econômico - do ponto de vista das classes dominantes - de um projeto de desenvolvimento industrial acelerado, que teve na superexploração da força de trabalho um de seus pilares fundamentais e nas desigualdades de distribuição de renda e propriedade, uma consequência lógica.

Com a redemocratização do país, após 1985, apostou-se numa nova equação que combinaria avanço da democracia política com ampliação dos direitos sociais e diminuição das desigualdades. Isto não se concretizou. Ao contrário, a consolidação da democracia representativa fez-se acompanhar de um aprofundamento do fosso que separa a minoria numericamente inexpressiva dos que se apropriam da grande fatia da riqueza nacional, daquela imensa maioria trabalhadora, que cada vez recebe quinhão menor. Em outras palavras, a perspectiva política da otimização de direitos civis e sociais num regime de ampliação dos direitos políticos, na qual a teoria política orientada por Marshall se apóia, mostra sua fragilidade quando defrontada com um contexto histórico de superação do modelo social-democrata de Estado de bem-estar.¹ Na compreensão deste processo, as definições liberal ou reformista de cidadania falham, justamente por menosprezarem o fundamento de classes - e de conflito de classes - das sociedades capitalistas. Para a lógica do capital, a democracia sempre foi e sempre será um valor instrumental. Distintos equilíbrios entre os diferentes níveis de cidadania são construídos conforme as demandas historicamente existentes da lógi-



ca do capital, ainda que sujeitos aos limites impostos pela luta organizada dos trabalhadores.

No contexto de refluxo das lutas sociais em meio à reestruturação capitalista, que caracterizou os anos 1990 no Brasil, pouco poderia se esperar como resultado social da ampliação dos direitos políticos. Se a Constituição de 1988 parecia ter significado um grande avanço em relação aos direitos sociais, a realidade logo se mostrou menos promissora para a classe trabalhadora. Chama a atenção como, ao longo da década de 1990, desenvolveu-se um rápido desmonte das políticas sociais, através das reformas do Estado e da legislação trabalhista. E, se, no governo de Fernando Henrique Car-

doso o Estado recuou em relação ao tratamento político da "questão social", restou o recurso intensificado ao outro remédio de controle do conflito social: o policial.

II- Que democracia?

FHC e os movimentos sociais.

Há, na sociedade brasileira de hoje, um espaço privilegiado para acompanhar-se o processo de criminalização dos movimentos sociais: o campo. Tomando como marco inicial justamente o ano de 1985, quando a ditadura militar se encerrava, e seguindo até 2000, ocorreram 1.190 assassinatos de trabalhadores, dirigentes sindicais, advogados, agentes pastorais e outros envolvidos nos conflitos de terra, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Somente no período de governo de Fernando Henrique, 195 trabalhadores rurais foram mortos. Nenhum mandante foi condenado. O Ministro responsável pela questão agrária, Raul Jungmann, consegue apresentar cinismo suficiente para referir-se a crimes deste tipo como resultantes de "desavenças pessoais".

Entre os estados da Federação, o Pará lidera a estatística macabra, com 453 assassinatos, entre 1985 e 2000, quase a metade do total do país. E foi justo no Pará que procuradores federais, na busca de pistas dos "desaparecidos" políticos da Guerrilha do Araguaia, encontraram, em julho deste ano, documentos do Exército que qualificavam movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como "forças adversas" e recebiam que, para controlá-los, seria justificável "arranhar direitos" dos cidadãos. Eis aí a concepção de direitos civis alimentada por um Estado que se afirma respaldado pela democracia política, quando enfrenta movimentos organizados que lutam por direitos sociais fundamentais.

A seqüência de escândalos financeiros envolvendo atividades de espionagem de agentes dos “novos” órgãos de “inteligência”, como a ABIN, nos deveria levar a pensar em que dimensões este tipo de braço secreto do Estado se envolve com a repressão às forças adversas, como os movimentos sociais. As vultosas verbas aplicadas, sem qualquer controle do Legislativo, nestes herdeiros do SNI, não seriam justificáveis, para este governo, caso seus objetivos de controle e repressão sobre as organizações dos trabalhadores não fossem tão amplos.

No mesmo sentido, devemos atentar para a ameaça implícita no Decreto de 27/08/01, que autoriza o Exército, em “casos excepcionais”, a atuar com poderes de polícia. Sob a justificativa de evitar as greves da polícia, o governo ampliou, através de decreto do Executivo - portanto, sem qualquer discussão legislativa - a margem de arbítrio das forças repressivas. Daí a sua utilização sistemática na repressão aos movimentos sociais a distância é pequena. Afinal, as tropas sempre estiveram em alerta para isso, como não nos deixam esquecer episódios como o da greve da CSN, em Volta Redonda, no ano de 1988, ou mesmo os casos recentes de utilização de tropas do Exército para guardar o patrimônio privado da família Cardoso, quando das tentativas de ocupação de sua fazenda, em Buritis-MG, pelo MST.

III- O contexto internacional

Ainda que sem maiores reflexões sobre a natureza do processo de reestruturação através do qual o capital busca superar sua crise estrutural, desde os fins da década de 1970, é possível constatar, sem maiores polêmicas, alguns de seus produtos. No plano internacional, a nova fase da internacionalização do capital - midiaticamente tratada por globalização - vem acentu-

ando, sob a égide do sistema financeiro internacional, a já profunda distância existente entre os países “ricos” e os “pobres”.

Nestes últimos, a ampliação da distância interna entre “ricos” e “pobres” foi parte integrante de toda trajetória de desenvolvimento econômico, quando este ocorreu, como no caso brasileiro. Nada de surpreendente, portanto, no fato de que as desigualdades sociais continuem a se ampliar nestes tempos recessivos de barbárie neoliberal. Porém, é uma novidade, ao menos em relação à segunda metade do século XX, que estas desigualdades também estejam se ampliando nos países “ricos”. Torna-se cada vez mais



evidente que o par lógico de globalização é pobreza.²

Esta é a explicação para o surgimento de novos movimentos sociais, extremamente heterogêneos quanto às suas origens de classe, objetivos políticos e horizontes programáticos, mas confluentes na condenação ao processo de globalização. Embora mais conhecidos a partir das manifestações de novembro de 1999, em Seattle-EUA, durante conferência da OMC, quando cerca de 1.400 organizações participaram dos protestos, que desembocaram em graves confrontos com a polícia, tais movimentos se repetem desde os anos 1980. O primeiro “fórum alternativo” aconteceu durante reunião do G7 em Londres, no ano de 1984. Outro grande encontro ocorreria em Berlim, em 1988, durante reunião do FMI. Em maio de 1998, na Inglaterra, 70 mil pessoas desfilaram em protesto contra reunião do G8. No começo de 2001, enquanto Davos, na Suíça, se encontrava sitiada pela Polícia para a realização do Fórum Econômico Mundial, estes movimentos se encontraram em Porto Alegre para realizar o I Fórum Social Mundial. Alvos comuns, como o FMI, o Banco Mundial, a OCDE, o G8 e a OMC; bandeiras unificadoras, como o cancelamento da dívida externa dos países pobres, a defesa do meio ambiente (pela regulamentação de Kyoto da emissão de poluentes, contra os transgênicos), a modificação das regras do comércio internacional, a denúncia do poder das multinacionais; além de meios de ação comum, como a informação via internet e as demonstrações de massa nos protestos internacionais, garantem um horizonte unificador de luta aos movimentos, embora seu anti-capitalismo latente nem sempre se traduza em uma perspectiva estratégica que vá para além da nostalgia dos anos dourados do Estado interventor/reformista.³

O volume de forças repressivas internacionalmente acionado visando à contenção destes movimentos anti-globalização é espantoso. Em Gênova, em julho deste ano, durante a reunião do G-8, o mundo assistiu via satélite o aparato montado para receber os chefes de Estado dos países "ricos". U\$ 250 milhões foram gastos em um navio especialmente concebido para abrigar estes "líderes", a salvo dos gritos e pedras dos manifestantes. Dezenas de milhares de policiais foram mobilizados e uma violência bárbara foi autorizada pelas autoridades de um governo italiano que não à toa abriga fascistas em sua base de sustentação. O saldo, após manifestações que chegaram a reunir 150 mil pessoas nas ruas de Gênova, foi terrível: 126 presos, 500 feridos e a morte do estudante Carlo Giuliani, alvejado com um tiro a queima roupa e, em seguida, atropelado pelo carro que conduzia o policial que o matou.

Após os ataques aos templos das finanças e da guerra norte-americanos, em 11 de setembro último, a ofensiva internacional de criminalização dos movimentos sociais deve intensificar-se. A resposta norte-americana e de seus aliados europeus aos atos terroristas não está se contentando com a carnificina da guerra em solo afegão, mas já se traduz também em autorizações legais para a ampliação das possibilidades de vigilância e controle das forças repressivas - das polícias aos serviços secretos - sobre toda sociedade, num plano de suspeição generalizada com o qual as organizações de luta dos trabalhadores já estão historicamente acostumadas a lidar. Pacotes de medidas anunciadas às pressas pelos governos, como o francês que, na primeira semana de outubro, ampliou os poderes dos policiais para revistar cidadãos e concedeu liberdade aos juizes para autorizarem espionagem ele-

trônica, num clima de grande xenofobia anti-árabes, são apresentados explicitamente como limitações "necessárias" aos direitos civis. Mais amplo foi, nos Estados Unidos, o pacote de medidas aprovado pelo Congresso, que autoriza vigilância orwelliana sobre os residentes em solo americano e as comunicações via satélite ou internet em escala planetária. Não é apenas por aqui, portanto, que "arranhar direitos" está sendo assumido como estratégia legítima para reprimir as "forças adversas".

No Brasil, embora com antecedentes mais remotos, é no governo Fernando Henrique que o ataque aos sindicatos se tornou mais sistemático.

IV - Um alvo prioritário: o movimento sindical

Entre os objetivos mais evidentes das reformas neoliberais, inseridas no processo de reestruturação produtiva capitalista, está a redução do custo da mão-de-obra. A tendência estrutural da economia capitalista à redução do trabalho vivo empregado na produção é reforçada pelo recurso intensivo à incorporação de novas tecnologias que ampliam o desemprego industrial. Por outro lado, garantias de direitos sociais mínimos, conquistados ao longo de jornadas históricas pelas organizações dos trabalhadores, como as limitações à jornada de trabalho, os direitos de seguridade social, as garantias de estabilidade no emprego, entre outras, passaram a ser vistas como entraves a remover e reformas nas legislações sociais impuseram níveis variados de "desregulamentação", ou pre-

carização, das relações de trabalho.⁴

No Brasil, após novas regras que legitimam a precarização do trabalho, como a do contrato temporário, a proposta mais recente é a apresentada pelo Ministério do Trabalho, de alteração no artigo 618, da CLT, colocando os acordos coletivos em condições de reduzirem direitos estabelecidos em lei. Se aprovada, a proposta gerará acordos em que férias menores do que 30 dias, redução de salários, fim da remuneração pelo descanso semanal ou do 13º salário, entre outras supressões, poderão ser cotidianamente celebrados.

Não é por outro motivo que, do ponto de vista dos responsáveis pelos "ajustes estruturais", aquelas organizações coletivas dos trabalhadores capazes de imprimir resistência a estas reformas - os sindicatos - são tratadas como inimigos declarados. No Brasil, embora com antecedentes mais remotos, é no governo Fernando Henrique que o ataque aos sindicatos se tornou mais sistemático.

O projeto de reforma da estrutura sindical, proposto em fins de 1998, pelo governo Fernando Henrique, instituiria, se aprovado, a pluralidade sindical e acabaria com o imposto sindical. Mas manteria sob o controle da Justiça do Trabalho definir qual sindicato poderia ser considerado representativo para fins de negociação e contratação coletiva. Quer dizer, estaria liberada a criação de sindicatos, mas se manteria o controle do Estado na definição de com qual deles o empregado celebraria acordos, invertendo o princípio básico de um regime de liberdade de organização sindical, em que a representatividade dos sindicatos depende do número de filiados e de sua capacidade de mobilização. O objetivo deste governo se explicitou em vários momentos. Trata-se de fomentar o sindicato por empresa, par-

ceiro do empresariado - por adesão ou por pressão - na busca do aumento da produtividade e da lucratividade.

Mas, se o projeto de reforma sindical ainda não conseguiu espaço político para sua aprovação, o governo não encontrou as mesmas dificuldades em impor limites repressivos aos sindicatos, nos momentos dos enfrentamentos mais significativos. As greves, pelo seu potencial de explicitação do conflito de classes, são ocasiões bastante propícias à radicalização da perspectiva anti-sindical do governo.

No fim dos anos 1970, as greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978, 1979 e 1980) marcaram a reentrada dos trabalhadores na cena política brasileira. Por sua contundência na crítica ao modelo econômico da ditadura e à estrutura sindical oficial brasileira, acabaram por servir de marco inaugural de uma fase de ascensão das lutas operárias, conhecida pela expressão novo sindicalismo. Os anos 1980 assistiram à generalização das greves, cuja quantidade chegou perto das 4.000 paralisações por ano (marca de 1989) e o impacto social atingiu dimensões novas, com a inclusão entre os grevistas de categorias antes distantes das lutas sindicais, como os funcionários públicos. Uma greve que marcou a década, pela sua contundência e pela violência da repressão militar, foi a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no ano de 1988. Ao cabo daquelas jornadas de luta, a Constituição de 1988 assegurou o direito de greve. Uma grande ginástica legal foi necessária para que o governo, através de regulamentações infra-constitucionais e da ajuda da Justiça do Trabalho pudesse, a partir daí, reprimir as greves, acusando-as, se não mais de ilegalidade, agora de "abusividade".

Assim aconteceu com o movimento

dos petroleiros, em 1995. Uma greve, que durou 32 dias, colocou em pauta reivindicações econômicas da categoria e a defesa do monopólio estatal sobre o petróleo, que acabaria por ser quebrado pelo Congresso Nacional na época do movimento. Para reprimir a greve e criar um exemplo para o conjunto do movimento sindical, o governo Fernando Henrique, em seu primeiro ano de mandato, demitiu lideranças sindicais; a imprensa acusou os petroleiros pela falta do gás de cozinha (na verdade, os distribuidores especularam com o produto para garantir um aumento do seu preço) e a Justiça do Trabalho decretou a "abusividade" da greve, estabelecendo uma multa diária de R\$ 100 mil enquanto durasse a paralisação, penhorando bens e retendo a receita das contribuições dos sindicalizados.

A greve dos Petroleiros pode ser entendida como marco inaugural de uma nova etapa repressiva sobre o movimento sindical, justamente a que este artigo pretende caracterizar ao referir-se à criminalização do sindicalismo.

Episódios recentes de greves de professores da rede pública mostram uma nova etapa de refinamento das táticas

Na ausência de regulamentação infra-constitucional do direito de greve do funcionalismo público, a Justiça use deste recurso transversal para culpabilizar os professores justamente pela situação que denunciam: o desmonte do ensino público.

de criminalização do movimento. É o caso da greve dos profissionais da rede pública de ensino da capital mineira, Belo Horizonte, ocorrida neste segundo semestre de 2001. Decisão judicial, que partiu do Juizado da Infância e da Adolescência, puniu grevistas - e inicialmente também a Prefeitura - com multa diária, por alunos sem

aulas. Decisão semelhante tomou o juiz da infância e adolescência do Rio, em outubro, ao punir com R\$ 5,00 por aluno/dia, os professores grevistas da rede federal de ensino médio. Se multas desse tipo fossem aplicadas aos governos, pela falta de professores nas salas de aula, pelo desvio dos recursos que deveriam ser destinados por lei à educação, pela falta de vagas nas escolas públicas, ou simplesmente para garantir as condições básicas ao ensino público, talvez o descaso governamental com este direito dos cidadãos fosse atenuado. É sintomático, entretanto que, na ausência de regulamentação infra-constitucional do direito de greve do funcionalismo público, a Justiça use deste recurso transversal para culpabilizar os professores justamente pela situação que denunciam: o desmonte do ensino público. De qualquer forma, é interessante notar que os estudantes organizados não aceitam tal inversão e denunciam nos governos os responsáveis pela situação, da mesma forma que a população em geral tem identificado nas greves um instrumento de defesa do serviço público na área educacional.

Na greve nacional dos servidores

públicos federais, iniciada em agosto deste ano (e ainda inconclusa quando da redação deste artigo), o grau de radicalização deste processo de criminalização do movimento sindical acentuou-se. Em especial, no trato com os servidores docentes e técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino. Alguns indicadores desta radi-

calização podem ser listados.

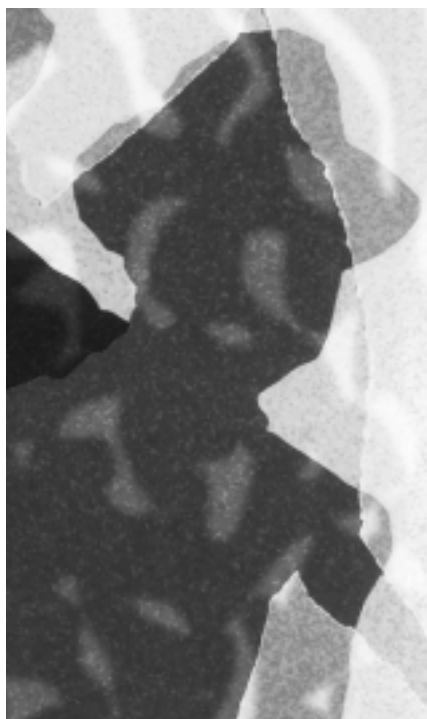
Em setembro, após tentativa de abertura de audiência através de manifestação na porta do Ministério da Educação, em Brasília, os militantes do ANDES-SN e da FASUBRA-Sindical foram surpreendidos com a tentativa do governo de impedir manifestações na área do ministério e vedar o acesso ao local dos dirigentes das duas entidades, através do instrumento jurídico do “interdito proibitório”.

Aliás, nas manifestações dos grevistas, o aparato policial envolvido na repressão chamou a atenção. Em 03 de outubro, profissionais de todos os níveis da educação do país se uniram numa Marcha em Defesa da Educação Pública, que levou 50 mil pessoas, entre elas os grevistas da área federal, a Brasília. A presença, na marcha, de mais de 4 mil Policiais Militares, armados, com cães e tropas de cavalaria de sabres em punho, além de civis à paisana infiltrados na multidão, portando armas de fogo, granadas e realizando espancamentos e prisões ilegais de estudantes, foi a culminância de várias ações repressivas a manifestações anteriores.

Teve o mesmo sentido criminalizante a atitude do Ministro da Educação, um pretense candidato a candidato à Presidência da República, de retaliar o movimento grevista, através da retenção dos salários de professores e técnico-administrativos. O Ministro submeteu-se à completa desqualificação pública ao comprometer-se, em reunião com as representações dos comandos de greve e parlamentares, no dia 26 de setembro, a abrir negociações em reuniões agendadas para a semana seguinte, para no dia 27 anunciar a arbitrariedade da retenção dos salários de servidores docentes e técnico-administrativos.

Mais grave foi o fato de, após a concessão de liminar do Superior Tribunal

de Justiça, garantindo o pagamento dos docentes, o Ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal, ter cassado a referida liminar, acatando o parecer do conhecido “engavetador de processos”, o Procurador Geral Geraldo Brindeiro, que afirmou ser a greve, além de ilegal, um “risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia”. Tempos de arbítrio os tempos em que se considera que o direito de greve, garantido pela Constituição Federal, possa ser suprimido por um decreto do executivo e em que se qualifica o mesmo direito como ameaça à ordem.



Embora seja impossível realizar uma avaliação completa de um movimento ainda inconcluso, é possível destacar que greves como esta dos servidores federais, em particular, nas condições de agudização do conflito que assumem nas Instituições Federais de Ensino, ganham contornos ainda mais relevantes. São, como todas as greves, instrumentos de luta dos trabalhadores para a garantia de salários e condições de trabalho dignas. Por assumirem a defesa do serviço público em

tempos de desmanche neoliberal, possuem também características de garantia dos interesses dos cidadãos em geral. Reprimidas duramente pela ação criminalizante do governo, adquirem agora o caráter de espaço decisivo da resistência da classe trabalhadora e de suas organizações sindicais contra o retorno do tratamento da “questão social” como um caso exclusivamente de polícia.

NOTAS:

1. O modelo de análise da cidadania a partir dos direitos civis, políticos e sociais foi formulado por Marshall, T. H. Cidadania. Classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. A tentativa mais acabada de aplicação deste modelo à análise do caso brasileiro é feita por Carvalho, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

2. Esta relação é extensivamente documentada por Chossudovsky, M. A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e Banco Mundial. São Paulo, Moderna, 1999.

3. Uma boa síntese da trajetória destes movimentos pode ser encontrada na matéria de Fernando Evangelista, publicada na revista *Caros Amigos*, no. 53. São Paulo, agosto de 2001.

4. Sobre este processo, ver Antunes, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.

** Marcelo Badaró Mattos é professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1º Vice-Presidente regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, gestão 2000-2002.*

Mauro de Azevedo Menezes¹

Flexibilização trabalhista: engodo de pretensa modernização

1. Introdução.

Tramita no Senado Federal um projeto de lei ordinária já aprovado na Câmara dos Deputados em polêmico regime de urgência, para tratar de uma mudança estrutural na regulação das relações trabalhistas no Brasil. Trata-se da introdução na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de um dispositivo que flexibiliza as garantias legais mínimas do trabalhador, permitindo a sua derrogação por acordo ou convenção coletiva de trabalho, mesmo que isso represente uma depreciação dos referidos direitos.

Eis o teor do Substitutivo ora em apreciação:

PL 5483/2001 - SUBSTITUTIVO APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Artigo. 1º - Na ausência de convenção ou acordo coletivo, firmados por manifestação ex-

pressa da vontade das partes e observadas as demais disposições do Título VI desta Consolidação, a lei regulará as condições de trabalho.

Parag. 1º - A convenção ou acordo coletivo, respeitados os direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, não podem contrariar lei comple-



mentar, as leis nºs. 6321, de 14 de abril de 1976, e 7418, de 16 de dezembro de 1985, a legislação tributária, a previdenciária e a relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, bem como as normas de segurança e de saúde do trabalho.

Parag. 2º - Os sindicatos poderão

solicitar o apoio e o acompanhamento da central sindical, da confederação ou federação a que estiverem filiados, quando da negociação de convenção ou acordo coletivo previstos no presente artigo.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência

de dois anos”.

A proposta vem na esteira de uma seqüência de medidas de reforma do Direito do Trabalho, de índole nitidamente ofensiva à integridade dos direitos sociais, conquistados ao longo de um complexo processo de evolução histórica. Ao contrário do que se propala enganosamente, não se cuida de aperfeiçoar o sistema da CLT, ainda hoje contaminado pelos resquícios de corporativismo, representados pela unicidade sindical, pelo poder normativo da Justiça do Trabalho e pela contribuição sindical compulsória. A pretexto de favorecer a liberdade sindical, a proposta em verdade agrava o desequilíbrio de forças entre capital e trabalho, relegando os interesses obreiros à mercê das conveniências empresariais, numa época em que o emprego tornou-se lamentavelmente uma moeda de troca, e o que se vende é a dignidade humana.

Nesse sentido, o aludido projeto de lei faz parte de uma agenda de reformas, cuja inspiração predominantemente neoliberal é inegável. Sua justificativa teórica argüi a irrecusabilidade do processo de globalização, para daí em diante alinhar as conseqüências tidas como inevitáveis e as receitas consideradas obrigatórias.

2. O impacto da globalização.

A origem da onda reformista dos sistemas de proteção trabalhista se situa nas transformações vertiginosas resultantes da internacionalização das economias capitalistas. Trata-se de uma profunda revisão de paradigmas, que vem sendo proposta a reboque da suposta necessidade de ajustes à nova realidade economia mundial.

Este fenômeno propulsor de forte impacto, denominado globalização, tem as suas referências básicas descritas por Dupas²

“A partir da década de 1980, observamos uma intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização. Algumas das características distintivas desse processo são a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e um crescimento singular do comércio internacional - viabilizado pelo movimento de queda generalizada de barreiras protecionistas-, principalmente dentro dos grandes blocos econômicos.”

A globalização, portanto, dá ensejo a



transformações radicais de grande alcance, determinadas pelo interesse de irradiação de capitais financeiros. A extensão de tais mudanças, resultantes da acelerada internacionalização do mercado de bens, serviços e capitais, provoca reações igualmente enfáticas, tais como esta formulada por Bonavides³: “A globalização é ainda um jogo sem regras; uma partida disputada sem arbitragem, onde só os gigantes, os grandes quadros da economia mundial, auferem as maiores vantagens e padecem os menores sacrifícios. (...) A globalização econômica coloca o capitalismo outra vez na selva.”

Numa abordagem didática a respeito do tema, Ricupero⁴ assinala que “O nome desse jogo é competição, exacerbada ao extremo pelos mecanismos principais por meio dos quais a

globalização vem se implantando: o comércio internacional, os investimentos e os fluxos financeiros. Cada um a seu modo, esses mecanismos tendem a unificar o espaço econômico em escala planetária, obrigando setores antes protegidos por barreiras nacionais ou regionais a aceitarem a agonia e a incerteza da disputa contra adversários duros e implacáveis. (...) O problema é que, recentemente, a preocupação tem sido muito mais com a extensão da competição a todos os terrenos do que com a sua contenção dentro de limites civilizados.”

Os avanços civilizatórios garantidores de valores essenciais ao desenvolvimento humano tornam-se vulneráveis ao trator da globalização, cuja marcha despreza a previsão de implicações sociais. Segundo Faria⁵, “trata-se de uma integração de natureza eminentemente sistêmica, acima de tudo alicerçada na especialização e ‘mercantilização’ do conhecimento, na eficiência, na tecnologia, na competitividade, na produtividade e no dinheiro. Trata-se, portanto, de uma integração que entra em conflito com a integração - esta, por sua vez, fundada em valores, normas, sanções, entendimentos e contratos, ou seja, mediada pela consciência dos atores.” E quanto às conseqüências sociais deste processo, acrescenta o citado jurista que “do ponto de vista social, (...) aceleraram a mobilidade do trabalho e a flexibilização de sua estrutura ocupacional entre setores, regiões e empresas, provocando o declínio dos salários reais; ampliando os níveis de concentração de renda; acentuaram o fosso entre os ganhos das várias categorias de trabalhadores, relativizando o peso do trabalho direito nas grandes unidades produtivas; aumentaram o desemprego dos trabalhadores menos qualificados, esvaziando as proteções jurídicas contra, por exemplo, o uso indiscrimi-

nado de horas extras, a 'modulação' da jornada de trabalho e a dispensa imotivada; reduziram o número de assalariados beneficiados por algum tipo de direito social, como assistência médica, aposentadoria por tempo de serviço e seguro-desemprego etc."⁶

As circunstâncias forjadas pelo contexto mundial globalizado revigoram valores liberais clássicos, em contraposição a princípios inspiradores dos direitos sociais conforme explica Baylos⁷, de forma didática:

"O fato é que existem certas tendências no desenvolvimento das relações de trabalho que conduzem a um conjunto variado de fenômenos que se assemelham por conceder importância crescente à autonomia individual, a qual assume funções diretamente normativas no marco da relação de trabalho. A explicação destes fenômenos não é homogênea, ao contrário, muitas vezes eles são definidos como 'contraditórios' e resultantes de finalidades diversas. Provavelmente, isto deve-se a que o discurso sobre individualização das relações de trabalho ocorre em paralelo, tanto ao conhecido debate sobre 'desregulamentação' e 'flexibilidade' - herdeiro dos paradigmas de 'exceção' da grande crise de 1973-1974, como também à discussão sobre a transformação do sistema de produção normativa no Direito do Trabalho. Por outra parte, este discurso se sobrepõe a uma profunda reflexão sobre a redefinição dos graus e níveis de proteção e de tutela que o ordenamento jurídico deveria outorgar."

3. A ideologia neoliberal.

A força que tem direcionado a globalização ao encontro de uma matriz que preconiza a superioridade moral da liberdade e do individualismo, está aglutinada em torno do ideário neoli-

A implementação dos postulados ideológicos neoliberais, no ambiente competitivo da globalização, promoveu nítidos efeitos na regulamentação das relações de trabalho, até então tuteladas, de maneira crescente, pela evolução dos direitos sociais.

beral, assim definido por Robortella⁸:

"O neoliberalismo, opondo-se ao paternalismo estatal, rompe com as bases tradicionais do direito do trabalho, porque preconiza o afastamento cada vez maior do Estado como gerador do desenvolvimento econômico e social."

Ao comentar a voga do que define como "utopia neoliberal", Hobsbawn⁹ destaca o caráter individualista desta ideologia: "Que cada indivíduo buscase a sua satisfação sem restrições, e, qualquer que fosse o resultado, seria o melhor que se podia alcançar. Qualquer curso alternativo, argumentava-se implausivelmente, era pior." Tendo Milton Friedman e Friedrich Hayek, como alguns de seus principais formuladores, o neoliberalismo resiste à intervenção do Estado para resolver os problemas sociais, "muito embora admitam-na, das mais variadas formas, diante de problemas econômicos."¹⁰

4. Desregulamentação do trabalho.

A implementação dos postulados ideológicos neoliberais, no ambiente competitivo da globalização, promoveu nítidos efeitos na regulamentação das relações de trabalho, até então tuteladas, de maneira crescente, pela evolução dos direitos sociais. Como explica Faria¹¹, "do ponto de vista jurídico, estas transformações abriram caminho para a deslegalização das normas protetoras dos trabalhadores, despolitizando as relações de trabalho e as reduzindo a uma simples ordem de troca contratual."

Esta orientação passou a afetar a tradição garantista dos direitos sociais, consoante descreve Freitas Jr.¹²

"Em síntese, a crença na capacidade de auto-regulação do mercado faz com que os juslaboralistas de formação liberal inclinem-se por aceitar, sob o impacto da globalização econômica, e de seus efeitos sobre a competitividade das empresas situadas em economias de alto grau de cobertura social, uma diretriz francamente desreguladora do trabalho subordinado."

A desregulamentação, por conseguinte, funciona como veículo de uma autêntica crise de desagregação do Direito do Trabalho, assim caracterizada por Baylos¹³:

"A conjunção de processos sociais que denomina-se 'crise de desagregação do Direito do Trabalho' apresenta desafios ao sistema jurídico regulador do trabalho assalariado, que o levam a questionar-se sobre suas linhas fundamentais e seu sentido. O ponto de partida é o 'princípio de igualdade', que tem sido identificado como regulação uniforme de situações jurídicas homogêneas e padronizadas, que muitas vezes são vistas como incompatíveis com a nova organização social e produtiva dominante e sua cultura. Aqui se encontram as exigências de reforma que pretendem desarticular as figuras símbolo do mundo do trabalho, anular sua dimensão coletiva e incorporar a diversidade e o tratamento diferenciado como ele-

mento central de um novo tipo de regulação do trabalho. Sobre estas premissas, está claro o diagnóstico dos que receitam a destruição do Direito do Trabalho, dos que entrelaçam os mitos ideológicos do liberalismo e do individualismo com a necessidade de por fim às velhas regras que compõem este ramo do sistema jurídico. O problema para estes novos profetas é que, apesar de tudo, 'as velhas regras resistem e não são substituídas a toda velocidade por uma nova ordenação, hostil ao tipo de regulação do trabalho vigente.'

Assim, a desregulamentação significa a supressão das normas que regulam as relações de trabalho, deixando que o mercado se encarregue de estabelecer livremente o tratamento dos assuntos "desregulamentados".

Devido ao caráter prejudicial aos trabalhadores da flexibilização que se promove na região, tem havido frequente confusão destes dois conceitos, chegando alguns autores a considerá-los sinônimos¹⁴. Segundo Catharino¹⁵, no entanto, "flexibilizar não é desregular. É regular de modo diferente do que se acha regulado.". Cumpre resgatar esta distinção conceitual, como adverte Vieira¹⁶, citando Calheiros Bomfim:

"Segundo ensina Calheiros Bomfim¹⁷ 'a desregulamentação do Direito do Trabalho, por alguns defendida, não se confunde com a flexibilização das relações de trabalho, hoje praticada na Europa Ocidental e em países que seguem o seu modelo. Esta última corresponde a uma



fenda no princípio da inderrogabilidade das normas de ordem pública e no da inalterabilidade in pejus das condições contratuais ajustadas em favor do trabalhador, visando a facilitar a implementação de nova tecnologia ou preservar a saúde da empresa e a manutenção dos empregos. (...) Na desregulamentação o Estado não intervém nas relações de trabalho, para que a autonomia privada, coletiva ou individual, disponha sem limitações legais, sobre as condições de trabalho.'

A diferença entre flexibilização e desregulamentação é extremamente relevante, porque esta última deixa o trabalhador inteiramente a descoberto da proteção de normas estatais, e volta-se ao tempo histórico já lembrado em que as partes tão desiguais contratavam como se houvesse uma igualdade."

5. Flexibilização de direitos trabalhistas

Para aclarar a terminologia acima utilizada, vale firmar que consideramos que a expressão flexibilização traduz, de maneira geral, "diminuição de re-

gras ditadas pelo Estado para regular as relações de trabalho"¹⁸. Em nosso entendimento, esta debilitação do Direito Estatal pode ocorrer para que se dê ênfase às negociações coletivas entre empregados e empregadores, ou simplesmente representar a quebra da rigidez da norma, possibilitando o seu descumprimento, a despeito de outorgar a supressão da lacuna às partes sociais¹⁹. No caso do Brasil, a tendência predominante da flexibilização tem sido no sentido de promover a mera precarização das garantias trabalhistas²⁰. O argumento de que a relativização das normas estatais protetoras corresponderia necessariamente à assunção do instituto da negociação coletiva²¹ não encontra guarida na realidade do país, pois nele ainda não foram construídos os pressupostos para que a sua prática ocorra num clima de efetiva liberdade sindical²². Por outro lado, as circunstâncias sócio-econômicas indicam que o período em que tais medidas flexibilizantes se operam está marcado pelo crescimento dos índices de desemprego, tendo como consequência direta o enfraquecimento do poder de negociação dos sindicatos obreiros.

Caso adotássemos um conceito mais estrito de flexibilização, chegaríamos à conclusão de que as normas trabalhistas de origem estatal poderiam ser flexibilizadas sem que isto representasse prejuízo às garantias mínimas que buscam assegurar a dignidade do trabalhador. Nessa hipótese, a flexibilização seria uma autêntica transferência das atribuições estatais de regulamentação do Direito do Trabalho, para que este pudesse passar a ser ditado por fontes autônomas, nutridas pela instauração de um legítimo diálogo social, por sua vez alimentado pela efetivação de institutos que viabilizassem a liberdade e autonomia sindicais²³.

No caso do Brasil, a tendência predominante da flexibilização tem sido no sentido de promover a mera precarização das garantias trabalhistas

6. A reforma trabalhista flexibilizante no Brasil.

A reforma da proteção trabalhista no Brasil pode ser definida como um complexo de alterações do ordenamento jurídico nacional, tendentes à flexibilização das normas protetivas dos trabalhadores e à desregulamentação das relações de trabalho

Definitivamente, o modelo europeu ocidental não se assemelha ao tipo de flexibilização em curso nos países do Cone Sul, tampouco no restante da América Latina. Nestes países, vigora o que poderíamos denominar de flexibilização predatória, na qual a retirada do papel estatal de tutelar minimamente as relações de trabalho não é suprida pela implantação das condições adequadas para o exercício livre da autonomia privada coletiva. Não há um regime de sustento à atividade sindical que ofereça aos trabalhadores fatores de equilíbrio das relações coletivas. Prepondera, ao contrário, um discurso orientado pela conveniência empresarial, conforme observam Siqueira Neto e Marco Antonio Oliveira²⁴:

“Mesmo que não venham a se concretizar plenamente, essas novas medidas reforçam as tendências já observadas, concentrando-se nas mudanças das relações contratuais. Elas visam basicamente à redução dos custos empresariais (por meio da redução dos salários e de outros benefícios) e à formulação de propostas alternativas para a preservação do emprego. A última medida relacionada, prevê ainda a revisão dos pilares básicos do sistema corporativo, deixando claro o desejo de se ampliar o caminho da negociação direta entre as partes.

Ainda que pareça existir um relativo consenso em torno desse último ponto, não há dúvida de que uma mudança para um novo sistema de relações de trabalho requer regras

Os próceres da flexibilização no Cone Sul argumentam que as transformações nas relações de produção, decorrentes das novidades tecnológicas, do processo de globalização e da reestruturação produtiva impõem uma “revisão dogmática” do Direito do Trabalho.

claras de transição e uma visão sistêmica da reforma que se pretende encaminhar. Mesmo que prevaleça a aposta na descentralização das negociações e no reforço das relações diretas entre empregados e empregadores, em detrimento de formas mais centralizadas e articuladas de negociação, isso não poderá levar à completa ausência do Estado no âmbito das Relações de Trabalho, sem o que não haverá democratização efetiva das relações de trabalho e tenderá a se estreitar, ainda mais, o espaço das negociações coletivas.

A desregulamentação do mercado de trabalho, como vem ocorrendo, sem o estabelecimento de contrapartidas claras nos terrenos da representação sindical e da contratação coletiva, não só levará a uma perda crescente de direitos adquiridos, como deverá provocar uma maior fragmentação e pulverização das negociações coletivas, até mesmo nos setores em que há maior grau de organização e uma certa tradição de negociação, reiterando-se mais uma vez a flexibilidade, a precariedade e a heterogeneidade

que nunca deixaram de ser características intrínsecas do mercado de trabalho no Brasil.”

Os próceres da flexibilização no Cone Sul argumentam que as transformações nas relações de produção, decorrentes das novidades tecnológicas, do processo de globalização e da reestruturação produtiva impõem uma “revisão dogmática” do Direito do Trabalho. A proposta não esconde o seu intuito de promover um severo ataque teórico aos princípios fundantes da disciplina, procurando inverter paradigmas, ao pressuposto de que não há salvação para os marcos axiológicos tradicionais do juslaboralismo. Neves²⁵ esclarece as características desse tipo de flexibilização ao qual nos referimos:

“Os defensores da flexibilização partem da afirmação de que é excessivamente minuciosa a regulamentação das relações laborais, impondo encargos desnecessários e inibidores da competitividade empresarial. E, em última análise, afastadores de investimentos e acirrados do desemprego.

A reconstrução de conceitos operada pelos flexibilistas em oposição às clássicas instituições jurídicas trabalhistas obedece a certos preceitos, sumarizados por Robortella²⁶:

“O conceito de norma mais favorável varia conforme as realidades econômicas, políticas e sociais. Uma norma pode ser socialmente aceitável num período de abundância e, entretanto, absolutamente nociva diante da crise econômica.

(...)

Sem perda de seu caráter protetor, o direito do trabalho tem a função de organizar e disciplinar o mercado de trabalho, como verdadeiro instrumento de política econômica.”

Trata-se, em verdade, de uma reforma sem projeto; sem o prévio estabelecimento de um compromisso entre

as partes sociais. Não se desenha um sistema que se deseje alcançar. Evidentemente que, no terreno das relações trabalhistas, marcadas pelo dinamismo e conflituosidade, a inexistência de um consenso social acerca dos objetivos das mudanças implementadas causa inexoravelmente o fracasso da iniciativa.

O mais grave, contudo, reside na ausência das modificações introduzidas, pois estas retomam a inspiração individualista das regras selvagens que deram ensejo ao nascimento do Direito do Trabalho, como reação à idéia de que o trabalho humano pudesse ser considerado juridicamente como mercadoria²⁷.

As peculiaridades do difícil processo de integração social dos países do Cone Sul impõe aos reformistas das relações de trabalho a árdua tarefa de oferecer explicações para a precarização de direitos trabalhistas em nações com baixos níveis médios de desenvolvimento humano. A principal justificativa utilizada é a da necessidade de geração de empregos. Todavia, frequentemente as referidas propostas são veiculadas mediante o apelo no sentido de adequar as empresas aos imperativos da abertura econômica internacional²⁸.

A alegação de que a reforma trabalhista auxilia o combate ao desemprego resulta da compreensão da suposta existência de pesados encargos remuneratórios e tributários em decorrência das relações de emprego típicas. Daí porque surgiriam as alterações, destinadas pretensamente a viabilizar contratações, assim como despedidas mais flexíveis, menos onerosas e, portanto, facilitadas.

O argumento relacionado a ajustes pretensamente indispensáveis para que as empresas possam adaptar-se à abertura econômica tem como cerne o processo de globalização, entendido

como a livre circulação de capitais e de trocas comerciais pelas fronteiras do mundo inteiro com velocidade e facilidades inéditas na história. De acordo com esta visão, "os estados nacionais devem abrir-se aos princípios determinados pelas organizações internacionais"²⁹, tais como o Fundo Monetário Internacional - FMI e o Banco Mundial³⁰. Estes princípios podem ser resumidos na defesa intransigente do livre mercado; da iniciativa privada; da liberdade econômica; da diminuição do tamanho do Estado; e da desregulamentação. O Direito do Trabalho seria, pois, um incômodo freio à competitividade empresarial e ao livre jogo das leis econômicas³¹.

Os fundamentos da reforma, destaque, partem da convicção de que as legislações trabalhistas são restritivas e intervencionistas. Nessa ótica, o Direito do Trabalho fica esvaziado do seu substrato axiológico, reduzindo-se tão somente à condição de mera regulamentação indesejável do mercado de trabalho. Tenta-se, a todo tempo, rotular o Direito do Trabalho com a pecha do anacronismo.

É bem verdade que as inovações tecnológicas e de gestão empresarial clamam pela modernização das relações de trabalho, mas a solução até aqui oferecida pela reforma não contribui para aperfeiçoar o ambiente de trabalho nas empresas, resultando apenas num desequilíbrio de forças ainda maior entre capital e trabalho. Estas novidades interferem no processo de reforma para atizar a brasa do problema do desemprego, que assume características estruturais e serve para justificar a debilitação das contratações e das dispensas.

A marcha legislativa no Brasil na última década confirma a existência de um vigoroso processo de flexibilização, bem como de desregulamentação de direitos trabalhistas, que ainda não



atingiu o seu grau máximo devido às precárias condições sociais da massa trabalhadora, associadas à resistência desencadeada pelo movimento sindical. O atual governo aparenta a todo momento estar comprometido com a agenda de reforma trabalhista de índole desprotetora. Além das mudanças legislativas, a flexibilização tem sido fartamente operada pelas alterações jurisprudenciais, em especial pela orientação do Tribunal Superior do trabalho (TST), e até mesmo pela abdicação de direitos trabalhistas em instrumentos normativos pactuados pelos sindicatos obreiros.

O principal freio à ofensiva desregulamentadora e flexibilizante no país é o texto da Constituição Federal, que, embora tenha acolhido duas previsões de flexibilização convencionada, contempla uma rica enumeração quantificada de direitos dos trabalhadores³², tais como: proteção contra despedida arbitrária; seguro-desemprego; salário mínimo; irredutibilidade do salário; décimo terceiro salário anual; participação nos lucros; jornada de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais; repouso semanal remunerado; remuneração do serviço extraordinário com adicional de 50%; gozo de férias anuais remuneradas, com 1/3 de acrésci-

mo; licença à gestante de 120 dias; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; livre associação sindical; e direito de greve, dentre outros.

Os principais marcos do processo de reforma trabalhista no Brasil foram os seguintes:

a) Lei nº 8.949/94, que obstaculizou a caracterização de relação de emprego entre o sócio-cooperativado e o tomador de serviços da cooperativa; b) Lei nº 9.527/97, que eliminou ou modificou inúmeros direitos e vantagens do regime jurídico único dos servidores públicos federais; c) Lei nº 9.601/98, que dispõe sobre o contrato de trabalho a prazo e sobre o banco de horas; d) Medida Provisória 1.709 de 6.8.98, atualmente reeditada sob o nº 2.164-41, que permitiu o trabalho a tempo parcial, com salários proporcionais e diminuição do período de férias; e) Medida Provisória 1.709-4, de 27.11.98, atualmente reeditada sob o nº 2.164-41, que permitiu a suspensão do contrato de trabalho, com substituição do salário por uma ajuda compensatória mensal facultativa; f) Lei nº 9.958/2000, que possibilitou a instauração de comissões de conciliação prévia para a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais de trabalho; g) Medida Provisória nº 2.226/2001, que estabeleceu o requisito da transcendência para a admissão de recursos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST); h) Lei nº 10.272/2001, que mitigou o ônus do empregador por atraso confessado de salários; i) Projeto de Lei nº 5.483, de iniciativa do Presidente da República, para dar prevalência das condições de trabalho negociadas sobre o disposto em lei.

Aos olhos da sociedade brasileira, o fenômeno sindical sempre esteve situado aquém das suas possibilidades, como apêndice do Direito Individual do Trabalho, quando não à margem

deste. A incorporação dos sindicatos ao Direito, no país, sucedeu em contexto corporativista, que aniquilou a autonomia das entidades, debilitando-as em sua essência, e a elas reservando um papel secundário. De acordo com este modelo, cujas marcas até hoje persistem, o Estado é desaguadouro compulsório dos conflitos trabalhistas, seja para conter pressões sociais embutidas em demandas coletivas, seja para alimentar o mito da Justiça do Trabalho protetora do indivíduo trabalhador. Trata-se de um sistema que não cansa de emanar claros sinais de esgotamento, mas continua desprezando a alternativa da implantação da genuína liberdade sindical.

Malgrado os avanços, em 1988 fracassou a idéia de efetivar uma adesão ao modelo internacional de liberdade sindical, nos moldes preconizados pela Convenção nº 87 da OIT. Pode-se afirmar que a Carta de 1988 promoveu apenas um afastamento aparente do Estado do cenário das relações sindicais. Por trás desta mera aparência, resistiu, ademais, o Poder Normativo da Justiça do Trabalho, que consiste na arbitragem obrigatória do Estado, um exotismo praticamente eliminado dos países democráticos, que, por exemplo, na França, só teve significado durante a ocupação nazista, como informa Efrén Córdova³³. A maior dificuldade do sistema, entretanto, diante da perspectiva de adoção de um regime de autêntica liberdade sindical, traduz-se na imposição da unicidade, porquanto assim ficam absolutamente descartadas a possibilidade de concorrência e a liberdade de escolha, elementos essenciais da liberdade sindical. Em outras palavras, a unicidade sindical é o ponto central do corporativismo brasileiro, e enquanto perdurar no ordenamento jurídico, ficará irremediavelmente prejudicada a democracia nas relações de trabalho. Tal

paradoxo priva o Brasil de inúmeras vantagens inerentes à implementação da liberdade sindical, conforme alerta Siqueira Neto³⁴, ao dizer que o sistema brasileiro “não é democrático, não serve para realizar a negociação coletiva de trabalho, dificulta a participação dos trabalhadores e o diálogo social, não ajuda a composição voluntária dos conflitos e estimula - fundamentalmente pela ausência do contrapoder ao empregador - o crescimento geométrico dos processos trabalhistas de natureza individual (que é também um indicador do descumprimento das leis do trabalho no País).”

7. Conclusão.

Ante à severa precarização de garantias mínimas que a reforma trabalhista pode produzir, com graves prejuízos aos trabalhadores, como já se observa no Brasil, diversos juslaboralistas da região têm editado manifestações críticas à agenda flexibilizadora e desregulamentadora. É o caso de Genro³⁵, que promove uma argumentação comparativa de forte impacto:

“A partir deste movimento o Direito do trabalho é jogado na escuridão e na indeterminação. Eleito o inimigo número um do neoliberalismo, sai da condição de consolidador da tutela dos hipossuficientes para se tornar um instrumento de abertura das comportas, primeiro via doutrina, para a flexibilização necessária, que lastreia uma nova etapa de acumulação do capital. Os setores hegemônicos das classes dominantes com este movimento retomam, no sentido inverso (e com valores inversos), a luta pela construção de uma nova fase do Estado.

(...)

O velho Direito do Trabalho consolidou a civilização industrial; o novo Direito do Trabalho dissolve a sua estabilidade, implode a centralidade

específica que ele gestou e joga a sociedade, novamente, à beira de uma legalidade 'natural'. O velho Direito do Trabalho é um organizador-regulador da exploração acordada; o novo Direito do Trabalho é um instrumento de viabilização da barbárie, da livre contratação fundada em condições de maior desigualdade entre os sujeitos.

Da utilização freqüente das categorias centrais do Direito Civil, reorganizadas, rearrumadas, e reutilizadas no Direito do Trabalho, o novo Direito do Trabalho funde-se nas categorias 'puras' da economia e do 'direito econômico'. O parteiro do Estado de Bem-Estar torna-se instrumento indutor do projeto neoliberal e o Direito, todo, uma quase 'pura' determinação da economia."

Semelhante abordagem é apresentada por Neves³⁶, que denuncia a perda de identidade do Direito do Trabalho:

"Não se pode optar pela desregulamentação (ou por uma flexibilização imoderada e desatenta às peculiaridades do Direito do trabalho, o que valeria o mesmo), pois, assim, a própria autonomia do Direito Laboral estará ameaçada, pois ele se converterá em mero capítulo do Direito Econômico."

Tais inquietações encontram sua expressão na doutrina de Ermida Uriarte³⁷, em questionamentos absolutamente pertinentes a respeito do processo de reforma trabalhista na América Latina:

"existen dudas acerca de la necesidad real y los efectos de la flexibilización: si lo que se flexibiliza en Europa es un grado de protección 'rígida' no alcanzado en latinoamérica, qué cosa es la que vamos a flexibilizar?, que efectos tendría la flexibilización operando sobre tan bajos niveles? Y, para peor no será que en

América Latina se ha flexibilizado por vía directa del mero incumplimiento?"

Se no plano jurídico as medidas integrantes da agenda flexibilizante e desregulamentadora não convencem, no âmbito econômico as experiências podem considerar-se fracassadas, mercê dos exemplos de Argentina e Espanha. A pretensão de incrementar a empregabilidade mostrou-se falaciosa. Restaram apenas as marcas da queda de qualidade dos empregos existentes.

O custo social da reforma tem sido enorme. As medidas vão sendo implantadas sem maior reflexão em torno de sua efetiva necessidade, e sem o esgotamento de alternativas socialmente mais adequadas. Prevalece a idéia imediata de reduzir custos empresariais, a despeito de inúmeras provas de que a crise econômica atende a outras razões, mais profundas.

Esse, portanto, é o enfoque que consideramos válido perante o Projeto de Lei nº 5.483/2001, de mudança da CLT.

NOTAS:

1. MAURO DE AZEVEDO MENEZES, advogado trabalhista em Salvador - Bahia, vice-presidente do Instituto Bahiano de Direito do Trabalho, Assessor Jurídico da Regional Nordeste III do ANDES-SN, da APUB-SSIND e da ADUFS-SSIND.
2. DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social. São Paulo: Paz e Terra, p. 14, 1999.
3. BONAVIDES, Paulo. Do País Constitucional ao País Neocolonial. São Paulo: Malheiros, p. 139-140, 1999.
4. RICUPERO, Rubens. O Ponto Ótimo da Crise. Rio de Janeiro: Revan, p. 68, 1998.
5. FARIA, José Eduardo. O Direito na Economia Globalizada. São Paulo: Malheiros, p. 52, 1999.
6. FARIA, José Eduardo. Obra citada, p. 229.
7. BAYLOS, Antonio. Direito do Trabalho: Modelo para Armar. São Paulo: LTr, p. 105, 1999.
8. ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. O Moderno Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, p.

67, 1994.

9. HOBBSBAWN, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Cia das Letras, p. 543, 1995.

10. PEREIRA E SILVA, Reinaldo. O Mercado de Trabalho Humano. São Paulo: LTr, p. 66, 1998.

11. FARIA, José Eduardo. Obra citada, p. 229.

12. FREITAS JR., Antonio Rodrigues de. Direito do Trabalho na Era do Desemprego. São Paulo: LTr, p. 92, 1999.

13. BAYLOS, Antonio. Obra citada, p. 48.

14. Exemplo desta atitude pode ser localizado na doutrina de Neves, que identifica a flexibilização como "um processo de desregulamentação das relações laborais e retirada de benefícios previdenciários". (NEVES, André Luiz Batista. O processo de globalização e suas implicações quanto à flexibilização do Direito do Trabalho. In: ERGON - Órgão do Instituto Bahiano de Direito do Trabalho, Salvador, Ano XLIV, Volume XLIV, p. 6, 1999).

15. CATHARINO, José Martins. Neoliberalismo e Seqüela. São Paulo: LTr, p. 51, 1997.

16. VIEIRA, Maria Margareth Garcia. A Globalização e as Relações de Trabalho. Curitiba: Juruá, p. 65, 2000.

17. BOMFIM, Benedito Calheiros. Globalização, Flexibilização e Desregulamentação do Direito do Trabalho. In: Globalização, Neoliberalismo e Direitos Sociais, MACCALÓZ, Maria Salete, Et alii. Rio de Janeiro: Destaque, 1997.

18. VIEIRA, Maria Margareth Garcia. Obra citada, p. 17.

19. "A flexibilização, por último, busca afrouxar as rigidezes resultantes do Direito do Trabalho. O Direito do Trabalho cresceu sobre a base de suprimir liberdades, de restringir possibilidades, de limitar as opções do empregador. A flexibilização busca exatamente o contrário: recuperar liberdades e facilidades para o empregador. Há, então, uma oposição básica, frontal, de fundo, entre essas duas realidades. O discurso dos defensores da flexibilidade é o mesmo discurso dos que se opuseram, no princípio do século, ao surgimento do Direito do Trabalho. Com uma roupagem verbal apenas diferente: não se invoca a liberdade, como nessa época, mas a eficácia; mas continua-se invocando a competitividade, a inexorabilidade das leis do mercado, a necessidade de baixar custos. Esse discurso, levado às últimas conseqüências, conduz à destruição e à inoperância do Direito do Trabalho, como levado às suas últimas conseqüências o discurso dos empregadores e dos políticos

conservadores do princípio do século teria impedido que surgisse o Direito do Trabalho. (PLÁ RODRIGUES, Americo. *Los Principios del Derecho del Trabajo en la Perspectiva de la Integración Regional*. Montevideo: FCU, p. 15-16, 1991, apud SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. *Principiologia do Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr., p. 37, 1997).

20. “Só de maneira muito relativizada pode-se concordar com a flexibilidade, máxime na América Latina, onde as condições de trabalho, sobretudo os salários, são muito baixos. Como outros têm dito, nesta parte do globo, o Direito do Trabalho já está flexibilizado. (SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. *Principiologia do Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr., p. 37, 1997).

21. “El trabajo humano y el derecho que lo regula no son ajenos al contenido y efectos de las transformaciones que, en todo orden de cosas, derivan de los cambios profundos, acelerados e imprescindibles que actualmente vivimos. Una de las instituciones más emblemáticas del Derecho del Trabajo, la negociación colectiva, es ejemplo claro de ello. La negociación colectiva es tanto una institución jurídica laboral como una institución política, social y económica. (...) Como institución política es un instrumento fundamental en la extensión e profundización de la democracia, en cuanto ella es un mecanismo de participación en la toma de decisiones y en el logro de consensos que aseguren niveles apropiados de paz social. (...) Como institución social, la negociación colectiva es instrumento de extensión del concepto de ciudadanía, a la vez que es el medio apropiado para fortalecer la presencia y gravitación de la sociedad civil en el diseño y aplicación de la política pública del trabajo. (...) Como institución económica, la negociación colectiva es un medio idóneo para que las instituciones laborales - sin perder su esencia protectora - puedan manifestarse de forma que también resulten funcionales con objetivos de crecimiento y desarrollo, facilitando los procesos de transformación productiva que actualmente tienen lugar, especialmente en el marco de la globalización. (...) Como institución jurídico-laboral, la negociación colectiva es el medio para convenir normas que regulen el trabajo y las condiciones en que se realiza, así como las remuneraciones y las relaciones entre los sujetos sociales - empleadores y trabajadores y las organizaciones que los representan. (VALENZUELA, Emilio Morgado. *Necesidad, Funcionalidad y Viabilidad de la Negociación Colectiva*

en el Marco de los Actuales Procesos de Cambios: la Situación en Chile. In: *Estudios en Homenaje al Profesor William Thayer A. Santiago*: Sociedad Chilena de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, p. 162-163, 1998).

22. “A partir do papel a ser desempenhado pela liberdade sindical é que se pode averiguar a função da negociação coletiva e dos meios de composição dos conflitos coletivos de trabalho e, conseqüentemente, da legislação trabalhista, dos órgãos administrativos e judiciários, dos mecanismos privados auxiliares de composição dos conflitos trabalhistas, e reconhecer, enfim, a estrutura do Direito do Trabalho. Ou seja, o ponto de conexão e articulação estrutural do Direito do Trabalho é a liberdade sindical, que na verdade assume uma função preliminar, enquanto condição para a atuação dos direitos individuais e coletivos. Dela decorrem logicamente os demais institutos do Direito do Trabalho. (SIQUEIRA NETO, José Francisco. *Liberdade Sindical e Representação dos Trabalhadores nos Locais de Trabalho*. São Paulo: LTr., p. 18, 2000).

23. Tal perspectiva moderna encontra-se adequadamente preconizada por VILHENA: “Por outro lado, com o reconhecimento da organização sindical, dos contratos coletivos de trabalho, da ação coletiva, que são instituições jurídicas exclusivas do novo Direito, admite o Estado Moderno meios de pressão, juridicamente organizados, que traduzem a permanente necessidade de resguardar, com maior tônus jurídico, a defesa dos interesses de uma das partes do contrato individual do trabalho: o empregado. (VILHENA, Paulo Emilio Ribeiro de. *Relação de Emprego. Estrutura Legal e Supostos*. 2. ed. São Paulo: LTr., p. 38-39, 1999).

24. SIQUEIRA NETO, José Francisco, OLIVEIRA, Marco Antonio de. *As negociação coletivas no contexto do Plano Real*. Brasília: OIT, p. 71, 1999.

25. NEVES, André Luiz Batista. *Obra citada*, p. 26-27.

26. ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. *Obra citada*. p. 39.

27. Segundo VILHENA (obra citada, p. 37), a “explicação epistemológica do Direito do Trabalho” decorre do fato de que este “surgiu e se impôs como reação aos princípios individualistas e à igualdade abstrata consagrados pelo Código Civil.”

28. Esta linha doutrinária inclina-se pela virtual consagração de um Estado Econômico que, na lúcida crítica de CATHARINO (obra citada, p. 24) denuncia a concepção de um “Direito Econômico açambarcador” em conflito de natureza axiológica com os direitos laborais históricos. Para ele, a flexibilização não passa de uma “maneira de adaptação de normas jurídicas para atender alterações verificadas na economia”. (obra citada, p. 50).

29. VIEIRA, Maria Margareth. *Obra citada*, p. 24.

30. “À medida que aumentava o fosso entre ricos e pobres, parecia que aumentaria o espaço para o exercício desse poder global. O problema era que, desde a década de 70, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, politicamente apoiados pelos EUA, vinham seguindo uma política sistematicamente favorecedora da economia de livre mercado, empresa privada e livre comércio global, que servia à economia americana do século XX tão bem quanto servira à britânica de meados do século XIX, mas não necessariamente ao mundo.” (HOBSBAWN, obra citada, p. 556).

31. Como elemento propagandístico do processo de reformas neoliberais, foi cunhada a expressão “Custo Brasil”, que designaria as despesas que incidiriam indevidamente sobre as atividades dos empresários e dos investidores, sobretudo os estrangeiros, em decorrência de “leis ultrapassadas”, que garantiriam privilégios corporativos e abusos tributários. Os direitos trabalhistas mínimos costumam ser associados ao chamado “Custo Brasil”, com o objetivo de depreciar a resistência em sua defesa.

32. Artigos 7º a 11 da Constituição da República Federativa do Brasil.

33. CORDOVA, Efrén. *O Ocaso da arbitragem nos conflitos de interesses*. In: *Relações Coletivas de Trabalho - Estudos em homenagem ao Ministro Arnaldo Süssekind*. São Paulo: LTr, p. 556-572, 1989.

34. SIQUEIRA NETO, José Francisco. *Obra citada*. p. 21-22.

35. GENRO, Tarso. *Um futuro por armar - Estudo Preliminar*. In: BAYLOS, Antonio. *Direito do Trabalho: modelo para armar*. São Paulo: LTr, p. 18-19, 1999.

36. NEVES, André Luiz Batista. *Obra citada*. p. 38.

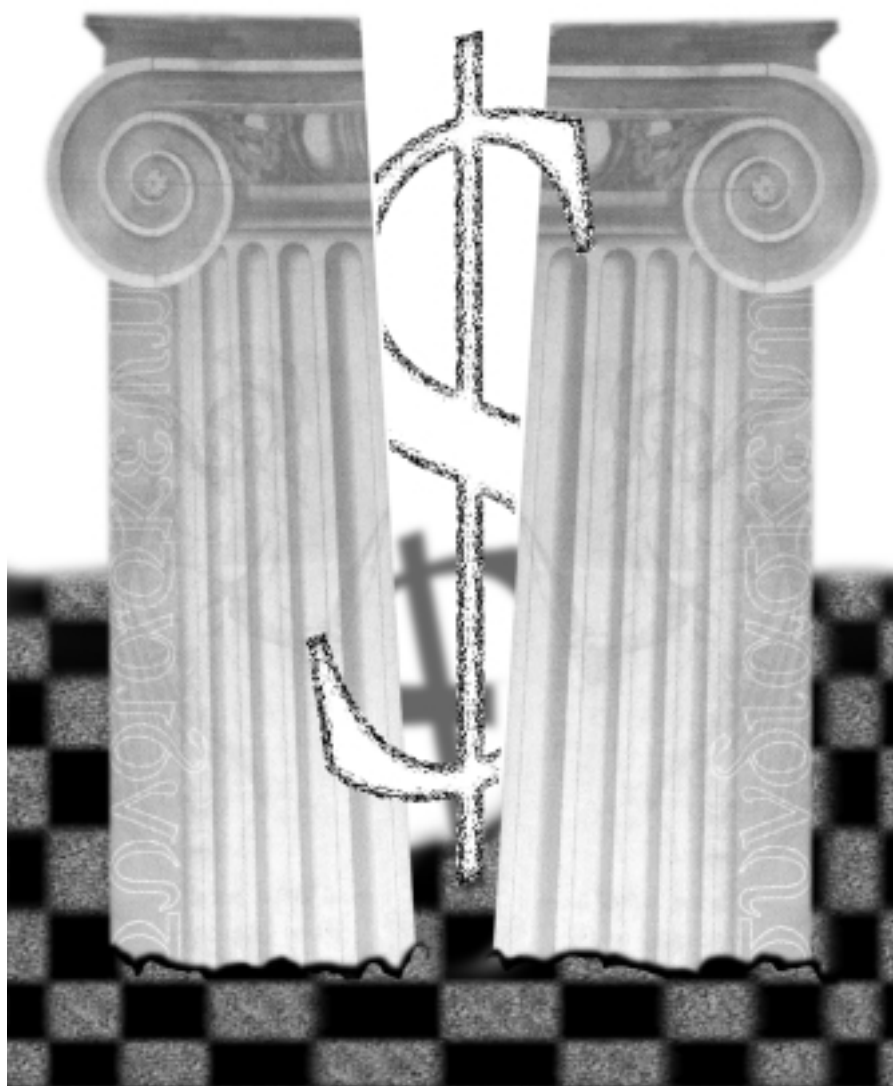
37. ERMIDA URIARTE, Oscar, citado por SLODKY. *Aspectos Legales de la flexibilidad laboral*. In: *Flexibilidad laboral. Aportes para un debate pendiente*, p. 160. Apud MAILHO, obra citada, p. 4-5.

Francisco Miraglia e Soraya Smaili*

“O financiamento público para a universidade pública é necessário”

As Universidades Públicas brasileiras vivem hoje um momento singular. Ao cabo de anos de uma política de desmonte e privatização das Universidades Públicas, nos últimos dois anos assistimos a manifestações fortes e contundentes contra o esquema que o governo federal e muitos governos estaduais tentam impor. Há pouco mais de um ano, professores, alunos e funcionários das universidades estaduais paulistas insurgiram-se contra o arrocho de salários e verbas através da greve. Mais recentemente, docentes e técnico-administrativos das Universidade Federais também sustentaram um duro embate com o governo federal. Ambos movimentos grevistas possuíam uma característica em comum : a ampla mobilização e organização, construindo a capacidade de conquistar um desfecho vitorioso. Neste momento, mais uma forte greve ocorre neste mesmo cenário : a das universidades estaduais do paraná.

Durante a greve das federais, o governo FHC mais uma vez mostrou a sua face autoritária, como no caso dos Petroleiros e do MST, entre outros. No lugar do respeito e de negociações efetivas, presenciamos atos incompatíveis com o exercício responsável e democrático do poder, todos dirigidos à



destruição da organização e da dignidade de professores e funcionários. O corte ilegal dos salários, as campanhas milionárias de desinformação da opi-

nião pública e de desqualificação dos professores que, para Paulo Renato, são “fascistas” e, para FHC, “coitados”, o desrespeito a compromissos assumi-

dos publicamente e as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal são alguns exemplos da postura política adotada pelo governo FHC, quando é pressionado por movimentos sociais organizados. É desnecessário dizer que a banqueiros e a grandes industriais estão reservados muito dinheiro e tratamento de dignitários. Só a coesão e a organização do movimento dirigido pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN), em defesa da Universidade Pública garantiram arrancar do governo melhorias significativas dos salários e das condições de vida e trabalho dos seus profissionais. É importante registrar que persistem problemas graves de financiamento da Universidade Pública, em particular, da reposição dos quadros docente e técnico-administrativo.

As greves dos últimos anos têm também o papel de explicitar para a opinião pública a inadequação da política do governo FHC, em relação à Educação, em particular, à Educação Superior. Como disse o Professor Luís Costa Lima, é preciso atentar para algo “que raia o incompreensível : o desmonte da Universidade de um país que demorou a construí-la... Como se manter indiferente?” (Folha de São Paulo, 20/01/02). Neste aspecto, a participação ativa dos estudantes é um fato politicamente significativo, pois contribui de forma importante para a defesa de uma idéia que ataca o cerne da perspectiva privatista que norteia a ação governamental. Sem serviços públicos de qualidade, em particular, na área de Saúde e de Educação, em todos níveis, não há possibilidade de exercício pleno da cidadania, condição essencial para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As greves mostraram também que só a mobilização massiva é capaz de reverter a diretriz de destruição dos serviços

públicos essenciais, sem os quais aumentarão ainda mais a exclusão e o empobrecimento da maioria da população brasileira. A Argentina, por exemplo, sob a direção de governos que eram pupilos aplicados do FMI e do Banco Mundial, foi destruída por políticas com diretrizes análogas às preconizadas pelo governo FHC e aliados. Não custa nada aprender com as experiências históricas ao nosso dispor.

Durante as greves, um debate volta sempre: a questão do financiamento das Universidades. Durante a greve das federais, o Ministro Paulo Renato declarou a necessidade de privatizar o ensino (Folha de São Paulo) e, não satisfeito, continua afirmando que as “...universidades devem buscar fontes de financiamento” (Uol educação 17/01/01). Já não é de hoje que os governos conservadores do nosso país falam, repetida e incansavelmente, do Sistema Público Universitário no Brasil. Entre outras coisas, a Universidade Pública tem sido rotulada de perdulária, ineficiente e até mesmo de corporativista. Hoje acrescentaram a esse discurso a afirmação de que o sistema não se sustenta e que um país “pobre” não tem como mantê-lo. Muitos são os clamores para a reformulação do sistema e para a necessidade de torná-lo “moderno” e de “rediscuti-lo”.

Durante o governo FHC, conservador como os anteriores, a cantilena não mudou: propalam que a Universidade Pública precisa ser reformulada, indicando a privatização como solução necessária e urgente. Querem fazer crer que a proliferação de universidades particulares e a concessão de bolsas de estudos às custas de juros impraticáveis seriam a solução para o sistema. Quem acredita? Está claro que o recente caso de analfabetos aprovados em exames vestibulares não ajuda em nada os argumentos do governo federal.

O discurso da falta de recursos para

As greves mostraram também que só a mobilização massiva é capaz de reverter a diretriz de destruição dos serviços públicos essenciais, sem os quais aumentarão ainda mais a exclusão e o empobrecimento da maioria da população brasileira.

o serviço público tem servido de pretexto para o arrocho de salários e verbas, tendo a comunidade acadêmica vivido, nos últimos 7 anos, uma das maiores reduções orçamentárias que se tem notícia. O volume de recursos públicos nominais das Universidades Federais que, em 1995, era de R\$ 5,7 bilhões, passou a R\$ 7,4 bilhões, em 2000. Como o menor índice de inflação para o período (IPC-FIPE) foi 58,22%, a correção dos valores de 95 nos levaria à casa dos 9 bilhões de reais, ou seja, cerca de 19 % a mais do que o efetivamente aplicado. E isto só para permanecer no patamar de 95, sem a necessária expansão do sistema. A tática é conhecida: alegam-se ineficiência e desperdício, arrocham-se os salários e as verbas, inviabiliza-se a capacidade de trabalho de um setor público essencial para depois vendê-lo por um precinho módico ao setor privado. Assim, estes podem enriquecer com as necessidades sociais de Educação e Saúde da Nação.

Fruto do esforço dos profissionais que trabalham no sistema Universitário Público, no período de 1995 a 2000 e apesar da diminuição real dos recursos, houve um aumento de cerca de 30% nas vagas dos cursos de graduação oferecidos. Na Universidade Federal de São Paulo, que não e muito

As Universidades Públicas continuam oferecendo mais de 89% dos cursos de pós-graduação, fazem mais de 80% da pesquisa do país, proporcionam 91% das publicações acadêmicas e têm os cursos mais bem avaliados - seja qual for o instrumento de avaliação.



diferente das demais Universidades Federais, houve uma diminuição do orçamento para pessoal ativo de 120 milhões para 84 milhões e, ao contrário do que querem fazer crer, não houve um aumento da folha dos aposentados, que se manteve praticamente igual, com 23 milhões. Por outro lado, o número de docentes e técnicos diminuiu e ao final de 2000, o déficit nas Instituições Federais era de 8 mil docentes (num total de 40 mil) e de 20 mil técnicos. No entanto, o trabalho realizado pelos servidores não estagnou ou diminuiu, ao contrário, apenas aumentou. As Universidades Públicas continuam oferecendo mais de 89% dos cursos de pós-graduação, fazem mais de 80% da pesquisa do país, proporcionam 91% das publicações acadêmicas e têm os cursos mais bem avaliados - seja qual for o instrumento de avaliação. Ou seja, a ladainha governamental não tem nenhum fundamento, embora seja propalada aos quatro ventos, com a colaboração da grande mídia, que freqüentemente representa os interesses do lucro, a partir das necessidades básicas do população brasileira.

Surpreendentemente, o modelo utilizado como exemplo pelos nossos governantes continua sendo o sistema norte-americano. Dentre as muitas inverdades, afirmam que o nosso sistema está errado porque depende essencialmente do dinheiro público, enquanto que, em países mais desenvolvidos, o sistema funciona com recursos privados para a manutenção de suas universidades e para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Durante os últimos 7 anos, esta falácia obteve aliados dentro da comunidade acadêmica. Isso suscitou uma onda crescente de venda de serviços, obtenção de salários por consultorias e pagamento de mensalidades para cursos de especia-

lização e mestrados "profissionalizantes", agredindo o caráter público da Universidade e aprofundando o uso de sua capacidade instalada, tanto física quanto intelectual, para ganho privado. Está claro que este processo está articulado com o estrangulamento do orçamento e dos salários, criando um ambiente perfeito para a desobrigação governamental.

Talvez, o mais surpreendente seja conhecer o sistema educacional de alguns países centrais e ver que os argumentos que nossos governantes tentam impor ao mostrar outros exemplos, podem ser facilmente desconstruídos. Algumas perguntas podem então surgir neste debate :

Em países desenvolvidos, o ensino é privado?

Não. O governo americano, por exemplo, investe amplamente em educação e pesquisa. Apesar de a maior parte do ensino ser de responsabilidade dos governos dos estados e municípios, o governo federal dos EUA aplica 30 bilhões de dólares anuais em educação. Todos os estados americanos têm o seu sistema estadual universitário, que conta com um grande número de universidades, escolas técnicas e institutos de pesquisa. Para citar um exemplo, apenas no Sistema de Ensino de Superior de Maryland, o décimo terceiro no país, gasta-se anualmente 1,7 bilhão de dólares. Isso em apenas uma instituição norte-americana. Por outro lado, no Brasil, o custeio de todo o sistema federal de ensino superior não passa de 2,5 bilhões de dólares.

Outro aspecto relacionado a esta questão diz respeito à cobrança de mensalidade como fonte alternativa de financiamento. Nos sistemas europeus, em geral, não há cobrança de mensalidades, com algumas poucas exceções. Na França, o sistema é gra-

tuito. O mesmo acontecia até recentemente na Inglaterra, que hoje cobra mensalidades, porém, a maior parte dos alunos têm bolsas concedidas pelo governo. Nesses países, praticamente não existem as Universidades totalmente privadas que seguem o modelo mercantilista existente no Brasil. Nos Estados Unidos, há várias universidades privadas, mas com características diferentes das do Brasil, pois muitas delas realizam pesquisas, sendo que os recursos provenientes das mensalidades (menos de 20%) não são suficientes para custear a totalidade do trabalho nestas universidades. Por outro lado, há uma grande oferta de Universidades Públicas em todos os estados americanos.

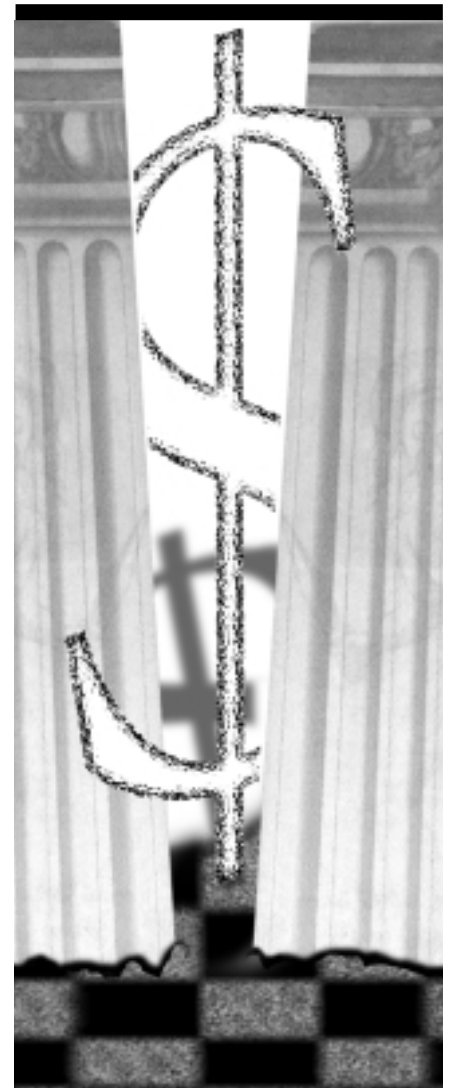
Nos Estados Unidos, país liberal por excelência, o setor privado financia a maior parte das pesquisas ?

O setor privado norte-americano certamente investe bastante em pesquisas e tem tradição neste tipo de financiamento. Ao contrário da indústria brasileira, no sistema norte-americano, o setor privado investe apenas 40% do total aplicado em pesquisa e desenvolvimento. Este total corresponde a 3,5% do PIB americano, que é de 7.1 trilhões de dólares. O governo norte-americano cobre mais de 50% dos gastos totais com pesquisa em desenvolvimento em todas as áreas. Somente na área de ciências biomédicas e ciências da saúde, através de seu Instituto Nacional da Saúde, o "National Institutes of Health" (NIH), gastam-se 16 bilhões de dólares anuais (corrigidos anualmente em cerca de 3% ou de acordo com a inflação). Dentre estes 16 bilhões, mais de 10 bilhões destinam-se a financiamento de pesquisa em diferentes universidades, em todo o país. Mais de 3 bilhões são aplicados em pesquisa dentro de seus institutos e o restante destina-se

ao pagamento de estudantes e pós-doutorandos em treinamento.

Por outro lado, aqui a indústria não financia pesquisas, a menos que agências públicas de financiamento, como a Fapesp e Finep, criem programas de interação, e quem entra com o maior investimento é o erário público. As agências de financiamento de pesquisa não totalizam 2 bilhões de reais, aplicados em todas as áreas do conhecimento. Em todo o sistema Federal, que inclui as Universidades e Institutos Federais e onde e feita boa parte da pesquisa, o gasto não ultrapassa muito a cifra dos 7 bilhões (incluindo gastos com funcionários e manutenção). Ainda assim, no âmbito federal, os investimentos feitos pelas agências federais de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq, vêm sendo drasticamente reduzidas a cada ano.

Ainda nos EUA, a pesquisa básica também é financiada, quase que exclusivamente por dinheiro público. Há alguns anos, discutia-se, no Congresso Americano, uma redução neste item de despesa orçamentária. Presidentes e executivos de alta linha (CEO's) de algumas das maiores multinacionais do planeta assinavam matéria paga no Washington Post, fazendo a defesa das Universidades e da pesquisa financiada pelo dinheiro público. Afirmavam que, sem o investimento público de larga escala, estava ameaçada o "american way of life". A busca de lucro a curto prazo inviabiliza o investimento estratégico necessário para a produção de conhecimento das leis naturais, sem o qual é impossível alcançar o desenvolvimento tecnológico. A direção política do capitalismo pode ser tudo, mas não é intelectualmente raquítica. Ao contrário dos seus propagandistas nestes "Estados Unidos" do Brasil.

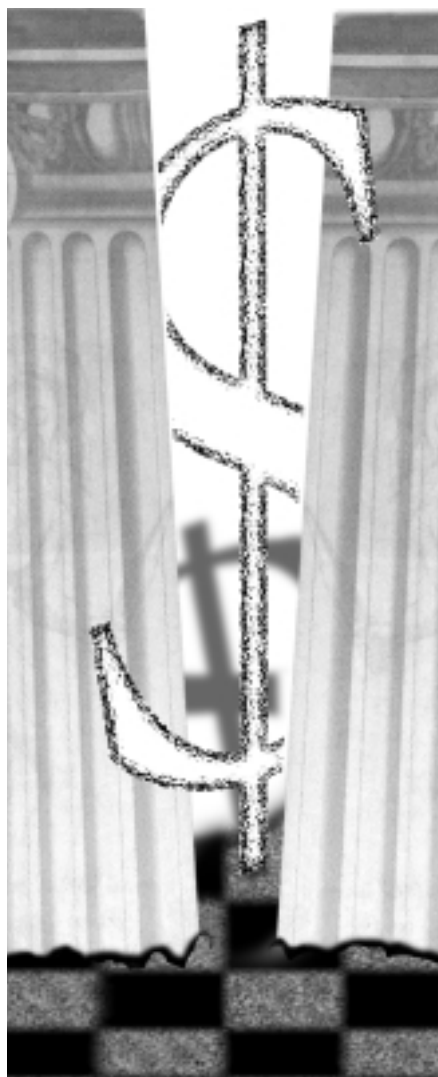


Aqui a indústria não financia pesquisas, a menos que agências públicas de financiamento, como a Fapesp e Finep, criem programas de interação, e quem entra com o maior investimento é o erário público.

Como são os salários dos professores em países mais desenvolvidos ?

Como exemplo, podemos citar alguns dados da Universidade de Maryland, instituição pública estadual nos EUA, onde os médios mensais são de 4,3 mil dólares (cerca de 12 mil reais) para o professor em início de carreira, e de 7,8 mil dólares (cerca de 21 mil reais) para o professor em estágio mais avançado da carreira. Estas cifras são gerais, pois as instituições preferem não perder pessoal simplesmente por diferenças salariais nominais. A nossa realidade brasileira é bem diferente, pois os professores das Instituições Federais de Ensino Superior têm salários de 1,5 mil reais, em início de carreira, chegando a um máximo de 4,8 mil reais, ao final. Estes valores incluem adicionais por titulação (incluindo doutorado) e exigem do professor a Dedicção Exclusiva. Ou seja, a impossibilidade de ter outros empregos ou acumular funções. Para piorar, apenas 10-15% dos professores chegam ao topo da carreira, já que este nível depende de concurso e de abertura de vagas que é extremamente restrita. A análise mais geral mostra que a grande maioria dos professores recebe entre 2 e 3 mil e uma parcela considerável têm salários abaixo dos 1,5 mil (Folha de São Paulo). Apesar disso, o Ministro da Educação tem afirmado que a maioria dos Professores Federais ganham em média 4 a 5 mil reais mensais. Um tanto longe do mundo real.

Estes foram alguns exemplos de análise crítica de afirmações que costumamos ouvir dos pontífices da privatização. Assim como a natureza da sociedade americana tem raízes na sua história, a história social brasileira gerou especificidades que nos são próprias. A cópia pura e simples de políticas é, portanto, sem sentido. Mas esta obviedade não parece constranger aqueles que, interessados na destrui-



ção do sistema público, recomendam um arremedo, nem remotamente parecido com o original. Por que será que não recomendam tratamento penal para sonegadores de impostos ? Ou escala progressiva para o imposto sobre a renda ? É importante frisar que a indústria no Brasil não irá, a médio prazo, aplicar uma soma significativa de dinheiro em desenvolvimento tecnológico. Os grandes produtores de ciência aplicada têm os seus países sede como principal foco de investimento. Pretendem, isto sim, que brasileiros paguem, como valor agregado e gerando lucro, a pesquisa que fizeram nos seus laboratórios nos EUA, na Europa e no Japão (e.g., a indústria farmacêutica). A conclusão é simples : a

pesquisa e o desenvolvimento tecnológico devem ser financiados pelo dinheiro público, ou então a nossa dívida social não irá, jamais, deixar de crescer.

Torna-se irônico descobrir que os exemplos mais comumente utilizados para nos oprimir, enquanto professores e pesquisadores, possam ser tão facilmente refutados. Poderíamos até ser surpreendidos, se estas mesmas considerações fossem feitas utilizando como base países com tradição em investimentos sociais e em educação pública, como a França ou os países escandinavos.

Na realidade, ao pensarmos os países chamados "desenvolvidos", uma diretriz fica clara: não existe desenvolvimento e autonomia sem investimento maciço em educação e pesquisa, em todos os níveis. Desta forma, é inaceitável que um professor e/ou um pesquisador não tenha um salário que o habilite a viver com dignidade, sem ter que ficar pensando em como "vender a alma". Não precisamos copiar nenhum sistema, precisamos apenas aplicar o óbvio. Este mesmo óbvio, que a maioria dos governantes brasileiros, para atender aos interesses externos que controlam, fazem de tudo para que não sejamos capazes de enxergar.

Francisco Miraglia - Professor Titular da Universidade de São Paulo, doutor em lógica pela Universidade de Yale, é Pesquisador Convidado da Universidade de Paris VII, foi Professor Visitante da Universidade de Oxford (90-92) e Universidade de Maryland (97-98).

Soraya S. Smali - Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo e Presidente da ADUNIFESP - doutora em Farmacologia pela Unifesp, pós-doutora pela Universidade Thomas Jefferson (1997), foi Pesquisadora Visitante do National Institutes of Health (EUA) (98-99).



Avaliação da greve de 2001, das IFES, pelo CNG*

Histórico

Uma avaliação do movimento da greve que ora se encerra deve levar em conta a conturbada conjuntura nacional e internacional em que ela se desenvolveu. Nas dezenas de avaliações de conjuntura que o CNG/ANDES-SN enviou em seus Comunicados, tratou-se de caracterizar o quadro da crise estrutural capitalista e de suas manifestações mais recentes, na periferia do sistema - como no caso da crise Argentina - ou mesmo no seu centro dinâmico - a economia norte-americana. Tratou-se também do peso dos ataques aos símbolos do capital financeiro e do poderio militar dos EUA, em 11/09/01. Os efeitos perversos da reação americana, com a guerra no

Afganistão e o generalizado esforço de cerceamento dos direitos civis e repressão aos movimentos sociais contrários à ordem também foram objeto de nossas avaliações. No Brasil, o quadro de desgaste político do governo FHC, acompanhado de seu esforço derradeiro para aprovar uma nova etapa de reformas ainda mais radical na quebra dos direitos dos trabalhadores - como no caso da precarização da CLT - forneceram uma moldura importante para as análises de conjuntura do Comando.

Se, por um lado, seria imprudente tentar, em espaço curto, reproduzir a riqueza de tais avaliações, que facilitaram ao Movimento posicionar-se em cada etapa da greve; por outro, uma greve de mais de cem dias possui sua

própria história, e esta foi recuperada em diversas das análises que buscaram compreender as razões de um início de greve tão forte, da adesão generalizada ao movimento, da resistência aos mais duros ataques impostos pelo governo, das mudanças táticas do movimento, acompanhadas de coerência de princípios, dos limites de cada fase da conjuntura, bem como de nossos avanços parciais. Haverá espaços mais adequados para uma recuperação ainda mais detalhada da trajetória da greve, elemento essencial para uma qualificação adequada de um movimento indiscutivelmente histórico.

Este, porém, é o momento do balanço. Ou, de um primeiro esforço de balanço que possa dar ensejo a avaliações mais aprofundadas, nas bases e nas instâncias deliberativas do Sin-

Não é possível negar o saldo político positivo de uma greve que nacionalmente parou todas as Instituições Federais de Ensino Superior ligadas ao Andes-SN e, em cada instituição, as atividades da esmagadora maioria da categoria.

dicato Nacional. Desse ponto de vista, é necessário começar pelo juízo de valor. Todas as greves que fizemos até aqui foram necessárias. Nelas, conquistamos direitos, garantias, melhorias para os docentes e a Universidade. Quando isto não foi possível, pudemos perceber, ainda assim, o saldo positivo de termos bloqueado o avanço do projeto de desmonte da Universidade Pública. Essa consciência de que o saldo das greves se mede pela sua consequência histórica, e não por eventuais conquistas nas suas pautas específicas, não deve obliterar o sentimento com que todos saímos desta greve: foi uma greve vitoriosa!

Iniciando em agosto como greve unificada dos Servidores Públicos Federais, atravessou setembro e outubro como greve da área da Educação Federal (mantendo-se forte também na Saúde e na Previdência), para chegar a novembro e dezembro como greve dos docentes e dos estudantes das Instituições Federais de Ensino.

Não é possível negar o saldo político positivo de uma greve que nacionalmente parou todas as Instituições Federais de Ensino Superior ligadas ao Andes-SN e, em cada instituição, as atividades da esmagadora maioria da categoria. Torna-se, portanto, inevitável estarmos impregnados pelo gosto da Vitória, arrancada, após 108 dias de greve, com muita determinação, persistência e perseverança pelo Movimento Docente, em um dos mais consistentes e duros embates contra as políticas de destruição das Instituições Federais de Ensino propostas por Fer-

nando Henrique Cardoso/Pedro Malan/Paulo Renato, orientados por mecanismos internacionais de submissão dos países emergentes.

Consolidamos um dos mais fortes movimentos sindicais de caráter confrontacional, reconhecido na conjuntura atual no Brasil. A prática e a organização interna, o respeito à democracia e às instâncias deliberativas do Movimento, a sábia direção do Comando Nacional de Greve, a firme orientação da Direção do Sindicato permitiram que nos mantivéssemos em greve com grande adesão imediata das 52 Universidades e encerrássemos, hoje, vitoriosos e unificados. Em todas as IFE, a greve paralisou mais de 90% das atividades e mobilizou-nos para pressionar os Conselhos Superiores a assumirem uma postura mais ativa na defesa da Universidade.

Conquistas

O saldo da greve, em relação à sua pauta, é inequivocamente positivo. **No âmbito político**, estancamos o **Projeto de Emprego Público**, com sua proposta de precarização do contrato de trabalho do servidor, baseado em aumentos via gratificações produtivistas e um regime de CLT manietado, num momento em que a própria CLT está também sob ataque desregulacionista. **Novos concursos, com contratos regidos pelo RJU**, além dos 2000 já em andamento, serão abertos. **Enterraram-se, ao menos na conjuntura atual, as propostas de retomada da cobrança do desconto previdenciário sobre os aposentados e pen-**

sionistas, estendendo a eles 60% da GID. Avançamos em valores e critérios e **diminuímos as diferenças salariais da categoria, com a equiparação da GID à GED entre professores de 1º, 2º e 3º graus. Diminuímos o peso das gratificações no vencimento, através do reajuste na tabela. É menos do que queríamos, mas muito mais do que conseguiríamos (nada) sem a greve. Abortamos uma candidatura à Presidência da República. Expusemos ao fracasso a política de destruição do Sistema Federal de Ensino Público, gratuito e socialmente referenciado pretendida pela política educacional de Paulo Renato. Forçamos o governo de FHC a explicitar suas mais ardilosas iniciativas para destruir o sindicalismo no Brasil. Conseguimos comprometer o MEC com a instalação de mesas de negociação e grupos de trabalho sobre financiamento da Universidade, recomposição dos quadros, carreira (incluindo-se nessa mesa a discussão sobre GED e GID) e hospitais universitários, entre outros. Além disso, garantimos uma recuperação em nosso vencimento básico que atingiu a todos e sobre o qual incidirá o reajuste geral do funcionalismo.**

Ampliamos nossos canais de interlocução, a partir da atuação conjunta com os técnico-administrativos e com os estudantes, o que fez crescer nossa capacidade de intervenção no plano institucional - Parlamento, Tribunais e no próprio MEC - e nas ações de rua. Iniciativas como passeatas, "trançaços", aulas públicas, envolveram um número expressivo de professores em atividades do Movimento e isso nos possibilitou mostrar à população um pouco daquilo que a Universidade produz e, em parte, devido a esse fato, conseguimos conquistar um expressivo apoio da sociedade e da mídia. Lutamos aliados aos demais Servidores Públicos Federais mantendo, dentro do plano

estratégico, pautas e ações unificadas. Fortalecemos a compreensão da necessidade de nos unificarmos institucionalmente: professores, estudantes e técnico-administrativos, de modo a pautar, no cenário político nacional, o fracasso das políticas educacionais de Fernando Henrique Cardoso.

O movimento unificado dos SPF tornou possível a discussão em outro patamar. No setor da Seguridade, que conosco permaneceu em greve por mais tempo, conquistas foram alcançadas. Nas IFE, os técnico-administrativos barraram a tentativa de se impor uma gratificação produtivista e variável, que poderia representar perdas salariais para alguns - a GEDAE - e incorporaram a GAE. Os estudantes avançaram na obtenção de recursos e no retorno da rubrica da Assistência Estudantil aos orçamentos das universidades. Porém, temos o saldo extremamente positivo da unidade na luta com os Servidores Públicos Federais e, no interior das IFE, saímos em condições mais favoráveis para ampliarmos o grau de unidade na ação entre o ANDES-SN, a FASUBRA SINDICAL, o SINASEFE e a UNE.

Os **ganhos econômicos** foram distribuídos da maneira mais justa possível, sem abrir mão dos nossos princípios. **Conquistamos no Parlamento a aprovação do Projeto de Lei nº 5805/01**, após esgotar as possibilidades de negociação com o Executivo. Foram dez anos sem aprovação de um Projeto de Lei no campo da Educação que nos fosse tão favorável. Forçamos o Executivo a concordar com o Termo de Acordo para instalação de mesas de negociação com o ANDES e o SINASEFE, coordenadas pela ANDIFES e CONCEFET para tratar da carreira e financiamento das IFE; **obtivemos vitórias junto ao Judiciário** pela justiça das reivindicações e por estarmos conforme às leis; **permanecemos diariamente na mídia nacional**, que deu



destaque à problemática das Instituições Federais de Ensino, em meio a uma conjuntura internacional complexa de recessão econômica, com os acontecimentos do 11 de setembro nos Estados Unidos e a guerra contra o Afeganistão em pleno curso. Explicitamos, enfim, que existem alternativas de horizonte histórico para as IFE.

Os **ganhos morais e éticos** podem ser reconhecidos em nossa determinação, vontade política e resistência. Sem salários, ameaçados, acusados pelo Presidente da República e seu Ministro da Educação, que diariamente buscaram desqualificar-nos (categoria e Sindicato) e humilhar-nos. Mas nós não nos dobramos; muito pelo contrário: radicalizamos a vontade de ver um final vitorioso na greve. Greve que poderia ter sido resolvida imediatamente, não fosse a intransigência do Governo e a incompetência política do Ministro da Educação. Consolidamos, nestes 108 dias de greve, uma perspectiva de Sindicato combativo, de luta, democrático e autônomo, que atuou de forma unificada a partir de amplo debate interno.

Fomos solidários uns com os outros, nos apoiamos mutuamente. Recebemos solidariedade de vários setores da sociedade brasileira - OAB, CNBB, MST, CUT entre outros -, bem como de entidades internacionais como os sindicatos da Argentina, Espanha, Portugal,

Chile, Uruguai, entre outros e de entidades como a CLACSO (Confederação Latinoamericana de Ciências Sociais) e a AELAC (Associação dos Educadores Latinoamericanos e do Caribe). Tínhamos a certeza de que não estávamos sós na luta, que continua com novos contornos e iniciativas.

Assim, a greve que se iniciou com a bandeira da **defesa da Universidade Pública**, em meio à luta maior em **defesa do Serviço Público**, adquiriu, pelo peso do inimigo que enfrentou, uma característica de **defesa dos direitos sindicais** e, diante das arbitrariedades do governo, de **defesa do próprio Estado de Direito e da democracia**. Uma vitória desta greve é, portanto, uma vitória em várias frentes: na pauta, ao contrapormos uma alternativa ao projeto de Universidade do governo, na consolidação interna e externa dos setores que se dispõem a defender a Universidade Pública e, além disso, no enfrentamento às arbitrariedades anti-sindicais e anticonstitucionais do governo FHC.

Balanco

Um balanço mais profundo, porém, deve abarcar outras dimensões. A greve ganhou novas dimensões pelo esforço repressivo mobilizado pelo governo para tentar não apenas pôr fim ao movimento, mas também ao próprio Sindicato. Intensa repressão poli-

cial às manifestações em Brasília, interditos proibitórios, retenção ilegal de salários, multas; tudo foi feito no sentido de criminalizar a ação sindical dos trabalhadores das IFE e o movimento estudantil. Por fim, com o descumprimento dos acordos negociados, com a burla a decisões judiciais (culminando com o pedido de habeas corpus preventivo do Ministro Paulo Renato) e com o pacote antigreve de 13 de novembro, vezes as mais diferentes se levantaram para afirmar que as ações do Executivo afrontavam o Estado de Direito. Essa greve deve ser avaliada, portanto, pela vitória sobre o governo nessas frentes, pelos seus componentes de vitória na defesa do Serviço Público, na defesa dos direitos sindicais e na defesa das garantias democráticas. Em cada IFE e nacionalmente, a greve representou ainda a certeza de que um Sindicato que se negue a aceitar passivamente a ordem e se disponha a manter a perspectiva classista e combativa faz diferença. E um Sindicato assim não é resultado de uma Direção apenas. Ao contrário, só com uma disposição deste tipo permeando a maior parte da categoria é possível impulsionar uma Direção disposta à luta. O grau de envolvimento dos docentes das IFE nessa greve demonstra a representatividade e legitimidade dos Comandos (CLG e CNG), das Assembleias Gerais e das Direções do ANDES-SN e das Seções Sindicais. Mais ainda: demonstra que a maioria dos professores, tendo a certeza de que as saídas individuais, segmentadas ou departamentalizadas, não resolvem os graves problemas enfrentados pela Universidade e a sociedade brasileiras, somam-se à luta coletiva.

Houve também uma outra frente de luta que foi preciso enfrentar. Aquela aberta pelas mentiras de Paulo Renato, que afirmou inicialmente estarem as universidades vivendo uma época

de prosperidade, graças à política aplicada pelo Governo Federal. Rios de dinheiro em publicidade foram gastos pelo MEC para tentar fazer passar tais mentiras, acompanhadas de uma tentativa de desqualificar o movimento e o Sindicato. Não há espaço para reproduzir aqui toda a cantilena de Paulo Renato. Os fatos o desmentiram e a greve passou enquanto suas intenções - estas, sim, políticas, mas com sentido eleitoreiro - naufragaram.

Mas qualquer balanço seria incompleto se nos faltasse o esforço de apontar para adiante os desdobramentos da greve. A volta às aulas, em cada instituição, deve ser marcada pela **manutenção da unidade com os estudantes e os técnico-administrativos** na definição das regras para uma reposição integral e de qualidade. Essa unidade será ainda mais importante nas lutas necessárias em cada instituição pela **democratização efetiva dos Conselhos Superiores e da escolha de dirigentes**. Assim como na **luta para barrar o avançado processo de privatização interna**, com os cursos pagos e as fundações de apoio. Ou ainda, nas batalhas acadêmicas, como as que se desenham em torno de diretrizes curriculares, cursos sequenciais, "avaliações" de condições de oferta, "provão" e tantos outros instrumentos nefastos de amesquinamento do trabalho universitário. Do mesmo modo, na luta em torno de uma **política de Ciência e Tecnologia** adequada às necessidades de produção do conhecimento para superação das desigualdades, com garantias de verbas e qualificação dos quadros, a se realizar de forma a **garantir o padrão unitário de qualidade** e repudiando as formas fragmentadoras dos modelos "núcleo de excelência" ou "Instituto do Milênio". Nas pautas, ainda temos muito a conquistar. Nós, professores, precisamos **avançar mais na incorporação das gratificações** e nos pontos que fi-

caram para mesas de discussão com o MEC; os técnico-administrativos ainda estão com seus salários bastante defasados; os estudantes têm pela frente o desafio de enfrentar a política discriminatória das agências de fomento na concessão das bolsas.

É preciso também enfatizar que só foi possível conquistarmos nossa vitória, num contexto tão desfavorável, pela firme adesão e mobilização dos professores das 52 Universidade. Essa firmeza, sem dúvida, fez uma enorme diferença na condução do Movimento, superação de momentos delicados e na definição de um método de trabalho, respaldando os companheiros que participaram das Mesas de Negociação. A confiança dos estudantes, consolidada na parceria ao Movimento, certamente foi um grande motor propulsor nas horas mais difíceis. O apoio dos técnico-administrativos, presentes na luta conjunta, notadamente nas manifestações, contribuiu para a visibilidade que a greve adquiriu em todo o seu processo. Por fim (mas não por último), as múltiplas demonstrações de apoio de pais de alunos e dos cidadãos brasileiros fazem-nos ter a certeza de nada foi em vão.

Comemoremos, pois, a vitória nessa etapa da luta, atentos para a necessidade de muitos outros embates e da ação cotidiana para trazer para o dia-a-dia do trabalho universitário a defesa conseqüente e (neste caso, sim) intransigente do projeto de Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e Socialmente Referenciada.

Permaneçamos, portanto, mobilizados, para não apagar o futuro. A luta continua e é para vencer!

Brasília, 07 de dezembro de 2001.
COMANDO NACIONAL DE GREVE DO ANDES-SN

* IFES: Instituições Federais de Ensino Superior; CNG: Comando Nacional de Greve.

**Entrevista:
Miriam Limoeiro Cardoso**





Miriam Limoeiro Cardoso

Por Antônio Ponciano Bezerra

Professora de Sociologia, da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, **Miriam Limoeiro Cardoso**, que concede à revista *Universidade e Sociedade* esta entrevista, tem uma longa história de militância no Movimento Docente Nacional, com destaque nas funções de vice-presidente e presidente da ADUFF-S.Sind e vice-presidente Regional Rio de Janeiro - ANDES-SN - gestão 86/88.

Universidade e Sociedade - *O ANDES-SN apresenta a singularidade de ter se constituído enquanto movimento social e ter se transformado em sindicato nacional. Quais as características que V. apreende como mais relevantes ou mais significativas nesta trajetória do ANDES-SN ?*

M.L.C. - Atribuo grande importância ao movimento docente e à sua estruturação no ANDES-SN, tanto no cenário dos movimentos sociais, quanto do sindicalismo no Brasil. No meu entender, esta importância decorre, principalmente, da forma autônoma e democrática que o movimento assumiu historicamente e que vem mantendo

na sua organização sindical.

Em primeiro lugar, me refiro à democracia interna do movimento e da estruturação das AD-SS e do ANDES-SN, em que a tomada de decisões se faz ou diretamente ou por meio de representação ampla da base, em espaço público e aberto, através de procedimentos transparentes e do debate coletivo, face a face, de posições tomadas pela base.

Na história do movimento docente, ao que eu saiba apenas com umas poucas exceções, as direções têm caráter executivo e são constituídas, tanto ao nível local quanto nacional, por eleição direta dos professores de cada

Instituição de Ensino Superior. As principais instâncias deliberativas são as Assembléias Gerais, em que os professores se reúnem face a face para discutir e decidir diretamente, e a instância máxima se dá nos Congressos, em que o corpo deliberativo é formado por delegados eleitos pelas Assembléias Gerais de cada Associação de Docentes - Seção Sindical, segundo critério de proporcionalidade. É muito bonito o funcionamento na prática de todo esse processo.

Numa sociedade em que a mercantilização se tornou generalizada e em que a dominação, através da ideologia e do controle, se tornou também generalizados, a existência de espaços sociais formados por relações não-mercantis é importantíssima. Em espaços como este, o exercício da democracia, este sim, se generaliza no seu interior e neles constitui o modo usual de conviver, de decidir e de agir. A própria possibilidade de transformação destas sociedades, que são cada vez mais plenamente submetidas à lógica do capital, depende hoje em dia, eu acredito, da criação e do funcionamento efetivo de espaços que não se deixem organizar por esta lógica. Penso que o movimento docente organizado democrática e autonomamente é um bom exemplo de um espaço desse tipo. São espaços em que é possível produzir por meio das práticas objetivas e costumeiras uma crítica efetiva da lógica do mercado e onde assim se pode experimentar praticamente outras formas de convivência e de tomada de decisões.

Esses espaços e as experiências que eles propiciam permitem que, em vez de construir utopias genéricas e ideais contra o capitalismo concebido genericamente, se possa construir práticas de discussão e de luta e alternativas concretas (que são parciais, é verdade, mas são efetivas) de outras relações sociais,

ou relações sociais de outra natureza, e outros modos de organizá-las.

Por isso me parece tão importante preservar a democracia interna e as formas de organização e de deliberação radicalmente democráticas que o movimento docente criou para si e que tem sabido consolidar. E também por isso me parece tão importante resistir



Não se constrói uma sociedade que não seja dominada pela lógica de mercado por meio de relações que operam segundo a lógica de mercado.

à burocratização do movimento e da sua organização sindical. Daí porque é preciso cuidado com práticas burocratizadas e burocratizantes que se tornaram comuns ao sindicalismo no Brasil.

Acredito que a transformação das sociedades atuais não é possível sem identificar e se opor às relações de apropriação, de exclusão e de dominação que são características das relações capitalistas que as regem. As antigas formas de organização deste tipo de enfrentamento, especialmente os partidos e os sindicatos, têm demonstrado enorme dificuldade em construir e manter internamente relações não-mercantis e formas não-burocráticas de gestão. A burocratização implica sempre formas de apropriação do poder por grupos, que passam, por esse meio, a dominar os demais no interior da organização.

Não se constrói democracia sem democracia. Não se constrói uma sociedade que não seja dominada pela lógica de mercado por meio de relações que operam segundo a lógica de mercado.

Na minha experiência mais direta no movimento docente, principalmente quando fiz parte da direção local do movimento, na ADUFF, e mais ainda quando participei da direção nacional do ANDES, em momento anterior à sua constituição como Sindicato Nacional, pude verificar como uma organização e um funcionamento democrático de um movimento com base nacional pode consistir num espaço importante de relações sociais de um novo tipo.

Agora, para isso há uma condição que o movimento social ou o sindicato, qualquer que ele seja, tem que atender para garantir sua liberdade de formulação, de organização e de ação: é a sua autonomia diante de toda e qualquer forma de poder estabelecido. O movimento social ou o sindicato, para ser capaz de definir direitos e de

organizar as lutas para conquistá-los e assim transformar uma determinada ordem social, tem que ser autônomo frente aos governos, aos partidos, às igrejas, às empresas.

Se não garantir a própria autonomia, a qual começa por sua autonomia financeira, o movimento social tende a tornar-se um recurso a mais de que os detentores do poder a que esse movimento assim se submete, passam a contar para dominar o segmento ou o setor que esse movimento articula. Como consequência, em lugar de representar este segmento, o movimento, embora travestido, se torna um representante daquele poder.

No caso do movimento docente, se ele não se preservar como uma representação autônoma dos professores, torna-se um instrumento ou de um determinado governo, ou de uma determinada Reitoria, ou de um determinado partido político. A mesma coisa pode ocorrer com o movimento sindical.

Conhecemos muito bem no Brasil o quanto foi e ainda é nocivo para a organização dos trabalhadores o controle a que o Estado brasileiro submeteu historicamente o movimento sindical. Conhecemos igualmente bem a dificuldade que os setores mais críticos, mais independentes e mais combativos tiveram e ainda têm que enfrentar para organizar um sindicalismo autônomo. O sindicato atrelado ao Estado significa inapelavelmente incremento do poder deste Estado sobre os trabalhadores e o mundo do trabalho. O sindicato controlado pelo Estado transforma lideranças sindicais em pelegos. O termo é forte, mas é bastante expressivo, porque estas lideranças identificadas como pelegas contribuem de fato para amortecer o confronto do trabalho com o capital e com o poder político. O Estado cumpre aí uma função, importante para o capital, de intermediar a relação entre

o capital e o trabalho, mas assumindo ascendência sobre a organização sindical. Deste modo, tende a conter e a orientar as reivindicações do trabalho por meio do controle da sua organização.

Hoje é possível ter uma idéia mais clara de quanto o sindicalismo pelego significou de contenção das transformações da nossa organização social que poderiam ser mais favoráveis aos trabalhadores e ao mundo do trabalho. Uma sociedade democrática se constrói com a participação dos diferentes setores que a compõem, cada um deles com as organizações que consiga criar e manter atuando. Aqueles que não consigam organizar-se autonomamente, estarão com certeza submetidos às forças de que dependam e terão suas necessidades e interesses específicos triados segundo as necessidades, os interesses e as conveniências destas forças.

US - *Nos últimos sete anos de governo da coligação que ocupa o poder no país, vemos um esforço muito forte no sentido da precarização das relações de trabalho. Direitos e garantias que se consideravam como assegurados ou não existem mais, ou estão seriamente ameaçados, ...*

M.L.C. - É verdade. A radicalidade com que a política neoliberal trata o mundo do trabalho é tal que mesmo os mais ingênuos estão aprendendo na prática que não há direitos e garantias que sejam reconhecidos e respeitados de fato só porque sejam ideologicamente definidos como justos ou devidos. Direitos e garantias não se definem, não se tornam efetivos e uma vez conquistados não se mantêm por razões meramente abstratas.

A conversão em realidade de direitos reconhecidos só se faz em função de enfrentamentos que, em geral, são difíceis e complicados. São sempre lutas concretas e específicas que promo-

vem o reconhecimento de algo como sendo um direito. E, uma vez reconhecido, um direito só se mantém com a continuidade dos embates daqueles que consigam se fazer ouvir e fazer respeitar suas propostas. O que depende da correlação de forças em confronto no momento e da capacidade e da disposição de luta dos que querem fazer valer seus direitos.

Quando se trata de direito ao trabalho e de lutas por salário e por condições de trabalho temos muitos pares no movimento sindical, pares que entendem estas lutas e podem apoiá-las. Quando se trata da defesa da liberdade de pensamento, de expressão e de organização, também temos muitos pares nos movimentos sociais organizados e na chamada sociedade civil. Eu gostaria, porém, de avançar algumas idéias sobre o direito à educação



Uma sociedade democrática se constrói com a participação dos diferentes setores que a compõem, cada um deles com as organizações que consiga criar e manter atuando.

é à cultura. Na sua defesa, também temos pares, especialmente entre os chamados “educadores”, mas entendo que cabe ao movimento docente um papel importante neste registro.

Historicamente, o movimento docente se constituiu visando um duplo objetivo: a defesa das condições de trabalho e dos salários dos professores das Instituições de Ensino Superior e a defesa da educação pública, gratuita, laica e de alta qualidade para todos. Esta dupla defesa se torna muito mais difícil, mas ao mesmo tempo muito mais importante, numa época de mercantilização, a todo custo, e visando abranger todos os campos da sociedade, que é como se caracteriza a época atual, não só no Brasil, mas também no mundo. Numa situação como esta, a educação formal se torna uma mercadoria que, por poder ser muito lucrativa, se torna muito atraente, “um grande negócio” que a lógica do mercado não deixa que se desperdice com facilidade. Os governos comprometidos com essa lógica tendem não somente a apoiar vigorosamente a “iniciativa privada”, no setor da educação, melhor dizendo, a expansão da mercantilização do ensino. Tendem também a reorganizar a esfera pública da educação de acordo com os padrões da lógica do capital. Conhecemos bem as inúmeras incursões governamentais que vão nesta direção no Brasil, da GED à avaliação, etc. Em conjunturas assim, a defesa da educação pública, gratuita, laica e de alta qualidade para todos alcança uma nova dimensão e significados ainda mais profundos.

US - *Que questões especificamente educacionais V. acha importante destacar quanto à educação pública, gratuita, laica e de alta qualidade para todos, que o ANDES-SN historicamente sempre defendeu nas suas lutas?*

M.L.C. - A qualidade desta educação.

Quanto ao direito à educação, o movimento sindical em geral e os partidos que pretendem representar os trabalhadores reclamam fundamentalmente esse direito em termos de mais oportunidades educacionais: mais escolas e democratização do acesso ao sistema escolar. Alguns falam em educação “de qualidade”, mas em geral permanece vago o que se considera como essa qualidade educacional. Penso, no entanto, que é essencial ter presente e tratar como crucial a questão da qualidade da educação.

Entendo que educação de qualidade é educação que faz pensar, que abre as mentes para novos horizontes, que desperta a sensibilidade e aguça a ra-



Acho curioso que as discussões sobre educação, mesmo as que focalizam a qualidade da educação, se detenham tão pouco sobre o direito à cultura.

zão, estimulando a capacidade de criar e a crítica. Uma educação deste tipo requer um contexto e uma norma que não são a mera disciplina ou a submissão. Requer sólida base de conhecimentos e de cultura, mas, por outro lado, requer espírito aberto, curioso e crítico. Coloco uma pergunta: quais forças sociais demandam entre nós este tipo de qualidade para a educação? E, mais ou menos como um contraponto, recorro a uma proposta, que devia ser altamente polêmica, mas que, pelo contrário, se tornou quase consensual em certos círculos que se apresentam como avançados e críticos: a proposta que associa a qualidade da educação no 1º grau com um certo tipo de escola de tempo integral, escola esta que adota como seu objetivo, supostamente pedagógico, manter as crianças pobres fora da rua, fora do convívio da sua vizinhança e a maior parte do tempo diurno longe da sua família. Isso posto, pretende disciplinar essas crianças e mantê-las sob controle, por meio de um programa definido ao nível do Estado. Uma escola assim se assume como clara e fortemente reprodutora. Para este tipo de escola, o significado da qualidade da educação é outro, concebido como uma política de disciplina e de controle social.

Quando eu comentava a questão dos direitos, mencionei em conjunto o direito à educação e o direito à cultura. Acho curioso que as discussões sobre educação, mesmo as que focalizam a qualidade da educação, se detenham tão pouco sobre o direito à cultura. E me chama a atenção que nossas lutas releguem esta questão a um plano tão nitidamente secundário, como se ela não tivesse um conteúdo político de primeira grandeza.

A cultura em geral, as artes, a filosofia, constituem universos em que a produção humana mais arrisca e se

abre para a criação e a experimentação mais livre e inovadora. A poesia, a música, a literatura, o teatro, as artes plásticas desvendam horizontes insuspeitados, descobrem novas possibilidades de sentir, de pensar e de fazer. Como, porém, são linguagens específicas, diferenciadas, com códigos próprios e particulares, é preciso aprender a "ler" essas linguagens, é necessário iniciar-se na sua compreensão para poder acessá-las e usufruir delas.

No Brasil, os segmentos sociais privilegiados podem até dar-se ao luxo tolo de dispensar a cultura, mantendo-se ignorantes dela, mas não lhes faltam meios e oportunidades para conhecer a produção cultural e se beneficiar do que esta produção pode oferecer. Quanto aos setores médios, cada vez mais empobrecidos, e quanto aos trabalhadores, porém, o acesso à cultura depende da abertura do sistema escolar público às atividades culturais e do empenho dos governos (aqueles que sejam sensíveis às causas populares e à importância da cultura) em propiciar este tipo de oportunidade às parcelas subalternizadas da população.

De acordo com a minha experiência como professora e no movimento docente, a grande maioria dos professores nem mesmo se dá conta de que a escola pública de qualidade deveria cumprir essa função, em todos os níveis de ensino. Nem se dá conta de que a elevação cultural tem um significado político da maior relevância, especialmente quando se tem a perspectiva da transformação social.

Quando eu penso em qualidade da educação, penso sempre num sistema escolar que não se satisfaça em ser mero reproduzidor da ordem, mas que, no essencial, estimule em cada um a capacidade de pensar por si mesmo, criticamente e com o espírito aberto. No meu entender, o acesso à cultura faz parte deste esforço e é responsabilidade não



Atualmente está havendo um forte deslocamento do processo político para a direita e um aumento que já se pode notar da ativação de mecanismos de controle social.

apenas dos dirigentes e das lideranças, mas também de todo professor.

US - *Seria bom que pudéssemos nos deter um pouco em questões da conjuntura. Do ponto de vista político mais geral, como V. está vendo o momento atual?*

M.L.C. - Pelo que eu entendo, atualmente está havendo um forte deslocamento do processo político para a direita e um aumento que já se pode notar da ativação de mecanismos de controle social. Na verdade, todo este período marcado pela hegemonia do capital financeiro rentista se expandindo mundialmente já vinha provocando uma direitização da política. O desemprego estrutural em larga escala, a precarização das relações de trabalho, a redução drástica das responsabilidades sociais do Estado que se faz acom-

panhar ao mesmo tempo pelo aparente paradoxo de um enorme fortalecimento do Estado voltado para a implementação de políticas de generalização da mercantilização, tudo isso decorre diretamente do caráter avassalador assumido pela lógica do capital nesse momento e tem como consequência incontornável, sob esta lógica, a generalização e o aprofundamento da insegurança em todos os níveis e em todos os sentidos. É importante entender que este conjunto de fatos, que como um conjunto é bem articulado, não é produzido aleatoriamente ou espontaneamente. Pelo contrário, é fruto de uma política determinada, deliberada e plenamente consciente, política que é ditada, em última instância, pelos interesses do grande capital financeiro rentista em processo de expansão mundial de sua hegemonia.

No entanto, uma orientação política geral só se torna real, só se realiza, quando é concretizada através de medidas e providências específicas, que são elaboradas secundariamente por este ou aquele governo, mas são primariamente assumidas e postas em execução por esses governos. No caso, estamos lidando, portanto, com uma orientação política geral, elaborada para ter vigência em escala global, mas que depende fundamentalmente de ganhar forma enquanto políticas de Estado a serem adotadas por determinados governos. Neste sentido e para esta finalidade, o Estado precisa ser forte para impor as políticas anti-sociais que toma como suas políticas. Nesse Estado, o papel de mediador social não tem qualquer sentido que não seja meramente retórico e ele tende cada vez mais a exercer de forma mais crua e mais clara uma função de classe.

Para implementar estas políticas, os governos tendem a adotar múltiplas estratégias para deter, em suas mãos, o máximo de controle social. Com os

empresários, arranjos e composições ajustam contrapartidas para lucratividades e vantagens diferenciais; com os políticos, acordos os mais variados para acomodar, de algum modo e em algum grau, sua cooptação; com os mo-



A massa de trabalhadores expulsos do circuito do mercado de trabalho por esta expansão produtiva não encontrará condições neste mercado para ser re-incluída nele.

vimentos sociais, e especialmente com os sindicatos, oposição firme, desmoralização pública sistemática e recurso a todas as formas possíveis para sua desestruturação e desmobilização, tanto mais quanto mais autônomo e independente seja o movimento social organizado ou o sindicato; com a chamada população em geral, dominação ideológica massiva e maciça, o que implica investimento de recursos extraordinariamente grandes em propaganda e marketing, presença intensiva na mídia e controle extensivo dos meios de comunicação. Por outro lado, esse controle político remete ao comando

da pauta das questões postas socialmente e à definição da agenda, o que, é claro, só é possível se, onde e quando a oposição se debilita ou se submete a tal ponto que se deixa levar a reboque, inclusive na discussão política, permitindo assim que se esvazie seu conteúdo contestador e, conseqüentemente, sua própria razão de ser oposição. Todo o quadro político sofre deste modo um deslocamento cada vez mais nítido para a direita.

Podemos tomar como exemplo a questão do emprego/desemprego, questão que sem dúvida é crucial nesta conjuntura, e destacar dois de seus encaminhamentos postos, que a meu ver estão entre os principais: 1º) a suposta resolução do problema do emprego por meio do desenvolvimento, a partir do que “o desenvolvimento” ressurge como bandeira a ser levantada agora pelo mundo do trabalho e seus representantes; 2º) a educação aparecendo como suposta solução geral para a questão do emprego, vinculando-se educação com qualificação profissional e apontando a re-qualificação do trabalhador como necessária à re-inserção no mercado de trabalho do trabalhador desempregado .

O primeiro encaminhamento diz respeito ao capital. Se é que haveria propriamente um desenvolvimento, este seria desenvolvimento do capital. Mas, tentando precisar um pouco mais a linguagem, o capital não “se desenvolve”, o capital se reproduz. As empresas investem visando à reprodução do capital. O trabalho, considerado sob esta perspectiva como emprego, entra no cálculo empresarial como mão-de-obra, especificamente como custo de produção e assim é tratado pelo capital.

A concepção de desenvolvimento, no sentido em que hoje empregamos usualmente esse termo, decorre de uma estratégia do capital, numa dada conjuntura histórica, como parte cen-

tral da constituição de uma determinada política para países que essa mesma estratégia identificou como atrasados, ou, já dentro da construção ideológica então montada, como países subdesenvolvidos. No fundo, esta estratégia pretendia integrar esses países no circuito do capitalismo dependente, acenando a eles com a possibilidade de um “desenvolvimento” capitalista dependente como sendo “a” forma para esses países superarem o seu suposto atraso ou retardamento. São muitos e bastante complicados os problemas envolvidos pela construção e pela efetivação dessa estratégia, como o caráter capitalista dependente do que é aí proposto apenas como “desenvolvimento”, ou como a definição em termos nacionais desse desenvolvimento, ou como a perspectiva de evolucionismo social aí implicada, etc. Creio que não cabe discutir aqui essas questões, por isso apenas as coloco como indicações de um problema que é, a meu ver, extremamente importante analisar, debater e aprofundar.

Fora do campo ideológico, sabemos, apoiados em sólida fundamentação factual, que é inerente à expansão capitalista gerar desigualdade e exclusão, as quais apenas sob condições conjunturais excepcionalmente favoráveis podem ser temporariamente amenizadas, mas não podem ser revertidas sob este modo de produção. Também sabemos muito bem que o crescimento econômico atual se beneficia de avanços tecnológicos e de políticas públicas anti-sociais e, através daquelas inovações e destas políticas, é poupador de mão-de-obra. Desta forma, não é gerador de mais emprego. Em grande parte, a massa de trabalhadores expulsos do circuito do mercado de trabalho por esta expansão produtiva não encontrará condições neste mercado para ser re-incluída nele. No entanto, vemos partidos que se reconhe-

cem como sendo “de esquerda”, sindicatos operários e toda uma amorfosa oposição propondo o desenvolvimento como constituindo a solução para o trabalho e o emprego.

Felizmente para os que se opõem verdadeiramente a esta sociedade que está estabelecida e aos governos que adotam as políticas neoliberais, felizmente há exceções, como por exemplo no Brasil o Movimento dos trabalhadores sem terra, o MST, que não propõe o desenvolvimento agrário, ou o desenvolvimento da agricultura, ou o desenvolvimento do campo, como solução para os trabalhadores rurais. Nem identifica esses trabalhadores como sem emprego. Propõe, sim, reforma agrária e propriedade da terra, para que nela os que atualmente se encontram na condição de trabalhadores rurais sem terra possam se estabelecer com suas famílias e produzir. Na perspectiva de um movimento social organizado como o MST, no Brasil, a aspiração e a luta não são por desenvolvimento e, sim, por uma transformação social que redistribua a propriedade da terra. Quanto ao segundo encaminhamento, ao apontar a qualificação profissional como resposta ao desemprego estrutural produzido nesta era de expansão capitalista mundializada, ele desloca novamente a questão, desta vez fazendo perversamente incidir sobre o próprio trabalhador a culpa pelo seu desemprego, já que este desemprego decorreria de falta ou de insuficiência de qualificação do trabalhador.

Identificando então como problema social desemprego tão expressivo quantitativamente e supostamente devido a necessidades de qualificação profissional, desloca-se para a educação pública a tarefa de responder a esta necessidade. É novamente muito vantajoso para o capital um tal deslocamento. Desobrigam-se as empresas do treinamento da sua mão-de-obra,

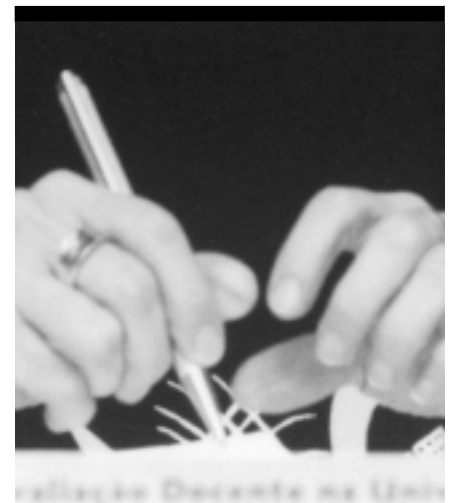
posterga-se para o futuro, a médio prazo pelo menos, a suposta “solução”, que, afinal, desse modo não será alcançada, já que treinamento específico e especializado não pode ser feito com proveito em sistema educativo geral a médio prazo, que, quando cumprido, já estará defasado. E a vantagem se duplica, com o re-direcionamento da educação, no sentido de atender à demanda por qualificação e re-qualificação profissional, aumentando assim a cisão e a defasagem entre uma educação formadora, para privilegiados, e uma educação informadora e profissionalizante, voltada para a reprodução da ordem, do mercado de trabalho e das exclusões.

US - *Que considerações V. faria sobre os rumos que a discussão política tem tomado ultimamente no Brasil ?*

M.L.C. - Está havendo, a meu ver, um equívoco de encaminhamento da crítica feita pela oposição, e esse equívoco tem consequências importantes. Parece que ficamos satisfeitos quando encontramos, em nossas análises, as determinações mais gerais, que identificamos com as origens políticas das condições sociais concretas que nos são impostas. E como que estancamos nestas determinações, que logo transformamos em entidades contra as quais erguemos nossas bandeiras: contra o Banco Mundial, contra o FMI, contra este ou aquele governante.

Esquecemos com isso um ensinamento que me parece ser útil recuperar: não basta alcançar as determinações mais gerais e os seus determinantes mais simples. Chegando somente até aí, ficamos prisioneiros da abstração, nos perdemos no campo das abstrações, o que é complicado mesmo quando se trata apenas da procura pela explicação no campo do teórico, mas que é ainda mais sério quando se trata da procura pela expli-

cação teórica para a intervenção prática na realidade. Uma vez atingido o plano das determinações, é necessário fazer “o caminho de volta”. Ou seja, as determinações gerais só fazem sentido quando dão significado ao nível das questões concretas que são resultados das determinações, isto é, que são determinadas por aquelas determinações. Aí, sim, a realidade objetiva pode aparecer a nós como concreta. Esta é uma lição que não se encerra nas questões de método. Ela é muito importante também para a política. Quando somos capazes de estabelecer as articulações entre os determinantes (que configuram, por exemplo, uma dada orientação política geral definida por uma dada hegemonia, numa dada conjuntura) e as políticas concretas que um ou outro governo formaliza e implementa (que no caso correspondem ao que é determinado por aque-



As lutas que mais fazem sentido para as pessoas em geral são aquelas que se travam em torno de questões concretas, determinadas e particulares.

las determinações), nossa análise ganha consistência concreta e pode, a partir daí, fazer sentido, mesmo para quem não se aprofunde em busca de determinações não aparentes.

A importância das determinações gerais é que são elas que permitem explicar as realidades. Mas essas determinações em geral só existem por meio daquilo que elas determinam. São as questões concretas as que as pessoas podem perceber e que as afetam diretamente. Conseqüentemente, as lutas que mais fazem sentido para as pessoas em geral são aquelas que se travam em torno de questões concretas, determinadas e particulares. Senão se corre o risco de que essas lutas fiquem abstratas ou sejam percebidas como abstratas, e deste modo se prestem mais facilmente a serem contornadas e rebatidas pelo poder.

Além do mais, permanecendo no plano das determinações mais gerais, nos vemos compelidos a dar a elas alguma concreção que as torne identificáveis. Daí tendemos a transpor a análise do capital financeiro, do capital rentista, da hegemonia, da burguesia internacional ou mundializada para entidades como o Banco Mundial, o FMI, etc. Mas entidades desse tipo são na verdade representantes intermediários de determinantes que não se mostram diretamente nelas. E muitas vezes não conseguimos evidenciar nessas transposições o que, na verdade e no fundo, essas entidades expressam, ou seja, não conseguimos estabelecer os nexos entre os determinantes (o capital financeiro ...) e as intermediações de suas determinações (o FMI, ...).

Em busca de uma concretização mais palpável, acabamos tendendo a personificar aquelas determinações na figura de um ou de outro governante e passamos então a correr o risco mais sério de identificar, na pessoa deste governante particular, a própria encarnação do

“mal” daquelas determinações, o que nos leva a fazer oposição a esta pessoa e não às políticas e à política que ela, como governante, encarna no momento. O equívoco é enorme e cheio de conseqüências muito importantes.

Segundo o meu entendimento, este é um equívoco pelo qual essa oposição assim conduzida pode vir a pagar o preço muito alto da mais completa ineficácia política, fortalecendo mais ainda, em lugar de enfraquecer, as políticas e a política contra as quais, em princípio, se teria colocado.

E não é por falta de questões concretas de grande impacto que esse equívoco ganha espaço. Na conjuntura brasileira atual, as políticas de submissão indiscriminada e generalizada à lógica de mercado produziram, entre tantas outras: 1) o colapso do sistema de energia elétrica do país, submetendo os setores médios e, principalmente, a população pobre a grandes dificuldades e privações e, além de tudo, propiciando substancial aumento das tarifas de energia; 2) a epidemia de dengue, que em algumas regiões já está fora de controle, expondo neste caso toda a população (o que não deixa de ser escandaloso) ao risco de contrair uma doença já em estágio de causar morte; 3) a expropriação por parte do governo de parcela considerável e crescente, especialmente dos assalariados, com a política de não-atualização e não-correção da tabela do Imposto de Renda etc. etc.

Não me parece que estas questões devam ser tratadas como apenas pontuais ou como meros exemplos. Pelo contrário, penso que é sobre estas e outras questões concretas e que afetam diretamente as pessoas que é preciso calcar o debate político, responsabilizando, em cada caso, os setores governamentais responsáveis pelas políticas específicas de que elas decorrem pelos prejuízos acarretados. Se cada movimento social organizado, cada sin-

dicato, cada partido político incluir, na sua pauta de demandas e de lutas, estas questões concretas e sobre elas articular suas lutas, se poderia começar a inverter a situação em que são os governos e os setores dominantes que formatam a pauta e a agenda social.

Como última observação, gostaria de mais uma vez afirmar que já se faz urgente que a resposta do mundo do trabalho à política de mundialização do capital seja encaminhada com forte ênfase na articulação também mundializada do trabalho.

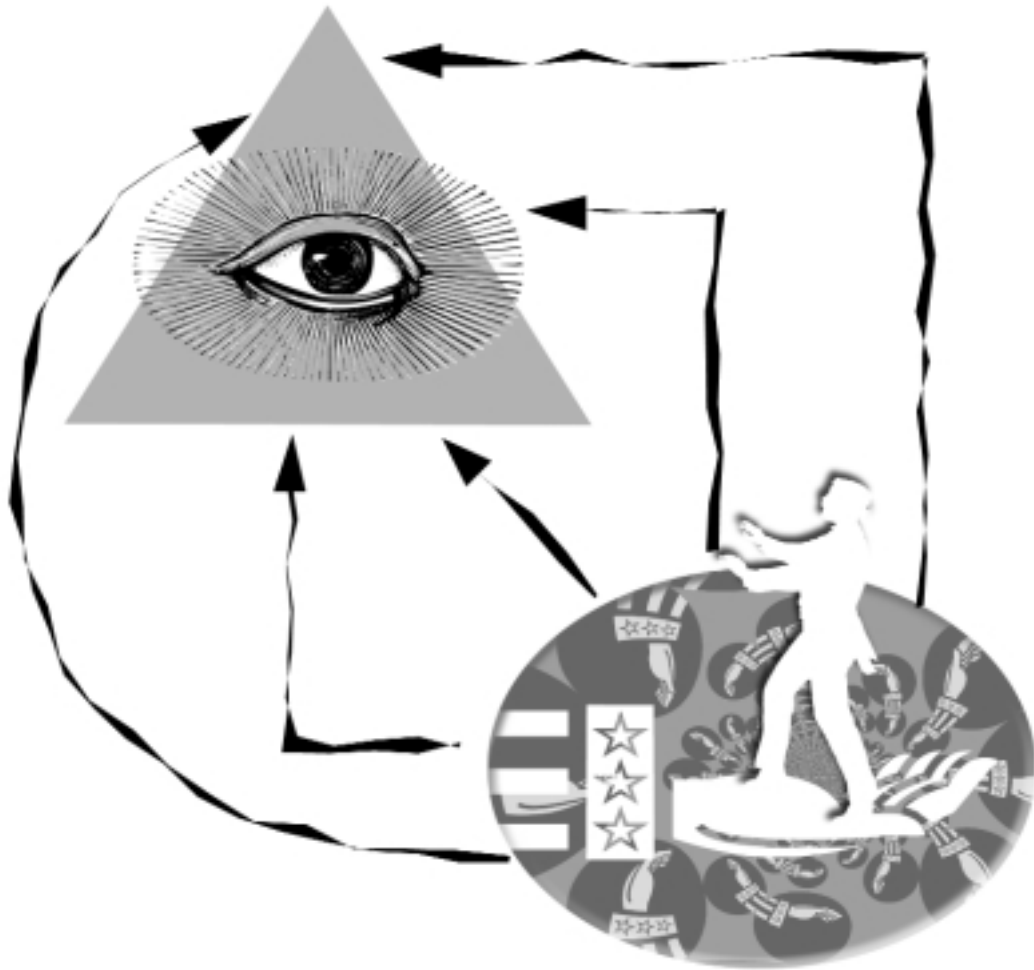
São Paulo, fevereiro de 2002

- * MIRIAM LIMOEIRO CARDOSO, socióloga, Doutora em Sociologia pela USP, em 1972;
- Afastada compulsoriamente da UFF e da UFRJ com base no Ato Institucional no 5, em 26 de abril de 1969;
- Professora Visitante da División de Estudios Superiores, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1973;
- Professora da FGV-RJ e da PUC-RJ, entre 1966 e 1980;
- Tendo retornado à atividade docente na Universidade pública, é hoje Professora aposentada da UFF e da UFRJ;
- Após esta aposentadoria, foi Pesquisadora Visitante no Instituto de Estudos Avançados da USP, Professora Visitante no Departamento de Sociologia da UFSCar e Pesquisadora Visitante no Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.
- Nos últimos anos está pesquisando a obra de Florestan Fernandes.
- Seus principais textos publicados são:
 - * Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK - JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (2ª edição 1978);
 - * La ideologia dominante - Brasil / América Latina. México: Siglo XXI, 1975;
 - * La construcción de conocimientos. Cuestiones de teoría y método. México: Ed. Era, 1977.
- Participa do Movimento Docente, tendo sido Vice-Presidente e Presidente da ADUFF-SS e Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN (gestão 1986-1988)

Universidade, Estado e Educação



Ana Elizabete Mota*



A descoberta (im)prevista: transformar servidores públicos em investidores financeiros.

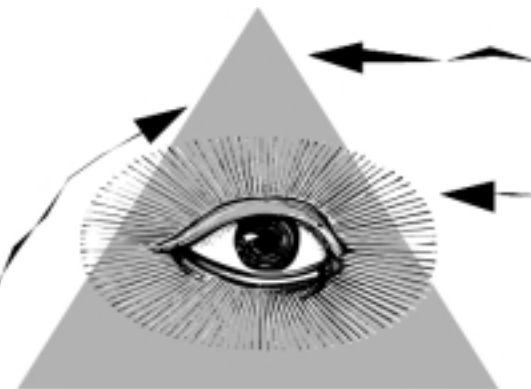
Os anos iniciais da década de 90 registram a resistência dos trabalhadores brasileiros pela manutenção das regras do sistema de previdência social público, integrante da seguridade social, como conquistado e inscrito na constituição de 1988. Um dos seus principais marcos foi o denominado movimento dos 147%, protagoniza-

dos por aposentados e pensionistas no governo Collor. A esse seguiram-se outras iniciativas quando das investidas de reforma da Previdência em 1993 e durante o período decorrido entre 1995 e 1998¹, ocasião em que mudanças substantivas foram feitas, subtraindo alguns direitos conquistados na Constituição de 1988².

Nomeada por Delgado (2001:262) como uma contra-reforma, considerada por Viana (1998) como um processo de americanização da seguridade, também por nós entendida como um movimento de passivação das conquistas históricas dos trabalhadores, fato é que a trajetória política da reforma da previdência social brasileira

A despeito do avanço do debate para desmistificar os diversos argumentos e armadilhas veiculados pela mídia sobre a crise da seguridade social, muitos dos aspectos que envolvem as novas trincheiras das reformas permanecem desconhecidos

condensa fatores que envolvem desde as mudanças econômicas globais, a reforma neoliberal do Estado, as transformações no mundo do trabalho até os ajustes impostos nos acordos feitos com os organismos financeiros internacionais.



O cenário deste processo foi e é marcado por fortes embates entre trabalhadores e empresários, organizações financeiras e burocracia estatal, revelando a dimensão dos antagonismos que perpassaram os projetos em disputa. Desde o final da década de 80, estão em jogo duas questões centrais e organicamente vinculadas: uma, de ordem mais econômica que é adequar a seguridade social às reformas macroeconômicas, implicando-a os mecanismos de financiamento da economia e transformando-a na vilã do déficit público e da plena integração à economia de mercado; a outra, de natureza político-estratégica, consiste em obter o consentimento passivo³ dos trabalhadores aos mecanismos que dão nova funcionalidade ao sistema de cobertura dos riscos sociais (campo da seguridade social), fragmentando-o

em medidas assistenciais focais, na cobertura pública mínima e na complementação de benefícios e serviços privados, seja através de instituições do mercado, seja através da formação de fundos previdenciários privados.

À semelhança do que vem acontecendo com outras políticas, como discute Amaral (2001:29-45) sobre a de qualificação profissional, a estratégia utilizada consiste em transmitir a idéia de que os trabalhadores partilham das propostas de mudança, aceitando o fato de que os fins por eles defendidos podem se transformar em meios que legitimem novas práticas e dêem sustentação material e subjetiva aos propósitos das reformas.

Transcorrida mais de uma década sob a batuta deste processo, são inegáveis a positividade e a capacidade que tiveram os trabalhadores organizados para "fazerem política", resistindo ao processo de passivação das suas conquistas e constituindo-se - ao lado de inúmeros parlamentares e organizações do campo das esquerdas - em protagonistas das derrotas de muitas das propostas que circulavam e circulam pelo Congresso Nacional, desde de 1992.

Todavia, a despeito do avanço do debate para desmistificar os diversos argumentos e armadilhas veiculados pela mídia sobre a crise da seguridade social, muitos dos aspectos que envolvem as novas trincheiras das reformas permanecem desconhecidos, como é o caso da previdência complementar fechada e aberta - particular-

mente os fundos de pensão - e da questão previdenciária dos servidores públicos ativos e inativos, "bola da vez" da reforma em curso.

Este desconhecimento, como abordado por Vianna (1999 e 2001), é parte de uma estratégia utilizada pela burocracia estatal e demais setores vinculados ao grande capital para despolitizar a discussão da seguridade e, especialmente, a da previdência social. Ou, numa linguagem gramsciana, para obter o consenso passivo dos trabalhadores que, na interpretação de Chico de Oliveira (1998:220), "supõe a integração das reivindicações dos trabalhadores ao campo semântico dos dominantes".

Segundo a construção de Vianna (1999:91-111), trata-se do uso de algumas armas secretas que vêm sendo utilizadas para abater a seguridade social às quais tomamos a liberdade de acrescentar outros itens, além dos mencionados por ela. Quais sejam:

1. A utilização de uma linguagem técnica, fundamentada em argumentos financeiros e atuarias que invertem os termos do debate, dotando-o de um significado que somente os "especialistas" dominam e retirando da discussão temáticas politizadoras em favor da tecnificação do debate. Conceitos como eficiência, ativos, reserva técnica, capitalização, investimentos e poupança interna substituem os conceitos de políticas distributivas, mecanismos de solidariedade social, proteção social pública, cobertura social de riscos, dentre outros. Há um deslocamento político estratégico do debate da seguridade social, reduzindo-o à questão da previdência e dela subtraindo a saúde e a assistência social. Como bem demonstra Vianna (1999:97), "a discussão da previdência no Brasil tornou-se assunto de peritos em atuaria, especialistas em finanças públicas, juristas e administradores -

os detentores de uma expertise que não está disponível para o comum dos mortais”;

2. O prognóstico da inviabilidade financeira e da impossibilidade de manutenção da previdência social pública, nomeada jornalisticamente de “crise da previdência social” como principal argumento mobilizador da adesão dos trabalhadores à reforma da previdência social no Brasil. Desta discussão, são suprimidas informações sobre a fragmentação das fontes de financiamento da seguridade social, o uso indevido dos recursos da previdência no saneamento das contas públicas, a sonegação das contribuições à previdência, dentre outros. A rigor, essa reforma, ao lado das medidas de ajuste macroeconômico, ocupa lugar de destaque na agenda das prescrições de cunho neoliberal sob a alegação da necessidade de adequação do modelo de seguridade pós-1988 à atual conjuntura econômica do país;

3. O tratamento dispensado à questão previdenciária do funcionalismo público, qualificando-os de privilegiados e sanguessugas das contribuições dos trabalhadores da iniciativa privada, omitindo a responsabilidade do Estado para com os seus funcionários, subtraindo direitos constitucionais e imputando ao valor das aposentadorias e pensões dos servidores a causa do desequilíbrio das contas públicas. Desta abordagem são suprimidas informações jurídicas e históricas que particularizam a condição do servidor público e qualificam o seu estatuto de funcionário do Estado, remunerados com recursos da União, seja durante sua atividade, seja na sua inatividade. Além do mais, como a mudança na previdência dos servidores está vinculada ao regime de trabalho, no caso, o Regime Jurídico Único, transforma-se a finalidade da questão - aposentadorias do servidor público - num meio para mudar a

relação de trabalho e descaracterizar o fato de que - ativo ou inativo - ele não perde a sua condição de servidor público. O objetivo dessa ofensiva é conquistar a opinião pública para apoiar mudanças no regime de trabalho dos funcionários públicos, modificar o direito constitucional da paridade de reajustes entre ativos e aposentados e instituir a previdência complementar para os servidores. Note-se a complexidade da questão somente observando que a liberalidade para criar a previdência complementar dos servidores remonta à Constituição de 1988, todavia, como nas regras atuais ela pouco interferiria na redução dos gastos do Estado, o assunto só tem centralidade porque vincula-se com a mudança no regime de trabalho.

Com o objetivo de contribuir nessa discussão e de colaborar na construção de alguns argumentos políticos em defesa da previdência social pública dos servidores, tratarei a seguir sobre as suas principais contradições e implicações, nelas incluídas a instituição da previdência complementar, assunto que - não por acaso - esteve presente nas negociações da pauta de reivindicações da greve nacional unificada dos Servidores Públicos Federais e objeto do Projeto de Lei Complementar 09/99, em tramitação no Congresso Nacional.

Antes porém é necessário esclarecer alguns aspectos históricos para localizar tal movimento no conjunto do que Vera Telles nomeia de “operação desmanche do espaço público” (2001:175) e cujo conteúdo já apontávamos nos meados dos anos 90 como sendo a tendência que se avizinhava para a seguridade social brasileira (Mota:1995), qual fosse a clivagem da política social em torno de dois pólos: *a privati-*

zação e a assistencialização da proteção social, instituindo, ao mesmo tempo, as figuras do cidadão-consumidor e do cidadão-pobre, objeto da assistência social focalista.

É importante lembrar que embora a arquitetura da seguridade brasileira pós-1988, onde se inclui a previdência social, tenha a orientação e o conteúdo das políticas de proteção social que conformam o estado de bem-estar nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração da renda e as fragilidades do processo de publicização da ação do Estado nos facultam afirmar que, no Brasil, a adoção da concepção de seguridade social não se traduziu na universalização da proteção social. Na realidade brasileira, as políticas sociais voltadas para a proteção social do trabalhador não transitaram efetivamente para o patamar do contrato social, materializado nos princípios e meios que regeram o *Welfare State* como um direito de cidadania .

Parece paradoxal, mas o fato é que durante a década de 70 e 80, quando começam a surgir, nos países desenvolvidos, as primeiras críticas ao *Welfare State*, assiste-se, no Brasil, primeiramente sob os auspícios do regime militar e, em seguida, num ambiente democrático, durante a elaboração da



Constituição de 1988, a expansão e ampliação dos sistemas de proteção social. Em tese, esta disjunção entre as tendências internacionais e a particularidade local apontava para a consolidação, ainda que *"tardia"*, de um sistema de seguridade social, o que de fato não ocorreu. Ao contrário, os anos 90 nos surpreenderam com uma agenda de prescrições neoliberais e reformas voltadas para o desmonte dos recém-instituídos direitos sociais.

Esta reversão, espantosa para uma sociedade na qual a seguridade social ainda engatinhava rumo à universalização, deve ser creditada a três ordens de fatores:

a) os que evidenciam as condições particulares sob as quais a burguesia brasileira incorporou à sua ordem as necessidades sociais dos trabalhadores no pós-64;

b) os de natureza macroestrutural, determinados pela inserção subalterna do Brasil na economia internacional, envolvendo a reestruturação produtiva, os ajustes econômicos, a reforma do Estado e as injunções dos organismos financeiros internacionais.

c) os de ordem eminentemente política, cujo destaque é o modo como a burguesia e a burocracia estatal tentam garantir a direção dos processos políticos e a produção de consentimentos de classe para mudanças, na

A expansão das políticas sociais no imediato pós-64 foi responsável pela criação de meios facilitadores do processo de privatização de algumas áreas da política social, permitindo ora a mercantilização, ora a corporativização de parte dos serviços sociais.

tentativa de tornar universais os seus projetos de classe, ao tempo em que socializam com os trabalhadores as suas necessidades. No nosso entender, a realização da sua reforma social e moral, imprescindível para a afirmação da sua hegemonia.

Sobre o primeiro dos fatores apontados, nossa observação (Mota, 1995: 139ss) é a de que a expansão da seguridade no pós-64 se fez mediante a fragmentação dos meios de consumo coletivo, franqueando ao capital privado a prestação de serviços considerados rentáveis como foi o caso da saúde e da previdência via mercado de seguros, medicina de grupo e fundos de pensão. A estes junta-se o instituto da renúncia fiscal que, sob o argumento da colaboração empresarial, estimulou as empresas a ofertar serviços sociais e benefícios aos seus empregados.

Assim, a expansão das políticas sociais no imediato pós-64 foi responsável pela criação de meios facilitadores do processo de privatização de algumas áreas da política social, permitindo ora a *mercantilização*, ora a *corporativização* de parte dos serviços sociais, cujo consumo passou a depender do poder aquisitivo de uma parcela dos trabalhadores e da oferta de benefícios sociais pela grande empresa.

Desta forma, ao criar as condições para institucionalizar a inclusão de alguns trabalha-

dores excluídos do sistema de proteção social (autônomos, trabalhadores informais, desempregados, etc), o Estado também promoveu a abertura do mercado privado de serviços sociais. Enquanto ampliava alguns benefícios e serviços, *incluindo* no sistema segmentos não assalariados ou em situações sociais de vulnerabilidade, ao mesmo tempo, criava as condições para o *afastamento* dos setores médios assalariados do sistema público em função da deterioração/desestruturização dos serviços, acenando com o canto da sereia da excelência dos serviços privados, considerados complementares.

Essa dinâmica criou uma clivagem na proteção coletiva dos trabalhadores, estabelecendo a partir daí os meios para implementar um modelo de proteção social, composto que é por sistemas corporativos, pelos seguros sociais privados, pelas políticas sociais básicas e pelas chamadas políticas focalistas de combate à pobreza, ambiente do neo-comunitarismo, da filantropia empresarial e dos programas sociais emergenciais e transitórios.

A segunda ordem de fatores aponta para as necessidades advindas do processo de reestruturação da economia capitalista, tais como a globalização, a reestruturação produtiva, uma nova divisão do trabalho e a reforma do Estado. Para intensificar a produtividade do trabalho, algumas estratégias básicas vêm sendo implementadas de modo a consolidar novos modos de o capital consumir e gerir a força de tra-



balho. Dentre elas, a redução do trabalho vivo mediante o uso de novas tecnologias, a dispersão e descentralização da produção da grande indústria para pequenas e médias unidades de produção e a ampliação, em larga escala, da produção simples de mercadorias à moda do período manufatureiro. Neste ambiente, uma parcela de ex-trabalhadores assalariados, agora responsáveis pela sua empregabilidade, se transformou em consumidores dos serviços disponíveis no mercado, como é o caso dos seguros saúde e planos de previdência privada para os que conseguem pagar. Os demais desempregados, reféns do “custo Brasil” e desorganizados politicamente, engrossam as fileiras do “mundo da pobreza” desassistida.

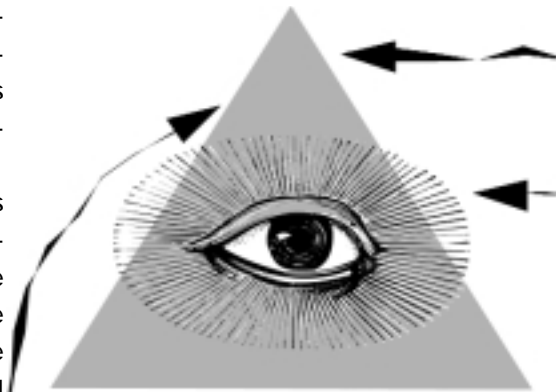
A terceira ordem de fatores revela que as classes dominantes, além do domínio econômico, precisam e investem na necessidade de tornar-se classe dirigente, sitiando os projetos sociais dos trabalhadores, não somente através da força e coerção, mas confundindo seus referenciais na proporção em que dotam de novos conteúdos as bandeiras políticas históricas dos trabalhadores brasileiros. Já o fizeram com a noção de cidadania, instituindo a figura do cidadão-consumidor; o mesmo acontece com a banalização da solidariedade ou, ainda, com formas mistificadas de democracia direta. O que está posto no horizonte é uma nova reforma social e moral da burguesia feita sobre situações concretas, capitalizando o atendimento de

algumas necessidades objetivas em torno do seu projeto. Para tanto, agem de forma a envolver os trabalhadores em questões pontuais, transferindo as suas necessidades, enquanto classe, para o âmbito dos interesses imediatos dos trabalhadores, formando uma cultura que dilui o seu projeto de sociedade em medidas práticas e consensuais. São exemplos, as alegações sobre a impossibilidade de reajustes salariais dos servidores ativos em função da vinculação existente entre os seus proventos e os dos aposentados; as justificativas para reverter o Regime Jurídico Único como meio de garantir mudanças no sistema previdenciário sob a justificativa de que as obrigações sociais e salariais do Estado são responsáveis pelo aumento do déficit público; o argumento de que os “privilégios” das aposentadorias dos funcionários são assegurados às custas dos trabalhadores da iniciativa privadas, dentre outros.

Neste contexto, os prognósticos sobre a crise da seguridade social brasileira também são formadores de uma cultura que socializa conceitos e diagnósticos sobre a inviabilidade de um sistema de seguridade social público e universal. Assim, o discurso sobre a inviabilidade financeira da seguridade social deságua ora na necessidade de aumentar a carga contributiva do trabalhador através da previdência complementar, ora nos reclamos de participação ativa da sociedade na criação de mecanismos assistenciais.

Mais do que viabilizar a implementação de medidas que alteram o escopo da seguridade social brasileira inscrita na Constituição de 1988, o que está em discussão é o próprio significado sócio-político da proteção social no Brasil. A nossa hipótese é de que o alvo desta ofensiva é a destruição da seguridade social como mecanismo distributivo em prol da criação de políticas sociais compensatórias e focalistas que deverão conviver com a mercantilização dos serviços sociais.

Sem que se possa imaginar as políticas de Seguridade Social longe da esfera da reprodução das relações sociais, o que fica evidente é uma ofensiva contra a responsabilidade pública do Estado, na medida em que as necessidades sociais e coletivas dos tra-



balhadores transformam-se em demandas mercantis ou em objeto da solidariedade privada.

Por isso mesmo, pode-se apontar os processos de privatização e focalização como as estratégias centrais e mediadoras das mudanças em curso. Sua implementação revela a subordinação da esfera social aos objetivos macroeconômicos, demarcados pelos mecanismos de estabilização, propulsores da integração de cada país à ordem econômica internacional e cujas prescrições são a redução do déficit público, via corte de gastos sociais, a capitalização do setor privado prestador de serviços sociais rentáveis e a desregulamentação do mercado de trabalho. É

A nossa hipótese é de que o alvo desta ofensiva é a destruição da seguridade social como mecanismo distributivo em prol da criação de políticas sociais compensatórias e focalistas que deverão conviver com a mercantilização dos serviços sociais.

por isso mesmo que a seguridade social passa a ser discutidas sob a égide da viabilidade financeira, da incompatibilidade do sistema de repartição simples com o crescimento demográfico e o aumento da expectativa de vida da população, da inadiável implantação do sistema de capitalização, da eficácia e/ou da incompatibilidade entre os sistemas de proteção social e as novas configurações do mundo do trabalho. Suas diretrizes são recriar os mecanismos de mercado na provisão de serviços sociais e/ou de repassar parte dos fundos públicos para a área privada, retendo na esfera pública apenas os programas voltados para os grupos vulneráveis.



O principal desafio posto para o conjunto dos trabalhadores é a apropriação e a desmontagem crítica desta direção ídeo-política e das iniciativas que vêm sendo construídas para implementar esse outro modelo de seguridade social no Brasil.

Nesta trilha, os fundos de aposentadoria e pensões e os programas de assistência social foram os que mais rapidamente registraram mudanças nos sistemas de proteção social, estabelecendo uma ponte entre capitalização e solidarismo, ao tempo em que promoveram tanto um esgarçamento entre os laços de solidariedade, como a naturalização da fragmentação dos trabalhadores, transformando-os ora em "cidadãos consumidores" de serviços mercantis, ora em "cidadãos-pobres" mercedores da assistência social (Mota, 1995:219-230).

Essas tendências, longe de qualquer ilação, são confirmadas pelas palavras do Secretário da Previdência do Ministério da Previdência e Assistência Social (Moraes,1999:12ss) quando interroga sobre a necessidade de políticas públicas de proteção de riscos

sociais em face da conjuntura nacional e internacional e afirma que "(...) esta reflexão está condicionada por uma tendência geral, no sentido de revisar o espaço da iniciativa pública e das formas tradicionais de atuação estatal em favor do mercado (setor privado) e das ações comunitárias (terceiro setor)". Razão pela qual reconhece que "O Estado deve estar crescentemente estruturado sob o princípio da subsidiariedade, devendo intervir quando seja necessário em razão da insuficiência ou da inadequação da ação privada ou comunitária. Assim, a ação estatal deve privilegiar a indução e/ou a regulação dos processos" (ibidem). E conclui afirmando que as responsabilidades do sistema público devem restringir-se "ao campo do combate à pobreza, seja por meio da ação assistencial ou por políticas ativas de inser-

ção dos excluídos no processo produtivo, assim como também no provimento do seguro social e da assistência médica, pelo menos nos níveis básicos, que permanecem sendo fatores centrais para a manutenção da coesão social" (grifos nossos).

Nestes termos, o principal desafio posto para o conjunto dos trabalhadores é a apropriação e a desmontagem crítica desta direção ídeo-política e das iniciativas que vêm sendo construídas para implementar esse outro modelo de seguridade social no Brasil. Modelo este que vem sendo tecido a partir de medidas pontuais e que conformam o desenho das reformas em curso. Além disso, é vital, neste momento, mobilizar forças para afirmar princípios e negar as práticas que seduzem os trabalhadores a aderirem a alternativas de acesso a serviços e benefícios sociais através de meios mercantis e/ou voluntaristas, em nome da reforma do Estado e de um novo modelo de seguridade social.

Sobre a previdência social e, particularmente, a do servidor público, penso ser inadiável a implementação de ações que permitam formar uma mas-

sa crítica sobre as estratégias utilizadas pelo governo, socializando contra-argumentos que poderiam melhor esclarecer e aprofundar questões como:

1. A alegação de que as aposentadorias e pensões dos servidores públicos são custeadas pelos trabalhadores da iniciativa privada. Sobre este aspecto, é importante salientar que não existe vinculação entre as contribuições ao INSS, feitas pelos trabalhadores do setor privado ou autônomos, e o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos. O segurados do INSS são regidos pelo Regime Geral da Previdência Social, participam de um sistema contributivo que, através do regime de repartição, obedecidas as regras de tempo de contribuição e idade mínima, têm acesso ao benefício da aposentadoria, cujo teto máximo equivale a 10 salários mínimos de referência. São as contribuições dos trabalhadores ativos e do patronato quem custeiam os aposentados do INSS. Atualmente, a proporção é de quatro contribuições de ativos para uma aposentadoria, proporção esta que varia de acordo com a quantidade de trabalhadores empregados ou aptos a contribuir com a previdência. Já os servidores públicos não são regidos pelo Regime Geral da Previdência Social e as suas aposentadorias são resultado de uma extensão do fato de trabalharem para o serviço público e não porque contribuíram para o sistema. Nas palavras de um especialista, "quem paga a remuneração do servidor na ativa e os seus proventos na inatividade é o Estado. A aposentadoria dos servidores públicos, no sistema que existe e sempre existiu no nosso país, goste-se ou não, é um item da despesa pública. A despesa com inativos e pensionistas é, como a sua própria denominação orçamentária ao nível federal já denuncia, encargo previdenciário da União, é responsabilida-

de, em última instância, sempre dos tesouros públicos" (Guerzoni,1999:66-68). Nestes termos, o locus da discussão não é uma suposta usurpação dos trabalhadores contribuintes pelos funcionários públicos, mas as péssimas condições de vida, trabalho e salário do conjunto dos trabalhadores que incidem diretamente nos valores das suas aposentadorias.

2. O constrangimento provocado pelo argumento de que as contribuições pagas pelos servidores públicos para o sistema previdenciário são insuficientes para cobrir os gastos com o pagamento dos benefícios. Aqui vale repetir que a aposentadoria dos servidores públicos é uma obrigação do Estado e um direito condicionado ao cumprimento do tempo de serviço e idade mínima estabelecidas na legislação que, inclusive, rege o seu contrato de trabalho. Por isso mesmo, não é uma contrapartida por uma contribuição feita anteriormente. Somente a partir de 1993, quando foi editada a Emenda Constitucional nº 3, é que os servidores passaram a contribuir, mas como a própria lei estipula, esta contribuição não modificou os critérios de aposentadoria. Apesar de haver uma contribuição, não há dependência entre valor, tempo da contribuição e os proventos da inatividade. Ainda segundo o mesmo especialista, "A aposentadoria continuou sendo integral e vinculada à remuneração dos ativos, independentemente de quanto e por quanto tempo o servidor contribuiu.

Assim, afirmar-se que as contribuições dos servidores públicos são insuficientes para arcar com as despesas de sua previdência é o mesmo que dizer que a remuneração dos servidores ativos provoca déficit porque o que eles pagam de imposto não é suficiente para pagar os seus salários, ou que o que os fornecedores da administração pagam de imposto não é o bastante para pagar o que eles recebem dela" (Guerzoni,G,1999:68ss). Sob esta argumentação estão em jogo o estatuto do servidor público e o seu regime de trabalho. Não é por acaso que para resolver esta questão, consta da pauta da Reforma Administrativa do Estado a seleção dos servidores que devem fazer parte da "carreira de estado"; a proposta de transformação de instituições públicas em Organizações Sociais não estatais; e o regime de emprego público.

3. As vantagens do sistema complementar de aposentadorias como prescrito por praticamente todas as agências internacionais, desde a OIT até o FMI, omitindo o ônus a ser pago pelos servidores, quer seja em termos de supressão de direitos, quer seja em termos do peso que o pagamento de novas contribuições para a previdência complementar acarretarão aos funcionários públicos. Embora a constituição de 1988 facultasse a instituição da previdência complementar pública, tal medida não chegou a ser regulamentada. Seja porque a previdência complementar pública poderia inibir a pre-

Se implementada a proposta do "emprego público", se consolidadas as organizações sociais, se autonomizadas as Universidades e fraturado o RJU, a questão da previdência complementar dos servidores será exitosa.

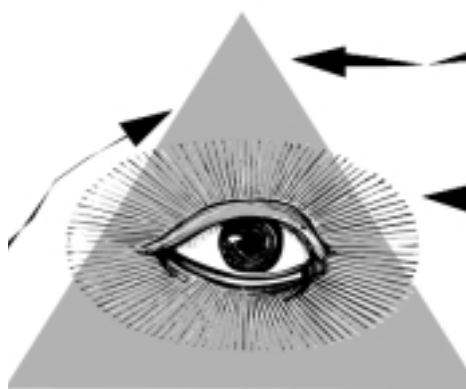
vidência complementar aberta⁴, seja porque as garantias decorrentes da vinculação ao RJU tornavam a medida inócua do ponto de vista das vantagens comparativas para a redução do gasto público, em função das aposentadorias integrais. Este aspecto difere dos fundos de pensão existentes que são destinados a conceder aos seus associados complementação de aposentadorias e pensões em relação ao valor pago pelo INSS, do qual eles são contribuintes obrigatórios. Contudo, se implementada a proposta do “emprego público”, se consolidadas as organizações sociais, se autonomizadas as Universidades e fraturado o RJU, a questão da previdência complementar dos servidores será exitosa, como anuncia a PLP 9/99.

Segundo informações publicadas no jornal do DIAP de Maio/2001, “O Projeto de Lei Complementar nº 9/99, que institui a previdência complementar no serviço público, estará na pauta da Câmara para conclusão da votação dos nove destaques pendentes. *O governo tem muita pressa na aprovação da matéria, cuja transformação em lei criará condições para a quebra da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos, para acabar com a integralidade da remuneração na aposentadoria e viabilizar a futura privatização da previdência do servidor público.* O interesse é tanto que, diante da reação dos servidores e do permanente questionamento sobre a importância e conveniência de aprovação do projeto, o governo resolveu ceder em alguns pontos, como forma de viabilizar a votação do texto na câmara” (grifos nossos).

Todavia, para além de uma medida que venha (sob a ótica do Governo e das classes dominantes) dar completez à reforma previdenciária iniciada em 1993 parece não ser apenas este o propósito dos intelectuais orgânicos

O grande empecilho para criar a “poupança capitalizada” dos servidores é o direito à aposentadoria integral que o RJU lhes garante.

da burguesia. Note-se, na explícita defesa do Secretário da Previdência, a seguir transcrita, a enorme capacidade que possuem para transformar fins em meios, quando defendem, na agenda de um novo “pacto fiscal”, o estímulo



ao aumento de regimes complementares de previdência, alegando que *“A combinação ótima entre sistema básico e complementar pode não apenas assegurar uma maior eficácia do sistema, no que se refere à proteção social, como também potencializar um círculo eficaz em nível macroeconômico, derivado do impacto positivo do primeiro sistema na sustentação da demanda agregada e do segundo, no aumento da taxa de poupança e no fomento dos investimentos com perspectivas de amadurecimento a longo prazo”* (Moraes, 1999:37)

Assim, o escopo da questão previdenciária dos servidores não se restringe a problemas de caixa ou à indexação dos proventos dos inativos aos dos ativos. O grande empecilho para criar a “poupança capitalizada” dos servidores é o direito à aposentadoria integral que o RJU lhes garante. É neste ponto que reside o óbice para dar conta do

grande filão e da face oculta e cobiçada da questão previdenciária, qual seja, a necessidade de uma previdência privada que complemente os benefícios da aposentadoria oficial básica, pedra angular do capitalismo financeiro, cujo formato institucional é dado pelo chamado Sistema de Previdência Complementar⁵, instituído no Brasil nos anos 70, pela lei 6435 de 1977, e incorporado à Constituição de 1988 sob o título de previdência privada complementar.

O objeto visível e imediato da Previdência Complementar Fechada é o pagamento de benefícios, aposentadorias e pensões complementares aos benefícios da previdência social pública. Seus recursos são originários de contribuições de empregados e empregadores, mediante contrato entre as partes.

Conceituados como sistemas complementares pelo fato de proverem complementação de aposentadorias, pecúlios, benefícios e pensões da previdência oficial, são também amplamente conhecidos como “fundos de pensão”. O sistema é submetido à fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social e tem a capitalização dos seus ativos regulada pelo Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN fiscaliza especificamente o mercado financeiro, as operações de renda fixa em geral e as realizadas com intermediação de instituições financeiras bancárias. A CVM é responsável pelo controle e fiscalização das transações, envolvendo as entidades de previdência privada

com o mercado de capitais, (Beltão at alli, 1999:). Somente a indicação das agências reguladoras dos fundos de pensão dão idéia do quão tênue é a fronteira que separa as suas finalidades sociais daquelas de ordem econômico-financeiras.

privada (fundos de pensão e seguradoras) existentes hoje no mundo é estimado em cerca de US\$ 12,0 trilhões (Quadro II).

Não por acaso, nos Estados Unidos e Grã Bretanha⁷, por exemplo, os recursos dos fundos de pensão alcançam

aproximadamente 80% do PIB.

A dimensão do patrimônio que os fundos de pensão concentram, por si só, já é suficiente para avaliar a complexidade da questão. Contudo, mais inquietante ainda é a capacidade que teve o grande capital em transformar um mecanismo de proteção social - originário do mutualismo pré-capitalista - num fantástico agente financeiro, imputando aos trabalhadores o novel atributo de mega investidores institucionais e protagonistas de uma nova relação entre investidores e corporações privadas, modernamente nomeada de *governança corporativa*⁸.

Aliás, cabe aqui lembrar a grande "coincidência" entre os princípios da governança corporativa defendida pelo capitalismo financeiro internacional para gerir as suas empresas e os esboçados pelo ex-ministro Bresser Pereira que utiliza igual expressão para defen-

QUADRO I
FUNDOS DE PENSÃO X PIB - BRASIL

Ano	Ativos das EFPP's Milhões de R\$	PIB Milhões de R\$
1990	26.352	787.806
1991	36.812	795.920
1992	43.269	791.622
1993	59.959	830.570
1994	72.742	879.158
1995	74.815	916.259
1996	86.629	941.548
1997	101.033	976.991
1998	101.129	977.661
1999	125.995	1.010.068
2000	144.025	1.089.688
jul/01	155.064	1.116.930

Fonte: SPC/IBGE/ABRAPP

Segundo informações da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), existem atualmente 364 fundos de pensão no Brasil, sendo 269 de empresas privadas e 95 de empresas estatais dos quais participam aproximadamente 6 milhões de beneficiários entre associados, pensionistas e assistidos. Acumulam um patrimônio 155 bilhões de reais, equivalente a 14% do PIB brasileiro, como evidencia o quadro a seguir.

Pelo volume de recursos financeiros que concentram e pelo patrimônio que acumulam, os *fundos de pensão* desempenham um papel definitivo na economia mundial, sendo hoje considerados os maiores ativos financeiros do mundo, responsáveis por boa parte do movimento de financeirização do capital e tratados pela vulgata capitalista como um novo modelo econômico denominado de "*capitalismo dos trabalhadores*". O volume dos recursos dos vários sistemas de previdência

QUADRO II
RESERVAS MUNDIAIS DOS FUNDOS DE PENSÃO
RESERVAS DOS FUNDOS DE PENSÃO em US\$ bilhões

	1990	1995	2000*
ESTADOS UNIDOS	2.624	4.258	6.400
CANADÁ	198	261	440
TOTAL AMÉRICA DO NORTE	2.822	4.519	6.840
REINO UNIDO	616	879	1.261
HOLANDA	237	327	447
SUIÇA	179	280	501
ALEMANHA	106	140	199
SUÉCIA	77	80	136
FRANÇA	22	74	78
ITÁLIA	59	61	81
DINAMARCA	40	61	113
IRLANDA	11	25	29
TOTAL EUROPA	1.347	1.927	2.845
JAPÃO	574	1.263	1.926
AUSTRÁLIA	53	120	242
HONG KONG	13	28	80
OUTROS	31	67	116
TOTAL ÁSIA/ OCEANIA	671	1.478	2.364
AMÉRICA LATINA	25	84	216
ÁFRICA E ÁSIA (outros)	40	132	300
TOTAL	4.905	8.140	12.565

der a Reforma do Estado Brasileiro no seu livro Reforma do Estado e Cidadania (Bresser, 1998), publicado pela ENAP/MARE.

Na acurada observação de Chesnais (1999:21), as instituições financeiras que mais se beneficiaram da passagem às finanças de mercado, da liberalização e da desregulamentação, foram os fundos de pensão (...) cujos ativos financeiros já ultrapassam de longe todos os outros que intervêm no sistema financeiro mundial, como é o caso dos bancos, seja como investido-



res do mercado de ações, seja como proprietários de títulos da dívida pública, sejam como acionistas preferenciais de grandes grupos e empresas. Neste último caso, transformando profundamente as relações de poder e o sistema de decisões nas empresas mediante a prática da "governança corporativa" que nas palavras de Farnetti (1999:205-206), "contribui para a internacionalização de uma regulação rentista mundializada na qual os principais países-fonte do capital-dinheiro concentrado são colocados no centro de uma vasta rede, que se nutre de uma parte crescente do valor produzido no mundo inteiro. Na nova configuração rentista, os investidores institucionais têm o poder de escolher os

segmentos da cadeia de valor que eles estimam ser os mais rentáveis e os mais desprovidos de riscos - com grande chance de se desfazer em caso de crise".

Assim, deve ocupar o centro das nossas discussões e preocupações o modo como as elites burocráticas, políticas e econômicas do país respondem às reivindicações dos trabalhadores, particularmente dos servidores públicos federais, pela manutenção das aposentadorias e previdência social pública.

Astuciosamente, o governo, ao acenar com a previdência complementar, procura não apenas legitimar política e coletivamente aquilo que já vem trabalhando no Congresso Nacional, que é a aprovação da PLC 09/99, como implementar - na condição de empregador e patrocinador - um dos mais poderosos

meios para formar e gerir ativos financeiros com uma liquidez inaudita.

Este fato evidencia, ainda segundo Chesnais (1999:28) "a dupla natureza dos fundos de pensão por capitalização. Por um lado, constituem o resultado acumulado de contribuições sobre salários e benefícios e sua finalidade declarada é garantir a esses assalariados, quando se aposentarem, uma pensão regular e estável. São, portanto, formas institucionais de centralização de poupança, muitas vezes nascidas de regimes empresariais privados, obrigatórios, tendo como fonte os rendimentos salariais. Por outro lado, a partir do momento em que a poupança acumulada ultrapassa certo limite, os fundos passam a figurar entre as

instituições financeiras não-bancárias, tendo a função de fazer frutificar um montante elevado de capital monetário, preservando a liquidez e a máxima rentabilidade deste. Com isso muda a natureza do fundo (...) e eles passam a ser instituições centrais do capital financeiro, e encabeçam as finanças especulativas".

Endossando estas afirmações, Farnetti (1999:188), em ensaio sobre o papel dos fundos de pensão no desenvolvimento das finanças globalizadas, afirma algo que inclusive podemos constatar em relação ao Brasil, ou seja: "os ritmos de crescimento dos ativos que os fundos de pensão detêm permite não somente estabelecer uma esclarecedora periodização de sua progressão, mas, sobretudo, permite colocar em evidência o paralelismo desse desenvolvimento com o da globalização financeira (...) e face a internacionalização dos seus investimentos".

As mediações e ações mobilizadas nesse processo nos obrigam a também discorrer sobre as inflexões e junções políticas que tal iniciativa carrega no ambiente das relações antagônicas e contraditórias entre o capital e o trabalho. Como já tivemos oportunidade de escrever anteriormente⁹, o que a inteligente e engenhosa proposta pretende é que os trabalhadores - mais do que valorizar o capital através do uso da sua força de trabalho - neste momento, financiem a acumulação rentista e os investimento de "curto prazo", à moda da chamada nova economia, mediante a formação de uma poupança oriunda de parte dos seus salariais que, a título de contribuição à previdência complementar para garantir melhor renda na aposentadoria, passam a constituir uma fonte de recursos e investimentos para o grande capital.

Se para um dos ideólogos do capitalismo, como Peter Drucker, o fato de

os fundos serem patrimônios dos aposentados inauguraria... *o capitalismo dos trabalhadores ou o socialismo dos aposentados*, para nós, as contribuições dos trabalhadores assalariados foi a nova força que alimentou o capital financeiro e contraditoriamente agravou as condições de vida de milhões de trabalhadores em todo o mundo, dado que os investimentos de curto prazo, no mercado financeiro, vêm ocorrendo em detrimento dos investimentos produtivos.

Materializam assim, uma estratégia de enfrentamento da crise econômica e de inserção do Brasil na dinâmica da mundialização financeira, sob os argumentos da redução dos gastos do Estado, da justiça entre a remuneração de ativos e inativos e da liberdade individual do trabalhador para escolher os meios de obter uma melhor aposentadoria.

Desse modo, o grande capital aloja

O grande capital aloja no campo previdenciário uma questão que diz respeito ao seu projeto social, isto é, transformar os trabalhadores em parceiros indiferenciados, metamorfoseando-os em trabalhadores provedores do capitalismo financeiro e proprietários de grandes negócios.

no campo previdenciário uma questão que diz respeito ao seu projeto social, isto é, transformar os trabalhadores em parceiros indiferenciados, metamorfoseando-os em *trabalhadores provedores do capitalismo financeiro e proprietários de grandes negócios*.

Esta inflexão sugere que a burguesia brasileira não mais quer ser apenas classe dominante, ela quer se constituir como classe hegemônica e, para tanto, toma a conjuntura da crise da previdência como objeto de socialização de suas concepções sobre a sociedade, dentre elas, a liberdade de

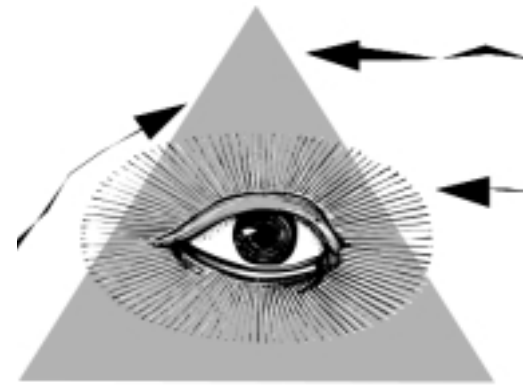
escolha individual e o parâmetro do capitalismo como ideário universal.

Essa *socialização*, todavia, não se faz sem o uso de estratégias para obter o consentimento ativo dos trabalhadores; ao contrário, para realizá-la é imprescindível incorporar as reivindicações do trabalho à sua ordem, construindo uma cultura política negocial e transigente, posto que, para afirmar-se como classe hegemônica, a burguesia necessita utilizar a democracia, reciclar seus aparelhos de hegemonia e fazer algumas concessões para a obtenção de consentimentos em torno de medidas encaminhadoras do seu projeto social.

Nunca é muito lembrar que "a hegemonia pressupõe indubitavelmente que levem em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacri-

fícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política, também é econômica; não se pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 1988:33).

Mesmo que ponderemos a possibilidade dos trabalhadores virem a exercer controle sobre a gestão dos fundos de pensão, implementando novas e alternativas formas de capitalização e gestão financeira dos ativos - fato não demonstrável em nenhum dos mega-



fundos internacionais como os do Reino Unido e Estados Unidos - é preciso radicalizar a crítica a esta perversa idéia de capitalismo dos trabalhadores e as práticas da governança corporativa. Menos que uma ameaça, este é um fato posto desde a aprovação da Lei Complementar 109 publicada no Diário Oficial da União, de 30/05/01, que inclusive faculta aos sindicatos de trabalhadores a instituição da previdência complementar¹⁰.

Ademais, e como principal questão de ordem política, é preciso pensar sobre o papel contraditório e por vezes perverso desta instituição que, sob a égide da proteção social de grupos crescentes de trabalhadores, vem assegurando a mundialização financeira, a privatização das empresas estatais e o investimento líquido de capitais nos grandes grupos industriais, comerciais, agroindustriais e de serviços.

Ao tornarem-se investidores e/ou proprietários de meios de produção, estes trabalhadores tornam-se - quer tenham conhecimento ou não do fato - em provedores de capital, patrões de outros trabalhadores e protagonistas de um conjunto de iniciativas que, na prática, os qualificam de parceiros do grande capital.

NOTAS:

1. Sobre a trajetória e as particularidades das reformas da previdência social nos anos 80 e 90, consultar MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*, Cortez Editora, São Paulo, 1995, DELGADO, I.G. *Previdência Social e Mer-*

cado no Brasil, Ed. LTr, São Paulo, 2001, SOARES, L.T.R Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 2001 e VIANA, M.L.T.W A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Ed Revan/IUPERJ, Rio de Janeiro 1998.

2. Referirmo-nos à mudança nas normas das aposentadorias, tais como a substituição do tempo de serviço por tempo de contribuição, o aumento da idade mínima, o estabelecimento do teto máximo dos benefícios, a supressão do cálculo da aposentadoria com base nos últimos 36 salários de contribuição, o fim das aposentadorias especiais, a instituição do regime contributivo para os servidores públicos, além da instituição do regime de previdência privada complementar facultativo.

3. Na interpretação de Dias, a adesão e o consentimento podem ser pensados como o processo de incorporação ativa, pela impregnação de uma nova racionalidade, ou passiva pela neutralização das práticas das classes subalternas (...). Dias, 1997:91-92)

4. Vinculada ao setor privado lucrativo, principalmente bancos e seguradoras.

5. A Previdência Complementar (privada) é formada por dois grandes grupos de entidades: Entidades Abertas de Previdência Privada (EAPP) e as Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP). Enquanto as primeiras são, usualmente, empresas independentes e abertas ao público em geral, podendo ter fins lucrativos (ou não), as EFPP são organizadas como sociedades civis sem fins lucrativos, com clientela específica. (Cf. Beltrão, K at alli, 1999). Informações sobre a legislação, formas de constituição e dados estatísticas podem ser acessados no site da ABRAP.

6. Esta expressão foi manchete de capa da revista ABRAPP nº 231, de fevereiro de 1997, cujo editorial se referia ao "processo de construção de um capitalismo sem capitalistas, no qual a propriedade das empresas encontra-se pulverizada entre muitos milhões de trabalhadores participantes de fundos de pensão, hoje transformados em poderosos investidores institucionais" in revista ABRAPP, Ano XVII, nº 231, fev. 1997. São Paulo.

7. Sobre as particularidades dos fundos de pensão nestes países, ver Farnetti(1999).

8. A expressão governança corporativa vem sendo utilizada no mundo dos negócios para designar o "governo das empresas", cujo poder decisório pertence aos acionistas, membros do conselho de administração e diretores dos grupos corporativos. Como acionistas majoritários e com representação nos conselhos

de administração das empresas, os fundos de pensão passam a ter grande poder de interferência na gestão das empresas de que participam. Em artigo disponível na página da ABRAPP, o especialista Luciano Carvalho Ventura afirma que "Governança Corporativa pode ser entendida como o sistema que engloba todas as relações econômicas entre sócios de uma mesma empresa, todas as relações econômicas entre esses sócios e suas empresas e a forma como esses sócios administram as suas empresas. - Os Princípios que norteiam a boa governança corporativa são três, a saber: transparência, equidade e responsabilidade ou prestação de contas (accountability).- Para a prática de uma boa governança corporativa, faz-se necessária também, a existência de um código de ética a ser seguido pelos conselheiros de administração, diretores executivos, funcionários, e quando houver, conselheiros fiscais.-Os agentes da governança corporativa são os acionistas, o conselho de administração, a diretoria, o auditor independente, e quando houver, o conselho fiscal."

9. Cfe A cultura da crise e seguridade social. Cortez, 1995.

10. Sobre este assunto, ver entrevista do ex-deputado e atual consultor de previdência e atuária Luiz Gushiken, publicada no Jornal do DIAP, Ano X, nº 172. maio 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL. A. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. Outubro Revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 5, São Paulo, 2001.

CHESNAIS, François. Introdução geral. In: A mundialização financeira. São Paulo, Ed. Xamã, 1998.

DELGADO, I. G. Previdência social e mercado no Brasil. São Paulo, Ed. LTr, 2001.

DIAP

DIAS, E. A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passividade. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1997.

FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: A mundialização financeira, São Paulo, Ed. Xamã, 1998.

GUERZONI, G. A previdência dos servidores públicos, a questão contributiva e os institutos e fundos e pensão. In: Debates nº 19. Reforma previdenciária - vetores do Debate contemporâneo. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung/Centro de Estudos, São Paulo, 1999.

LAURELL, A .C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo. São Paulo, Ed. Cortez/ CEDEC, 1995.

MORAES, M.V.E. O futuro da seguridade social in Debates nº 19. Reforma previdenciária - vetores do Debate contemporâneo. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung / Centro de Estudos, São Paulo, 1999.

MOTA, Ana E. Cultura da crise e seguridade social. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. Sobre a crise da seguridade social no Brasil. In: Cadernos ADUFRJ, nº 04, Rio de Janeiro, agosto, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do anti-valor. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998.

_____. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: Teoria e Educação no Labirinto do Capital. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2001.

TELLES, Vera da Silva. Operação desmanche: o espaço público em risco. In Cadernos de Formação II , CUT, São Paulo, 2001.

VIANA, M.L.T. Werneck. A americanização(perversa) da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Revan: IUPERJ/UCAM, 1998.

_____. As armas secretas que abate-ram a seguridade social. In: LESBAUPIN, Ivo (org.) O desmonte da Nação. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1999.

Ver proposta da reforma administrativa proposta por Bresser Pereira in Lua Nova e os comentários de Chico de Oliveira(2000) sobre a mesma.

Beltrão, K at alli, 1999

(Gramsci, 1988:33).

** Ana Elizabete Mota é Professora adjunta do departamento de Serviço Social da UFPE-Universidade Federal de Pernambuco*

Maria Aparecida Morgado*

Segurança nas universidades públicas: um caso para a polícia?

“Não convém a gente levantar escândalo de começo; só aos poucos é que o escuro é claro.”

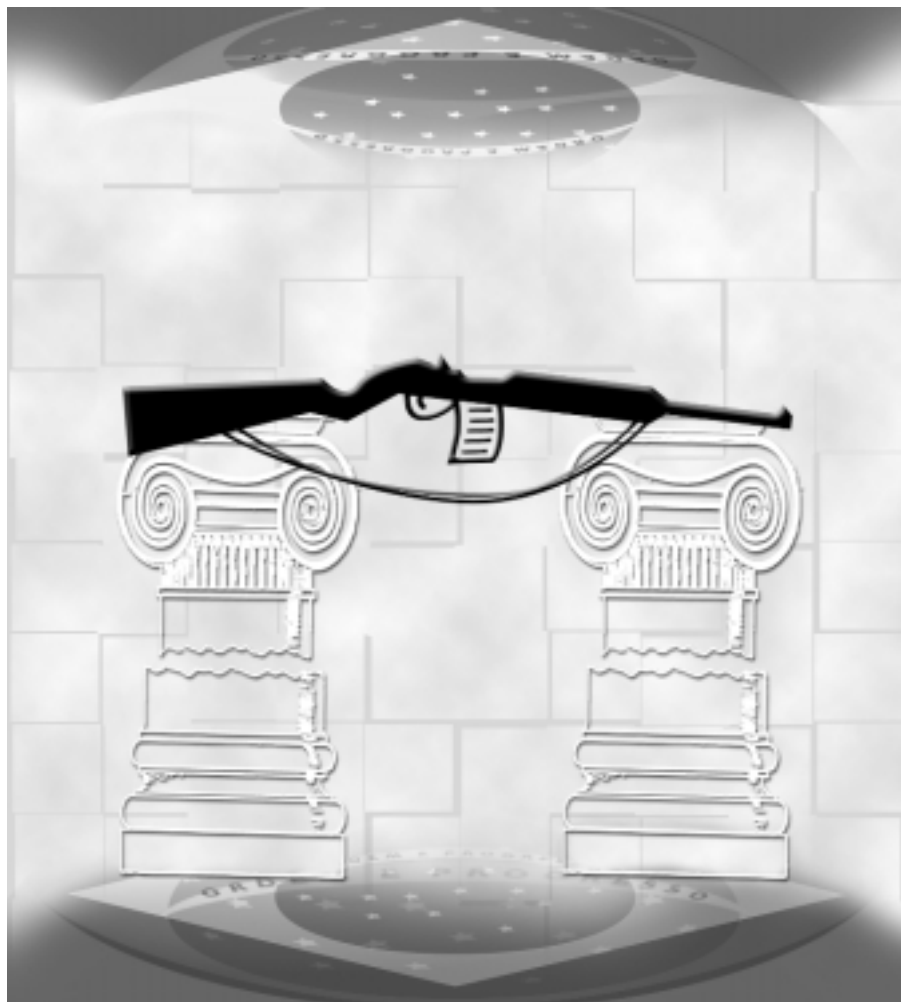
(Guimarães Rosa)

Em *M, o Vampiro de Dusseldorf*, um dos primeiros filmes falados do cinema no Século XX¹, um senhor de meia idade, bom funcionário, solteiro, bonachão e calmo, é, por vezes, tomado por fantasias persecutórias e sai ao encaço da multidão de seres que o aterrorizam: crianças do sexo feminino. Segundo suas próprias palavras, o senhor de meia idade estupra e mata essas meninas para que parem de atormentá-lo até à loucura.

A crueldade e a sanguinolência dos crimes fazem com que a atemorizada população e autoridades da localidade alemã passem a denominá-lo *Vampiro*. A região onde o *Vampiro* atua é um parque público repleto de crianças e circunvizinhanças. Sua tática para ganhar confiança consiste em oferecer doces ou outro tipo de presente a meninas que, por um pequeno período de tempo, escaparam do olhar de suas mães.

O bairro em que o criminoso sexual atua é também o local predileto da ação de quadrilhas de ladrões. Há um acordo entre esses últimos e policiais: a região é pouco policiada.

A pressão social impõe às autoridades intensificação da segurança pública no local, o que passa a atrapalhar os negócios das quadrilhas: nem a elas



nem às autoridades interessa que o cruel *Vampiro* continue a agir. Polícia e ladrões saem ao encaço do *incômodo* personagem.

Os ladrões o pegam e detêm primeiro. No *tribunal*, composto de integrantes das quadrilhas, o réu faz a própria

defesa e diz que o fazer da *acusação* e dos *jurados* é tão criminoso quanto o seu. Os integrantes das quadrilhas se defendem, dizendo que aquele é o trabalho deles. Já no final do *juízo*, a Polícia chega, o *tribunal* de quadrilhas foge e o *Vampiro* é preso.

O clássico do cinema é emblemático de muitas coisas, inclusive de vários aspectos correlatos à problematização em foco.

Presentemente, a criminalidade² transformou-se em um dos temas cruciais para as autoridades brasileiras. Antes mais restrito a regiões centrais decadentes e à periferia das grandes cidades, o fenômeno se estendeu aos bairros de classe média e de classe alta; dos assaltos a bancos e roubo de automóveis, migrou para seqüestros recorrentes; dos grandes centros urbanos se estendeu para o interior; das cidades se estendeu para as estradas; do cidadão comum se estendeu ao cidadão notório.

Segundo avaliam autoridades, das ruas a criminalidade se estendeu às Universidades Públicas.

Conforme tem sido noticiado, não há mais lugar seguro para se viver e trabalhar. O medo - do furto, do assalto, do estupro, do seqüestro, da perda da vida -, intensificado pela recorrência criminal e por abordagens bombásticas dos veículos de comunicação, virou pânico coletivo³. Planos e mais planos de segurança pública vêm sendo anunciados por autoridades federais, estaduais e municipais.

No Estado mais rico da Federação, também emblemático da problemática em foco, a verba aplicada em segurança duplicou entre 1995 e 2001: de R\$ 2,04 bilhões saltou para R\$ 4,20 bilhões (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, A-1).

Tal investimento, proporcionalmente maior do que aquele empreendido por cada um dos quatro governos estaduais anteriores, privilegiou mais policiais militares nas ruas e mais equipamentos associados à alta tecnologia.

Foram mudados o Regulamento Disciplinar, a farda da PM e as cores das viaturas. Foi implantado seguro de vida para os policiais. Foi implantado o



pagamento de um adicional de risco nos salários. Os Boletins de Ocorrência (BOs), feitos pelos policiais, passaram a ser controlados eletronicamente.

Diploma de Ensino Médio e Teste de Integridade passaram a ser exigidos para o ingresso na Corporação. Foi alterado o treinamento dos PMs: o tempo inicial de formação passou de oito meses para 2 anos; implantaram-se cursos de qualificação com policiais estrangeiros hiper-especializados; os alvos preferenciais de tiros deixaram de ser cabeça e coração.

Aulas de direitos humanos e polícia *comunitária* foram implementadas. O policiamento de rua passou a contar com equipamentos considerados "não letais", como armas com balas de borracha, cassetetes elétricos e sprays químicos. Helicópteros altamente equipados - com computadores, radares, rastreadores eletrônicos, dentre outros - passaram a fazer ronda aérea.

Implantou-se, também, o denominado policiamento *comunitário*, que inclui as chamadas Bases Comunitárias Móveis.

Foi feita a integração física dos comandos das polícias Civil e Militar, e a divisão dos territórios de ação foi alterada. Foi criada a Ouvidoria de Polícia. Foi implantado o "Disque Denúncia" (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, C-1).

Conforme especialistas criminais, como o juiz aposentado Luiz Flávio Gomes, Doutor em Direito Penal: "Não adianta prender 100 mil enquanto a fábrica de bandidos prepara o triplo de pessoas para o crime" (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, C-1).

Segundo foi noticiado, o pesquisa-

dor universitário do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), Sérgio Adorno, considera que também falta às polícias reforço no trabalho de inteligência investigativa (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, C-1).

Foi noticiado que a denominada "fábrica de bandidos" recrutou sua "força de trabalho" em várias frentes. Por exemplo, na região metropolitana em que o índice de desemprego foi 19,3%, em 1999. Na desativação de políticas públicas voltadas a projetos de assistência social, que atendiam aproximadamente a 2,7 milhões de pessoas: em escolas, circos-escolas (referência internacional para a ONU), oficinas de cultura, creches e escolas de futebol para crianças e adolescentes, cujo abandono social pode tornar vulneráveis ao recrutamento por criminosos. A desativação desses projetos foi seguida da dispensa de 5.000 funcionários (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, C-3).

A "fábrica" também recrutou sua "força de trabalho" nas próprias polícias, principalmente com relação ao narcotráfico e ao roubo de cargas em estradas, conforme mostraram as Comissões Parlamentares de Inquérito Federal e Estadual (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, C-1 e C-3).

É digno de menção que, após o término da greve dos Policiais Militares na Bahia, em julho de 2001, o Governador do Estado tenha declarado à imprensa sua suspeita de que os saques e arrastões ocorridos no período partiram "deliberadamente" de PMs aquartelados (Folha de S. Paulo, 19/07/-

2001, C-3).

Levantamento realizado por alunos de Direito da Universidade de São Paulo - em 29 varas criminais do foro central da capital, em 2.901 dos processos criminais que deram entrada entre 1991 e 1999 -, sugere o seguinte perfil para agentes de roubos e furtos na cidade de São Paulo: 57% brancos, 31% pardos, 12% negros. Nesse universo, 97% integram o sexo masculino. No universo total, quase metade dos delitos é cometida por jovens, na faixa etária entre 18 e 21 anos. Segundo é sugerido, o jovem transgressor é majoritariamente solteiro, desempregado e tem baixa escolaridade (Folha de S. Paulo, 04/03/2001, C-1).

Autoridades do Estado de São Paulo argumentam a relação entre o portentoso investimento em segurança descrito e o aumento da eficiência policial para realizar prisões. A argumentação é relativizada pelo especialista Luiz Flávio Gomes, já mencionado: "A Polícia prende principalmente os que cometeram pequenos delitos, os chamados crimes de bagatela" (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, C-1).

A Ouvidoria de Polícia do Estado divulgou que, em 1999, o número de pessoas mortas pelas Polícias Civil e Militar subiu 23,8 %, com relação ao ano anterior. À Polícia Civil são imputadas aproximadamente 80 mortes. À Polícia Militar são imputadas aproximadamente 570 mortes (Folha de S. Paulo, 27/01/2000, C-3).

O índice de mortes de 1999, cujo agente é o policial, só não é superior às 1.421 mortes ocorridas em 1992, quando, a pretexto de conter uma rebelião, 120 PMs e 1 policial Civil executaram 111 presidiários na Casa de Detenção da cidade de São Paulo (Morgado, 2001).

Os dados da Ouvidoria de Polícia também mostram que, no ano 2000, 137 PMs morreram por causa violenta:

27 deles durante o serviço e 110 durante a folga (Folha de S. Paulo, 27/01/2000, C-3).

O NEV divulgou que o assassinato de crianças e adolescentes brasileiros, entre 10 e 19 anos, aumentou em 21,95%, de 1995 a 1998. Para Sérgio Adorno, Coordenador do Núcleo, a redução desse índice demandaria "uma grande mudança na polícia e no Poder Judiciário" (Folha de S. Paulo 11/06/2000, C-5).

Estudos realizados entre 1991 e 1996 mostram que a probabilidade de punição do adulto que mata uma cri-

Relatórios internacionais e nacionais colocam a execução de civis por policiais militares como o mais grave problema brasileiro relativo aos Direitos Humanos.

ança ou um adolescente é de 1,72% (Folha de S. Paulo, 11/06/2000, C-5).

Outras levantamentos apontam homens, entre 15 e 29 anos, como principais alvos das mortes por causas violentas: dessas, a maioria é produzida por armas de fogo. No universo geral, essas mortes reduzem em 2,7 anos a expectativa de vida dos brasileiros de sexo masculino (Folha de S. Paulo, 01/02/2000, C-1).

Relatórios internacionais e nacionais colocam a execução de civis por policiais militares como o mais grave problema brasileiro relativo aos Direitos Humanos.

Do Relatório do Departamento dos EUA, foi divulgado: "O sistema de tribunais específicos para policiais militares contribui para um clima de impunidade" (Folha de S. Paulo, 26/02/2000,

1-9).

Informações coletadas pelos NEV, em 22 Estados da Federação, também indicam a violência policial brasileira como a mais comum forma de desrespeito aos Direitos Humanos: mais frequente que as disputas de terra, que as pendências políticas - como seqüestros e assassinatos de integrantes do Executivo e Legislativo - e que as denúncias de trabalho escravo (Folha de S. Paulo, 12/01/2000, C-7).

Relatório do Comitê de Direitos Humanos da ONU, relativo ao ano de 2000, conclui que o descaso do Estado brasileiro com a Lei estimula a continuidade da prática de tortura policial. Nas 31 recomendações feitas pelo relator Nigel Rodley, recorrentemente é enfatizada a necessidade das autoridades brasileiras cumprirem a Lei. Uma dessas recomendações sugere o fim dos tribunais militares no julgamento de crimes cometidos por PMs durante o serviço de policiamento (Folha de São Paulo, 11/04/2001, C-1 e C-3).

Na mesma direção, em artigo de sua autoria, o criminalista José Carlos Dias⁴ considera:

"Somente uma polícia estruturada sobre valores democráticos poderá reproduzir tais valores em sua relação com a sociedade. A pauta do dia deveria ser, pois, a desmilitarização da polícia, com a unificação das polícias Civil e Militar. (...) O momento que o país atravessa é delicadíssimo (...) pasto ideal para apetites ditatoriais. Urge prudência, inteligência e coragem. Espere-se isso do governo" (Folha de São Paulo, 29/07/2001, A-3).

Esse protagonista do processo de redemocratização pede "prudência, inteligência e coragem". A quem? Talvez, a parcelas da geração que combateu o totalitarismo⁵ militar de 1964.

Como se sabe, muitos jovens foram vitimados por prisões políticas, tortura, tribunais militares, execuções, bani-

mento do país, dentre outros crimes do Estado⁶. Presentemente, integrantes da geração jovem, que se insurgiu contra o regime de exceção, ocupam vários espaços no aparelho estatal.

José Genoio, ícone da parcela jovem vitimada pelo estado totalitário implantado em 1964, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), candidato ao governo de São Paulo, propõe a presença mais ostensiva da ROTA⁷ nas ruas, em seu programa de segurança, posicionando-se contrariamente ao histórico projeto de emenda constitucional para desmilitarização da Polícia Militar (Folha de S. Paulo, 13/01/2002, A-10).

Em entrevista publicada em 27/01/2002, o jurista Hélio Bicudo - que sistematicamente denunciou os esquadrões da morte, a tortura, dentre outros crimes de Estado do totalitarismo de 1964, considera: "a reforma da polícia passa pela desmilitarização". Entende que propostas como a de

José Genoio pretendem captar votos na "área" da "direita". Avalia que, partindo do campo da denominada esquerda, tais propostas "são mais eleitorais do que qualquer outra coisa. Tentar entrar no eleitorado conservador é um erro (...) um equívoco desastroso" (Folha de S. Paulo, A-6).

Outros juristas também se manifestam criticamente com relação a projetos e propostas que enfocam a polícia como agente privilegiado da segurança pública.

O criminalista Márcio Thomaz Bastos, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da OAB-SP⁸, em artigo da sua autoria, diz:

"Um país com um terrível regime de

distribuição de renda como o Brasil, com a intolerável promiscuidade entre os muito ricos e os miseráveis, não pode esperar que os seus níveis de violência sejam semelhantes aos daquelas nações em que a riqueza é distribuída menos desigualmente" (Folha de S. Paulo, 22/01/2002, A-3).

O criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Presidente da OAB-SP, argumenta que a criminalidade vem sendo tratada de maneira superficial e não preventiva nos planos e ações governamentais, no artigo da sua autoria:

"O fenômeno criminal está presente no âmago do corpo social, por ele é ge-



rado, dele nasce e nele produz os seus efeitos. Estudar e pensar a violência implica estudar e pensar a sociedade" (Folha de S. Paulo, 22/01/2002, A-3).

O jurista Hélio Bicudo⁹ - deputado federal pelo PT-SP por dois mandatos, entre 1990 e 1998, Vice-Prefeito da cidade de São Paulo¹⁰, integrante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) - considera os chamados novos planos de segurança, nas esferas federal e estadual, "uma leve maquiagem". No artigo da sua autoria, enumera as medidas que deveriam ser adotadas para abordagem adequada da problemática:

"A primeira atitude a adotar é, pois, a

de extirpar a corrupção que apodrece a polícia por dentro. (...) A unificação das polícias é a segunda medida a adotar. Não haverá polícia na rua sem unificação. Há 20 anos foi apresentado um projeto de emenda constitucional com esse objetivo¹¹. (...) Também há 20 anos buscou-se retirar da competência da Justiça Militar o processo e o julgamento dos chamados crimes de policiamento. Muito pouco foi conseguido¹². E o projeto que busca maior abrangência da competência civil está nas gavetas do senador José Fogaça. (...) Pois bem, limpar, reformar e pôr a polícia na rua é fundamental para a

prevenção do crime. A repressão vem depois, como confissão de incompetência" (Folha de São Paulo, 25/01/2002, A-3).

Do vultoso investimento em segurança feito no Estado São Paulo, entre 1995 e 2001, também consta a retirada dos chamados guardas escolares da porta de escolas da Rede Estadual de Ensino, que foram substituídos

por aproximadamente 4.500 PMS (Folha de S. Paulo, 27/01/2002, C-3).

Os dados e perspectivas de abordagem apresentados indicam que a problemática em foco vai muito além do campo da opinião - a favor ou contra. Para além da aparência fenomênica, o complexo fato requer observação sistemática e elaboração teórico-crítica. Dito de outro modo, o tema exige que seja estabelecida a diferença substantiva entre a doxa e a ephisteme, como já recomendava Platão. Para abordagem das suas múltiplas facetas, o evento social também requer explicitação do posicionamento político do observador.

Assim sendo, recorrente estratégia

do Estado brasileiro merece reflexão: enquanto sociedade política¹³, é ele próprio que apresenta à sociedade civil planos de segurança pública com supostas *inovações*, como a propagandeada Polícia Militar *Comunitária*.

É isso o que se vê em manifestações de autoridades estatais: do Ministro da Justiça, a Secretários de Segurança, a Governadores, a Prefeitos, a parlamentares - nas esferas federal, estadual e municipal -, a autoridades policiais e reitores simpáticos a convênios entre Universidade Pública e Polícia Militar.

Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, a segurança do patrimônio universitário é realizada por funcionários do próprio quadro e a segurança pública é realizada pela PM.

Numa primeira visada, a expressão *comunitária* parece surtir o efeito de obliterar a memória: do arbítrio, da brutalidade, da tortura, da corrupção e da impunidade, vinculados à polícia brasileira, em geral, e à Polícia Militar, em particular. Esse enraizamento histórico é parte indissociável da natureza do aparato de segurança pública do Estado brasileiro.

Em termos políticos clássicos, como seria possível a existência de uma polícia comunitária na sociedade burguesa dividida em duas classes fundamentais, uma dominante, outra dominada, onde a primeira se vale dos aparato repressivo e ideológico para conter e conseguir a adesão política da segunda¹⁴?

Na sociedade brasileira contemporânea, o aparato de segurança é expressão dessa natureza repressiva: o monopólio estatal da força é recorrentemente exercido como violência contra a população¹⁵.

A vertente anarquista do pensamento político moderno entende por *comunitária* "uma sociedade auto-regulada de indivíduos e de grupos livremente formados. (...) o Estado seria

abolido e substituído por comunas autônomas" (Bottomore, 1988, p.11).

A vertente marxista entende por *comunitária* a sociedade em que, restabelecendo controle sobre as forças materiais, os indivíduos abolem a propriedade privada, as classes e a divisão do trabalho. Marx e Engels argumentam:

"Isso não é possível sem uma comunidade (...). A ilusória comunidade na qual, até o presente, os indivíduos se têm combinado sempre adquiriu uma existência independente, a parte desses mesmos indivíduos, e, já que era uma união de uma classe contra a outra, representava, para a classe dominada, não só uma comunidade completamente ilusória como também uma nova algema. Numa comunidade genuína, os indivíduos conquistam sua liberdade na/e através de sua associação" (Bottomore, 1988, p.72; grifos meus).

As vertentes, anarquista e marxista, concordam que a sociedade desenhada por ambas é uma sociedade sem classes e sem Estado (Bottomore, 1988, p. 12).

Em termos filosóficos, a junção do conceito *comunitária* à polícia é, no mínimo, problemática (Abbagnano, 1982, p. 149-150).

Em termos lingüísticos, a atribuição dessa qualidade - *comunitária* - à polícia é, para dizer o mínimo, polêmica¹⁶: renderia muitas teses e antíteses acadêmicas.

Em termos históricos, como pode o Estado da sociedade burguesa produzir uma polícia *comunitária*?

Portanto, polícia *comunitária* expressa uma contradição de termos e uma impossibilidade histórica.

Mas antes, muitíssimo antes da sociedade autogestionária sem Estado, integrada pela comunidade de indivíduos livres para definir seus destinos e o modo de uso da própria força, have-

ria de ocorrer avanço democrático sem precedentes.

Para começar, a Polícia teria de ser democrática. Tal adjetivação demandaria que ela estivesse inscrita nos códigos do contemporâneo Estado Democrático de Direito burguês. Como é sabido, isso significa adequar-se ao princípio fundante desse Estado: "todos são iguais perante a lei"¹⁷.

No caso particular da Polícia Militar, isso é impossível! O princípio "todos

Uma polícia que sequer está inscrita nas normas da democracia burguesa contemporânea, também não está inscrita nos códigos da civilização burguesa. Não sustenta a convivência democrática e civilizada e está totalmente à margem do campo político da cidadania.

são iguais perante a lei" não a alcança. Nem em termos jurídicos, pois conta com legislação e tribunais próprios. Nem em termos políticos: há anos tramita no Congresso Nacional o projeto de emenda à Constituição que propõe a desmilitarização da PM.

Uma polícia que sequer está inscrita nas normas da democracia burguesa contemporânea, também não está inscrita nos códigos da civilização burguesa. Não sustenta a convivência democrática e civilizada e está totalmente à margem do campo político da cidadania.

Em síntese, não é possível à Polícia Militar ser democrática, nem civilizada e, menos ainda, cidadã. Nem democrática, nem civilizada e nem cidadã.

Não é casual que na década do denominado enxugamento das políticas públicas sociais e do concomitante aprofundamento concentração de renda, os índices mostrem ascensão de práticas letais de polícias, em geral, e de PMs, em particular.

Comunitária? Uma ficção!

A duplicação inglória dos gastos do Governo do Estado de São Paulo com a PM nos últimos 5 anos mostra, *mais claro que mil sóis*, que não há medida paliativa que resolva o problema: sua origem está na raiz.

Conforme Hannah Arendt¹⁸, “poder e violência são termos opostos”. Para a autora, “o poder resulta da capacidade humana de agir em conjunto, o que requer o consenso de muitos quanto a um curso comum de ação”. Segundo ela, “a afirmação absoluta de um significa a ausência do outro”. Em última instância, a grande pensadora da vida social contemporânea entende que:

“É a desintegração do poder que enseja a violência, pois quando os comandos não são mais generalizadamente acatados, por falta de consenso favorável, implícita ou explícita, de muitos, os meios violentos não têm utilidade. (...) a violência destrói o poder” (p. 08).

A sociedade brasileira pode ser tomada com caso emblemático do núcleo da questão posta por Hannah Arendt¹⁹: à sociedade civil falta poder e à sociedade política - Estado - sobra força.

Essa diretriz argumentativa permite uma primeira aproximação: não é

casual que na década do denominado enxugamento das políticas públicas sociais e do concomitante aprofundamento concentração de renda, os índices mostrem ascensão de práticas letais de polícias, em geral, e de PMs, em particular.

Qual é o contingente social mais atingido por essa desintegração do poder, conforme a perspectiva arendtiana? Como sugere levantamento apresentado acima, as prisões de São Paulo estão repletas de jovens, desempregados e com baixa escolaridade. Considerados os índices estatísticos divulgados, os jovens integram o contingente populacional brasileiro mais atingido pelas recorrentes ações letais de policiais.

A quantas andam os investimentos governamentais nas Universidades Públicas? Qual é o montante do investimento na contratação de professores-pesquisadores nessas Universidades? Como está a qualidade do ensino? Como se dá a imprescindível interação ensino-pesquisa na Universidades Pública, campeã de programas de extensão?

Qual é o projeto civilizatório da universidade pública brasileira²⁰? Formação de mão-de-obra? Superficialidade no ensino? Reprodução de pesquisas do interesse de organismos internacionais? Ativismo pedagógico? Assistencialismo e propaganda na extensão?

Em que e como são gastos os recursos governamentais destinados à universidade pública brasileira? Em importação rápida do modismo político-intelectual da potência militar dominante? Em pagamento de salários cujo contrato de trabalho não é cumprido? Em infundáveis seminários sobre violência? Em inumeráveis seminários sobre tudo, nada ao mesmo tempo? Em convênios e mais convênios com *As academias de Sião*²¹?

Qual é o projeto da sociedade brasi-

leira para a Educação das gerações mais novas? Permissivas na aparência e despóticas na raiz, quando as pretensas intervenções *educativas* falham, o que as suas instituições têm feito?

Nos anos 50 do Século XX, apelou-se para a moral e os bons costumes piedosos. Depois, apelou-se para o psicólogo. Isso, nos segmentos médios.

Dos segmentos empobrecidos e dos miseráveis, sempre se soube o destino social. Não houve projeto civilizatório que os incluísse.

Presentemente, o mesmo destino parece estar sendo construído para jovens de classe média.

Filhos da omissão, os jovens vestibulandos das universidades públicas são candidatos a quê? Filhos da permissividade autoritária²², os jovens estudantes dessas universidades²³ são formados para quê? Filhos da despótica razão embrutecida²⁴, são candidatos a quê? A um suposto lugar no mercado, do qual são excluídos mesmo antes da colação de grau²⁵?

Os levantamentos acima apresentados indicam que esses jovens vêm sendo *incluídos* nas estatísticas de mortes cujo agente é o policial.

O contexto até aqui apresentado escapa ao desejo individual da pesquisadora. Ele se impõe à vida social, em geral. À vida universitária, em particular: reitores de universidades públicas vêm firmando convênios com a PM para que faça segurança das pessoas nos campi.

Para quê polícia na escola?

Qual é o segmento mais numeroso da coletividade universitária?

Uma polícia mais centrada no ativismo espetacular que no paciente labor da investigação preventiva, repressora dos pequenos delitos e protagonista dos grandes, desorganizada, brutalizada, pode tomar conta das pessoas na universidade pública?

Como conciliar obediência militaresca à hierarquia com liberdade de expressão do pensamento? Como conciliar o mundo da obediência incondicional ao mundo da pergunta metódica²⁶ - razão de ser do ensino, fundamento da pesquisa?

Segurança para quem?

Repressão para quem? Para os jovens²⁷? Para os estudantes?

O campo problemático apresentado permite uma certeza. Esse tipo de convênio Universidade-PM é um retrocesso histórico. Disso decorre um grande equívoco, revelador de despreço pela frágil democracia que a sociedade brasileira pôde conquistar até aqui. Que as coletividades universitárias e outros setores implicados da sociedade civil brasileira reflitam sobre a urgente questão: com ponderação, com responsabilidade e compromisso democrático.

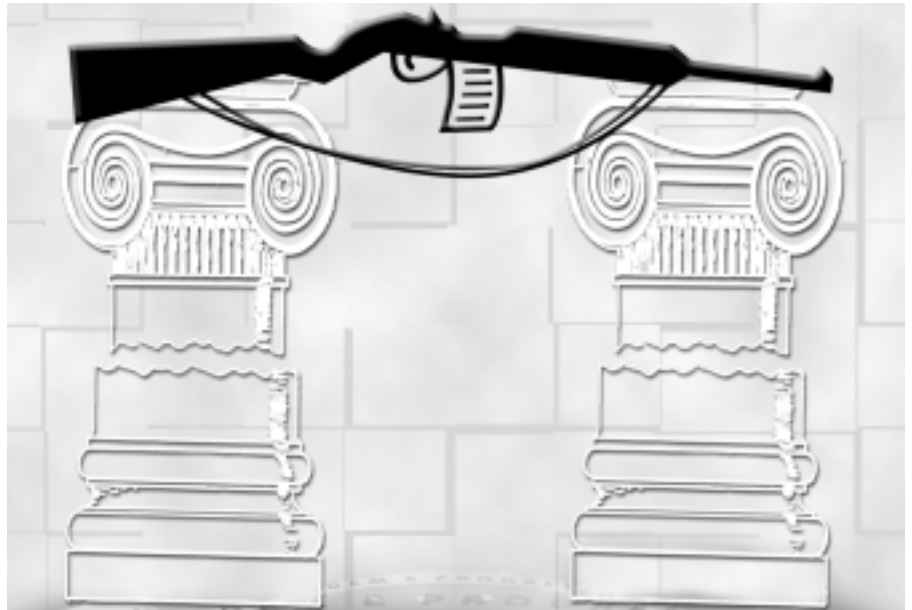
Segurança é um tema crucial em nossos dias, mas não pode ser enfrentado às custas da democracia.

Não podemos, mais movidos pelo temor que pela esperança²⁸, enveredar pelo enganoso caminho das soluções imediatistas, finalistas e militarizantes. Em nome disso, muitos crimes contra a humanidade, como o holocausto nazista e o recente genocídio de afegãos, foram cometidos.

Democracia dá trabalho, requer paciência histórica, exaustivo debate de posições divergentes para construir o consenso político²⁹, mas é sempre o melhor, mais educativo e mais fecundo dos caminhos.

Após o advento da Primeira Guerra Mundial do Século XX, algum tempo antes da Segunda, o criador da Psicanálise, grande conhecedor dos efeitos do sofrimento social na subjetividade individual e na intersubjetividade, fez notar:

“A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade



Consciência pessoal e consciência política não se separam. Temos a responsabilidade de educar as gerações mais jovens.

constitui o passo decisivo da civilização. Sua essência reside no fato de os membros da comunidade se restringirem em suas possibilidades de satisfação, ao passo que o indivíduo desconhece tais restrições. A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo” (Freud, 1930, v. XXI, pp. 115-116; grifos meus).

Logo em seguida ao advento da Arquitetura da Destruição³⁰, Adorno advertiu:

“Para a educação, a exigência de que Auschwitz não se repita é primordial. Precede de tal modo quaisquer outras, que, creio, não deva nem precise ser justificada.(...). Todo debate sobre parâmetros educacionais é nulo e indiferente em face deste - que Auschwitz não se repita” (Adorno, 1969, p.33-45).

No cenário de dificuldades financeiras pelo qual passam as universidades públicas brasileiras, o projeto de segurança que vem sendo implementado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), situada ao lado da movimentada Rodovia Washington Luiz, representa um promissor exemplo - para ficar no campo dos eventos positivamente verificáveis.

Segurança começa por mudança de hábitos. Com inteligência, observação metódica, pesquisa de experiências diferenciadas, criatividade, maturidade, espírito democrático, e co-responsabilidade, aquela coletividade vem construindo sua prática de enfrentamento da difícil questão, e com “otimização de recursos”³¹ - humanos, tecnológicos e financeiros - e, sobretudo, com meios não brutalizados e nem espartilhados de contenção do fenômeno que se convencionou denominar violência.

Consciência pessoal e consciência política não se separam. Temos a responsabilidade de educar as gerações mais jovens.

Não se pretendeu produzir uma perspectiva conclusiva de abordagem do tema que encabeça a pesquisa e o

ensaio teórico de que resultou o texto. Muito antes, e para além disso, a sistematização dos dados disponíveis e a tecitura da argumentação pretende colaborar para introduzir o debate na pauta do Movimento Docente. Que a democracia seja o nosso começo e limite.

NOTAS:

1. Diretor: Fritz Lang. Ator principal: Peter Lorre.
2. Para ficar no campo conceitual utilizado por juristas.
3. Histeria coletiva, para alguns.
4. Ex-Ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso.
5. Cf. Arendt, 1979.
6. Cf. Arquidiocese de São Paulo, 1985.
7. Batalhão da PM de São Paulo ao qual é imputado o maior número das mortes na Massacre na Casa de Detenção, em que 111 presidiários foram executados (cf. Morgado, 2001).
8. Respectivamente, gestões 1987 a 1989 e 1983 a 1985.
9. Também jornalista, publicou, dentre outros, *Violência - o Brasil cruel e sem maquiagem*, e *Meu depoimento sobre o esquadão da morte*.
10. Governo Marta Suplicy.
11. O jurista refere-se a seu projeto de desmilitarização da PM, ao qual se juntou, em 1977, sugestão de emenda do mesmo teor encaminhada pelo então governador de São Paulo Mário Covas. O projeto está nas gavetas do ministério da Justiça (cf. Morgado, 2001).
12. O jurista refere-se ao substitutivo a seu projeto, que, contrariamente ao texto original, resultou na emenda constitucional segundo a qual somente os crimes dolosos de policiais militares contra a vida são julgados na esfera de competência da Justiça Criminal Comum. Conforme o texto resultante, de cuja versão final e articulações para aprovação participou o então deputado federal José Genoíno, é o Inquérito Policial Militar que caracteriza a existência ou não de dolo - intenção de matar (cf. Morgado, 2001).
13. Cf. Bottomore, p.351, 1988.
14. Cf. Marx, 1982; Bottomore, 1988; e, La Boétie, 1986.
15. Cf. Morgado, 2001.
16. Cf. Ferreira, 1994.
17. Constituição da República Federativa do

- Brasil, 1988.
18. Cf. Arendt, 1994.
 19. Cf. Arendt, 1973.
 20. Cf. Freire, 1992.
 21. Cf. Machado de Assis, 1909, p.163-171.
 22. Cf. Snyders, 1978.
 23. Cf. Morgado, 2002.
 24. Cf. Horkheimer, 1976.
 25. Cf. Ponce, 1979.
 26. Cf. Descartes, 1983.
 27. Cf. Tupinã, 1991; e, 1994.
 28. Cf. Arendt, 1994.
 29. Cf. Bobbio, 1996; e Rossiaud & Scherer-Warren, 2000.
 30. Documentário sobre a concepção de sociedade nazista, inscrita no mundo arquitetônico produzido.
 31. Para usar as expressões preferidas por alguns.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Trad. de Alfredo Bosi e outros. 2a ed. São Paulo, Mestre Jou, 1982.
- ADORNO, T. W. *Educação após Auschwitz*. IN: *Sociologia*. Editora Ática, São Paulo, 1994.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- ARENDE, H. *Crises da República* (1969). Trad. de José Volkman. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ARENDE, H. *Origens do totalitarismo*. I. Anti-semitismo, instrumento de poder (1951). Trad. de Roberto Raposo. 2a ed. Rio de Janeiro, Documentário, 1979.
- ARENDE, H. *Sobre a Violência* (1969). Trad. de André Duarte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 6ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (de 05 de outubro de 1988). São Paulo, Atlas, 1988.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método* (1637). IN: *Os pensadores*. Trad. de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 25-71.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. 27ª imp. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- FREIRE, P. *A pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização* (1930). IN: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro, Imago, 1980, v. XXI, pp. 73-171.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da Razão*. Trad. de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.
- LA BOÉTIE, E. de. *Discurso da servidão voluntária*. Trad. de Laymert Garcia dos Santos. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Histórias sem data*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1909.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã* (I - Feuerbach). Trad. de José Carlos Bruni & Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- MORGADO, M. A. *A lei contra a justiça: um mal-estar na cultura brasileira*. Brasília, Plano Editora, 2001.
- MORGADO, M. A. *Da sedução na relação pedagógica: professor-aluno no embaite com afetos inconscientes*. 2ª ed. São Paulo, Summus Editorial, 2002.
- PONCE, A. *Educação e luta de classes*. Lisboa, Vega, 1979.
- ROSSIAUD, J. & SCHERER-WARREN, I. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2000.
- SNYDERS, G. *Para onde vão as pedagogias não-directivas?* Trad. de Ruth Delgado. 2ª ed. Lisboa, Moraes Editores, 1978.
- TUPINÃ, H. M. *O assassinato de Christian: desvelando a violência no discurso da Impunidade*. Cuiabá, MT. Ed. do autor, 1991.
- TUPINÃ, H. M. *Luto-luta: a inteireza da cidadania*. São Paulo, Vilibor, 1994.

Maria Aparecida Morgado é doutora em Psicologia Social, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. No Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC/SP, colabora com o Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade e com o Núcleo Psicologia Política e Movimentos Sociais.

Terezinha Alves de Oliveira*

Ensino de História e formação de professores

O ensino de História constitui um momento de realização do conhecimento histórico e da sua concretização. Em níveis diferenciados, ele divulga, amplia este mesmo conhecimento e o transforma em tradição. A História Ensinada é um dos esteios da História-Conhecimento e, como diz Selva Guimarães¹, constitui dimensão do trabalho especializado dos historiadores. Isto acontece também em outras áreas e pode ser exemplificado com a Geografia: entre 1900 e 1917, considerado um período de crise no campo de produção da teoria geográfica, a



chamada “geografia dos professores”, na Europa, pôde camuflar a queda da reflexão teórica. Não é por outra razão que o geógrafo argentino Marcelo Escolar, levando em conta como “a Geografia contribuiu para construir o sentido comum nacional dos cidadãos”², acha que o estudo sobre o ensino da Geografia pode ajudar inclusive a superar dificuldades teóricas do conhecimento geográfico no presente.

A importância da pesquisa sobre o ensino de História nem sempre foi adequadamente compreendida. Podemos dizer que estamos longe de entendê-la apenas como um estudo sobre as práticas e sobre os instrumentos didáticos, mas, ao mesmo tempo, temos que reconhecer que em grande parte é assim que ela é vista numa pri-

meira aproximação. Marcos Silva chama a atenção para esse ponto: “refletir a respeito do ensino de história, visando a sua prática como boa experiência para todos, ultrapassa o isolamento da historiografia sem olhos para tantos de seus circuitos de produção e circulação e de pedagogias des-cuidadas em relação aos conteúdos

que se estudam nessa específica área de investigação.”³

Nesse sentido, mesmo que se distinga a pesquisa sobre o ensino de História da presença da pesquisa no ensino de História, é necessário estabelecer também que uma coisa tem a ver com a outra. Se no trabalho do professor, Marcos Silva adverte que ensino e

pesquisa devem ser encarados como *faces de uma mesma atividade*, o argumento de que *“ensino e pesquisa se iluminam, ampliam e superam simultaneamente”*⁴ e devem questionar-se permanentemente, aplica-se também à pesquisa **sobre** o ensino de História. Ela pode iluminar, ampliar e levar à superação de desafios no campo do ensino, enquanto ao mesmo tempo pode iluminar, ampliar e levar à superação de questões presentes na historiografia, pela informação que pode proporcionar sobre como o conhecimento histórico se difunde, se enraíza e se torna tradição através do ensino. A investigação feita na busca da aproximação entre o ensino de História e o conhecimento histórico poderá ter a capacidade de transformar os dois campos que ela procure assim articular. Mas a pesquisa sobre o ensino de História tem quase sempre constatado, apesar das inovações nele havidas, uma certa resistência do velho projeto filiado aos objetivos da construção da nação e aos princípios da historiografia do século XIX.

A professora Ernesta Zambone⁵ assinalou uma homogeneidade de preocupações na pesquisa sobre o ensino de História, quer ela se realize na França, no Canadá, em países da América Latina ou no Brasil. Vem a propósito um fato curioso. A revista francesa *L'Histoire* divulgou, em abril de 2000, os resultados de uma pesquisa de opinião realizada em toda a França, para medir a popularidade de grandes figuras históricas. Apresentada como reportagem de capa sob o título *“Franceses, quem são vossos heróis?”*⁶, a pesquisa constatou que os franceses elegeram heróis principalmente masculinos e ligados à história da nação francesa. O general De Gaulle, Napoleão Bonaparte e Luís XIV, nessa ordem, foram os vencedores da sondagem. Por outro lado, a pesquisa reve-

Os franceses continuam apegados ao panteão tradicional e que, nesse sentido, pouca coisa mudou desde a primeira pesquisa dessa natureza, realizada em 1948.

lou que os franceses atribuem à escola os seus conhecimentos sobre História, considerando os recursos audiovisuais, a mídia e demais recursos da indústria cultural como auxiliares da escola nesse mister. Concluiu-se que os franceses continuam apegados ao panteão tradicional e que, nesse sentido, pouca coisa mudou desde a primeira pesquisa dessa natureza, realizada em 1948.

Isso se torna muito interessante quando sabemos do impacto da História Nova sobre o Ensino de História na França. As inovações introduzidas fizeram Jacques Le Goff temer, por um momento, que se estivesse substituindo *“um saber histórico arcaico por absolutamente nenhum.”*⁷ Mas nunca é demais lembrar o que diz Marc Ferro no parágrafo inaugural de *“A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação”*: *“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo e do passado das sociedades, enxertam-se depois opiniões, idéias fugazes ou duradouras, como um amor... mas permanecem indelévels as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções”*⁸.

Essa advertência, a meu ver, acentua o papel do ensino de História e do seu poder, enquanto mostra a importância das representações construídas sobre a História no ensino. Não é por acaso que ganha atenção crescente na pesquisa sobre o ensino de História a análise das representações. Em *“Representações e linguagem no ensino de História”*, Ernesta Zambone lembra o impacto que, sobre as representações e os seus sentidos, tem tido a crise de paradigmas e de valores, o fim da visão homogênea dos fenômenos sociais e históricos, o questionamento dos discursos científicos, as idéias de progresso, nação e nacionalidade, presentes no ensino de História. Segundo ela, a expansão das relações virtuais no mundo contemporâneo evidencia a *“consideração pelo imaginário”*, a ponto de a ordem simbólica passar a ser uma outra forma de existência da realidade histórica, razão da preocupação com o seu impacto no ensino de História.⁹

Essa análise conduz à questão da inovação e das permanências no ensino da disciplina, pois aborda a relação de aprendizagem professor-aluno e as múltiplas mercadorias produzidas pela indústria cultural. Como mostra Zambone, se há mudanças evidentes na escolha das temáticas abordadas no ensino de História marcadas pela História Nova, o tratamento metodológico dos temas continua tradicional: *“o conhecimento histórico é visto como uma verdade absoluta, homogeneizadora, sem problematização”*.¹⁰ Para a autora essa realidade se constata não apenas nos livros didáticos, mas até nos paradidáticos em que a liberdade de abordagem é reconhecidamente maior. Igualmente na sala de aula, é ainda marcante o distanciamento entre a fala dos professores, o texto do livro didático e o universo cultural dos alunos. A aproximação entre o papel

das representações no conhecimento histórico e as representações produzidas no material didático ou na sala de aula permite a percepção da importância dessa questão seja no campo da História ensinada, seja no do conhecimento histórico.

No mesmo sentido pronunciam-se os autores de "Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História", livro organizado por Lana Siman e Thais Fonseca. Nele os autores fazem análises sobre a história nacional tomando por mote o debate provocado pelas comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil. A publicação se coloca como uma reflexão sobre "o ensino de História e suas relações com os avanços historiográficos mais recentes", estabelecendo a ponte entre a História ensinada e o conhecimento histórico. Os autores reconhecem que "é no âmbito desse ensino que se sedimentam concepções e valores que se apresentam como verdade para a maior parte da população. A história conhecida pela maioria vem, predominantemente, da escola."¹¹ Partindo dessa constatação, Eduardo Paiva analisa a questão do sentimento anti-lusitano, presente desde Frei Vicente do Salvador, mas trabalhado e aprofundado pela historiografia republicana. Considera a historiografia atual como redentora de mitos contra os portugueses e aponta, nesse caso, para o pesquisador do ensino de História, o problema de saber até que ponto a escola e o senso comum continuam "insistindo na incompetência lusa e no resultado desastroso do domínio português nos trópicos".¹²

Num capítulo cheio de informações sobre a pesquisa no ensino de História, Thais Fonseca estuda "a circulação de imagens entre a historiografia e as artes plásticas, as múltiplas apropriações de uma pela outra e as relações

de ambas com a difusão do conhecimento histórico através dos livros didáticos".¹³ Debruça-se sobre as representações, no ensino de História, da colonização portuguesa e da construção da História da nação no Brasil. A partir do exame de um corpus documental que cobre livros produzidos entre o final do século XIX e o ano 2000 e fazendo um confronto entre a narrativa pictórica e a narrativa textual, a autora mostra a permanência do uso de determinadas imagens na História que fala da construção de uma identidade nacional, imagens que exaltam a História da nação e que estimulam os sentimentos patrióticos. Elas estão presentes até mesmo em livros didáticos que, produzidos a partir da década de 1980, condenam a história épica e heróica. O resultado a que chega Fonseca é o de que, na trajetória do livro didático de História no Brasil as ilustrações revelam concepções "profundamente enraizadas na cultura historiográfica brasileira, herdadas do final do século XIX e cultivadas não apenas pela historiografia como também pelo ensino de História."¹⁴ Por isso, a autora mostra que ainda quando os livros didáticos são novos no formato, na maneira de apresentar os assuntos, nas atividades que propõem e até na irreverência e quase-banalidade da linguagem, continuam a usar concepções, periodização e imagens cujas raízes evocam a historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na linha da monumentalização de eventos e de personagens.

Já Lana Siman procura saber quais os efeitos da educação histórica sobre a formação das consciências e identidades. Para isso estuda as representações que os estudantes fazem sobre o descobrimento do Brasil, ciente de que as significações atribuídas pelos alunos são o produto de interpretações construídas pela historiografia e



difundidas e recriadas pelo ensino de História. Escudada em teóricos da concepção sobre as representações sociais, a autora sublinha a importância desse trabalho para o ensino de História, no entendimento de que a consciência histórica e a formação das identidades sociais resulta das relações entre os imaginários sociais, as interpretações sobre o passado, a percepção do presente e a expectativa de futuro. Sua coleta de informações foi feita na população estudantil do ensino médio de Belo Horizonte e chegou aos seguintes resultados: as representações expressas pela maioria dos estudantes têm relação com as interpretações construídas após a proclamação da República ou com interpretações marxistas, na projeção de uma imagem negativa do colonizador português. Por isso, Siman chama a atenção para a força homogeneizadora da escola, que promove interpretações autorizadas, modos "aceitos" de ver o mundo. Ela afirma que é na escola que o conhecimento histórico é transformado em senso comum e o senso comum em conhecimento histórico. Além disso, mostra que as imagens captadas não constituem propriamente "erros históricos", mas acentua que essas imagens precisam ser abraçadas pela pesquisa sobre o ensino de História como objeto privilegiado, pelo que podem revelar. Elas exigem um trabalho de desconstrução, na perspectiva

das novas interpretações e de uma nova compreensão de temas históricos.

Dessa forma, Siman termina sugerindo um projeto para a pesquisa sobre o ensino de História: o de identificar as representações sobre a História nacional e sobre as identidades e, a partir dessa identificação, elaborar um programa de reflexão e de desconstrução de certas representações e de criação de novas representações, na perspectiva da história da cultura. Assim, ela acredita que se venha a acentuar as várias possibilidades de compreensão da experiência histórica: *"Nesse sentido, estaremos não apenas nos engajando a compromissos de um ensino de História variado, que considera a multiplicidade de fontes e linguagens de produção do saber histórico, mas, sobretudo, contribuindo para que o ensino de História se transforme em educação histórica ao incluir no conjunto de suas proposições e práticas os próprios significados que os sujeitos constroem a respeito do mundo em que vivem, de suas heranças passadas, de seus projetos futuros"*.¹⁵

Querer que o ensino de História seja "educação histórica" é entender o que diz Maria Stephanou: *"a análise dos principais elementos que, (...) historicamente caracterizam o ensino de história, incita-nos a pensar como noções (...) e exercícios escolares (...) têm produzido nossas subjetividades, nossa consciência no mundo social"*.¹⁶ Isso conduz a pensar na importância capital da pesquisa sobre o ensino de História e na amplitude das questões que ela poderá abarcar. Da produção à realização do conhecimento, à sua transformação em saber escolar, a pesquisa sobre o ensino de História deverá ter em conta, sem dúvida, o currículo, os conteúdos escolares, as estratégias e instrumentos de ensino, as representações, mas não pode esquecer a ques-

tão que eu chamaria de "originária", qual seja a da formação do professor.

Desde o início da década de 1970, o tema da formação do professor tornou-se objeto de reflexões, de seminários, de trabalhos diversos. Naquele período, quando estava em discussão a reformulação dos cursos de Pedagogia e das Licenciaturas, tinha-se como objetivo formar o técnico em educação: o professor deveria ser o ordenador do processo de ensino-aprendizagem, pois se vivia a época da valorização do método, das técnicas. A reação a esse quadro estabeleceu-se na segunda metade dos anos 1970 e tomou força na década de 1980, quando a crítica, principalmente a de caráter marxista, investiu contra o predomínio da tecnologia educacional. O caráter político do trabalho do educador e o seu compromisso com as classes populares tornou-se então o enfoque principal.

É também quando toma corpo a denúncia sobre a falência do sistema educacional brasileiro e aprofunda-se a discussão sobre o perfil do profissional da educação. Passou-se a atribuir ao professor o caráter de especialista num determinado conteúdo, facilitador da aprendizagem, enquanto se lhe opunha o educador, o formador, aquele que fomentaria o desenvolvimento global do aluno, um agente sócio-político de formação do educando. Foi dessa discussão que emergiu o perfil de um profissional que pudesse aliar a competência técnica e o compromisso político.

A década de 1980 foi riquíssima nesse debate que terminou trazendo à tona a relação entre a prática e a teoria. Já sabemos a que isso conduziu: à questão do papel do professor e do pesquisador e, em ponto maior, à questão da relação entre a Universidade e a formação do professor, en-



tre a Universidade e o ensino de primeiro e segundo graus. A crítica ao descaso da Universidade com relação a esses níveis de ensino e por consequência, com a formação dos professores, com os cursos de Licenciatura, veio à tona. Pensar as licenciaturas, diagnosticar a sua situação e refletir sobre a formação do professor gerou um debate forte no início dos anos noventa.

Nesse período a pesquisa ascendeu decisivamente como objetivo maior da Universidade: o ensino passou a ser visto como atividade inferior, a pesquisa e a pós-graduação assumiram um lugar preeminente em detrimento do ensino e da graduação (e nela, especialmente, das licenciaturas). É o momento em que as Ciências Sociais enfrentam a crise dos paradigmas enquanto no pensamento educacional brasileiro surge o perfil de um novo profissional para a educação: ele seria o professor-pesquisador, que deveria aliar o domínio do produto (o conhecimento específico) ao domínio do processo (a produção do conhecimento). Concebia-se que o ensino deveria visar, com prioridade, os processos de aquisição do conhecimento. O professor-pesquisador, investigador, teria que aliar a teoria à prática, articulando-as.

O debate sobre a formação docente no Brasil tem sido, desde os anos 1970, o campo de uma luta pelo poder que espelha a decisiva tendência, na Universidade brasileira, para o predomínio da pesquisa sobre o ensino. Um

acelerado desprestígio das atividades didático-pedagógicas foi um dos seus saldos, percebido e denunciado com veemência no Seminário realizado em 1986, em São Paulo, do qual resultou o livro "Universidade, escola e formação de professores" e em publicações que vieram a lume durante a década de 1990, uma das quais chegou a reconhecer, em 1994, que formar professores, na Universidade brasileira, tornou-se "remar contra a maré" ou contra os interesses das forças dominantes na Universidade.¹⁷ No seu livro "Formação de professores: pesquisas, representação e poder" Júlio Pereira analisa todo esse embate, mostrando como o desprestígio do ensino acarretou igualmente o desprestígio das Licenciaturas, a ponto de ensino e formação de professores serem consideradas atividades de terceira categoria.

Os Cursos de História assumiram desde a década de 90 o compromisso de formar o professor-pesquisador. Entretanto continuaram, na sua maioria, cuidando apenas do trabalho com o conteúdo específico, formando um profissional com certo preparo para a pesquisa, enquanto a questão didático-pedagógica prossegue na mão dos Cursos de Pedagogia ou das Faculdades de Educação, e, "mesmo pertencendo ao Departamento de História," como constata Marlene Cainelli, "os professores de Metodologia e Prática de Ensino que integram a área são considerados da "área de Educação".¹⁸ O professor-investigador deveria ser capaz de articular teoria e prática pedagógica mas, na afirmação de Pereira "a separação explícita entre essas duas atividades no seio da universidade e a valorização da pesquisa em detrimento do ensino (de graduação) no meio acadêmico têm trazido prejuízos enormes à formação profissional, e particularmente, à formação de professores".¹⁹

Na verdade, apesar da mudança de concepção, vivemos ainda um eco do tradicional esquema do 3+1, quando a formação específica era dada nos três primeiros anos, seguida de mais um ano de formação pedagógica. A atividade de ensinar não é vista, em suma, como aquela que deveria ter como objetivo "fundamentalmente, aos processos de aquisição do conhecimento, não apenas aos produtos".²⁰ Esta situação leva Pereira a concluir que "as mudanças na maneira de se pensar a formação de professores não garantem, porém, mudanças, alterações e inovações imediatas nos cursos de formação docente, especificamente nas licenciaturas. A efetivação de mudanças nesse âmbito parece ser mais lenta e seguir um caminho mais complexo".²¹

A valorização da pesquisa na Universidade e na formação do profissional há que ser tomada como um caminho para a revalorização do ensino. A pesquisa sobre o ensino pode renová-lo, integrá-lo cada vez mais aos circuitos do conhecimento produzido e concorrer com os seus resultados para a melhoria da formação do profissional de História. Um profissional que continua tendo no ensino o seu grande campo de ação. Por isso, ele deverá desenvolver novas competências e habilidades que o capacitem a atender às demandas e aos desafios cada vez maiores lançados pela massa de educandos que hoje acorre às escolas e a todas as instâncias da educação. Para ela, o ensino de História tem um importante papel a cumprir, tanto mais amplo quanto mais crescerem na sociedade as demandas por cidadania.

NOTAS:

1 Fonseca, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993.

2 Escolar, Marcelo. Crítica do discurso geográfico. São Paulo: Hucitec, 1996, p.12.

3 Silva, Marcos Antonio da. O prazer em

ensino e pesquisa. São Paulo : Brasiliense, 1995, p.18.

4 Idem, p. 19.

5 Zambone, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de história. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de História, João Pessoa: 8-11/10/2001.

6 Françaix, qui sont vos héros? L'Histoire, Paris: n° 242, 2000 avril.

7 Citado por Munakata, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura militar no Brasil IN Freitas, Marcos César de (Org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 288.

8 Ferro, Marc. A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação. São Paulo: Ibrasa, 1983, p.11.

9 Zambone, Ernesta. Representações e linguagens no ensino de História. Revista Brasileira de História, São Paulo: v. 18, n. 36, p.89-102, 1998.

10 Idem, p. 90.

11 Siman, Lana Mara de Castro e Fonseca, Thais Nívia de Lima e. Inaugurando a História e construindo a nação : discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.17.

12 Paiva, Eduardo IN Siman, Lana M. C.e. Fonseca, Thais N. L. . op. cit. p. 46.

13. Fonseca, Thais N.L IN Siman, Lana M.C., Fonseca, Thais N. L. op. cit. p.92.

14 Idem, p.111.

15 Siman, Lana IN Siman, Lana , Fonseca, Thais. op. cit. p. 168.

16 Stephanou, Maria. Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.18, n. 36, p. 18,1998.

17 Cf. Júlio Emílio Diniz Pereira, Formação de professores : pesquisas, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

18 Cainelli, Marlene. Diretrizes curriculares, currículos e formação de profissionais de História IN História: fronteiras. São Paulo: ANPUH, 1999, p. 225.

19 Pereira, Júlio E. D. op.cit, p.44.

20 Santos, apud Pereira, Júlio E.D. op. cit., p.44.

21 Pereira, Júlio E.D.op.cit., p. 52.

* Terezinha Alves de Oliva é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Doutora em Geografia pela UNESP/Rio Claro.

Jorge Carvalho do Nascimento¹

Imprensa estudantil: jornais da década de 1930



Ao atentar para a imprensa estudantil, este artigo lança o olhar sobre um campo das práticas escolares que ajuda a estabelecer um entendimento a respeito da história da escola e dos saberes e práticas que a constroem. Mais apropriado pelos alunos que pelos professores, tal campo prioriza práticas de estudantes, e se insere no conjunto de estudos sobre periódicos, livros e leituras. Assim, o objetivo aqui proposto é o de fazer uma exposição inicial acerca das regras que regulam

a produção, circulação e uso dos jornais produzidos por e para estudantes e vinculados a instituições escolares.

A literatura sobre periódicos educacionais no Brasil² ainda é recente e não conseguiu produzir uma massa crítica suficiente a respeito dos jornais estudantis. Em Sergipe, consegui identificar apenas um trabalho tratando especificamente da imprensa estudantil: uma série de artigos publicados por Luiz Antônio Barreto, no jornal *Gazeta de Sergipe*, no período de 14 a 20 de

janeiro de 2001.³ Mesmo a literatura que se dedicou aos estudos sobre juventude, publicada em Sergipe⁴ e nos outros Estados brasileiros⁵, não costuma examinar o problema dos jornais publicados por e para estudantes.

Este trabalho foi inspirado pelo projeto *Catálogo das Revistas Sergipanas*, que venho executando desde setembro de 2001, juntamente com o professor Itamar Freitas, no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Ao inventariar e catalogar as

revistas publicadas em Sergipe, entre 1890 e 2000, percebi a existência de uma vigorosa imprensa estudantil sergipana, no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960. Selecionei os dois acervos nos quais identifiquei a maior quantidade de jornais produzidos por e para estudantes em tal período: o Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura - ITBEC e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGS. Pertencem ao acervo do ITBEC os jornais *A Luta*, *Terra*, *O Colegial*, *A Voz do Estudante*, e *Canaan*. No acervo do IHGS, estão os seguintes títulos: *A Juventude*, *Juventude*, *Boletim*, *Correio do Colegial*, *Escola Normal*, *O Ideal* e *O Serigi*. Além destes, há jornais estudantis citados pela bibliografia existente que não foram localizados nos acervos pesquisados, a exemplo de *A Voz do Atheneu*, que circulou no ano de 1934, sob a direção de Joel Silveira, tendo Jagunharo Passos como secretário.

Neste trabalho, optei por fazer um primeiro estudo exploratório acerca dos jornais estudantis publicados na década de 1930, apesar de também haver localizado periódicos dessa natureza publicados nas décadas de 1940, 1950 e 1960, a exemplo de *A Luta*, *A Voz do Estudante*, *Escola Normal*, *Juventude*, *O Ideal* e *O Serigi*. Os periódicos analisados neste artigo foram todos publicados por e para estudantes de escolas localizadas na cidade de Aracaju.

A efervescência estudantil

A década de 1930 foi um período de grande efervescência para os estudantes brasileiros. A fundação da União Nacional dos Estudantes, em 1937,⁶ e a realização do Primeiro Congresso da Juventude Operária Estudantil,⁷ no Rio de Janeiro, em 1934, são expressões de um universo cultural brasileiro daquele período. Na primeira metade da

A ausência de uma política consistente de preservação da memória estudantil, certamente possibilitou que a maior parte dos exemplares desse e de outros jornais se perdesse.

década, os estudantes de São Paulo viveram momentos de grande agitação política, enquanto na Bahia, grandes massas estudantis se manifestavam contra a política do interventor Juraci Magalhães.⁸ Em todos os Estados da região Nordeste, muitos estudantes se engajaram na campanha presidencial do paraibano José Américo,⁹ no mesmo momento em que, em todo o país, estudantes se organizavam em torno da Juventude Comunista e da Juventude Integralista.¹⁰ Em Sergipe,¹¹ o movimento estudantil se expressava através de lideranças como Joel Silveira, que agitava o Grêmio Cultural Clodomir Silva, do Colégio Atheneu Sergipe. Muitos estudantes já haviam deixado o ensino secundário em Aracaju e cursavam faculdades na Bahia, mas continuavam influenciando a militância estudantil local. A imprensa estudantil registra os nomes de Renato Franco, Paulo de Carvalho Neto, Walter Sampaio, Alberto Barreto de Melo, Enoch Santiago Filho, José Silvério Leite Fontes e Emanuel Franco. Mas, esse ambiente cultural possibilitava que se cuidasse não apenas da agitação política. As excursões pedagógicas, organizadas por iniciativa da Diretoria da Instrução Pública, das direções das escolas públicas e privadas,¹² ou dos grêmios estudantis, movimentavam os estudantes e valorizavam o discurso de defesa dos cursos naturais.

No contexto da década analisada, circularam seis jornais estudantis: *A Juventude*, *O Colegial*, *Canaan*, *Correio do Colegial*, *Boletim* e *Terra*. Em 1931, começou a circular o jornal *A Juventude*. Dele, ainda podem ser consultados os exemplares de números dezenove

e vinte, publicados em abril e maio de 1934. Do jornal quinzenal *O Colegial* foram localizados apenas dois exemplares, os de números sete e oito. O número sete foi publicado em 16 de junho e o número oito em 22 de julho de 1934. O jornal *Canaan* sobrevive através do exemplar de número três, publicado em setembro do mesmo ano. O Boletim é do ano de 1935. Dele, consegui resgatar apenas o número dois, publicado no mês de outubro. Em 1939 circularam dois jornais: *Terra* e *Correio do Colegial*.

O Colégio Tobias Barreto conheceu a maior quantidade de jornais estudantis. Dos seis publicados no período que este artigo analisa, três o foram por estudantes daquela instituição escolar: *Terra*, *O Colegial* e *Boletim*. Dos três, *O Colegial* assumiu inicialmente o caráter de veículo do Grêmio Litero Científico Tobias Barreto. *A Juventude* era publicado pelos alunos da Escola Técnica de Comércio Conselheiro Orlando, através do Clube de Turismo Instrutivo mantido pelos estudantes. *Canaan* era um jornal organizado no Colégio Atheneu Sergipense e o *Correio do Colegial* era o veículo dos estudantes do Colégio Jackson de Figueiredo.

Apesar de haver registros quanto à publicação do jornal *A Voz do Atheneu*, em 1934, tal periódico não será aqui analisado, uma vez que não foi localizado qualquer exemplar dele nos acervos consultados por esta pesquisa. A ausência de uma política consistente de preservação da memória estudantil, certamente possibilitou que a maior parte dos exemplares desse e de outros jornais se perdesse. Assim, são raros os exemplares que encontramos

desses periódicos nos acervos pesquisados. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe possui os números 19 e 20 do jornal mensal *A Juventude*. É importante assinalar que este periódico começou a circular em 1931. Porém, entre o ano inaugural do jornal e o mês de abril de 1934 foram publicados dezoito números de *A Juventude*, dos quais não se conhece qualquer vestígio. Do mesmo modo não há vestígio de qualquer outro número que porventura tenha sido posteriormente publicado. O IHGS mantém em seu acervo o exemplar de número dois, o único conhecido, de *Boletim*, publicado em 1935. Não há qualquer informação a respeito do paradeiro do número um do jornal e não se sabe da publicação de números posteriores. O mesmo arquivo mantém os exemplares de *O Correio do Colegial*. O jornal começou a circular mensalmente a partir de dezembro de 1938 e foi certamente um dos periódicos estudantis de maior longevidade, dentre os vários publicados por escolares sergipanos. Os cinco primeiros números não foram encontrados, mas há disponível para consulta uma série que se inicia em maio de 1939, com o número seis e vai até 1949. Todavia, há números do

jornal esparsos até o ano de 1953 - o último em que há registros da circulação do periódico. Assim, estão preservados muitos números de um jornal estudantil que circulou durante 14 anos. Do jornal quinzenal *O Colegial* estão perdidos os seis primeiros números, encontrando-se apenas os exemplares de números sete e oito no acervo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura. Não há registros da existência de outros números publicados após o oito. O acervo do ITBEC possui também o único exemplar conhecido do semanário *O Cnaan*, o de número três, publicado em 1934. Também não é sabido se, após este, foram publicados outros números, da mesma maneira que estão desaparecidos os exemplares de números um e dois. No mesmo acervo podem ser localizados os números quatro e cinco do jornal *Terra*, que circularam em setembro de 1939. Não há qualquer informação sobre os três primeiros números ou registro da publicação do número seis e outros subseqüentes.

Quase todos os periódicos examinados tinham um formato padrão aproximado. *A Juventude* circulava com seis páginas no formato de 23,5 X 33 centímetros; *Cnaan* era publicado no for-

mato 28 X 36 centímetros, com quatro páginas; o *Boletim* tinha formato de 23 X 32,5 centímetros e quatro páginas; 27 X 37,5 centímetros era o formato de *Terra*, que circulava com quatro páginas; o *Correio do Colegial* circulava com oito páginas no formato 24 X 33 centímetros.

A qualidade das edições e as linhas editoriais existentes no material analisado são reveladoras do modo como os estudantes se apropriavam das práticas do fazer jornalístico. Os dirigentes e colaboradores procuravam impor aos seus periódicos a marca das suas idéias e dos objetivos das publicações. *A Juventude* era dirigido por Alfredo Gomes e tinha Vicente Arcieri como editor. Do seu quadro de colaboradores participavam Jagunharo Passos e Ronald Silva. Edio Vieira de Azevedo dirigia *O Colegial*, jornal que tinha Márcio Rolemberg Leite, Sindulfo Barreto Filho, Geraldo Brito e José Mendonça como colaboradores. Jagunharo Passos, Henrique Franco e Lyses Campos eram diretores do *Cnaan*, jornal que recebia a colaboração de Célio Araujo Costa e Passos Cabral. A direção do *Boletim* era de responsabilidade de Durval Mainari, Gustavo Dantas, José Barreto, Márcio Rollemberg, Paulo Garcez e Sindulfo Barreto Filho. Dentre os autores dos textos publicados pelo periódico, estava Manuel Cabral Machado. O estudante Segismundo Andrade era diretor do *Terra*, periódico no qual Arivaldo Fontes atuava como redator e Alberto Miramar, Almir Santos, Almir Barreto Ribeiro, Renato Corrêa, J. Dantas de Brito Lima e Paulo de Carvalho Neto eram colaboradores. O expediente do *Correio do Colegial* não esclarecia os nomes dos seus diretores e editores. Todavia, dentre os colaboradores constam os nomes de Abdon Monte, padre Brito, Dulce Borges, Clodomira Saturnino, Eduardo Cabral, Iêdo Júlio de O. Ribeiro, Jair Belém, Jo-



sé Albuquerque de Feijó, Maria M. Barreto e Maria Odete Mesquita. Era comum que algumas pessoas atuassem em mais de um periódico. Bons exemplos são Jagunharo Passos, colaborador de *A Juventude* e diretor de Canaan; Márcio Rollemberg Leite foi colaborador de *O Colegial* e dirigiu o *Boletim*; Sindulfo Barreto Filho foi colaborador de *O Colegial* e dirigiu o *Boletim*.

Os textos publicados pela imprensa estudantil na década de 1930 cumpriam quatro objetivos: oferecer formação política; forjar a consciência moral e cívica; difundir novos valores sociais; e, oferecer ilustração literária. O jornal *A Juventude* valorizava a natureza, ao colocar em discussão as excursões do Clube de Turismo Instrutivo da Escola Técnica de Comércio Conselheiro Orlando. Também discutia a identidade daquela instituição escolar ao tempo em que levantava questões que diziam respeito às condições sob as quais estudavam os alunos do curso noturno, principalmente os que trabalhavam no comércio de Aracaju. *O Colegial* publicava comentários sobre o trabalho de escritores e poetas, além de divulgar a criação de jovens poetas. Além disso, veiculava artigos de formação cívica e de exaltação dos valores morais e textos de exaltação a intelectuais e heróis sergipanos, como Tobias Barreto e Camerino. Uma outra discussão freqüente era a dos problemas das disciplinas curriculares do ensino médio da época. Do ponto de vista político, o jornal abria bastante espaço para divulgação de artigos escritos por militantes integralistas. *Canaan* criticava o movimento feminista, e produzia uma memória do Colégio Atheneu, além de divulgar textos literários. *Boletim* dedicava espaços para a discussão das dificuldades vividas pela imprensa estudantil em função das permanentes mudanças de direção do próprio movi-

mento estudantil e dos problemas de financiamento dos periódicos. O jornal também abria espaços para a poesia. Terra buscava oferecer formação cívica e moral com matérias de homenagem à Igreja Católica, ao Exército, e de valorização dos sentimentos de amor à pátria. Afirmava a identidade do Colégio Tobias Barreto, homenageando a instituição e os seus professores. Os textos dedicados à literatura também ocupavam muito espaço nas suas páginas. O *Correio do Colegial* manifestava apoio aos interventores que governavam Sergipe, na década de 1930, fortalecia nos estudantes o sentimento de amor ao Colégio Jackson de Figueiredo, valorizava a natureza através das excursões pedagógicas, difundia valores cívicos e morais e o amor à pátria.



Em busca de uma história

A análise dos seis primeiros jornais estudantis localizados nos arquivos do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe aponta para a importância dessa memória que continua à espera de intérpretes interessados em dar-lhe sentido. A primeira responsabilidade dos que se dedicam aos estudos da História da Educação é a de salvamento do acervo. Os documentos se destroem aceleradamente.

O que resta nos arquivos é muito pouco. E este mínimo acervo não pode ser perdido. É necessário que, além do levantamento feito no IHGS e no ITBEC, se proceda a uma minuciosa varredura nos demais arquivos sergipanos, não apenas os localizados em Aracaju, mas também os acervos existentes em outras cidades. Esse tipo de documentação nos fala da história da escola sob a ótica das práticas estudantis e do modo como os estudantes se apropriavam e punham em circulação os padrões de uma cultura política que os envolvia. Nos diz também da necessidade de verificar as estratégias adotadas pelo movimento estudantil para fazer com que as vozes das suas lideranças fossem ouvidas. O jornal estudantil representa, em tal contexto, uma forma de expressão política de um grupo emergente na vida social brasileira que se pretende cada vez mais fazer ouvir. Nessa busca, as lideranças estudantis perceberam a necessidade de romper o estreito limite dos muros escolares e entenderam que a legitimação seria produzida à medida em que falassem para toda a sociedade. O espaço da imprensa estudantil foi, portanto, aberto não apenas aos estudantes matriculados nas escolas em que os jornais eram publicados, mas também abrigou estudantes que já tinham ultrapassado o momento dos ensino secundário e já freqüentavam o ensino superior, principalmente em faculdades baianas. Ademais, foram incorporadas contribuições de intelectuais e escritores consagrados que funcionavam como avalistas das práticas políticas estudantis.

A história de cada um dos jornais publicados por estudantes tem muito a ensinar a respeito da produção e circulação de impressos, da tipografia e da indústria gráfica em geral, da apropriação que faziam os estudantes no relacionamento que estabeleciam com

a instituição escolar e nesta, especialmente, com os professores e com os livros aos quais tinham acesso. Há necessidade de produzir estudos que dêem conta da trajetória de vida dos diretores, editores, redatores e colaboradores dos jornais estudantis. Verificar de quais grupos sociais eram oriundos e a que tipo de estudante dirigiam as suas mensagens. Todos eles deram grande contribuição à circulação dos padrões culturais brasileiros do século XX e certamente incorporaram às suas práticas profissionais muitas experiências que ajudaram a formar a mentalidade brasileira das décadas seguintes. É importante saber das práticas que a vida intelectual do período estudantil impuseram a esses sujeitos e como muitos deles irradiaram esses padrões de cultura.

A vida estudantil desvelada através dos jornais aqui examinados é reveladora de muitas contradições daquele período: ao mesmo tempo em que procurava criar um sentimento de amor para com a instituição escolar, era instrumento revelador dos seus problemas e fragilidades; forjava um discurso cívico de amor à pátria e também denunciava os problemas sociais brasileiros; abria espaços para as manifestações dos jovens comunistas e da juventude integralista; criticava o discurso feminista, mas também dava espaço à presença de mulheres. Os periódicos examinados nos dizem da intensidade da vida estudantil em instituições escolares públicas como o Colégio Atheneu e a Escola de Comércio Conselheiro Orlando, mas também nos falam da importância de um tipo de instituição escolar para o qual necessitamos olhar sem as viseiras do preconceito: a escola privada e o vigor das suas práticas, como é possível observar através dos jornais publicados por estudantes dos colégios Tobias Barreto e Jackson de Figueiredo.

NOTAS:

1. Doutor em História da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Departamento de História e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

2. Cf. VIDAL, Diana Gonçalves. 1995. O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente (Instituto de Educação, 1932-1937). São Paulo, Faculdade de Educação-USP. (Tese de Doutorado); CATANI, Denice B. e SOUSA, Cynthia P. de. 1999. *Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)*. São Paulo, Plêiade; MARGOTTO, Lillian R. 2000. *A Psicologia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo 1890-1930)*. São Paulo, Faculdade de Educação da USP. (Tese de Doutorado); CARVALHO, Marta Maria Chagas de e VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). 2000. *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)*. Belo Horizonte/São Paulo, Autêntica Editora/Centro de Memória da Educação - FEUSP, FINEP. 96p.

3. Cf. BARRETO, Luiz Antônio. 2001. "Sergipe e os ideais estudantis", I. II. III, IV, V e Final. In: *Gazeta de Sergipe*. 14 a 20 de janeiro.

4. Cf. BRITTO, Maria Zelita. 1999. *Em descompasso com o regime militar: os estudantes sergipanos e a resistência a tutela militar*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe. (Monografia); CRUZ, José Vieira (Org.) et ali. 1996. *O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes e a UNE-Volante em Sergipe (1962-1964)*. (Monografia); CRUZ, José Vieira. 1998. *O Centro Popular de Cultura da União Estadual dos Estudantes Sergipanos e os movimentos culturais do início dos anos 60: 1962-1964*. Aracaju, DHI/UFS. (Monografia); MENEZES, Magna. *As idéias cepecistas no Teatro Gato de Botas em Aracaju: 1962-1964*. Aracaju, DHI/UFS; OLIVEIRA, Ana Júlia Lima Máximo. 1999. *A atuação dos jucistas em Aracaju*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe. (Monografia). PEREIRA, Carla Cristina Alves. 1997. "A luta por um mundo mais justo...": atuação do movimento estudantil do Colégio Estadual de Sergipe - CES. 1964-1968. Aracaju, DHI/UFS. (Mono-

grafia); RAMOS, Antônio da Conceição. 2000. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1954-1964)*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe. (Dissertação de mestrado); GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. 1998. *Pés-de-anjo e letreiros de neon. Ginasianos na Aracaju dos anos dourados*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe. (Dissertação de mestrado). No caso da bibliografia sergipana sobre o assunto, mesmo um trabalho sintonizado com as tendências mais atualizadas dos estudos de história da educação brasileira e de juventude, como o desta última autora, passa ao largo do problema da imprensa estudantil.

5. Cf. LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean Claude. 1996. *História dos jovens I: da antiguidade à era moderna*. São Paulo, Companhia das Letras; LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean Claude. 1996. *História dos jovens 2: da época contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras; POERNER, Arut José. 1968. *O poder jovem*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; FORACCHI, Maria Alice. 1972. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira; FÁVERO, Maria de Lourdes A. 1994. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ; SOUSA, Janice Tirelle Ponte de. 1999. *Reinvenções das utopias: a militância política dos jovens nos anos 90*. São Paulo, Hacker; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. 1997. *Movimento estudantil e a consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; BERLINCK, Manoel T. 1984. *O Centro Popular de Cultura da Arte da UNE*. Campinas, Papyrus. FORACCHI, Maria Alice. 1965. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional; LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. 1984. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. 2ª. Ed. São Paulo, Alfa-Omega; PINTO, Álvaro Vieira. 1986. *A questão da universidade*. 2ª. Ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados; SANFELICE, José Luís. 1986. *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo, Cortez/Autores Associados; VENTURA, Zuenir. 1998. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

6. Cf. POERNER. Op. cit. pag. 131.

7. Idem. Pag. 133.

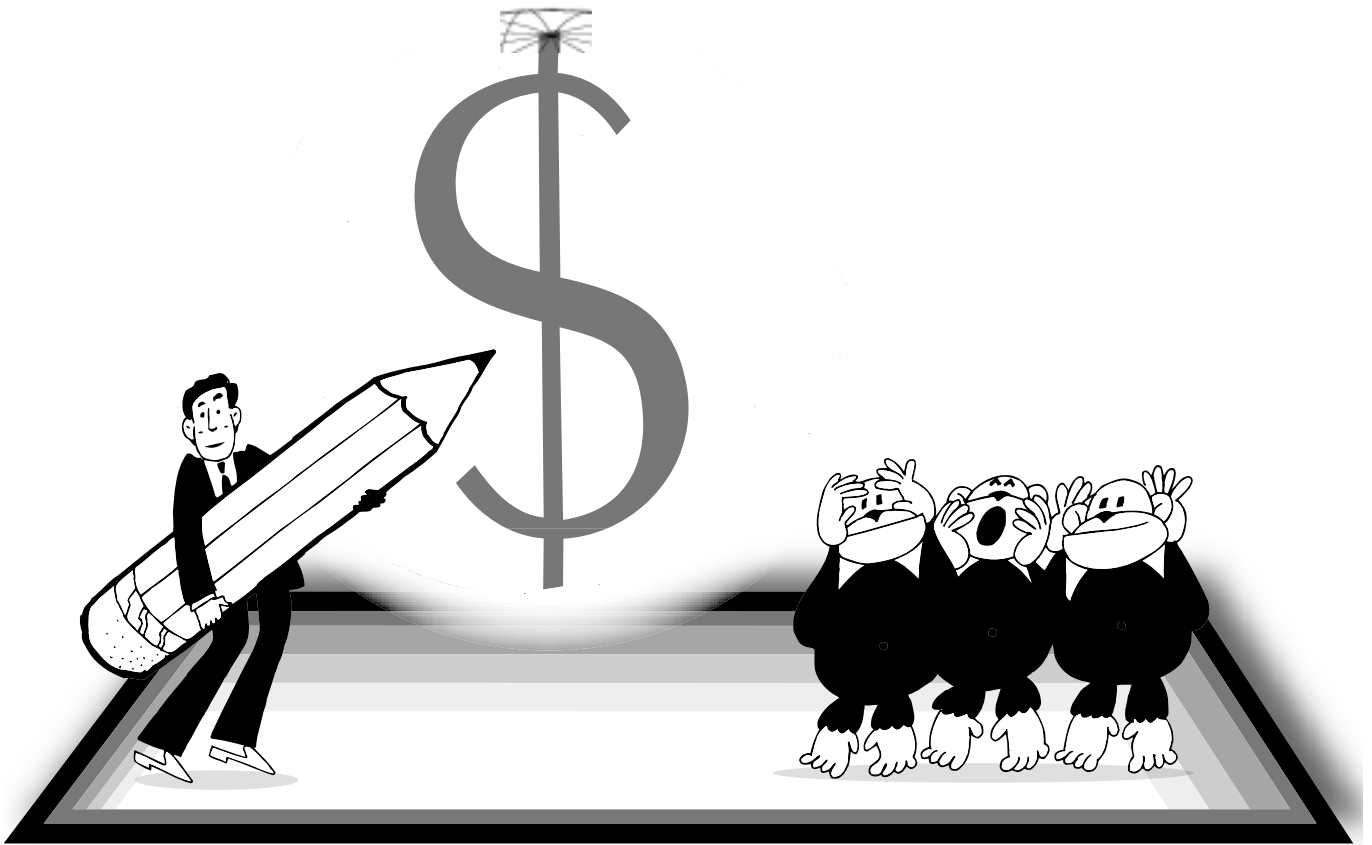
8. Ibidem. Pag. 115.

9. Idem, ibidem. Pag. 125.

10. Idem.

11. Cf. BARRETO, Luiz Antônio. Op. Cit.

12. Cf. GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. Op. Cit. Pag. 179.

Alexsandro Sousa Brito¹

O crescente interesse do Banco Mundial pela educação no Brasil: razões explicativas.

1. Introdução.

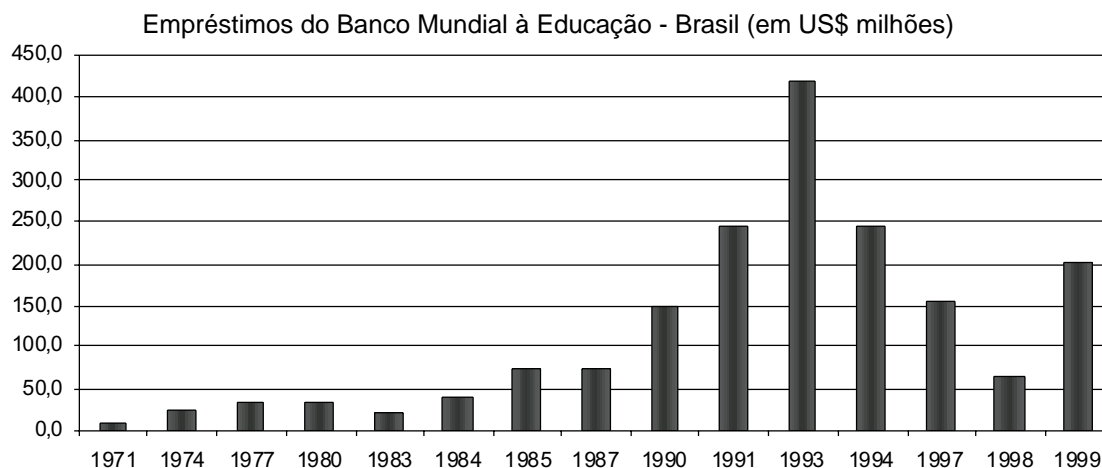
A relação entre o Banco Mundial e as políticas educacionais é resultado de uma parceria de três décadas. Apesar de ser algo relativamente recente, passou por diferentes enfoques, seja em decorrência do processo de reestruturação tecnológica, dos programas de ajustes estruturais de segunda geração ou mesmo pelos esforços de democratização do ensino. Mas é a partir da década de 90 que se nota a veeemência dada, por esse organismo, ao financiamento (Gráfico 1) e gestão das

políticas educacionais; o que parece justificar-se pelo entendimento que faz o Banco Mundial de que “a educação é requisito fundamental para assegurar o desenvolvimento a longo prazo, aliviar a pobreza e reduzir a desigualdade de renda” (BANCO MUNDIAL, 2000), e de que, segundo Gonzalez (1990), as imperfeições na oferta de trabalho, gerando desequilíbrios no mercado de trabalho e na distribuição de renda, são conseqüências de uma má formação técnica e básica, sendo necessária a construção de um traba-

lhador dotado de novos atributos. É essa a razão pela qual vem concentrando esforços na melhoria da educação, principalmente a básica. No entanto, partindo da observação de como as políticas educacionais vêm sendo implementadas, norteadas no marco teórico ideológico neoclássico, a partir da teoria do capital humano e da lógica do custo-benefício, acredita-se que o destaque dado a Educação, principalmente nos anos 90, estaria sendo outro instrumento político-ideológico utilizado por esse organismo

para legitimar a situação de exclusão e concentração provocadas, provavelmente, pela adoção do pacote de reformas estruturais de primeira e segunda geração, de cunho neoliberal, imposto pelo Banco Mundial, nestas duas últimas décadas, fazendo parte ainda de um amplo programa de corrosão das bases fundamentais do Estado e do direito público a educação.

Gráfico 1



Explicar o porquê da prioridade dada pelo Banco Mundial à Educação, principalmente nesta última década, implica entender como a educação se insere na agenda dos organismos multilaterais, verificar se, na realidade, houve uma mudança da histórica postura e do discurso desse organismo quanto à concepção de desenvolvimento e crescimento econômico e, concomitantemente, verificar se existe essencialmente uma política social. Nesse trabalho, partimos do pressuposto que a inserção da educação na agenda dos organismos multilaterais dá-se, sobretudo, a partir do processo de reestruturação tecnológica, iniciado na década de 70, e dos ajustes estruturais de segunda geração², implementado no início da última década.

Esses pressupostos trazem uma implicação fundamental: ao que parece, os longos esforços de democratização empreendidos pelos diversos sujei-

tos políticos e sociais, na década de 80, tiveram pouca ou nenhuma influência dessa inserção na agenda do Banco.

Apesar de a Constituição de 1988 representar grandes mudanças, principalmente sociais, o que se nota é que, no tocante à Educação, essas mudanças parecem não lograr êxito, principalmente quando se observa que a discussão do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que rei-

cação assume o papel de veículo político para sedimentação das matrizes ideológicas do neoliberalismo, que tem o Banco Mundial como seu principal representante.

Para uma leitura clara da natureza da política educacional que vem sendo orientada pelo Banco Mundial ao Brasil, torna-se necessário então analisar as implicações dos determinantes supracitados bem como verificar como

vindicava uma gestão educacional que envolvesse e considerasse as propostas das entidades educacionais, científicas e da sociedade civil, em busca de um grande pacto nacional que permitisse a superação das condições de funcionamento de nossa lamentável educação, que estava representado no Projeto de Lei do deputado federal Jorge Hage (PL 1258/88), foi posta de lado por um outro projeto que alteraria significativamente a proposta de educação, sem nenhuma discussão com os setores educacionais, sindicais ou populares (ARELARO, 2000).

Assim, pretende-se demonstrar que a prioridade dada à educação, longe de representar um produto das demandas sociais, está mais atrelada às alterações estruturais no capitalismo, a partir da reestruturação tecnológica e dos ajustes estruturais de segunda geração, portanto, fruto de uma concepção neoliberal. Nesse contexto, a edu-

cação assume o papel de veículo político para sedimentação das matrizes ideológicas do neoliberalismo, que tem o Banco Mundial como seu principal representante.

2. Alguns aspectos gerais da atuação do Banco Mundial.

Em meados da década de 40, por ocasião da conferência de *Bretton Woods*³, firmou-se o nascimento dos dois principais organismos supranacionais da atualidade, o FMI - Fundo Monetário Internacional - e o Banco Mundial, cujas funções seriam, então, respectivamente, promover a regulação econômica permanente do sistema financeiro internacional, que estava envolto a constantes crises decorrentes da Primeira Guerra e da Grande Depressão de 1929, e ajudar no financiamento das economias arrasadas pela segunda Grande Guerra; em síntese: seriam os protagonistas da reestrutura-

ção capitalista no pós-guerra.

Em geral, a atuação do Banco Mundial, ao longo das últimas cinco décadas, passou por várias fases, “as quais são freqüentemente associadas a modificações de enfoque quanto às estratégias de desenvolvimento a serem adotadas em cada momento” (GONZALEZ, 1990: 27). Segundo este autor, essas modificações estão divididas em, pelo menos, quatro fases: a) reconstrução das economias européias; b) promoção do crescimento das economias subdesenvolvidas; c) diversificação setorial dos empréstimos; d) financiamento de desembolso rápido, para atender à necessidade do balanço de pagamento dos países subdesenvolvidos.

Gonzalez (1990) coloca que essas fases foram orientadas pelo movimento econômico-financeiro internacional, depreendendo-se daí que, possivelmente, o Banco Mundial modificava suas estratégias de atuação para acomodar o interesse político e ideológico do capital⁴, orientando em cada fase o padrão de crescimento⁵ dos países subdesenvolvidos. Assim observa-se que

“Os determinantes dessa redefinição quanto às estratégias de desenvolvimento adotadas, têm sido, em geral, vinculadas à dinâmica das relações econômicas e financeiras internacionais. Com efeito, as transformações operadas no âmbito da economia mundial ensejaram novas funções ao Banco, fazendo com que fossem crescentemente ampliados os limites de sua atuação, em especial, nos países subdesenvolvidos” (GONZALEZ, 1990: 28).

Em síntese, pode-se dizer, segundo Soares (1996), que as várias transformações pelas quais passou a atuação do Banco Mundial objetivaram, entre outras coisas, a alavancagem do setor industrial na reconstrução européia, o

fortalecimento da aliança não-comunista, promovendo assim a assistência econômica, política e militar aos países subdesenvolvidos, face à eminência da conjuntura bipolar e, por fim, à administração das áreas geopolíticas importantes para os Estados Unidos, criando para tanto agências de financiamentos especiais⁶.

Dessa forma, é plausível considerar que, a cada fase, ou a cada nova estratégia de atuação, o Banco Mundial visava responder às situações macroeconômicas de risco que se seguiram no pós-guerra. Foi assim quando da intenção de recuperar as economias européias arrasadas pela Segunda Guerra; quando do direcionamento dos empréstimos ao eixo subdesenvolvido, priorizando as inversões em infraestrutura, para a suposta promoção do crescimento econômico; e quando do redirecionamento da alocação de re-

economias centrais, levando a um processo de reestruturação tecnológica e produtiva nos países industrializados, bem como a emergência do processo de globalização⁷, verificados nessa década e deslançando-se para as seguintes (SOARES, 1996), também contribuíram para reformulação das políticas e reorientação dos empréstimos àqueles países. Assim, de alguma forma, os projetos financiados com fins a fomentar o crescimento econômico não foram capazes de pôr fim ao fenômeno da pobreza, evidenciando que o padrão de crescimento, orientado pelo Banco Mundial, até então, poderia estar equivocado.

Concomitantemente, insuflava-se a idéia de que a origem do problema encontrava-se nas condições de saúde e educação e que as novas condições macroeconômicas exigiam um posicionamento diferente destes países.

O atual discurso sobre a “modernização” do Estado é norteado pelas mesmas medidas que se punha na década de 80 quando do discurso da “racionalização” do Estado.

cursos, para o combate à pobreza, na década de 70, em resposta à proposição de que, nas décadas anteriores, o Banco Mundial teria funcionado, segundo Gonzalez (1990), como um veículo de propagação de um crescimento concentrador e excludente junto aos países subdesenvolvidos.

Segundo Serra (1991), esta última constatação teria sido responsável pela nova mudança no eixo de alocação dos empréstimos àqueles países, priorizando a diversificação setorial, onde são proeminentes os setores da Saúde e Educação. Por outro lado, em nível macroeconômico, o próprio esgotamento do eixo de acumulação iniciado no pós-guerra e a crise estrutural das

A partir da década de 80, marcada pela aguda crise de endividamento, tanto o FMI quanto o Banco Mundial começam a impor programas de ajustes estruturais⁸ às economias endividadas, influenciando a formulação de políticas econômicas e a legislação, com vistas à “transformar a estrutura econômica dos países, de forma a fazer desaparecer características julgadas indesejáveis e inconvenientes ao novo padrão de desenvolvimento (neoliberal): protecionismo, excesso de regulação, intervencionismo, elevado grau de introversão, entre outras”. (SOARES, 1996: 23); e, de acordo com o Banco Mundial, promover o desenvolvimento sustentável dos países subdesenvolvidos,

assegurando com isso o pagamento da dívida. Nesse aspecto:

"...a concessão dos empréstimos setoriais e de ajuste estrutural cumpre, portanto, a função de garantir a presença do Banco, tanto no processo de ajuste dos países subdesenvolvidos, quanto na definição das mudanças que devem ser operadas em sua estrutura produtiva para atender à dinâmica do comércio exterior" (GONZALEZ, 1990: 29). Ainda a esse respeito, Soares (1996) destaca que:

"...o Banco Mundial ganhou importância estratégica na reestruturação econômica dos países em desenvolvimento por meio dos programas de ajuste estrutural... o Banco Mundial tornou-se o guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por assegurar o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e abertura dessas economias, adequando-as aos novos requisitos do capital globalizado". (SOARES, 1996: 20 - 21)

No entanto, para este último autor, esses programas de ajustes não lograram êxito, sobretudo porque primeiramente os empréstimos para as reformas estruturais tornaram-se um obstá-

culo à superação da própria crise, face à elevação da transferência de recursos⁹ para o pagamento dos serviços da dívida e ao mecanismo das condicionalidades¹⁰, que inviabilizavam o aporte de capitais. Em segundo lugar, os programas neoliberais de ajustes contribuíram para o que vem se chamando no Brasil de "a década perdida" (anos 80), onde se criou um conjunto de políticas e instrumentos econômicos incapazes de construir as bases para um desenvolvimento, tornando a economia nacional vulnerável e ampliando o fosso entre ricos e pobres.

Não obstante às críticas levantadas quanto aos resultados do programa de ajustes estruturais, o Banco Mundial, ao que parece, não alterou, significativamente, sua linha de atuação, implantando, a partir de 1994, um novo pacote de ajustes, chamado de "reformas de segunda geração"¹¹. Essas reformas apenas ampliam os limites de intervenção desses organismos na concepção das políticas públicas. Nesse novo pacote, enfatiza as atividades de combate à pobreza e implementa programas nas áreas de meio ambiente, educação e saúde. Com isso novamente atenua as críticas aos ajustes, bem como as tensões sociais que porventura surgissem e que comprometessem a continuidade das reformas, "ou seja, a recente ênfase no combate à pobreza tem um caráter instrumental onde os programas sociais visam garantir o suporte político e a funcionalidade econômica necessários ao novo padrão de crescimento baseado no liberalismo econômico" (SOARES, 1996: 27).

3. Política educacional na agenda dos organismos multilaterais: segunda geração.

As reformas de primeira geração compreenderam os ajustes estruturais empreendidos a partir da década de 70 até os anos 80, iniciadas, sobretudo, quando do fracasso das políticas de orientação keynesianas. No entanto, como apontado anteriormente, estas reformas implicariam uma elevação da pobreza¹² em toda América Latina. Essa constatação, segundo Mulot (1998), atrelada ao temor de que o incremento da pobreza desestabilizasse a ordem política e social, através da politização dos trabalhadores, favoreceu à mudança do discurso dos organismos multilaterais, no sentido de reconhecer que havia tido demasiado confiança nos mecanismos de mercado.

A partir da década de 90, implantaram-se as chamadas reformas de segunda geração, como apontadas acima, caracterizadas pela luta contra a pobreza, em que o Banco Mundial desponta como principal protagonista. Embora houvesse uma mudança do discurso e não se tenha, a partir de então, dado tanta ênfase àquelas soluções que priorizavam apenas os mecanismos de mercado, mas reconhecida a importância do Estado e da sociedade civil, e apesar do volume de projetos sociais financiados nesta década, segundo Salamá e Valier (1986) "el contenido de los nuevos programas de ajuste no há cambiado profundamente, por lo menos a nível económico (SALAMÁ & VALIER apud MULOT, 1998: 3)".

Segundo Mulot (1998), a mudança do discurso usa os mesmos meios para implantação dos ajustes estruturais: a exemplo, enfatiza que o atual discurso sobre a "modernização" do Estado é norteado pelas mesmas medidas que se punha na década de 80 quando do discurso da "racionalização" do Estado.



No entanto, para compreender a atual funcionalidade das chamadas reformas de segunda geração, é elucidativo verificar que as supostas novidades nessas reformas, segundo o mesmo autor, são, em primeiro lugar, que “se admite que, por causa del rigor presupuestario impuesto por el BM y FMI, el Estado no podia cumplir con este papel [o de produção de normas e coordenação de políticas que dêem maior espaço às iniciativas privadas] (MULOT, 1998: 4)”; aqui precisa-se enfatizar que na concepção neoliberal o Estado não é capaz de produzir nem de distribuir, em segundo lugar, estão a emergência de preocupações sociais, como apontado acima. Porém,

“La integración del campo social dentro de las políticas de ajuste está justificada o legitimada por consideraciones de ciertos mecanismos de mercado. En primer lugar, se pone en tela de juicio el concepto de “efecto de derrame”, basado en la “curva de Kuznets” [10]. Antes, no se tomaban en cuenta los aspectos sociales porque prevalecía la idea de que el crecimiento económico generaba por sí una alza de los ingresos. Sin embargo después de un período inicial, más o menos largo, de alza de las desigualdades. *Así, después de un cierto tiempo, el crecimiento provocaría una disminución de las desigualdades.* Se minimizan pues los problemas de distribución de la riqueza, donde intervienen elementos sociales (conflictos distributivos), y no exclusivamente mecanismos de mercado (MULOT, 1998:4,5)”.

No entanto, esse período de desigualdades, ultrapassou muitas décadas, sem contudo, provocar redução; ao contrário, consolidava-se cada vez mais como excludente e concentrador, daí o que justificaria a instauração de políticas sociais compensatórias para o

alívio da extrema pobreza, as quais, como visto, integram as políticas de ajustes estruturais.

Segundo ainda, o mesmo autor, outro fator importante na análise dessas reformas de segunda geração está no reconhecimento da idéia de “falhas do mercado” que, no nosso caso, interessa apenas dizer que “significa que los agentes económicos privados, y más ampliamente los mecanismos de mercado tradicionales, no son más capaces que el Estado para proporcionar servicios sociales a los grupos marginalizados. Al contrario, refuerzan la exclusión de esos grupos (Id.Ibid.:5)”. Com o reconhecimento de que o mercado não soluciona o problema da pobreza e que, por outro lado, a ação estatal deve ser evitada, dá-se então promoção de novos agentes de cará-

As idéias de descentralização, desconcentração, equidade, participação, voluntariado, etc... , que são os eixos temáticos das grandes políticas sociais, não vão de encontro aos princípios neoliberais.

ter solidário; é o caso da grande massa da sociedade civil: ONGs, fundações, associações, etc.. o que torna a manter o caráter privado da ação social.

A inserção desses novos agentes faz parte do receituário neoliberal, uma vez que, como agentes privados, não logram o lucro e são agentes apolíticos que defendem apenas a melhoria das condições de vida dos indivíduos.

É a partir daí que se explicam as grandes orientações das novas políticas sociais. Se se observa o clássico “Capitalismo e Liberdade”, de Milton Friedman, um dos pais do atual neoliberalismo político-econômico, vê-se que as idéias de descentralização, desconcentração, equidade, participação, voluntariado, etc... , que são os eixos temáticos das grandes políticas sociais,

não vão de encontro aos princípios neoliberais. A principal lógica dessas novas políticas sociais está na conciliação de eficácia e equidade (MULOT, 1998). Nesse sentido, as políticas sociais, nesse tipo de orientação, “permiten que el enriquecimiento de unos no impide el enriquecimiento de otros, y particularmente de los más pobres (MULOT, 1998:6)”.

O autor apresenta alguns argumentos que evidenciam que a Educação é o instrumento, por excelência, nessa conciliação: primeiro por que favorece que a repartição da riqueza não se dê através da distribuição de renda, mas na igualdade de oportunidades. Assim,

“No se quiere toma lar riqueza de unos ciudadanos para ayudar directamente a los excluidos, por medio de impuestos: esta era la

técnica utilizada po el Estado Providencia. La ayuda no debe ser obligatoria, sino voluntaria, lo que explica también la importancia de los agentes privados desinteresados. Por otro lado, las políticas aplicadas deben incitar al beneficiario a actuar para mejorar su situación. En consecuencia, las medidas tendrán como objetivo igualar el acceso a los instrumentos que permitan al pobre de salir de su situación (Id.Ibid.: 6)”

Segundo porque a Educação cria um ambiente de equidade e igualdade à medida que possibilita a todos a oportunidade de melhorar sua condição. Nesse contexto, vê-se que o próprio indivíduo é responsável por suas condições de vida; deve-se, portanto, pro-

ver instrumentos (crédito, saúde, etc..) para que todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades. A Educação age, assim, igualando a capacidade de utilizar os meios de elevação da renda. Nesse sentido,

“...la educación es, en esta perspectiva, uno de los medios de enriquecimiento más importante, por dos razones. Primero, la educación teóricamente revela los talentos, las capacidades de los individuos. En segundo lugar, dichas capacidades, garantizadas por el sistema educativo a través notablemente del diploma, se valorizan directamente en mercado de trabajo (Id.Ibid.: 7)”.

Por último, a Educação também é importante porque contribui para formação de capital humano, onde o incremento salarial depende do melhoramento da formação individual; aqui se vê a Educação como instrumento de elevação da produtividade e consequentemente de crescimento e enriquecimento individual.

Em geral, a Educação é importante, dentro desses princípios neoliberais, porque legitima a desigualdade como resultado das escolhas individuais, uma vez que possibilita a todos às mesmas oportunidades e desenvolve a capacidade de utilização dos meios de elevação de renda individual. Portanto, numa sociedade equitativa que possibilita a igualdade de oportunidades, a desigualdade é eticamente justa, porque é um produto de comportamentos individuais (MULOT, 1998).

4. Política educacional na agenda dos organismos multilaterais: processo de reestruturação tecnológica.

Por outro lado, além do caráter ideológico da inserção das políticas educacionais na agenda dos organismos in-

A reorganização da economia mundial foi lograda sob a ordem da “competitividade” e da “eficiência” que, por sua vez, vaticinam a morte das economias que não se adaptam a esses princípios.

ternacionais, há também um outro aspecto dessa inserção: a própria mudança do eixo de acumulação capitalista.

Até meados da década de 70, a educação, vinculada ao modelo fordista¹³ e ao Estado de Bem-Estar Social, estava voltada para o tecnicismo e especificismo, o que se justificava pelo elevado grau de mecanização e profunda divisão técnica do trabalho, objetivando a produção em larga escala e o consumo de massa, e pelo próprio padrão de acumulação vigente, sustentado nos recursos naturais e nas fontes de energia.

Em fins da década de 70, o modelo fordista, bem como o padrão de acumulação vinha se mostrando saturado, incorrendo na queda da produtividade, “em razão da obsolescência da base tecnológica que lhe dava sustentação” (FERRETTI, 2000: 55), e da própria conexão entre as economias mundiais, fazendo com que a estrutura do Estado-Providência começasse a ruir e não respondesse mais às necessidades de acumulação do capital. É nesse ínterim que se processa uma nova reestruturação produtiva, baseada nas mudanças tecnológicas ocorridas nos ramos da microeletrônica, microbiologia e na informática, que redefiniriam a organização e divisão da produção e promoveriam uma nova sociabilidade do capital.

Nesse novo contexto, a educação básica exigida pelo mercado ganha novos contornos: passa de no mínimo cinco para doze anos de escola, exigindo um perfil que prioriza o conheci-

mento geral, a iniciativa e a capacidade de raciocínio lógico, visando à resolução de situações-problema. É nessa perspectiva que surgem categorias como formação polivalente e abstrata, espírito empreendedor, qualidade total, flexibilidade, educação para competitividade, etc., jargões muito em voga ultimamente que refletem algumas das características propostas pelo novo modelo¹⁴ de formação básica e profissional, naquilo que se vem chamando de *sociedade pós-industrial*¹⁵. No entanto, entendemos esse capítulo da história, não como um outro contexto social, mas como uma fase cíclica da história do sistema capitalista, entendido como um conjunto cíclico e contraditório que cria e recria elementos de superação para suas próprias contradições, como na crise de superprodução de 1929, quando o liberalismo econômico, até então protagonista do sistema, cedeu lugar à intervenção estatal, atendendo aos pressupostos da Teoria Keynesiana, iniciando a fase do *Welfare Estate*.¹⁶

Com a crise do *Welfare Estate* e do modelo fordista de regulação social, criam-se os pressupostos para redefinição das políticas públicas de enfrentamento da crise do modelo capitalista de produção, em que as ações políticas são reorientadas sob a égide do esvaziamento do Estado de Bem-Estar Social. Nesse afã de redefinição e reorientação, com vistas à supressão dos pontos de estrangulamento do modelo capitalista, há a ascensão de outro fenômeno: “as grandes corporações transnacionais assumem os centros de

poder em nível planetário, em detrimento dos Estados Nacionais, escudadas em organizações financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, etc.” (SGUISSARDI, apud FERRETI, 2000: 56), promovendo intensa internacionalização do capital. A exemplo, segue o citado por Beto (2000) em alusão ao controle do poder em nível planetário e à intensa internacionalização do capital:

“A Ford é a segunda maior empresa do mundo, depois da General Motors. O faturamento da Ford em 1998 foi de US\$ 147 bilhões. O da GM, US\$ 164 bilhões. No entanto, exige que o governo brasileiro financie sua implantação na Bahia, dispensando-a de pagar imposto até o ano 2010. A Ford deixará de recolher aos cofres públicos, por ano, R\$ 180 milhões! Eis um caso típico de avaria empresarial.

(...) Em 1980, apenas 30% das receitas dos filmes americanos vinham de fora dos EUA. Hoje, Hollywood obtém 50% de suas receitas no exterior. Em 1987, a indústria cinematográfica dos EUA ocupava 56% do mercado europeu. Hoje, abocanha 70%. No Brasil a fatia é de 83%! Menos de 1/3 dos programas de TV transmitidos na América Latina é produzido no Continente e 62% nos EUA”. (BETO, 2000: 14, 20)

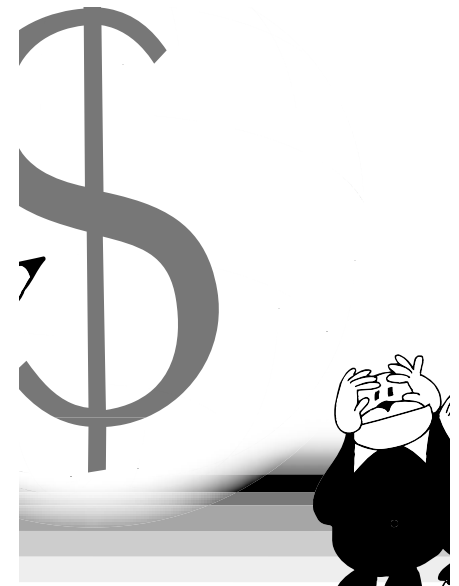
É importante citar esse fenômeno porque uma das principais implicações dessa tomada de poder, em nível planetário, está em promover o que chamamos de uma *cooptação das políticas públicas*, na construção de um ambiente jurídico, político e ideologicamente favorável aos interesses internacionais, em detrimento de uma agenda política que priorize os interesses nacionais. É aí que sobressai o

papel do Banco Mundial como guardião dos interesses dos credores internacionais, em sua missão de assessoria técnica e financeira aos países latino-americanos.

A internacionalização do capital, a ascensão das corporações transnacionais e dos organismos multilaterais, a mudança da base técnica, concomitantemente, à transição para um novo eixo de acumulação capitalista, a falência do Estado de Bem-Estar Social com seu jugo de gastos, na verdade, são premissas para inauguração da chamada “nova ordem econômica mundial”, pautada no velho liberalismo clássico¹⁷ e na globalização, os quais, gradativamente, além de obstruírem a intervenção estatal, vêm castrando a gestão das políticas públicas do Estado¹⁸, o que apenas ratifica a evidência de que a gestão do poder decisório, nas políticas públicas, está submetido, a esses organismos, entre os quais destacamos o Banco Mundial e o FMI, através das imposições de suas políticas de ajustes estruturais.

5. Reestruturação produtiva e política educacional

Dentro desse outro aspecto, político-econômico, torna-se relevante demonstrar as implicações dessa reestruturação produtiva sobre as políticas públicas relacionadas à educação e ao trabalho, inseridas no ideário neoliberal, uma vez que já se percebeu que a reorganização da economia mundial foi lograda sob a ordem da “**competitividade**” e da “**eficiência**” que, por sua vez, vaticinam a morte das economias que não se adaptam a esses princípios. Esses princípios norteadores são importantes porque inauguram um novo consenso político econômico e social, onde os valores do público, do direito e da coletividade são suprimidos. O que se explica pelo fato de que:



“Se o consenso difundido nas décadas de 50 e 60 era de que o futuro pertencia ao capitalismo sem perdedores, seguramente administrado por governos nacionais atuando em conjunto, as décadas posteriores de 80 e 90 são dominadas por um consenso baseado em suposições contrárias, de que os mercados globais são incontrolláveis e de que o único caminho para evitar tornar-se um perdedor - seja como nação, empresa ou indivíduo - é ser o mais competitivo possível (HIRST e THOMPSON, 1998: 20)”.

Como, na dinâmica capitalista, a contradição é parte inerente de seu funcionamento e como, nesse modo de produção, os conflitos de classes são inconciliáveis, mais do que em qualquer outro momento, na crise, a força de trabalho passa a ser uma área de ampla dificuldade. Nesse caso, a superação das crises sistêmicas pelo capitalismo dá-se, com muito mais ênfase, através da capacidade de tornar a força de trabalho funcional ao regime de acumulação do sistema. Nesse sentido,

“A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital - um processo a

que vou me referir, de modo geral, como 'controle do trabalho'- é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo (HARVEY, 1992: 118)".

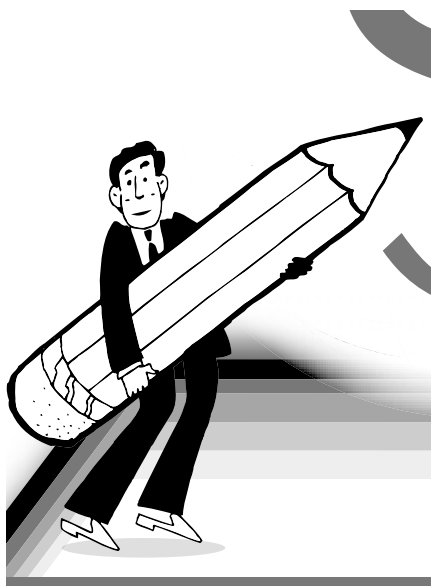
Assim, a socialização do trabalhador às condições de produção capitalista, principalmente nessa "nova ordem econômica mundial", tem que perpassar todo o controle social desde de instituições de educação às religiosas. Percebe-se, assim, que as mudanças desencadeadas pela "nova ordem econômica mundial" exigiram, além de novas relações sociais, a produção de "um homem que sente, pensa e vive diferente, o que parece ser uma forte razão, dentre outras, para a infinidade de reformas havidas em nível planetário" (FERRETTI, 2000: 57). Fica clara, portanto, a construção de uma nova sociabilidade do capital, que se apropria do conhecimento plural e o restringe à necessidade da nova plataforma de produção, onde o eixo central de acumulação transfere-se da apropriação dos recursos naturais e das fontes de energias e passa para apropriação do próprio conhecimento, daí a necessidade de uma formação básica e profissional diferente que mescle, segundo Ricardo Antunes, o conhecimento científico com o conhecimento laborativo. A este respeito, o mesmo autor destaca que:

"Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional,

que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivo dotados de maior incremento tecnológico". (ANTUNES, 2000:9)

E é esse aspecto, o que mais vem se tornando alvo das políticas neoliberais de adaptação ao contexto mundial, através da intervenção dos organismos multilaterais, principalmente na América Latina.

Para Krawczyk (2000), as profundas transformações surgidas nas áreas científica e tecnológica sugeriram mudanças nas formas de gerir, organizar e controlar o processo de trabalho e as tendências verificadas quanto à governabilidade do Estado-nação e o processo de mundialização da economia,



favoreceram à ascensão do conhecimento como a "principal variável na explicação das novas formas de organização social e econômica - e muitas vezes como condicionante e gerador de novas desigualdades e diferenciações (KRAWCZYK 2000: 2)", o que justifica a importância da gestão da política educacional¹⁹ e a inserção das políticas sociais nas agendas dos Estados nacionais.

A autora chama atenção para as

reformas propostas educação, sobretudo, a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem, Tailândia, onde a educação volta a fazer parte da agenda política nacional. Ao final da década, essas políticas mostraram-se frustradas, não pelos argumentos comumente aceitos, mas porque "as políticas educacionais acabaram sendo fortemente direcionadas, tanto na definição de suas prioridades, quanto de suas estratégias, pelas orientações dos organismos internacionais financiadores, principalmente pelo Banco Mundial (KRAWCZYK, 2000: 3)".

Esse direcionamento, antes de tudo, denota a redefinição do papel desempenhado pelo Banco Mundial que, além de financiador, passa a ser gestor²⁰ dessas políticas, face à necessidade de inserir a Educação nos liames políticos e ideológicos do neoliberalismo, para que, entre outras, a reprodução da força-de-trabalho se realize norteada nas novas competências e habilidades já apontadas, visando atender o sistema de produção vigente.

Nesse contexto, é importante perceber que se acentua, então, o papel desempenhado pela escola como um *locus* de reprodução do padrão da força-de-trabalho exigido pelo mercado, e como um agente fundamental no reenquadramento ideológico na relação capital-trabalho. Sônia Marrach (1996), ao falar sobre a retórica neoliberal para educação, cita três papéis estratégicos que ela deverá cumprir:

- a) atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e à pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa;
- b) tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários;
- c) fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática; (MARRACH, 1996)

Além desse papel pedagógico que as escolas deverão cumprir, como conseqüências da direção dada às políticas educacionais, um outro exemplo pode ser dado para ilustrar a orientação dada pelo Banco Mundial²¹ à Educação, atrelando-a aos interesses macroeconômicos: no Relatório do Banco Mundial de 1999, aponta-se que, no ano de 1998, o Brasil, assim como toda a América Latina sofreu um declínio médio em torno de 2% de seu crescimento, principalmente pela redução dos ingressos de capitais, da queda dos preços das exportações e pela desaceleração do comércio mundial e ainda como conseqüência da crise da Bolsa asiática e da moratória da dívida da Federação Russa. Segundo esse mesmo relatório, esses fatores macroeconômicos vêm desestabilizando as economias regionais e apesar de alguns países dessa região estarem melhorando os ingressos dos fluxos de capitais, a pobreza e a desigualdade continuam graves problemas. Na perspectiva do Banco, as estratégias para consecução de um crescimento sustentável e duradouro repousam, principalmente, nas inversões em capital humano, atreladas às famosas reformas do Estado:

“La estrategia del Banco (Mundial) a mediano plazo en América Latina y el Caribe, al igual que en otras regiones, está centrada en la reducción de la pobreza. Esa estrategia tiene tres objetivos. En primer lugar, el Banco se ha propuesto ayudar a eliminar los obstáculos que impiden el crecimiento, lo que a su vez reduce la pobreza. Para que un crecimiento económico sea sostenido y más vigoroso será necesario mejorar el capital humano. Esto se logrará mediante inversiones para mejorar el rendimiento escolar; reformas de los mercados financieros; el mejoramiento del

marco jurídico y reglamentario; la modernización del sector público, y el mejoramiento de las finanzas públicas... (BANCO MUNDIAL, 2000: 88,89 - grifo nosso) ”.

Embora o Banco defina sua finalidade como a de “... incrementar la calidad, el acceso y la equidad (id.ibid.: 129)”, as suas orientações indicam o inverso, haja vista insistirem em que se deva:

“Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; redefinir a função do governo no ensino superior; adotar políticas que sejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade (BANCO MUNDIAL, 1994 apud SGUIS-SARDI, 2000)”.

Percebem-se, nas duas citações do Banco, os dois principais eixos (de natureza economicista e já apontados acima) de direção da política educacional, que se resumem na incorporação da lógica do custo-benefício e da teoria do Capital Humano que, de forma bem geral, entende que o investimento no fator humano é um dos determinantes principais para o aumento da produtividade e da superação do atraso econômico. Nesse contexto, a educação passa a ser gerida

Como o corolário neoliberal necessita da subjugação das políticas públicas, a participação do Banco Mundial, a título de cooperação técnico-financeira e de assessoria, vem sendo a maneira encontrada para articular a política educacional nessa base ideológica.

“...sob o aspecto qualitativo do custo, sendo os professores, o material didático, o método, e outros mais, entendidos como meros insumos, alocados e priorizados à medida que representem a melhor opção de custo-benefício, em detrimento da qualidade do processo ensino-aprendizagem ou do método didático-pedagógico, além de ser colocada como única alternativa para a manutenção do nível de emprego e renda dos indivíduos, sendo estes responsáveis pela sua própria permanência no mercado de trabalho, já que o Banco Mundial entende que o fenômeno do desemprego não é fruto de um desajuste entre a população economicamente ativa e as ofertas de trabalho na atual conjuntura das relações de trabalho e produção, mas por uma incompatibilidade entre o perfil dos que se inserem neste mercado e o exigido pelo novo paradigma produtivo... (BRITO, 2000: 50)”.

Esse conjunto temático-ideológico contribui para a apologia que faz o Banco de que o problema da educação não diz respeito a um problema de democratização e, sim, de gerenciamento, ou seja, a educação passaria, então, por uma crise de qualidade e não de democratização. Nesse sentido, o Banco atribui a si e às suas linhas de programas e financiamentos a única alternativa de resolver os problemas da pobreza e das desigualdades, por isso,

"... alienta a los países a adoptar un enfoque que abarque todo el sector y de largo plazo; a *incorporar* la asistencia del Blanco como un elemento integral de los programas nacionales; a incluir su financiamiento en el apoyo más amplio proporcionado por consocios de donantes, y a aprovechar sus nuevos instrumentos crediticios,... (BANCO MUNDIAL, 2000: 131 - grifosso)".

Nesse entendimento, parece que o Banco descarta a criação e gestão de uma política autenticamente nacional, descarta a capacidade do Estado e da sociedade de prover políticas públicas que resolvam o dilema social, pelo menos, no caso da educação que só encontra solução na adoção das matrizes ideológicas do Banco Mundial e de seus programas creditícios à educação, que só no ano de 1998, representou praticamente 20% (Gráfico 2) do total dos financiamentos do Banco Mundial à América Latina e Caribe. Mas essa figura de único redentor da miséria latino-americana é difundida também pela própria OIT - Organização Internacional do Trabalho, que dissemina com muito fatalismo não existia outra alternativa cabal senão adequar-se à imposição mundial:

"Todo país debe tener muy presente su posición competitiva internacional si quiere mejorar su nivel de vida... *Si tarda en amoldarse a la nueva competitividad mundial y a los progresos técnicos, se quedará cada vez más rezagado... La existencia de una población activa bien formada y calificada engendra posibilidades superiores para los países, en lo que se refiere a pasar a sectores de mayor valor añadido y tecnológicamente adelantados.* En la economía mundial, para un país que tenga las debidas



competencias y calificaciones en el momento oportuno habrá muchas más probabilidades de aprovechar las nuevas oportunidades y los nuevos segmentos específicos del mercado... Unas inversiones en enseñanza y formación convenientes y bien encaminadas gracias a una menor desarmonía entre la demanda y la oferta de calificaciones pueden traer consigo una creación de empleos productivos en la economía nacional (OIT, 2000: 149 - grifos nossos)".

Não se está dizendo aqui que a formação, a qualificação e a educação de um modo geral não sejam essenciais ao desenvolvimento econômico. O que se critica é o engodo (ideológico) fomentado pelos organismos multilaterais de que a crise estrutural do desemprego, da alarmante desigualdade de renda e da galopante diferenciação entre os países ricos e pobres sejam consequência da disparidade entre o padrão tecnológico e de formação educacional existente, como se as vítimas desse processo implacável de mundialização do capital fossem os algozes de si mesmas.

Outra constatação intrigante está no fato de que, durante os últimos anos, o Banco Mundial não direcionou polí-

ticas para educação superior, resumiu seus esforços apenas no tocante à educação básica ou primária (como é o caso dos países africanos). O discurso da **qualidade** parece resumir-se apenas às estatísticas de ingresso à Escola. Mas o fato de se olvidar do enfoque que deveria ser dado à educação superior não é característica apenas do Banco Mundial, a própria OIT - Organização Internacional do Trabalho, por incrível que pareça, parece priorizar as inversões no nível fundamental básico, por entender ser este o principal fator do maior incremento de produtividade:

"América Latina se enfrenta, pues, con el reto de recuperar su nivel de crecimiento, lo cual va a necesitar probablemente una base de capital humano sensiblemente mayor para poder aumentar la productividad, en una economía mundial más abierta que trae consigo unas tecnologías cada vez más complejas.... *Por razones a la vez de productividad y de igualdad de oportunidades, procede mejorar la calidad y el acceso en el nivel primario...* y los sistemas de formación deben contribuir cada vez más directamente a la elevación del nivel de calificación de la mayor parte posible de la población activa (OIT, 2000: 143)".

O que representa uma grande contradição, se se supõe, como o Banco, que a crise do emprego e atraso econômico, dizem respeito a um desequilíbrio entre a oferta e demanda de empregos qualificados (BANCO MUNDIAL, 1999; OIT, 1998). Além de não direcionar políticas para educação superior, o Banco chega a apontar a própria remuneração dos professores como um obstáculo ao desenvolvimento da educação:

"En seminarios que contaron con la participación de altos funcionarios gubernamentales y otras partes interesadas... se examinaron las op-

ciones de política para los países en que los sueldos de los docentes son tan altos que obstaculizan o lo-gro de un rápido progreso hacia la educación... (BANCO MUNDIAL, 2000: 131, grifo nosso)".

Essa verificação é oportuna para se verificar qual o entendimento do Banco Mundial, enquanto expoente da política neoliberal, da situação atual da educação nos países pobres, onde se percebe o elenco das prioridades de melhor custo-benefício em detrimento das psico-pedagógicas.

Por outro lado, é interessante verificar que o Banco entende a crise da educação, não como uma crise de democratização do ensino, mas como uma crise de gerenciamento. Segundo Gentili (1998), as reformas propostas à educação, a partir da década de 80, além de fazerem parte do conjunto de reformas orientadas para garantir o ajuste econômico na América Latina, essas mudanças acham guarida na América Latina porque, sobretudo, são frutos não de uma imposição da "ortodoxia neoliberal" dos organismos internacionais, mas de uma coalizão de interesses entre as elites políticas e econômicas locais e os seus dois principais expoentes, o FMI e o Banco Mundial. É nesse sentido que Gentili abre a possibilidade de se chamar que há um "consenso de Washington", na Educação. É a partir daí que se observa, a pretexto de contribuir para solucionar uma suposta crise nos sistemas educacionais, a intervenção do Banco Mundial nas políticas públicas nacionais, em particular, na educação que se caracteriza, segundo o autor,

"... tratando de responder quatro interrogações: Como os neoliberais entendem a crise educacional? Quem são, segundo essa perspectiva, os culpados? Que estratégias deve ser definidas para sair de tal

crise? Quem deve ser consultado, nessa perspectiva se se pretende encontrar uma solução para os problemas que a escola enfrenta atualmente? (GENTILI, 1998: 16)".

Para o autor, a perspectiva neoliberal entende que a crise vivida pela educação, ao contrário do que se aponta, diz respeito à incapacidade de se produzir eficiência, eficácia e produtividade, ou seja, é uma crise de qualidade. "Dessa forma, interpreta-se que os sistemas educacionais latino-americanos cresceram quantitativamente sem garantir um conseqüente crescimento qualitativo (GENTILI, 1998: 17)".

Assim aceita-se que existe um problema de alocação de recursos em geral; a escola não é competitiva, por isso, emprega mal o dinheiro, não usa racionalmente o espaço físico de que dispõe, não qualifica o corpo docente e não estimula os discentes a serem responsáveis quanto aos estudos.

Nesse entendimento, o neoliberalismo aponta o Estado, o sindicato e a própria sociedade como os verdadeiros responsáveis por essa crise de qualidade. O primeiro, por ser ineficiente na gestão do sistema educacional, impossibilitando a criação de um mercado educacional; o segundo, por pressionar a presença do Estado na gestão, criação e controle das políticas públicas; e o terceiro, por incorporar e mostrar-se resistente a não romper com comportamento vicioso logrado pelo Estado de Bem-Estar, onde o sentimento paternalista de provisão e a expressão do direito público, da gratuidade e do coletivismo são postas como eixos norteadores, em detrimento da competição, do esforço individual, etc... (GENTILI, 1998)

Para superar a crise, dever-se-ia "desenvolver um conjunto de propostas em níveis macro e microinstitucionais mediante as quais seja possível institu-

cionalizar o princípio da competição que deve regular o sistema escolar enquanto mercado educacional (id.ibid: 23)"; além de favorecer a centralização e, paradoxalmente, a descentralização²².

Para gerir esse sistema ou fornecer a cooperação técnica, aponta-se, no plano local, a participação do empresariado, e, no plano internacional, o Banco Mundial.

Nesse contexto, a sustentação social para a consolidação dessas políticas públicas de cunho neoliberal, segundo Krawczyk (2000), dá-se através do que se vem chamando de *concertación*, um pacto social que assume um caráter de "estratégia de governabilidade que, na maioria dos casos, apela à sensibilidade dos indivíduos, privilegia os pontos consensuais entre os diferentes setores envolvidos, pretende que os conflitos sociais sejam processados na dinâmica do mercado e/ou através da '*ciudadania responsable*' e desconsidera ou diminui significativamente a importância do dissenso na construção das políticas (KRAWCZYK, 2000: 7)", cuja principal conseqüência está em cumprir "...um papel regressivo nas possibilidades de democratização das relações sociais porque coloca as questões de forma fragmentada, busca diluir a referência ao coletivo e, portanto, debilita os sujeitos sociais (id.ibid.)".

De qualquer forma, todas essas mudanças que vêm solapando a classe trabalhadora e que tencionam a construção de um novo consenso político, pautado nos princípios dos organismos multilaterais, que têm empreendido esforços para despolitizar a educação, são produtos da relação dialética inerente ao conflito entre capital e trabalho que permanecem bem vivos e inconciliáveis.

Assim, pensar que a lógica neoliberal, "que parte do pressuposto de que a economia internacional é auto-regu-

lável, capaz de vencer as crises e, progressivamente, distribuir benefícios pela aldeia global, sem a necessidade de intervenção do Estado" (MARRACH, 1996: 42), aplicada à Educação, vem humanizando a condição do trabalhador é uma falácia, pois:

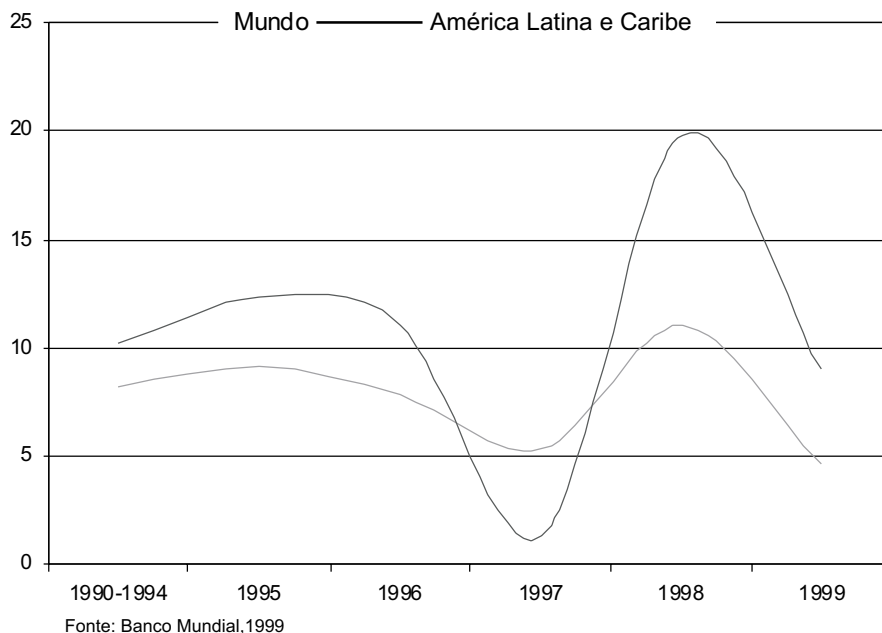
"a súbita redescoberta e valorização da dimensão humana do trabalhador está muito afeta a sinais de limites, problemas e contradições do capital na busca de redefinir um novo padrão de acumulação com a crise de organização e regulação fordista, do que a autonegação da forma capitalista de relação humana" (FRIGOTTO, 1996: 144).

No entanto, como o corolário neoliberal necessita da subjunção das políticas públicas, a participação do Banco Mundial, a título de cooperação técnico-financeira e de assessoria, vem sendo a maneira encontrada para articular a política educacional nessa base ideológica, escamoteando, na realidade, políticas econômicas como políticas sociais.

Portanto, a relação entre o Banco Mundial e as políticas educacionais, objetiva apenas submeter a Educação ao discurso neoliberal, onde segundo Sônia Marrach, "a Educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar à sua semelhança" (MARRACH, 1996: 43), característica que se torna proeminente, a partir dos anos 90, quando os empréstimos ao setor educacional, logo nos primeiros anos, chegam a representar pouco menos de 30% (Gráfico 2) do total.

Gráfico 2

Comparação do percentual de participação da Educação nos empréstimos totais do Banco Mundial.



NOTAS:

1. Bacharel em Ciências Econômicas e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA (alex_brito@yahoo.com).

2. Entendemos que tanto o processo de reestruturação tecnológica quanto os ajustes estruturais são faces de um mesmo fenômeno, que diz respeito às alterações estruturais no capitalismo, na transição da orientação econômica keynesiana para neoclássica. Assim a separação é meramente didática.

3. A Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, ou simplesmente Conferência de Bretton Woods, como ficou conhecida por ter sido sediada na cidade de mesmo nome nos E.U.A., foi onde se congregaram os prepostos dos futuros países vitoriosos da Segunda Guerra, para, segundo Silva (1996), reconstruir a estrutura internacional do comércio e das finanças, assegurando para tal uma nova Ordem Internacional, que regularia o jogo econômico e financeiro do mundo.

4. A este respeito, ressaltamos o que coloca esse mesmo autor ao mencionar alguma das razões que redefiniram os países subdesenvolvidos como o novo foco de alocação de

empréstimos:

a) pressões exercidas pelos países subdesenvolvidos, face ao crescimento de sua participação como membros do FMI;

b) necessidade de redirecionar os empréstimos, face a emergente recuperação japonesa e européia;

c) o deslocamento havido na política norte-americana, de apoio aos países subdesenvolvidos, preferindo a mediação multilateral a bilateral;

5. Quanto a este aspecto, Gonzalez (1990) observa que as linhas de financiamentos disponíveis aos países subdesenvolvidos revelavam a concepção de crescimento adotada pelo Banco Mundial, que entendia o desenvolvimento como a mudança da base agrícola para a industrial, onde caberia ao Estado a criação da infra-estrutura básica para a expansão dos capitais privados nacionais e estrangeiros.

6. O Banco Mundial atualmente é formado por cinco agências: o BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a AID - Associação Internacional de Desenvolvimento, a CFI - Corporação Financeira Internacional, a AMGI - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos e o CIADI - Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, além de administrar o GEF -

Fundo Mundial para o Meio Ambiente. Estas agências foram criadas a fim de permitir que todos os Estados Nacionais, levando em consideração suas especificidades, pudessem ser mutuários do Banco, além de garantir sua influência em áreas geopolíticas consideradas importantes.

7. A este respeito vale ressaltar que todos esses processos contribuíram para supressão das concepções keynesianas e a ascensão das teorias monetaristas neoliberais, que viriam a ser o alicerce ideológico das políticas do Banco Mundial para as próximas décadas.

8. Segundo esse autor esses programas estavam embasados em:

- a) equilíbrio orçamentário;
- b) abertura comercial;
- c) liberalização financeira;
- d) desregulamentação dos mercados domésticos;
- e) privatização das empresas e dos serviços públicos;

9. A este respeito, Soares (1999) informa que no período entre 1987 a 1997, os desembolsos do BIRD ao Brasil somaram US\$ 9,6 bilhões, enquanto os pagamentos atingiram US\$ 15,5 bilhões e se for considerado o período que vai de 1980 a 1997, constata-se que o país realizou pagamento no valor total de US\$ 17,1 bilhões, recebendo US\$ 14,3 bilhões, implicando numa transferência de US\$ 2,8 bilhões e uma dívida em 31/12/97 de US\$ 5,3 bilhões, evidenciando a tendência negativa das transferências líquidas nestas duas últimas décadas.

10. Segundo Serra (1999) essas condicionais representam o corpo de políticas e atuações programadas e flexíveis chamadas a reger a utilização dos recursos de forma que responda às preocupações dos estatutos dos organismos multilaterais; são as bases fundamentais de imposição de condições para utilização de recursos, fazendo com que o país elimine os obstáculos aos pagamentos externos.

11. Os principais eixos norteadores desse programa são:

- a) aprofundamento do processo de abertura comercial;
- b) elevação da poupança interna;
- c) reforma do sistema previdenciário;
- d) estímulo ao investimento privado em infra-estrutura;
- e) flexibilização do mercado de trabalho

- f) reforma do sistema educacional;
- g) implementação de programas sociais para grupos mais pobres;
- h) reforma institucional e reestruturação do Estado;

12. Na Guatemala, por exemplo, a década de 80 foi caracterizada pelo aumento gritante do percentual de pobres no país: no início da década as famílias pobres representavam 63% da população, em 1986 eram 74% e em 1989 representavam 76%. Paralelamente, o nível de indigência passou de 32% em 1980 para 54% em 1989.

13. Segundo Frigotto (apud PINTO, 1999), as características principais do fordismo são:

- a) uma determinada forma de organização do trabalho fundada em bases tecnológicas que se pautam por um refinamento do sistema de máquinas de caráter rígido, com divisão específica do trabalho, um determinado patamar de conhecimento e uma determinada composição da força-de-trabalho;
- b) um determinado regime de acumulação, fundado numa estrutura de relações que buscou compatibilizar produção em grande escala e consumo de massa num determinado nível de lucro;
- c) e, por fim, um determinado modo de regulação social que compreende a base ideológica-política de produção de valores, normas, instituições que atuam no plano do controle das relações sociais gerais, dos conflitos intercapitalistas e nas relações capital-trabalho.

14. Nesse novo modelo, segundo Liedke, “o trabalhador deve ser capaz de administrar, de identificar problema, saber trabalhar em grupo, tomar iniciativas, perceber que um problema está para acontecer e tentar impedir que aconteça” (LIEDKE, 2000: 12).

15. Segundo o que demonstra em Gentili (apud FRIGOTTO, 1996), esta tese parte de um novo modelo de organização social: a sociedade do conhecimento, que consiste em um novo tipo de organização industrial baseado em tecnologia flexível, em contraposição ao

modelo rígido do sistema taylorista e fordista, tendo como conseqüência um trabalhador flexível com uma nova qualificação humana.

16. Também conhecida como a fase áurea do Capitalismo, constituía-se num sistema de livre-empresa, com acentuada participação do poder estatal, responsável pela promoção de padrões de vida mínimo (saúde, educação, moradia, etc.), e pelo desenvolvimento das condições de produção de bens e serviços sociais, bem como o controle do ciclo econômico e os ajustes necessários à produção, levando em consideração os custos e as rendas sociais, cabendo à iniciativa privada o incremento e a realização da produção. (SANDRONI, 1999)

17. Hoje chamado de neoliberalismo, visa adaptar as diretrizes do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno, sujeitando as políticas públicas, inclusive às educacionais, à lógica do mercado.

18. A esse respeito, o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso em alusão a globalização admitiu, em matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, de 02/11/97, que “o fenômeno limita efetivamente o âmbito de ação dos Estados Nacionais” (PINTO, 1998)

19. Um exemplo revelador está na maneira como se trabalhou a questão do desenvolvimento na América Latina, onde atrelaram as “reivindicações históricas de democratização da educação - expansão, equidade e integração - aos princípios de competitividade, desempenho e descentralização (KRAWCZYK, 2000: 2)”, ou como se entende, atualmente, o desenvolvimento econômico, a superação do fenômeno da pobreza e a disparidade desigual da renda, como conseqüência de uma política educacional direcionada (BRITO, 2001).

20. O Banco Mundial financia a educação brasileira há trinta anos, datando de 1971 o primeiro empréstimo concedido (GONZALEZ et al, 1990). No entanto, os financiamentos iniciais (tanto para o Brasil como para o mundo) privilegiavam apenas a infra-estrutura, sendo somente a partir de 1980, que o Banco Mundial publicou seu primeiro documento de política para a área da educação, abrangendo daí em diante as áreas de pesquisa, assistência técnica e consultoria aos governos em política educacional (TORRES, 1996)

21. Dessas organizações intergovernamen-

tais uma de maior destaque é o Banco Mundial, pelo papel crescente na vida políticas dos países pobres a título de cooperação técnica e financeira. No entanto alguns fatos permitem, de antemão, perceber a natureza dessa cooperação:

* o poder de voto dos membros é diretamente proporcional ao aporte de capital;

* predominância de pesquisadores formados em Economia nas universidades norte-americanas;

* os estudos sobre educação são elaborados por economistas e não por educadores (a partir de 1970, os psicólogos e educadores foram substituídos por economista);

* os presidentes do Banco Mundial são sempre profissionais ligados ao setor financeiro norte-americano;

* há uma certa falta de transparência quanto às informações sobre estudos, avaliações, programas e resultados de suas atividades; (ROSEMBERG, 2000; BRITO, 2000).

22. A centralização diz respeito ao aspecto pedagógico, onde os marcos curriculares de formação dos professores, alunos e dos cursos são previamente elaborados e controlados pelo poder federal; a descentralização refere-se aos aspectos da gestão e do financiamento;

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Material e material. Folha de São Paulo. Caderno Mais. 13 de agosto de 2000.

ARAÚJO, Aloísio Barbosa. O governo brasileiro, o BIRD e o BID: cooperação e confronto. Brasília: IPEA 131, 1991.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Resistência e submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, Nora (org). O cenário educacional latino-americano do século XXI: reformas em debate. Campinas - SP, Autores Associados, 2000.

BANCO MUNDIAL. O Banco Mundial e a educação no Brasil. Disponível na Internet em (<http://wbln0018.worldbank.org/External/lac/lac.nsf/4c794feb793085a5852567-d600ad764/db89b189f2a19a7d8525693dbd.a?OpenDocument>). Acesso em 15 jul. 2000.

BANCO MUNDIAL. Informe Anual 1999. Washington D.C. (E.U.A.), 2000.

CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, Livia De, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.

São Paulo, Cortez Editora, 1996.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo, Atlas, 1985.

FERRETTI, Celso João, JUNIOR, João dos Reis Silva. Educação profissional numa sociedade sem empregos. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Editora Autores e Associados, n. 109, p. 43 - 66, março, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

GENTILI, Pablo. O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A. A., SILVA, Tomaz Tadeu da. Neoliberalismo, Qualidade total e educação: visões críticas. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1996.

_____. Um bate papo sobre educação e neoliberalismo onde nunca se fala de Portugal. Jornal a Página da Educação. Disponível na Internet em (<http://www.a-pagina-da-educacao.pt/arquivo/artigo/ae08.htm>). Acesso em 15 set. 2000.

GENTILI, Pablo A. A. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GONZALEZ, Manuel José F. et al. O Brasil e o Banco Mundial. Um diagnóstico das relações econômicas: 1949 -1989. Brasília, IPEA-IPLAN, 1990.

HARVEY, David. Condição pós-moderna (Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural). 5ª ed. São Paulo, Loyola, 1992.

HIRST, Paul, THOMPSON, Grahame. Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis. Vozes, 1998.

KRAWCZYK, Nora. A construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. In: KRAWCZYK, Nora (org). O cenário educacional latino-americano do século XXI: reformas em debate. Campinas - SP, Autores Associados, 2000.

LIEDKE, Elida Rubini. Tecnologia, modernidade e o Emprego? Mundo Jovem - um jornal de idéias. Rio Grande do Sul, n. 306 p. 12 -14, maio, 2000.

MARRACH, Sônia Alem. Infância, Educação e neoliberalismo. São Paulo, Cortez Editora, 1996. Disponível na Internet em (<http://upd.cefetsp.br/~eso/neoeducacao.html>). Acesso em 07 jul. 2000.

MULOT, Eric. Análisis de la relación educación-pobreza: el caso de América central. 1998 (no prelo).

OIT-Organización internacional del trabajo. Informe sobre el empleo en el mundo 1998-1999. Empleabilidad y mundialización papel fundamental de la formación. Oficina Internacional del Trabajo-Ginebra, 1998.

PINTO, Aparecida Marcianinha. Globalização e educação. Revista Universidade e Sociedade, ano 13, n. 17, junho, 1998. Disponível na Internet em (<http://www.uem.br/~pec/revista/revista17/artigo10.htm>). Acesso em 15 ago. 2000.

_____. Globalização, educação e qualidade. Associação dos Docentes Estaduais de Maringá, 1999. Disponível na Internet em (<http://www.uem.br/~pec/revista/revista17/artigo12.htm>). Acesso em 20 ago. 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. Uma introdução ao estudo das organizações multilaterais no campo educacional. In: KRAWCZYK, Nora (org). O cenário educacional latino-americano do século XXI: reformas em debate. Campinas - SP, Autores Associados, 2000.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 2ª Ed. São Paulo, Editora Best Seller, 1999.

SERRA, A. M. de Almeida. Os Programas de ajustamento: características, resultados e críticas. In: Curso sobre Políticas Econômicas de Desenvolvimento. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. ISEG-Instituto Superior de Economia e Gestão, Portugal, Lisboa, 1999

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia De, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos, ALVES, Edgard Luiz Gutierrez Alves. Qualificação profissional: uma proposta de Política Pública. Texto para Discussão nº 376, Brasília, IPEA, 1995.

WORLD BANK. Projects & Operations. Disponível na Internet em www.worldbank.org. Acesso em Dezembro de 2001.

Homem e Sociedade



* Valerio Arcary

Teoria das ondas longas Kondratiev e a recessão mundial: contra-ofensiva imperialista e estratégia de recolonização

Quais são as causas últimas da primeira guerra do século XXI? Na complexa cadeia de fatores próximos, entrelaçam-se distintas variáveis, desde determinações políticas mais imediatas da nova conjuntura que respondem à oportunidade de inverter as relações políticas de força dentro da sociedade americana aberta pela bestialidade dos ataques de 11 de setembro, até necessidades geo-estratégicas da dominação na etapa histórica que se abriu com a restauração capitalista na ex-URSS.

Mas quais são as articulações mais profundas destas causas próximas com a situação econômica mundial de recessão generalizada? Qual o papel que as guerras contra-revolucionárias cumpriram, na história do século XX, para ajudar a recuperação econômica do sistema e garantir a ordem político-social indispensável à "boa saúde dos negócios" do capitalismo? Enquanto alguns levemente recorrem à idéia schumpeteriana de "destruição criativa", para diminuir a severa gravidade dos custos humanos e sociais da recessão mundial que se abre, não deveria merecer atenção a lição histórica que associa as crises econômicas à precipitação de guerras? Ou ainda, que relações de regularidade podemos observar entre as flutuações dos ciclos longos do desenvolvimento do capita-

lismo e as vagas da revolução mundial?

Os atentados do 11 de Setembro criaram, nos EUA, as condições políticas internas que faltavam para que o império americano desencadeasse uma contra-ofensiva política-militar e econômica de grande fôlego pela defesa de sua hegemonia, em um momento em que a recessão atinge o coração do sistema capitalista. Uma estratégia de afirmação de seu domínio mundial que corresponde, por sua vez, a uma política econômica de recolonização dos países dependentes impulsionada desde o início dos anos

90, em simultâneo ao processo de restauração capitalista na ex-URSS. As duas dimensões desta contra-ofensiva são inseparáveis: hegemonia política militar e intensificação da exploração econômica dos países dependentes. E respondem, em última análise, às necessidades de superação da crise econômica mundial e de derrota das mobilizações sociais e nacionais que ameaçam os interesses das quinhentas corporações que controlam o governo da maior potência mundial.

A mídia



mundial tem apresentado a nova guerra americana como a guerra contra o terrorismo: a luta entre a “civilização e a barbárie”, e o presidente americano não nos poupou da retórica de Reagan, autor do discurso teatral apocalíptico do armagedon, a luta final do bem contra o mal. Mas qualquer observador atento da evolução da situação mundial, depois da guerra do Golfo contra o Iraque, sabe que o que estava em jogo, era o domínio geo-estratégico americano. Não só o controle de fornecimento das atuais reservas de petróleo do Oriente Médio, a preços baixos, e das espantosas reservas de gás que existem na Ásia Central, mas a preservação da hegemonia americana através de regimes como a monarquia absoluta dos sheiks da Arábia Saudita, a ditadura militar da Argélia ou a ditadura civil de Mubarak, no Egito. Em uma palavra: as causas que explicam a guerra não são as mesmas que explicam a existência de organizações como a de Bin Laden.

Boa parte da análise crítica da globalização ou mundialização tem correta, mas unilateralmente, denunciado a crescente financeirização e o papel dos movimentos ilimitados de massas imensuráveis de capital nas especulações com moedas, ações e títulos, como a causa da instabilidade da atual crise. Mas é sempre perigoso confundir a superfície do fenômeno com a sua substância. Este erro metodológico, o economicismo, tem na sua raiz a dificuldade de compreender a articulação das transformações econômicas com as flutuações da luta de classes. A globalização dos movimentos de capitais é mais consequência da depressão prolongada do que causa. O grande cassino da economia global é mais a expressão da contração do mercado mundial do que da sua pujança. Capitais fictícios, capitais virtuais ou capitais especulativos, como queiramos,

são trilhões de dólares que hoje se refugiam em papéis porque não encontram expectativas de valorização no processo produtivo.

É certo, no entanto, como nos recorda Arrigui, no seu **O Longo século XX**, que essa tendência à financeirização não é nova: o que é novo são os volumes e escalas em que opera. Qualquer ameaça mais séria de desvalorização do dólar, ou de moratórias em cascata dos países devedores, poderia fazer ruir como um castelo de cartas a aparente prosperidade da financeirização. A guerra contra o terrorismo, a nova ideologia de camuflagem da disputa do império americano pela hegemonia mundial são também, uma resposta à estagnação prolongada das últimas duas décadas. Assim poderia se abrir o caminho para que o capitalismo supe-

Qualquer ameaça mais séria de desvalorização do dólar, ou de moratórias em cascata dos países devedores, poderia fazer ruir como um castelo de cartas a aparente prosperidade da financeirização.

re mais rapidamente a recessão mundial, ainda que ao custo de uma colossal destruição de forças produtivas.

Este movimento teórico nostálgico do fordismo e das políticas de inspiração keynesianas se expressa também na controvérsia de interpretação do atual período. E deveria despertar uma polémica em defesa da centralidade da História, no quadro geral das ciências sociais, contra a hegemonia das interpretações finalistas que buscam ingenuamente aprisionar, em equações econométricas, fenômenos que exigem um esforço interdisciplinar de interpretação que somente a valorização da pulsação dos tempos históricos poderá resolver.

Entretanto, é curioso observar que o debate mais estimulante sobre as dis-

crepâncias entre as periodizações históricas e as econômicas, em uma perspectiva crítica, tenha sido feito em um campo dissidente das pesquisas na economia. Encontra, no seu centro, a revalorização da discussão sobre a teoria das ondas longas e as sugestões que ela nos oferece para a periodização histórica.

A teoria da ondas longas como uma hipótese de síntese entre a economia e a história

Talvez seja útil, em primeiro lugar, observar que não existe, a rigor, uma teoria das ondas longas, mas um debate quase “hemorrágico”, com muitas e variadas formulações diferentes. Embora ela esteja associada para sempre aos artigos que Kondratiev publicou em 1922, as primeiras apresenta-

ções da hipótese são anteriores, o que, em geral, é ignorado. Nas suas origens, a regularidade de ciclos longos atraiu o interesse tanto de militantes da Segunda Internacional como Parvus (na verdade, Helphand, militante russo emigrado, pioneiro, também, em estreita relação com Trotsky, das primeiras formulações da teoria da revolução permanente) e Van Gelderen (que escreveu, em 1913, um único trabalho sobre as ondas longas que, por força das circunstâncias de um destino trágico que, de resto, foi o de sua geração - suicidou-se em 40, quando da invasão nazi - só foi traduzido do holandês em 1996 e, portanto, sequer era do conhecimento de Kondratiev, ou dos outros participantes da debate russo de 1928, no Instituto da Conjuntura),

quanto de pesquisadores como Pareto, entre outros. Todos tinham um acordo em torno da necessidade de uma periodização de longas fases de expansão e retração, e da possibilidade de encontrar um quadro de explicação teórica que considerasse um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos que explicasse esse movimento da economia capitalista.

Mas, enquanto Pareto insistia na importância dos conflitos no interior da classe dominante, que se expressariam em uma alternância conflitiva de hegemonia entre especuladores e rentistas, em cada fase histórica, para Parvus e Van Gelderen, as flutuações das lutas de classes e as variações da taxa média de lucro eram as causas últimas da alternância de períodos longos de crescimento contínuo, seguidos de depressões igualmente prolongadas. Posteriormente, Kondratiev irá desenvolver as suas posições que, para o essencial do debate, repousavam na defesa de que a dinâmica das variações estava determinada por contradições econômicas endógenas: um movimento de rotação de capital mais lento do que o ciclo curto, mas apoiado no mesmo padrão causal descoberto por Marx para o ciclo de renovação do capital fixo: a operação da lei da queda tendencial da taxa de lucro.



Apesar das inescapáveis polêmicas metodológicas, não parece existir qualquer incompatibilidade entre as datações das ondas longas e as periodizações históricas que o marxismo, com critérios que eram outros, sugeriu sobre as fases históricas de desenvolvimento do capitalismo, depois da revolução industrial: ascensão, até meados do século XIX; apogeu, até a deflagração da Primeira Guerra Mundial; e declínio, desde então. Ao contrário, ocorre uma inquietante ou talvez perturbadora aproximação de cronologias.

Esta aproximação cronológica pode ser conferida na seguinte passagem do informe de Trotsky, em 1921, ao congresso da Terceira (anterior, portanto, à discussão sobre a teoria das ondas longas de Kondratiev): as datações de épocas que ele sugere são quase idênticas ao movimento das ondas longas que Kondratiev irá defender. Merecem especial atenção os dois momentos de passagem de fases de depressão prolongada para as fases de expansão ou crescimento sustentado. A primeira, depois da derrota das revoluções democráticas de 1848. A segunda, depois da vitória anti-escravista na Guerra Civil, nos EUA, e durante a fase de conquista e partilha do mundo pelo imperialismo moderno. Também é interessante como Trotsky vê a articulação dos ciclos curtos com as mudanças de época.

Identifica os dois movimentos e sugere que o movimento na longa duração das alternâncias de épocas seria o mais estrutural e decisivo, incidindo sobre as flutuações dos ciclos curtos:

“A curva do progresso econômico põe em evidência dois tipos de movimento: um, fundamental, que expres-

sa a elevação geral; outro, secundário, que corresponde às flutuações periódicas constantes, relativas aos dezesseis ciclos de um período de 138 anos. Nesse tempo, o capitalismo viveu aspirando e expirando de maneira diferente, de acordo com as épocas. Desde o ponto de vista do movimento de base, quer dizer, desde o ponto de vista do progresso e decadência do capitalismo, a época de 138 anos pode dividir-se em cinco períodos: de 1783 a 1815, o capitalismo se desenvolve lentamente, a curva sobe penosamente; depois da revolução de 1848, que amplia os limites do mercado europeu, assistimos a uma volta muito brusca. Entre 1851 e 1873, a curva sobe de repente. Em 1873, as forças produtivas desenvolvidas chocam-se com os limites do mercado. Produz-se um pânico financeiro. Em seguida, começa um período de depressão que se prolonga até 1894. As flutuações cíclicas têm lugar durante esse tempo; porém a curva básica cai aproximadamente no mesmo nível. A partir de 1894, começa uma época nova de prosperidade capitalista, e até a guerra, a curva vai subindo com vertiginosa rapidez. No fim, o fracasso da economia capitalista no curso do quinto período se realiza a partir de 1914.” (grifo nosso)¹

Não deixa, portanto, de ser inquietante e perturbadora a relação entre as fases econômicas ascendentes e os períodos de estabilização política mundial, com clara hegemonia de uma potência. Um outro aspecto interessante é observar como se pensava o entrelaçamento dos ciclos curtos, de aproximadamente dez anos, no interior das ondas longas. Esse processo pareceria se manifestar no maior fôlego e vigor das fases de crescimento

dos ciclos curtos, quando inseridos em uma vaga ascendente: sete e até oito anos, isto é, uma duração mais sustentada, e com recessões mais brandas, de dois ou três anos, quando chega a hora do ajuste. Já na vaga descendente das ondas longas, ocorreria um crescimento menor, mais contido e frágil, aos quais se sucederiam desacelerações mais acentuadas, bruscas e prolongadas, ou seja, a depressão crônica. Em uma palavra: uma pulsação desigual e assimétrica dos ciclos curtos de acordo com os períodos históricos.

Enfrentemos agora a discussão principal: quais seriam as causas das ondas longas? Vejamos primeiro os diferentes postulados que explicariam a passagem das fases (A) de crescimento sustentável para as fases (B) de recessão prolongada. E mais importante, e muito mais complexa, a passagem inversa. Esta elaboração, que ocupou um lugar na tradição marxista, tem, contudo, também uma história, muito pouco conhecida, que seria importante, mesmo que brevemente, recuperar:

“Lorsque le premier essai de Kondratieff sur « Les cycles longs de la conjoncture » parut en 1922, son auteur était probablement convaincu que sa description et ses hypothèses seraient l'objet d'un large accord, et il ne put cacher sa surprise devant la vive critique formulée par Trotsky contre son texte. Dans un article publié au cours de l'été 1923, Trotsky utilise des données publiées par le Times de Londres pour démontrer que « la courbe du développement capitaliste » connaissait de temps à autre des tournants brusques,

sous l'impact d'événements exogènes, tels que les révolutions, les guerres ou autres bouleversements politiques (la chronologie que proposait Trotsky en ce qui concerne les tournants dans le trend était la suivante: 1781-1851, 1851-1873, 1873-1894, 1894-1913, 1913-... Elle correspond de très près aux périodisations avancées avant lui par d'autres auteurs...) que Trotsky ne connaissait probablement pas. La convergence de si nombreux auteurs sur la chronologie, alors même qu'ils travaillaient indépendamment les uns des autres, souligne les traits distinctifs des développements historiques du capitalisme au XIX siècle. Cela revenait à critiquer Kondratieff pour sa tentative de présenter l'ensemble des facteurs politiques comme des facteurs endogènes, autrement dit d'ignorer l'autonomie des processus sociaux par rapport à la sphère économique.”¹² (grifo nosso)

Em resumo: Trotsky duvida de uma aproximação endógena “economicista”, ao tema do desenvolvimento capitalista na longa duração, e defende que os fluxos e refluxos da luta de classes incidem sobre as flutuações dos processos econômicos, tanto quanto estes sobre aqueles. As preocupações de Trotsky, na polêmica com Kondratiev, parecem ter sido de dupla natureza, e ambas merecem atenção: uma teórico-metodológica e outra política, mas de signos inversos. Em ambas, ele deslocava a sua atenção para a situação exterior à URSS: temia tanto as pressões impressionistas diante do

crescimento capitalista que se seguiu à I Guerra Mundial, como o fenômeno contrário, a tendência às previsões apocalípticas que supunham a próxima crise do Capital como a última. A primeira questão remete ao perigo de critérios econômicos unilaterais que ignorem a centralidade dos processos político-sociais em qualquer tentativa de periodização do capitalismo (que, como sabemos, não é inocente, porque a avaliação do passado contém uma perspectiva de quais são as possibilidades de futuro).

Para Trotsky, a hipótese Kondratiev resultaria em uma formulação teórica com dois erros: (a) reconhecendo no sistema uma capacidade de auto-regulação na longa duração, colocava em questão o prognóstico da escola marxista da Segunda Internacional de que o capitalismo teria um limite histórico, ou seja, os limites de valorização do próprio capital; (b) trabalhava sem demonstração a premissa de uma passagem “indolor” para fases históricas de expansão. Os dois postulados estavam em irreconciliável contradição com a caracterização da Terceira Internacional sobre a natureza da época do imperialismo, definida como um período de esgotamento da fase histórica “progressiva” do capitalismo.

Quanto à segunda questão, o problema era o perigo das generalizações catastrofistas que eram predominantemente influentes na direção do KPD alemão, com o apoio dos húngaros, e que sustentavam o vaticínio de uma iminência da revolução, como se o capitalismo pudesse ter uma “morte natural”, sem que os desenlaces decisivos exigissem a entrada em cena dos sujeitos sociais e também de uma vontade política consciente.

As ondas longas do desenvolvimento capitalista e as cinco vagas da revolução mundial no século XX: pe-

Trotsky duvida de uma aproximação endógena “economicista”, ao tema do desenvolvimento capitalista na longa duração, e defende que os fluxos e refluxos da luta de classes incidem sobre as flutuações dos processos econômicos

riedizações incompatíveis ou complementares?

A conclusão metodológica que se poderia, assim, retirar, seria reconhecer a primazia dos fatores político-sociais como causalidade das grandes flutuações das fases do desenvolvimento histórico do capitalismo. Nessa direção, avança a elaboração de Mandel:

"Up to this point, all of the processes described seem to correspond (...) to the objective needs of capital. But at this point, an exogenous element appears. Capital has a constant need to increase the rate of surplus value(...) but its capacity to realize these ends does not depend on objective conditions alone. It depends also on subjective factors (i.e., the capacity of the working class to mount resistance and counterattack). And this capacity, in turn, is not a straightforward mechanical function of what happened in the previous period: the degree of growth of the wage-earning class, the relative level of unemployment, the level and homogeneity of unionization (more generally, working-class organization) attained. Although these factors are obviously very important, others must be brought into play: the absolute (numerical) strength of the working class (its weight in the total active population) and of the organized labor movement; the degree of self-confidence and militancy of the working class; its degree of autonomy in relation to predominant bourgeois ideologies; the relative strength of the workers' vanguard inside the class and the labor movement (i.e., the relative strength of that layer of the working class that is qualitatively more independent from bourgeois and petit bourgeois ideology..."³ (grifo nosso)

As considerações de Mandel pare-

cem convincentes: a recuperação da taxa média de lucro não depende unicamente, na longa duração, de fatores estritamente objetivos, isto é, a regulação mercantil da oferta e da procura, mas também de fatores subjetivos, ou seja, de variáveis que se definem na luta de classes e que acabam por decidir se uma relação de forças mais favorável ou mais desfavorável irá vingar.

Curiosamente, porque pouco estudadas, e confirmando as expectativas de Marx, as vagas revolucionárias, no século XX, mantiveram a forma de ondas internacionais, mas em uma escala muito superior ao XIX: períodos relativamente breves, mas de grande intensidade de propagação, em que se concentraram de forma excepcional os grandes momentos de irrupção mobilizada de massas. Hobsbawm, entre outros, chama a atenção para esses fenômenos:

"Revoluções continuarão ocorrendo? As quatro grandes ondas do século, 1917-20, 1944-62, 1974-8 e 1989-, poderão ser seguidas de outras de colapso e derrubada? Ninguém que olhe em retrospecto um século em que não mais que um punhado de Estados hoje existentes passou a existir, ou sobreviveu, sem passar por revolução, contra-revolução armada, golpes militares ou conflito civil armado apostaria(...) no triunfo universal da mudança pacífica e constitucional, como previsto em 1989 por alguns eufóricos crentes na democracia liberal. O mundo que entra no terceiro milênio não é um mundo de Estados ou sociedades estáveis..."⁴ (grifo nosso)



Não parece ter sentido polemizar sobre a existência destas quatro vagas de ascenso revolucionário, relativamente sincronizadas, revoluções que se inspiraram, e se apoiaram, de alguma maneira, umas nas outras. A própria utilização do conceito de ascenso, ou de fluxos e refluxos, para descrever um período de maior intensidade de conflitos na luta de classes remete à idéia de uma simultaneidade de mobilizações nacionais. Mas podem-se, com certeza, discutir as datações que foram sugeridas por Hobsbawm.

Como critério geral, propomos considerar que uma vaga se abre em função de um grande triunfo revolucionário, de repercussões mundiais, e se fecha com uma derrota, também de conseqüências incontornáveis. Nesse sentido, em nossa opinião, a periodização das vagas acompanha as mudanças de etapas. Não se deveria ignorar, entretanto, que duas das quatro vagas, a primeira e a segunda, foram uma conseqüência, mais ou menos direta, das duas grandes guerras mundiais que sangraram o século XX. Mas não se deveria concluir que são somente as guerras que precipitam as vagas, em uma relação mais ou menos mecânica de causa e efeito. Só as guerras não podem explicar

um ascenso em forma de vagas internacionais. Revelou-se, também, necessária uma vitória política, ou político-militar, que pudesse abrir o caminho, demonstrando que seria possível vencer.

A primeira vaga, em nossa opinião, só se esgota em 23, porque o processo alemão, apesar das derrotas políticas do início de 19 e de 21, se manteve até 23, quando ocorre uma mudança importante das relações de forças (derrota na Alemanha e na Itália). A segunda vaga, que se inicia em 44, depois da inversão das relações de forças militares na guerra contra o eixo (derrota nazista em Stalingrado e em El Alamein, e derrota japonesa em Midway, no Pacífico), se estende, somente até 49, em nossa opinião, com a vitória da revolução chinesa. Is-

da derrotados (Bolívia, em 52, Sri Lanka, etc...), mas insuficientes para alterar uma relação de força mundial, e parece, portanto, um pouco forçado, considerar a permanência da mesma vaga, ininterrupta, até 62. Na verdade, o processo de descolonização da Ásia e da África foi impulsionado pelos EUA, nesse intervalo, e a maioria dos ex-Imérios, em particular, o francês e o inglês, realizaram uma descolonização, sem que se abrissem crises revolucionárias. As antigas colônias se transformaram em países semi-coloniais, com regimes e governos completamente subservientes às suas ex-metrópoles, com as classes proprietárias nacionais em formação, integradas como sócias menores dos imperialismos, no saqueio das riquezas nacionais. As descolonizações negociadas e limitadas

com sangue, e se radicaliza na revolução chilena. Mantêm-se aberta, durante os agitados anos 70: perspectiva de um governo PS/PC, na França, vitória do Labour na Inglaterra, no calor de uma onda grevista única no pós-guerra, imensa instabilidade na Itália (que se expressou na votação de mais de 30%, no PCI), com um impressionante ascenso sindical, que só será derrotado porque uma boa parte da vanguarda pós-68 se desloca para a luta armada, o que precipita uma mudança do regime e uma situação de estado de sítio crônica, por uns dois ou três anos, crise revolucionária na Espanha, na sucessão pós-franquista etc...Esta vaga culmina com a vitória da revolução nicaragüense e iraniana, mas se fecha depois de uma série de derrotas, em um processo acumulativo: estabilização democrática em Portugal (76/78), Espanha e Grécia, guerra civil crônica financiada pelos EUA na América Central (a sangria espantosa em El Salvador, os contras na Nicarágua), guerras nacionais impulsionadas e financiadas pelos EUA (massacres palestinos de Sabra e Chatila, em Beirute, invasão do Irã pelo Iraque). A vaga se encerra com uma contra-ofensiva, em toda a linha, militar, política, econômica e ideológica, liderada por Thatcher e Reagan, que ficou conhecida pelo revivalismo do programa liberal.

Quais seriam as causas profundas de um ascenso revolucionário em forma de vagas internacionais? Poderíamos procurar um primeiro nível de explicação na conjuntura econômica mundial, e tentar encontrar, nesse terreno, um marco comum para os países que foram atingidos pelo vendaval revolucionário. Uma primeira aproximação a esta questão parece confirmar a centralidade da causalidade econômica, ou posto de maneira inversa o problema, os efeitos político-sociais estabilizadores do crescimento sustentado.

Não parece haver razões para muitas dúvidas de que o traço chave da etapa aberta após o final da II Guerra Mundial tenha sido o deslocamento do eixo das revoluções sociais da Europa para os países dependentes

so porque, no centro da revolução mundial, nessa etapa, a Europa do mediterrâneo, a consolidação dos regimes de unidade nacional, na França e Itália, uma derrota histórica, teria fechado o processo.

Abre-se, então, uma nova etapa internacional que será definida pelo acordo de Yalta e Potsdam, que estabeleceu as bases de uma ordem político-militar inter-estatal que se manterá, para o essencial, inalterada durante todo o período da "guerra fria". Nesse intervalo de quase vinte anos, que corresponde ao período do boom de pós guerra, nos países centrais, ocorrem três processos revolucionários muito importantes, vitoriosos em diferentes medidas, Vietnã, Argélia e Cuba, e outros, nos países dependentes e nas ex-colônias, em maior ou menor medi-

foram a regra e as revoluções, a exceção. Por isso, ao contrário de Hobsbawm e outros historiadores marxistas, consideramos mais apropriado que a segunda vaga se encerrou em 48/49, com a derrota na Europa.

A terceira vaga, por sua vez, em nossa opinião, se inicia mais cedo, indubitavelmente, em 68, com o Maio francês, desprezado, um pouco inexplicavelmente, por Hobsbawm. Atinge vários continentes como uma vaga internacional poderosíssima: em África, tem, no seu epicentro, a guerra de libertação, nas ex-colônias portuguesas, que irão abrir uma revolução na metrópole, mas se estende para a Ásia (Vietnã, em 75, Cambodja e Laos, na seqüência) e América Latina, e atinge, primeiro, o México e o Brasil, onde as rebeliões estudantis são derrotadas,

Não parece haver razões para muitas dúvidas de que o traço chave da etapa aberta após o final da II Guerra Mundial tenha sido o deslocamento do eixo das revoluções sociais da Europa para os países dependentes, enquanto o crescimento sustentado das três décadas do pós-guerra (entre outros fatores, como a prolongada hegemonia por mais de cinquenta anos da social democracia e ou do estalinismo sobre destacamentos fundamentais das classes trabalhadoras, nos países com maior tradição de luta), retirava de cena a perspectiva de crises revolucionárias. Que regularidades e singularidades podemos observar nessas quatro vagas?

A primeira (17/23 porque o processo alemão se estendeu) coincidiu com o final da fase A do terceiro Kondratiev e se explica, essencialmente, pela precipitação da I Guerra Mundial. A segunda vaga de 44/62 se estende por toda a fase ascendente da 4ª onda longa (e deslocou-se, sem exceção, para os países dependentes, ou periféricos e semiperiféricos); finalmente, a terceira vaga, que talvez devêssemos datar como 68/80 (para incluir, no seu início, o maio francês e o outono italiano de 69 e, no seu fim, as revoluções nicaraguenses e iraniana de 79 e a fundação do Solidarinosc em 80), coincide com o início da vaga depressiva do último kondratiev, e tem como centro os agitados e instáveis anos 70. A última vaga se fechou em 91/92, com a vitória de Yeltsin, e a restauração capitalista na URSS.

Quais conclusões poderiam ser retiradas desta observação? As articulações das vagas da luta de classes com as flutuações dos ciclos econômicos, na longa duração, revelam alguma regularidade? Duas conclusões razoavelmente sólidas são possíveis:

(a) a primeira é que só se abriram vagas de lutas populares, nos países



centrais, e ainda assim, com uma intensidade maior na Europa (nos EUA, a onda de lutas dos anos 60 atingiu sobretudo a juventude, pela resistência à guerra no Vietnam, e o movimento negro, sem maiores repercussões no proletariado), em duas circunstâncias: no marco de depressões prolongadas, ou na sequência das guerras mundiais. Há irrefutáveis evidências históricas empíricas de que existe uma relação entre o movimento da economia e da política, mas qualquer exagero nesse terreno, cheio de armadilhas, é muito perigoso. Esse fenômeno se expressa tanto na longa duração, que é o tempo lento dos movimentos do capital, o tempo das ondas semi-seculares de expansão e retração do desenvolvimento histórico capitalista, quanto nos tempos mais curtos, do ciclo de renovação do capital fixo. O tempo da política é, todavia, diferenciado. É sempre, em alguma medida, o tempo breve do presente, das decisões que são iminentes, que não podem ser adiadas. Quando uma classe dominante é infértil e, portanto, parasitária, ela renuncia à perspectiva de um projeto (a recolonização na América Latina, por exemplo, praticamente, não encontrou, pelo menos ainda, uma resistência burguesa expressiva) e, nesse sentido, é estéril de futuro.

(b) a segunda é que, mesmo nos marcos de uma fase de crescimento

sustentado da economia mundial, nos países periféricos, os surtos de crescimento sendo muito débeis e instáveis, incapazes de atenuar relativamente a defasagem de sua integração no mercado mundial, e sendo as seqüelas sociais da decadência crônica intoleráveis, a luta de classes abre o caminho para situações e crises revolucionárias com uma freqüência incomparavelmente maior.

Quanto à última vaga, aberta pelas revoluções no Leste Europeu de 89, esta atingiu, quase exclusivamente, os países que giravam em torno da ex-URSS (dizemos quase, porque o levante estudantil derrotado da praça Tian An Men demonstrou que a China ia na mesma direção): aí, a decadência econômica das economias pós-capitalistas, que vinham desde o final dos anos 60, como se diz, andando para o lado, se acentuou de forma dramática nos anos 80, como consequência de uma complexa combinação de fatores.

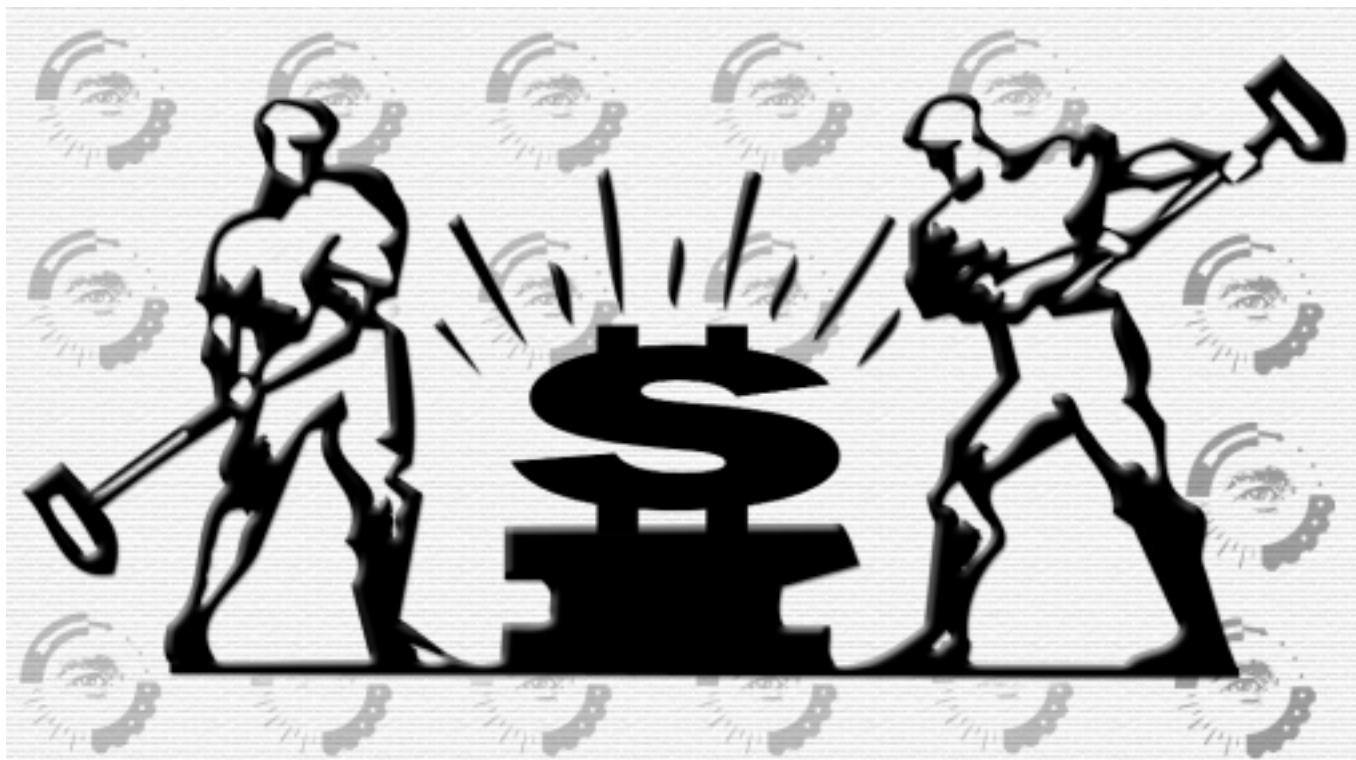
NOTAS:

1. Trotski, Léon "La situación económica mundial y las nuevas tareas de la Internacional", in: Una escuela de estrategia revolucionaria, Buenos Aires, Del Siglo, 1973, p. 57, Apud. COGGIOLA, Osvaldo, "O debate marxista sobre as crises econômicas", manuscrito, 1999, p. 34
2. (LOUÇÃ, Francisco, "Ernest Mandel et la pulsation de L'histoire", in ACHCAR, Gilbert. Le marxisme d'Ernest Mandel, Paris, PUF, 1999, p. 82/3).
3. (MANDEL, Ernest. **Long waves of capitalist development, a marxist interpretation.** Londres, Verso, 1995. p36-37.)
4. HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991.** Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. p. 445-6.

* Valerio Arcary é doutor em história pela USP e professor do CEFET/São Paulo.

* Eduardo Alves

Análise crítica do plano diretor da reforma do aparelho do Estado



Introdução

Ao analisar criticamente a publicação do extinto MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - pretendemos oferecer uma leitura com base em uma perspectiva marxista. Nesse sentido, demonstraremos o quanto tais teorias sustentam-se nas bases teóricas da literatura comprometida com o capital e desnudar as idéias que têm como fundamento a ampliação do lucro e da exploração. Como consequência, sugerimos algumas alternativas de ação para a classe trabalhadora (principalmente o setor dos servidores) que consideramos coerente com a concepção que expressamos.

O texto, portanto, dedica-se em situar a análise sem restringi-la à crítica da publicação do MARE. Ao contrário, temos, como ponto de partida, a realidade. Não são as críticas que transformam o mundo real, mas sim a prática, ou seja, a ação coletiva, consciente e organizada da principal classe explorada no sistema capitalista: os trabalhadores. Buscamos então deixar isso claro, tentando combinar a análise do texto ao momento político no qual vivemos. Por isso, optamos por uma organização que pressupõe o desenvolvimento mínimo de seis subtítulos (sem contar com a introdução e a bibliografia básica), entre os quais, o último - "Sugestão de Alternativas para os Trabalhadores" - assume a responsabilidade de indicar caminhos mínimos e

fundamentais para a luta dos trabalhadores (principalmente o setor dos servidores) na implementação do neoliberalismo no Brasil. Esperamos, assim, estar contribuindo com a reflexão crítica coletiva, com a produção de conhecimento comprometido com a luta contra o capital e com o avanço dos setores explorados.

A crise da crise do Estado

O texto do antigo extinto MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) intitulado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, no prefácio assinado por FHC, inicia dizendo que "a crise brasileira da última década foi também uma crise de Estado". Ou seja, para o Presidente da República, os governos passados des-

viaram o Estado de suas funções básicas “para ampliar sua presença no setor produtivo”. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que o Estado Capitalista sempre estará em crise, pois as contradições causadas pelas relações sociais de produção, baseadas na exploração da força de trabalho que é operada pelos detentores da propriedade privada do capital, tendem a crescer com o desenvolvimento das forças produtivas. As contradições existentes no modo de produção capitalista geram crises que são aprofundadas ou estendidas de acordo com a luta de classes e as condições reais de desenvolvimento do capitalismo, em nível internacional e nacional. Entretanto, ressaltar a crise do Estado, desta forma, pode dar a entender que o Estado está em crise, que vivemos um período de transição do Estado e isso não é verdade (por enquanto). A crise que se aprofunda é a do capital, crise essa que não foi resolvida com os remédios da guerra, foi estancada com modelos de “Bem Estar Social” (como na Europa e nos Estados Unidos - durante o Governo Roosevelt) e se aprofunda vertiginosamente com o neoliberalismo.

Há vários aspectos que devem chamar nossa atenção na identificação da profundidade da crise do capital. Um deles diz respeito à realidade das relações de produção. O Século XX foi marcado pelo avanço das forças produtivas e das relações sociais de produção, nos apresentando, dessa forma, um mundo praticamente capitalista, com algumas poucas exceções¹. Outro elemento é o fim da bipolaridade, com a extinção da União Soviética e a tomada capitalista no Leste Europeu. Tal movimento coincide com advento neoliberal e com a formação do blocos imperialistas dessa etapa imperial ainda mais elevada. Apesar de ter havido um reenquadramento das polaridades - destacadas na disputa do

imperialismo entre EUA e Comunidade Européia - os Estados Unidos assumiram, nos últimos anos, uma posição de super potência (algo que podemos chamar de “super-imperialismo”). A contradição reside em que o país centro da dominação do capital amargue uma aguda crise que apareça no seu crescimento pífio de cerca de 2% ao ano. Por sua vez, paralelo a essa realidade, há um evidente apodrecimento progressivo do modelo neoliberal, que já se esgotou na crise de vários países, entre as quais destacamos a crise do México, do Sul Asiático e da Argentina.

No Brasil, o fantasma da crise que assolou outros países (como os apresentados acima) tem nos rondado mais do que nunca. A coalizão conservadora formada para garantir o neoliberalismo possui, entre seus conteúdos básicos de sustentação, as privatizações, as terceirizações, a precarização, a desregulamentação e a flexibilização. Não é por menos que temos um Brasil mais miserável, com 50 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e uma concentração de renda absurda, na qual 12,2 % da população (composta pelos capitalistas e pelo setor mais bem pago de gerentes, administradores, advogados, economistas, etc) detêm 33,8% da renda, enquanto os setores mais empobrecidos da classe trabalhadora (25,7% da população) representam apenas 6,9% da renda nacional (pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo). Como vemos, o empobrecimento, a proletarização, a lupem-proletarização, o sub-emprego (com a ampliação do fenômeno das terceirizações) são características dessa fase do Estado (no Brasil) e atinge todos os trabalhadores.

As saídas buscadas pelos Estados Nacionais, através de suas classes dominantes, para encontrar um remédio que dê sobrevida ao capital exigiu

adequações que respondessem às exigências dos capitalistas, principalmente do setor imperialista, monopolista e financeiro. Essa crise ficou conhecida, popularmente, como “crise fiscal”, mas na verdade constitui-se como uma crise por conta do avanço das forças produtivas, da ampliação das contradições entre capital e trabalho e impôs rebaixamento nas margens de lucro da burguesia. Para ampliar o espaço da margem de lucro, foi necessário operar mudanças nos orçamentos nacionais e no papel que os Estados Nacionais vinham assumindo na prestação de serviços e na participação direta em alguns campos da produção - com maior ou menor potência de acordo com o grau de desenvolvimento nacional e com peso na economia internacional. Por sua vez, tais remédios, que em geral (com menor ou maior grau) viraram os investimentos sociais para a propriedade privada, inclusive alterando a forma de propriedade e fazendo avançar empresas capitalistas no lugar de empresas estatais; ampliaram a dependência; retiraram a ação de executor de políticas sociais do Estado, transformando-o em regulador e rebaixaram direitos sociais; modificaram as relações trabalhistas desregulamentando direitos, marcaram a caracterização do neoliberalismo e são responsáveis por crises que já vieram ou estão chegando.

Essa realidade não caracteriza, no entanto, que o Brasil passa por uma crise de Estado. Uma verdadeira crise de Estado coloca em xeque o poder político, seguido da possibilidade real da tomada e construção de um novo poder. Para isso, no entanto, fazem-se necessárias condições objetivas e subjetivas². Vivemos um momento em que afloram ricas condições objetivas, a partir das quais é possível construir situações de superação da ordem burguesa: o capitalismo, em nível mun-

dial, já desenvolveu satisfatoriamente as relações sociais de produção; temos um planeta, predominantemente, regido pela ordem do capital; há sinais de apodrecimento das forças produtivas; o neoliberalismo, desde a crise do Sul Asiático e do México, para não citar as crises brasileira e argentina, demonstra claros sinais de instabilidade e fragilidade econômica. Certamente que não é dessa crise que fala FHC, mas, sim, de uma “crise” administrativa, a qual exige alterações superficiais nos aparelhos do Estado para prolongar a dominação burguesa e adequar o Brasil à nova (velha) ordem. Um Estado que se torna empecilho para a maximização do lucro é um obstáculo para os capitalistas. Cabe ao Estado, apenas, cumprir seu rumo fundamental em uma sociedade de classes: garantir a reprodução e manutenção da exploração e o poder político da burguesia, mantendo-a como classe dominante.

É claro que a desconstituição dos aparelhos de propriedade estatal e a ampliação dos Aparelhos Privados de Hegemonia³ das classes dominantes passam, necessariamente, pelo redimensionamento de todas as áreas que exigem um papel de intervenção direta nos problemas sociais, assim como no setor econômico. Os dois casos, apesar de representarem gastos e investimentos necessários, são obstáculos para a ampliação do lucro dos capitalistas - e essa questão está no centro de todas as mudanças. No entanto, a ampliação desse lucro, por conta de um modelo de Estado (amplo e conservador - nos países em desenvolvimento - ou amplo com forte investimento social - nos países desenvolvidos), encontra-se parcialmente limitada. A crise do capital, acentuada pelo fim da guerra fria, impõe novos modelos de dominação imperialista. O caminho das privatizações e das terceirizações é um caminho evidente, frente tal

O Estado, através dos aparelhos repressivos e ideológicos, busca transformar em universal aquilo que é particular, fazendo parecer que as idéias da burguesia são idéias de toda a sociedade.

realidade, para a burguesia buscar fôlego em sua crise.

O Estado e a sociedade no Brasil

No Brasil, particularmente, o processo de estatização dos setores produtivos, envolvendo a transformação de matéria bruta, a prestação de serviços em energia, água, produção siderúrgica e outras, foi o próprio caminho de desenvolvimento e formação de uma sociedade capitalista. Ou seja, isso foi um investimento dos setores dominantes e era necessário criar um Estado com capacidade de dirigir o processo de formação capitalista da sociedade brasileira. Nesse sentido, é inverossímil que os próprios capitalistas hoje façam críticas sobre esse processo, como se não tivessem responsabilidade nenhuma sobre ele. Assim parece que as coisas ocorreram por escolha, por uma simples vontade humana de alguns dirigentes, ou mesmo por dádiva sobrenatural. Mas sabemos que não foi assim que ocorreu o movimento de construção do Estado e da Sociedade brasileira. Foi feita a política necessária, sob a lógica burguesa, para o desenvolvimento. Esse era o caminho possível frente às condições reais do Brasil. Os Governos de Getúlio, Du-

tra, (de novo) o de Getúlio e depois a de JK, apostaram, com todas as diferenças constitucionais, políticas e sociais, no mesmo caminho de desenvolvimento econômico, encontrando maior ou menor êxito em suas táticas por conta do acúmulo de forças existente na sociedade. Assim, podemos afirmar que a reforma que está sendo feita não é ponto indispensável para o desenvolvimento, mas sim para o aprofundamento do subdesenvolvimento, da dependência e da inserção do Brasil na ordem mundial hegemônica.

Novamente insistem no absurdo. Esse não é um movimento entre sociedade e governo, pois colocados dessa forma, não são nada, são caóticos, não explicam as condições reais e as contradições existentes. A sociedade é uma abstração, “se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem”⁴. Uma sociedade dividida em classes possui idéias distintas, representações distintas e governos de diferentes posições políticas. Cada governo tem uma ligação orgânica a uma ou outra classe, ou mesmo a outras que não são fundamentais, como é o caso em uma situação bonapartista⁵. Não existe, portanto, tal movimento que cita FHC. O que ocorre é que o Estado, através dos aparelhos repressivos e ideológicos, busca transformar em universal aquilo que é particular, fazendo parecer que as idéias da burguesia são idéias de toda a sociedade. Os trabalhadores organizados, representados por entidades classistas, já deixaram claro que não concordam com as mudanças do Governo. Setores importantes de várias organizações como OAB, ABI, CNBB e outras já mostraram que não concordam com as alterações governamentais. Movimentos de massas como o MST, UNE, UBES já declararam suas diferenças. Os partidos de esquerda fazem uma oposição cotidiana

na ao modelo imposto ao Brasil. Logo, cabe perguntar: de que sociedade fala FHC? Com certeza não é a sociedade real, diversa em determinações, em idéias e representações, mas a sociedade que os capitalistas querem que exista, mesmo que não seja a sociedade existente.

Todo esse discurso, entretanto, é para justificar a importância da economia de mercado e de marcá-la como a forma mais desenvolvida para fazer avançar o país. *“O grande desafio histórico é o de articular um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para o conjunto da sociedade brasileira a perspectiva de um futuro melhor”,* ou seja, *“o fortalecimento do Estado para que seja eficaz sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado”.* Com essa afirmação presente no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, demonstram-se claramente a superação de um modelo desenvolvimentista implementado no Brasil e a adoção do projeto de ampliação da margem de lucro e diminuição da capacidade de ação social do Estado. A ação reguladora é a marca da desconstrução progressiva dos serviços públicos, aliada ao processo de privatização, contratualização e terceirização. Tais marcas são determinantes na Reforma Administrativa proposta pelo PDRAE (Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado) e implementada pelo Governo. Mesmo identificando que a implementação do modelo, muitas vezes, foge de sua arquitetura inicial, esse desvio não é no mérito, continua com todo o conteúdo fundamental apresentado desde 1995.

É por isso que nossa análise deve se deter na pedra angular do sistema e mesmo das mudanças: a alteração das formas de propriedade. A mudança para um modelo gerencial de funcionamento do Estado não é uma

mudança apenas de cunho administrativo. Essa é a superficialidade da mudança e não seu conteúdo fundamental. O elemento central encontra-se na alteração da propriedade e na relação entre propriedade privada e propriedade estatal. No prefácio de FHC, o discurso que justifica a alteração da administração baseia-se no atendimento ao “cliente” ou “cidadão cliente”. Mas isso não passa de um discurso ideológico para falsear as alterações reais e manter o processo hegemônico no subconsciente dos explorados. Por isso, era necessário pautar o serviço público como debate central em 1995 e tirá-lo do centro em 1999, quando os efeitos das mudanças começavam a aparecer. Essa é uma das razões pelas quais insistimos em que devemos situar novamente o serviço público como tema central de debate na sociedade.



Do ponto de vista da propriedade, que é o centro de todo o nosso debate, o que está em jogo é repassar o patrimônio público acumulado para os setores privados, aumentando assim a concentração do lucro, ao mesmo tempo em que se desobstruem as barreiras que impossibilitam o aumento da margem do lucro. Do nosso lado, isso também é um grande desafio.

Temos pela frente a grandiosa tarefa de promover mudanças radicais que alterem a forma de propriedade, mas o caminho é totalmente inverso do que vem fazendo o Governo. É nessa esfera de entendimento que aparece um equívoco muitas vezes repetidos por setores de esquerda, populares ou democráticos. Há uma idéia, aparentemente predominante, de que o processo imposto diminui o Estado e, portanto, como pregamos o fim do Estado, ou de seu cunho autoritário, ou mesmo de seu poder quase absoluto sobre a individualidade, tal movimento não é tão ruim para a política que defendemos. Ledo engano, pois isso nos levaria a um processo de aumento desregulado da concentração do poder e do lucro, repassando para os aparelhos privados, ou seja, para a propriedade privada do capital, uma arena central de disputa política. Por exemplo: não é possível disputar política de comunicação, de grande vulto, hoje, com possibilidade de uma disputa hegemônica real em nível nacional, que possa alterar a correlação de forças, sem quebrar o monopólio privado dos meios de comunicação. Na esfera do Estado, entretanto, temos maiores condições, pela própria característica do Estado de Direito, criado pela burguesia, de operar a disputa hegemônica. Certamente que, para a classe trabalhadora, isso só pode ter conseqüência se tiver calcado em uma organização classista, com capacidade de mobilização e organização, que trave na sociedade a disputa ideológica e sirva como base real para a construção de mudanças. Sem isso, ficamos no administrativismo e não conseguimos alterar as condições reais que exigem mudança na forma de propriedade.

Sem dúvida, analisar o prefácio escrito pelo presidente tem uma importância central: saber qual a orientação

que se mantém, independente de ministérios e ministros, e qual o discurso central que a justifica. Por isso, não nos cansaremos de afirmar que as bases do PDRAE continuam presentes na implementação das mudanças. O que houve foi um desvio tático para implementar o núcleo central das adaptações neoliberais, nada mais que isso. Para tanto, vamos analisar três pontos centrais do Plano Diretor da Reforma do Estado: 1. As bases teóricas; 2. O objetivo da Reforma Administrativa; 3. O Aparelho de Estado e as Formas de Propriedade. É na análise desses três elementos que encontraremos indicativos⁶ para nossa ação contra a reforma, no momento político em que vivemos.

As bases teóricas do PDRAE

A diferença que guarda nossa análise sobre o Estado em relação àquela que consta no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, editado pelo MARE, em 1995, é de cunho epistemológico e conceitual. Epistemológico porque o trabalho do antigo Ministério da Administração e Reforma do Estado utiliza conteúdos fundamentais do positivismo: a neutralidade, a desistorização, a ilusão de partir do dado imediato. Conceitual porque apresentam conceitos que são verdadeiras totalidades caóticas, que não explicam e não podem dar conta do movimento histórico que engendrou o capitalismo brasileiro, no final do século passado, além de apresentarem bases conceituais “jus naturalistas” ou “liberais” de política (por mais que neguem tal vínculo). Certamente que tal diferença é determinada, em última instância, pelo caráter de classe que tem cada uma das concepções (a do Governo e a nossa). Tal diferenciação cria uma barreira intransponível que só pode ser superada através da própria luta de classes. Vamos procurar identi-

ficar tais diferenças, lançando mão da “arma da crítica” e buscar contribuir, dessa forma, para reforçar a ação dos trabalhadores.

Se começarmos pela caracterização do Estado, um dos conceitos centrais tratados nessa contribuição, identificaremos diferenças intransponíveis e insuperáveis. Segundo o Governo, “o Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território”. Esse conceito é vazio, não explica nem situa o papel que cumpre o Estado. Certamente não passa de uma constatação e se apropria apenas da aparência e do funcionamento, deixando de lado sua caracterização fundamental. O Estado é um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra. Isso serve tanto para o modelo restrito analisado por Marx, quanto pelo modelo amplo analisado por Gramsci. Em nenhum dos casos, fruto de momentos históricos e formações sociais distintas, o Estado perde sua principal característica que, por sua vez, não é determinada por ele mesmo, mas pelas relações sociais de produção, ou seja, pelos diferentes papéis desempenhados pelas classes fundamentais do capitalismo. Mas o Governo não pode admitir isso, pois tal posição o levaria a dar organicidade ao seu propósito, ligando-o a uma das classes fundamentais, coisa que a neutralidade não permite.

A totalidade das relações de produção forma “a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual”⁷. Tal compreensão é fundamental para o debate, já que parte de

O Estado nunca está acima da sociedade, mesmo quando bonapartista, pois é sempre fruto da luta de classes, da correlação real entre as duas classes fundamentais (trabalhadores e burgueses).

determinações diferenciadas das que são propostas pelo Plano Diretor. Mesmo que as mudanças sejam, no Estado (na superestrutura), apresentadas como elementos fundamentais, elas não são, diferentes do que afirmam, a saída para a superação da crise atual. Isto porque tais mudanças decorrem, necessariamente, de uma alteração nas formas de propriedade. Na verdade, as alterações que são propostas no PDRAE se justificam porque, para as classes dominantes, é necessário aumentar o arco de poder econômico da burguesia, ampliar a margem de lucro, incrementar a ocupação de espaço na propriedade privada do capital, de forma a expandir a participação dos capitalistas nos setores de serviços ou mesmo de produção de matéria-prima. Isso é o que está por trás das privatizações, coisa que o conceito colocado pelos “intelectuais” do antigo MARE não permite identificar. No entanto, identificar o movimento real operado pelo neoliberalismo é, necessariamente, superar epistemologicamente o conceito de Estado apresentado e assumir um conceito histórico e materialista que dê conta da análise das condições atuais.

Se essa é uma das mais importantes rupturas teóricas que devemos fazer,

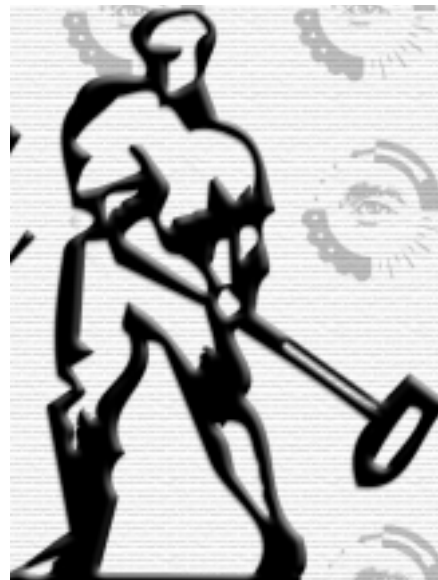
há outras que são decorrentes de tal pensamento. Então vejamos, a consequência da atitude dos governistas é propor uma reforma administrativa e não poderia ser diferente, pelo menos no discurso. O problema é que o grau de ideologização e politização que tem uma reforma administrativa, mesmo que escondido pela retórica escrita, torna inverossímil tal proposição. O Estado nunca está acima da sociedade, mesmo quando bonapartista, pois é sempre fruto da luta de classes, da correlação real entre as duas classes fundamentais (trabalhadores e burgueses), das disputas entre agentes e representações fundamentais das classes sociais fundamentais. Nessa fase (bem trabalhada por Marx, no 18 Brumário), há uma aparência maior de autonomia estatal, porque há uma condição na luta de classes, entre os setores fundamentais, que permite a elevação de uma classe intermediária ao Governo ou à parte do poder político. Abstraem, dessa forma, o papel do Governo, do Imperialismo, dos proprietários da propriedade privada do capital, dos trabalhadores, dos partidos, dos movimentos, e apresentam uma visão típica do “contrato social”, que facilmente pode oscilar entre fascista e liberal. É claro que o centro do contrato, aquilo que o representa, principalmente na sociedade moderna, é a Constituição. E o é também para os governistas, uma Constituição que, para eles, está acima do bem e do mal, e não impregnada de conflitos, ideologias, visões de classes distintas, de acordo com a correlação de forças em que é produzida socialmente. Ou seja, antes de um instrumento legal ou jurídico, a Constituição é, fundamentalmente, um instrumento político que dá o corpus necessário para um processo de dominação entre as classes.

É claro que tal inspiração teórica dos palacianos os levará a afirmações his-

tóricas, no mínimo questionáveis, para não dizer comprometidas com o processo de dominação que defendem. Por exemplo, o texto afirma que “a desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra”. Como se a ordem ou a desordem econômica, existente nas várias flutuações ou momentos históricos do capitalismo, fosse decorrente de ações naturais (ou quem sabe sobrenaturais). Além do mais, ao afirmarem isso, incorporam outro problema que é o de dizer que, nesse momento, dever-se destituir as políticas de bem-estar, e junto com elas destruir os direitos conquistados. É certo que isso não é dito, mas fica bem entendido na afirmação colocada, pois o momento do pós-guerra foi, sem sombra de dúvidas, um período de conquistas de direitos sociais, tanto para os países desenvolvidos, como para os não desenvolvidos. A margem desses direitos foi determinada pela formação social de cada um deles, com elevações maiores ou menores. É certo que nem todos os países viveram o modelo de bem-estar, como é o caso do Brasil, em que o modelo desenvolvimentista não poderia dar essa qualidade nas políticas executadas. Porém, o mundo não se dividia entre desenvolvidos e não desenvolvidos, mas entre socialistas⁸ e capitalistas, o que foi marcante após a segunda guerra mundial - em 1945 - com o início de uma guerra fria, que só acaba com a derrota final do socialismo nos países do leste e na União Soviética.

Contudo, se isso não bastasse, continuam os palacianos em sua viagem, ora racionalista, ora positivista. “Não obstante, nos últimos 20 anos esse modelo” - de bem-estar social - “mostrou-se superado, vítima de distorções

decorrentes...de empresários e de funcionários que buscaram utilizar o Estado em seu próprio benefício...também do desenvolvimento tecnológico e da globalização, que tornaram a competição entre as nações muito mais aguçada”. Sobre os argumentos baseados no desenvolvimento tecnológico e na globalização, Petras nos mostra os seus pés de barro, ao afirmar que nada tem a ver desenvolvimento tecnológico e globalização, pois a política de “globalização vem ocorrendo há vários séculos”⁹. Além disso, corrobora a visão aqui expressa, pois afirma que “a política estatal é uma função da correlação de forças sociais:



a capacidade de diferentes classes mobilizarem recursos para influenciar a política econômica do Estado”¹⁰. Ou seja, “não são forças econômicas globais impessoais que estão operando aqui, mas uma estratégia econômica enraizada nos interesses da classe alta e das corporações”¹¹. Portanto, não são ajustes necessários a um desequilíbrio casual que força a superação da política promovida pelo capital, mas sim a necessidade de responder às exigências da burguesia e das grandes corporações monopolistas e oligopolistas em nível internacional e não apenas de problemas localizados

nacionalmente. Por conseguinte, podemos afirmar que movimentar uma oposição coerente e que tenha conseqüências favoráveis contra a aplicação do neoliberalismo exige, além de outras coisas, uma ruptura conceitual ao modelo expresso pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Não se pode ficar apenas nas críticas às implementações, por mais que sejam importantes e necessárias. É imprescindível uma crítica global ao conjunto teórico que as inspira, por mais que seja progressivamente invisível. Assim, se o fizermos, daremos um salto de qualidade substantivo para o processo de disputa hegemônica que demanda essa luta.

O objetivo da reforma administrativa: um percurso parcialmente cumprido

O processo da reforma administrativa, que é o núcleo central da chamada reforma do Estado, atingiu parcialmente seus objetivos, mas continua fazendo o seu percurso. Esse percurso tem que ser obstaculizado para podermos impedir sua implementação, ao mesmo tempo em que colocamos em prática medidas que possam resgatar conquistas perdidas e avançar para uma construção que seja coerente com os interesses dos trabalhadores. Para isso, no entanto, é necessário barrar o trânsito para essa quarta fase do Estado brasileiro inaugurado pelo neoliberalismo, que foi desastrosamente iniciado por Collor e sistemática, organizada e organicamente continuado por FHC (nos seus dois governos). Do ponto de vista legal, a Emenda Constitucional agrupa as medidas fundamentais que dão escopo para o processo em curso no Brasil. Uma medida de mudança da Constituição é, desde sempre, inverossímil, pois acumula uma série de inconstitucionalidade no seu conjunto. Entretanto, foi aprovada e, conseqüen-

Movimentar uma oposição coerente e que tenha conseqüências favoráveis contra a aplicação do neoliberalismo exige, além de outras coisas, uma ruptura conceitual ao modelo expresso pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

temente, mudou-se a estabilidade, instituíram-se os contratos de gestão, introduziram-se os contratos trabalhistas por emprego público, alterou-se a revisão salarial dos servidores, estabeleceu-se a terceirização como permanente, criaram-se formas legais para demissões, esvaziaram-se os serviços públicos, legalizaram as privatizações. Há uma série de leis complementares no meio do caminho, mas é a análise dos recuos e avanços que o PDRAE fez, em relação à EC 19/98, o que nos interessa nesse estudo.

Já havia, no texto do ex MARE, uma anúncio do objetivo das emendas a serem apresentadas: fim da obrigatoriedade do RJU, permitindo-se a volta de contratação de servidores celetistas; processo seletivo público para contratação de celetistas e concurso público para a de estatutários; flexibilizar a estabilidade através da possibilidade de demissões por falta grave, por insuficiência de desempenho ou por excesso de quadros; criar a possibilidade da disponibilidade; permitir a contratação de estrangeiros no serviço público; limitação rígida da remuneração dos servidores; limitação rígida dos proventos da aposentadoria e das pensões; facilitação de transferência de pessoal e de encargos entre pessoas

políticas; eliminar a isonomia como direito subjetivo; descentralização e fixação dos servidores dos três poderes. Esses seriam os objetivos das emendas constitucionais, significativamente cumpridos pela EC 19/98. Cumpriram legalmente e hoje ainda existe a guerra da implementação e mesmo da edição de leis complementares que possam regulamentar todo o processo de mudança ao qual foram expostos os servidores.

No fundamental, podemos ver que tais modificações não mudam em nada a crítica feita pelo próprio documento governista. Continuam, progressivamente, incentivando uma administração patrimonialista e em nada avançam para superar essa característica do Estado brasileiro que foi determinado pelo modelo de colonização e pela formação tardia, conservadora e autoritária que teve o capitalismo. Dizem que o patrimonialismo é uma "excrecência inaceitável", pois existe como conseqüência inerente "à corrupção e ao nepotismo". E afirmam que, "no momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado". Ou seja, seria essa própria distinção, fruto de um desenvolvimento capitalista, que exige que o Estado e a Sociedade Civil se unifiquem para superar um modelo que é obstáculo ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Isso sim é uma excrecência que aparece de variadas formas e por diversificadas razões: 1. lançam mão da tese crítica pelos mesmos que é o desenvolvimento do capitalismo gera a necessidade de superação de um modelo administrativo e tal mudança é forçada pela unidade entre sociedade civil e pelo Estado; 2. fazem a sociedade civil ganhar o caráter de neutro, de uma totalidade caótica - teoria já criticada por

nós nesse texto - que unificada adere ao processo de apoio ao capitalismo e ao desenvolvimento; 3. decidem privatizar e repassar patrimônio público para o setor privado e migrar o setor privado para a administração, confundindo mais ainda o mercado com o Estado e aprofundando o patrimonialismo; 4. trabalham o conceito de democracia dentro do capital, deixando claro seus limites e não explicitando aquilo que seria democrático¹².

Mas isso não dá conta ainda do conjunto de questões que envolvem o debate sobre administração, do ponto de vista político e conceitual. Apresentam dois modelos que são alternativos ao modelo brasileiro: a administração pública burocrática e a administração pública gerencial. Afirmam que, como consequência do modelo burocrático, *“o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir à sociedade”*. Embora esta nunca tenha sido a missão básica do Estado. No formato liberal, predominante até a primeira guerra, mantinha-se uma estrutura mínima segundo a lógica do individualismo, considerando que os interesses individuais livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma mão invisível, que garantiria também a livre concorrência. Nesse período, havia uma forte rejeição a qualquer tipo de intervenção estatal na vida econômica. A política do *laissez-faire* era garantir a livre concorrência e

a propriedade privada do capital, assim como o legítimo direito ao lucro e à exploração, sem que existisse qualquer grau de ação estatal. Essa etapa do Estado capitalista na história da humanidade tem seu predomínio no século XIX, mas persistiu até o início do século passado. Não há uma relação direta, portanto, com o modelo administrativo burocrático, que é uma visão weberiana¹³, um tipo ideal e não um formato real de organização ou de sociedade.

O mais estranho é que os estudiosos do antigo MARE não conseguem firmar qual era o modelo predominante no Brasil, se o patrimonial ou o burocrático. Mas vejam, tinha que ser assim, pois a concepção metodológica e conceitual desses estudiosos não permite a contradição como elemento chave de análise. Não há proponentes nem defensores do modelo patrimonial. O que há, nesse caso, são visões que podem ser aproximadas a partir de uma defesa de excesso de poder, postura inclusive muito parecida com a que tem hoje o Governo de FHC. É claro que o Brasil vive tanto um modelo quanto outro. O desenvolvimento do capitalismo, principalmente a partir da década de 30 e depois nas décadas de 50 e 60, trouxe contradições de toda a ordem, inclusive no formato administrativo. Colocado na forma do texto, o que ocorre é a expressão de uma aparência de escolha entre um

ou outro. Mas isso não é possível nos limites do capitalismo brasileiro. Enquanto em nível internacional podemos mostrar os vários regimes capitalistas, datá-los, demonstrar o modelo estatal de forma mais precisa, no Brasil, isso não é possível. Houve uma mistura permanente, pela própria condição de formação do capitalismo e das classes fundamentais, que alterou e fez simbioses entre concepções liberais e marginalistas¹⁴. Portanto, do ponto de vista administrativo, cultural, de posturas, o Estado era e é predominantemente patrimonialista e a superação desse modelo, no país, demanda rupturas e não medidas disfarçadas em discursos teóricos que têm como verdadeiro objetivo concentrar a propriedade e ampliar o lucro dos capitalistas¹⁵.

É claro que restará como “modelo perfeito”, segundo a ótica do Governo, a **imposição** do modelo gerencial. Dizem que tal formato *“emerge na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior”*. O modelo anterior ao qual fazem referência é o *welfare state*, mais conhecido como Estado de Bem-Estar Social. Abram os parênteses para melhor explicitar esse ponto.

Esse modelo de Estado surge para administrar a insuficiência do capitalismo e assim dar conta de uma crise detonada em 1929. Representa também uma resposta, como alternativa, ao modelo socialista que consegue uma grande expressão real, com capacidade de disputa internacional, a partir da revolução Russa de 1917. Todavia, tanto o *Welfare State* na Europa, quanto o *New Deal* de Roosevelt, que



teve menor tempo de vida, não conseguiram resolver a crise do capital, que recrudesciu pela exigência de aumento da margem de lucro dos próprios capitalistas. Mas sem dúvida, tais políticas, pelo forte investimento do Estado em setores sociais e sua significativa abrangência na área econômica, acabaram firmando-se como um dos elementos de uma crise que teve como resposta o modelo neoliberal. Conhecida como crise fiscal, na verdade, essa crise alcançou grandes proporções, por estar implicada ao desenvolvimento das forças produtivas e a uma nova disputa internacional que redimensiona as potências centrais, também por dar um novo sentido à multipolaridade¹⁶ e recolocar a questão do lucro em um mundo predominantemente (quase totalmente) capitalista. O paradoxo é que o modelo para superar a crise do capital já nasce em crise e promove seu desenvolvimento em um processo de genocídio internacional que reedita a possibilidade da barbárie se os setores socialistas não colocarem a necessidade do socialismo na ordem do dia.

Fechando os nossos parênteses, podemos voltar a nos questionar sobre o que é o modelo gerencial e suas alternativas “milagrosas” para a sociedade. Segundo o PDRAE, o modelo gerencial “deixa de se basear no processo para se concentrar nos resultados”. Ou seja, metas, números, quantidade, e como não poderia ser diferente, a lógica da produtividade. Os serviços públicos devem ser sempre em grande escala, mas sempre com qualidade, isso para nós é fundamental, pois reforça nossa luta de hegemonia na sociedade. Entretanto, o Governo prefere a produtividade, isto é, os resultados finais, independente do processo. Vamos e convenhamos, isso é claramente uma discussão com o modelo Taylorista de administração. A tentativa de supera-

ção do FORDISMO/TAYLORISMO se deu fundamentalmente pelas montadoras, que representam o lugar privilegiado do operariado industrial moderno. Nesse sentido, podemos dizer que a afirmação de que eles importam racionalmente um modelo de administração distante da realidade brasileira é incompleto, se não firmarmos que a origem de tal formato se deu na fábrica, na linha de montagem, na produção, ou seja, na propriedade privada do capital, onde a produção, o lucro e a concentração são elementos constituintes fundamentais.

Mas, talvez, o maior dos absurdos é a idéia de que, através de um tal modelo gerencial de administração públi-



ca, o Brasil sofrerá qualquer grau de desenvolvimento. Para haver desenvolvimento, deve haver rupturas, saltos e superações, não é possível um desenvolvimento apenas por continuidade. Mesmo que o modelo posterior tenha elementos do modelo ulterior, isso não significa que a necessidade de ruptura seja desconsiderada. Contudo, o Governo não apresentar esse elemento, não deixar cair a máscara, é de se esperar tendo em vista o seu

compromisso com o FMI; o que, entretanto, causa estranheza é setores da esquerda insistirem na defesa de teses que acabam não se diferenciando qualitativamente do modelo apresentado por FHC. Isto ocasiona, como estamos presenciando, uma onda de cooptação, aberta ou velada, resultante dessa proximidade de visões.

A maior parte da esquerda encontra-se na defensiva ideológica, reduzindo seu programa ao combate, ao neoliberalismo e/ou à defesa de um “desenvolvimento com soberania nacional”. A base teórica do desvio nacionalista está em não perceber que a “questão nacional” é uma questão “burguesa” de per si. A defesa da Nação contra o imperialismo pode ser algo extremamente progressista e revolucionário. Mas o mundo pelo qual os socialistas lutam não é o de “nações-Estado”. Nesse sentido, a “defesa da Nação” por parte dos socialistas sempre será uma missão espinhosa e cheia de contradições. Além disso, há sempre o risco da própria burguesia —mesmo essa burguesia entreguista e integrada que temos no Brasil— assumir arroubos nacionalistas e neutralizar a esquerda. Isso aconteceu diversas vezes na história do Brasil e pode voltar a acontecer. Para que isto não ocorra e para que possamos dar um salto de qualidade, a esquerda brasileira deve romper com sua tradição programática nacional-desenvolvimentista e adotar, programaticamente, o socialismo.

As revoluções, em países periféricos e/ou pré-capitalistas, foram, na verdade, assim como diz Gramsci sobre a Revolução Russa, revoluções contra “O Capital”. Embora tenham adotado muitas vezes um processo de revolução capitalista: longas jornadas; trabalho infantil; remunerações baixas; controles intensos sobre a mão-de-obra; proletarização forçada de camponeses, etc. Com isso se desenvolveram, mas

não conseguiram suplantar as potências centrais do capitalismo.

Observamos então um processo de cooptação progressiva da esquerda pelo capital, visto que esta não conseguiu, entre as décadas de 50 e 70, na América e na Europa, impor uma luta política no mínimo reformista, e acabou sendo protagonista do neoliberalismo.

Boa parte dos socialistas vive a polaridade entre o esquerdismo e o reformismo. De um lado, os esquerdistas acham que cada conquista que os trabalhadores alcancem sob o capitalismo constitui um estímulo a menos para a luta revolucionária. Já os reformistas, com raciocínio similar, acham que a luta cotidiana pode impedir a revolução, mas não o socialismo, que poderá ser produto dos pequenos acúmulos das conquistas conjunturais. Parece que acreditam que os capitalistas ficarão paralisados frente à perda progressiva da propriedade. Setores da esquerda brasileira buscam ainda encontrar o lugar dos trabalhadores na ordem neoliberal, como fizeram nas décadas de 50 e 60. No mínimo não identificaram as mudanças.

O aparelho de Estado e as formas de propriedade: quando cai a máscara

É nesse ponto que a máscara do Governo cai. Ou seja, quando se reforça a argumentação que fizemos no sentido de afirmar que o objetivo central está no aumento da taxa de lucro e na alteração na forma de propriedade, que gerará uma maior concentração da propriedade privada do capital. Ao afirmar que o *“Estado é, portanto, o poder de constituir unilateralmente obrigações para terceiros, com extravasamento dos seus próprios limites”*, fica claro que o objetivo, na busca pela eficiência, eficácia e modernidade, de que tanto falam, é o repasse das ações, ser-

viços, responsabilidades e, junto com tudo isso, do patrimônio e do pessoal originalmente estatal. Não há outro nome para isso a não ser privatização. As diversas nomenclaturas que vão surgindo no processo - publicização, contratualização, etc - na verdade dizem respeito a tramites distintos para privatizar aquilo que é público.

No debate conceitual, as coisas são mais difíceis de serem enxergadas, mas quando chegamos à proposta concreta, que envolve a relação entre administração, ação do Estado, prestação de serviços e formas de propriedades, fica mais fácil de constatar o conjunto de argumentações colocadas

O objetivo é esvaziar o estado, diminuir os investimentos sociais, repassar o que interessa para iniciativas privadas e, em outros setores, trazer a iniciativa privada, na lógica ou na pessoa física dos capitalistas que podem ser responsáveis pelo contrato de gestão, para dentro da esfera estatal.

aqui nessa contribuição. Segundo o Governo, há três formas de propriedades: a estatal, a pública e a privada. As empresas estatais, todas, sem exceção, devem ser privatizadas como no novo modelo. Já instituições como universidades, hospitais, museus, centros de pesquisa devem ser movimentadas para o setor público não estatal. Caberia à propriedade estatal, portanto, apenas o núcleo burocrático (legislativo, judiciário, presidência, cúpula dos ministérios e ministério público) e as atividades exclusivas (regulamentação, fiscalização, fomento, segurança pública, seguridade social básica). A ressalva é que as atividades exclusivas terão o modelo administrativo gerencial e, por isso, transferirão as modificações para agências executivas, mesmo sendo de propriedade estatal, pois todo serviço auxiliar, em qualquer esfera, será terceirizado e, em alguns casos, repassado através do contrato

de gestão. O contrato de gestão assume então uma forma estratégica de repasse do patrimônio e de pessoal para um setor paralelo chamado, no Plano Diretor, ou de agência executiva (no que diz respeito às atividades exclusivas) ou organizações sociais (no que diz respeito aos serviços não exclusivos), além de induzir à modificação, é claro, o contrato de trabalho.

Trata-se, decerto, de um processo de privatização. Aquilo que não é estatal, que é chamado de público, que tem estatuto próprio de formato privado, mesmo “sem fins lucrativos”, faz parte do setor privado. Vide os modelos de ONG’s. Esses modelos de organizações

não governamentais não são outra coisa que propriedades privadas, as quais acabam ocupando o vazio e a insuficiência do Estado e contribuindo, com todas as contradições, para as mudanças principais que vêm ocorrendo nesse período.

De qualquer forma, o mais importante para nós era mostrar a argumentação teórica e política que justifica um processo progressivo, velado ou não, de transferência da ação do Estado para o setor privado. Tal movimentação é chamada de privatização, mas apenas no que diz respeito às estatais. No campo dos serviços, o objetivo é esvaziar o estado, diminuir os investimentos sociais, repassar o que interessa para iniciativas privadas e, em outros setores, trazer a iniciativa privada, na lógica ou na pessoa física dos capitalistas que podem ser responsáveis pelo contrato de gestão, para dentro da esfera estatal. Nesse sentido, afirma-

A práxis simplificadora nos leva à repetição de ações que se afastam da autocrítica, pois confortam-se em formulações principistas. Tal equívoco nos leva a desprezar as diferenças, a correlação de forças, as especificidades, e tende fazer-nos reproduzir os mesmos equívocos positivistas.

mos que o contrato de gestão assume papel-chave, fundamental, principal, na destruição dos serviços públicos e na constituição de uma administração pública cada vez mais patrimonialista, concentrada, e que esvazia, também pela lógica do orçamento, a ação do Estado nas esferas sociais.

Sugestão de alternativas para os trabalhadores

É claro que uma superestrutura recheada amplamente de aparelhos privados de hegemonia e profundamente mínima em propriedades estatais, uma superestrutura com profissionais precarizados, terceirizados, desqualificados (propositalmente) e sustentada na ideologia do voluntariado (portanto, intensamente diminuída de profissionais qualificados), uma superestrutura voltada para circulação dos valores de troca, que impõe uma burocracia estatal que se confunde com um “balcão de negócios” e voltada para a ação dos aparelhos repressivos (voltada para a prática da vigilância, da regulamentação, do controle, da intermediação e esvaziada em sua capacidade de ação) têm como conseqüências, ao mesmo tempo, a profunda retirada de direitos sociais (rebaixamento da qualidade de vida) e o enfraquecimento da capacidade de disputa de hegemonia da classe. A substituição da qualidade (uma das caracterizações do valor de uso) pela quantidade (uma das caracterizações do valor de troca) impõe a mercantilização e a supremacia máxima do lucro.

A compreensão do exposto acima nos leva ao entendimento de que não é possível discutir as mudanças no setor público, sem debater as marcas fundamentais do capital: a propriedade privada, o lucro, a mercadoria, as relações sociais de produção e as forças produtivas. Apenas um debate administrativista, burocrático, não é suficiente para cumprirmos dois desafios centrais: a) superar as bases teóricas da literatura acumulada sobre o tema em questão, principalmente no que diz respeito ao serviço público e à administração pública e b) oferecer bases de reflexão que sirvam como guia para as mudanças da realidade social, sob a ótica dos trabalhadores. O diálogo sobre serviço público não pode acomodar-se nas águas das teorias liberais, jusnaturalistas, positivistas, que se respaldam nas idéias de neutralidade estatal e sustentam-se no conceito de Estado de Direito. Seria profundamente equivocado, tanto do ponto de vista da teoria, quando do ponto de vista da prática - que se pretende transformadora - desenvolver a discussão da classe apoiada em formulações antagônicas. Por outro lado, não podemos cair no equívoco, muitas vezes repetido, das simplificações. A práxis simplificadora nos leva à repetição de ações que se afastam da autocrítica, pois confortam-se em formulações principistas. Tal equívoco nos leva a desprezar as diferenças, a correlação de forças, as especificidades, e tende fazer-nos reproduzir os mesmos equívocos positivistas.

Nesse sentido, sugerimos três elementos fundamentais para compor uma estratégia de luta:

a) numa perspectiva mais geral, o estabelecimento de um arco de aliança com a esquerda brasileira na resistência ao neoliberalismo. Os servidores precisam se firmar como um dos agentes fundamentais de luta nesse período e participar ativamente das diversificadas ações da classe trabalhadora, resistindo ao neoliberalismo, assumindo bandeiras gerais e de outros setores explorados e denunciando, permanentemente, o que ocorre nos serviços públicos e na administração pública, apresentando assim suas bandeiras específicas;

b) a disputa de hegemonia na sociedade. Principalmente se levamos em conta que o projeto apresentado pelo governo em 1995 e aqui discutido já cumpriu duas das suas etapas estratégicas que diziam respeito à preparação das bases para alterações legais e institucionais e às próprias Reformas Constitucionais. Além disso, avançaram em muitas mudanças através de medidas provisórias, decretos leis e leis. Nesse momento, no entanto, havia uma razoável sustentação social para ocorrer as transformações. Entretanto, após as greves de 2000 e 2001 iniciou-se uma movimentação social, na qual foi fragilizado, em muito, o apoio ao governo e fortalecido, razoavelmente, o apoio para os servidores. Isso exige dos servidores uma ação imediata que combine dois movimentos: de um lado, a construção do projeto e, de outro, o convencimento da maioria da população. O projeto não pode se resumir ao debate administrativista, deve, necessariamente, indicar mudanças na forma de propriedade no Brasil, questão fundamental para alterar as condições e o papel do Estado a favor dos setores explorados. Para isso, é necessário pautar nova-

mente, como prioridade, o debate sobre o Estado e o serviço público em nível nacional. O primeiro passo seria a criação de um fórum permanente sobre serviço público na Câmara Federal¹⁷, atraindo os partidos de esquerda, organizações de tradição democrática (OAB, CNBB, ABI, DIAP etc), entidades organizativas de luta (UNE, UBES, MST, etc) e parlamentares que apoiem o debate. Para ter êxito, tal fórum deve ser convocado pela CUT e CNESF, além de assimilar, em sua organização e coordenação, os partidos de esquerda e o Fórum de Lutas.

c) retomar a capacidade de mobilização e luta sindical, operando a organização por local de trabalho, de forma permanente, e convocando uma grande greve do setor que possa ter consequência em uma grande greve geral (ou, no mínimo, ser combinada com uma grande greve geral). O debate sobre organização sindical deve ocorrer com capacidade de aprofundar diferenças que há no setor. Aparentemente, há compreensões distintas sobre a caracterização dos servidores como um setor da classe trabalhadora (tanto pelos que acham que os servidores compõem vários setores da classe trabalhadora, quanto para os que acham que há vértices mais fortes de unidade, não pelo vínculo de trabalho, mas, mais precisamente, pela função que desempenham ou ocupam). No fundamental, o pacote antigreve, editado em 13 de novembro de 2001, pelo Governo Federal, exige uma resposta imediata que, do nosso ver, deve apresentar-se através da radicalização da luta de massas e do movimento grevista.

NOTAS:

1. Como é o caso de Cuba; de algumas relações não propriamente capitalistas na China (que não nos arriscamos aqui aprofundar), de realidades de barbárie que, infelizmente, tomam parte da Ásia e África e algu-

mas relações de produção de modos pretéritos que subsistem na América Latina.

2. Digamos que a questão da subjetividade é o tema central a ser tratado nesse período histórico da classe. Não a desenvolveremos aqui porque não faz parte, *stricto sensu*, do presente trabalho. Vamos apenas explicá-la. As condições subjetivas são o somatório entre organização, formação, elevação de consciência, mobilização, capacidade de ações de massas, radicalização do discurso e da prática, etc. Para melhor entender, apresentaremos a figura do foguete, se temos toda a plataforma, o foguete, a estrutura, energia e o botão para enviá-lo, temos as condições objetivas. Faltarão apenas as condições subjetivas, ou seja, o dedo para apertar o botão.

3. Apropriamo-nos do conceito de Gramsci, apresentado nos Cadernos do Cárcere, para melhor explicar a extensão e amplitude do



Estado. Com isso, pretendemos explicar melhor que a alteração da forma de propriedade, promovida pelo Governo de FHC, não transforma o Estado em mínimo, ao contrário, amplia sua capacidade de dominação e sua extensão de controle e ideologia, fortalecendo sua hegemonia (ou seja, seu poder), através da ampliação dos aparelhos privados que cumprem papel de reprodução na superestrutura.

4. Marx, Karl. "O método da Economia Política". Marx (coleção Os pensadores).

5. Estado Bonapartista é um conceito marxista para explicar situações em que o Estado assume uma aparência de estar acima das classes, muitas vezes motivado por um golpe ou mesmo por um governo que não representa as classes fundamentais, que no capitalismo ainda são trabalhadores e burguesia.

6. Aqui encontraremos alguns indicativos. Os outros estão fora desse arco de debate, encontram-se nas formas de luta e na estratégica da classe trabalhadora e do movimento

sindical. Para isso, demanda-se uma análise sobre o sistema capitalista em sua totalidade, coisa que não faremos nesse texto, por não ser nosso objetivo.

7. Marx, Karl. "Prefácio". Para a Crítica da Economia Política - Os Pensadores.

8. Não entraremos no mérito se os modelos existentes na ex-União Soviética, ou nos países do Leste, eram ou não socialistas. Isso não cabe nesse texto. Entretanto, a existência da bipolarização precisa, baseada em dois modelos distintos, apresentava uma ordem econômica que não permitia o avanço do modelo neoliberal, que se alastrou na década de 80, com o apodrecimento das nações tidas como socialistas e se consolidou, mesmo já com as crises aparentes, no início da década de 90, com a definitiva queda "dos muros".

9. Petras, James. Armadilha Neoliberal e Alternativas para a América Latina. Editora

Xamã.

10. Idem.

11. *Ibidem*.

12. O que certamente resume-se ao processo eleitoral e ao processo de promulgação da constituição. Por isso, baseiam-se no conceito de cidadania e não em conceitos de classe social.

13. Com todas as influências de neutralidade técnica ou epistemológica, Weber estava mais para racionalista do que para positivista. A construção de modelos de tipo ideal não tinham relação direta com a realidade objetiva. Não era um trabalho de um economista ou de um cientista político, que pensa formas reais de administração, mas sim uma formulação sociológica de modelos teóricos gerais, que mesmo tendo indicadores na história ou nas sociedades, partem ou se propõem como concreto.

14. Mesmo com a diferenciação do marginalismo para a concepção keynesiana, estamos incluindo Keynes aqui nesse grupo.

15. Insistiremos permanentemente nessa tese.

16. A multipolaridade antes era clara com a disputa entre as potências do chamado "socialismo real", das quais se destacava a URSS, e as potências capitalistas, dentre as quais se destacava os EUA. Hoje, no entanto, há uma disputa de hegemonia, que ocorre principalmente entre os EUA e a Comunidade européia, sobre o tema. Não interessa aos europeus um mundo unipolar, pois isto significa a reafirmação da predominância imperialista dos Estados Unidos. Portanto, hoje a questão entre unipolaridade e multipolaridade faz parte da disputa capitalista das grandes potências sobre o controle do mundo.

17. A proposição da Câmara de Deputados Federais como espaço para a organização do Fórum Permanente sobre Serviços Públicos parte do princípio de que é um espaço que tem ampla repercussão em várias esferas da sociedade e por estarem representadas, nesse espaço, variadas vertentes da esquerda brasileira. As que lá não estão, deveriam ser convidadas para participar do processo.

Bibliografia básica

1. ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
2. ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
3. BENJAMIM, César. Decifra-me ou te Devoro. Apud: SADER, Emir (organizador). Alternativa de esquerda à crise brasileira. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
4. BENSÁID, Daniel. Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (século XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
5. BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
6. BOITO JÚNIOR, Armando. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
7. BOITO JÚNIOR, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Xamã, 1999.
8. DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
9. GONÇALVES, Reinaldo e POMAR, Valter. O Brasil endividado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
10. _____. As regras do método sociológico. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1975.
11. GORENDER, Jacob. Marcino e

Liberatore. São Paulo: Ática, 1992.

12. _____. Marxismo sem utopia. São Paulo: Ática, 1999.
13. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere - Volume 1: Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
14. _____. Cadernos do cárcere - Volume 2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
15. _____. Cadernos do cárcere - Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
16. _____. Cadernos do cárcere - Volume 4: Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
17. GUIMARÃES, Juez. Democracia e marxismo: crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1998.
18. HARNECKER, Marta. Tornar possível o impossível. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
19. IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
20. IASI, Mauro Luis. Processo de Consciência. São Paulo: CPV, 1999.
21. KURZ, Robert. Os últimos combatentes. Petrópolis: Vozes, 1997.
22. _____. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
23. LEFEBVRE, Henri. Lógica formal / Lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
24. LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.
25. _____. Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1999.
26. LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou revolução. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
27. MANDEL, Ernest. Socialismo x mercado. São Paulo: Ensaio, 1991.
28. _____. O Lugar do marxismo na história. São Paulo: Xamã, 2001.
29. MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. I - V.
30. _____. Para a crítica da economia política. Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Nova Cultural, 1999.
31. _____. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1964.
32. _____. O 18 Brumário e cartas a

Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

33. _____. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
34. _____. Crítica do programa de gotha. Livraria Ciência e Paz, 1984.
35. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Hucitec, 1999.
36. PETRAS, James. Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999.
37. _____. Ensaio contra a ordem. São Paulo: Scritta, 1995.
38. POMAR, Valter (organizador). Socialismo ou barbárie (Documentos da Articulação de Esquerda). São Paulo: Viramundo, 2000.
39. SANTOS, Luiz Alberto. Agenciamento, publicação, contratualização e controle social. Brasília: DIAP, 2000.
40. _____. Diretrizes Para a criação e estruturação de carreiras no serviço público federal. Brasília: CONDSEF, 2000.
41. _____. Reforma administrativa no contexto da democracia. Brasília: DIAP, 1997.
42. WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais, parte 1. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
43. _____. Metodologia das ciências sociais, parte 2. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
44. _____. A Ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- Outros
45. Socialismo e revolução: resoluções da IV Conferência Nacional da Articulação de Esquerda. Campinas: Editora Página 13, 2001.
46. A Ação dos governos petistas: resoluções da IV Conferência Nacional da Articulação de Esquerda. Campinas: Editora Página 13, 2001.
47. Boletim Estatístico de Pessoal. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria de Recursos Humanos, junho de 2001.
48. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília: Presidência da República - Câmara da Reforma do Estado, 1995.
49. Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção. São Paulo: DIEESE, 1994.

Eduardo Alves é assessor da CONDSEF e Cientista Social.

Gilberto Marques *

Desenvolvimento e natureza: interpretações e possibilidade de diálogo

Introdução

Os problemas ambientais estão ganhando cada vez maior magnitude, colocando em risco a própria existência humana. Diante desta realidade, como os pesquisadores e ativistas das questões ecológicas e temas relacionados devem enfrentar esta problemática? Como interpretá-los?

Este trabalho pretende fazer breves incursões nesta temática. Na primeira parte, faremos uma rápida exposição do debate nas últimas décadas, destacando as interpretações clássicas do desenvolvimento sustentável, para, na segunda parte, trazer a problematização para o campo da evolução da ciência. Em seguida, será introduzido o pensamento de Marx para que se possa propor, na última parte, um diálogo entre economia política e ecologia política.

Introduzindo a questão ambiental no debate sobre desenvolvimento

A humanidade vem saqueando a terra. Esta é a constatação do relatório de 2001, do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP). Desde 1960, a população mundial dobrou para 6,1 bilhões de pessoas e deve alcançar 9,3 bilhões, em 2050, a maioria está nos países pobres. Do ponto de vista da produção alimentar, os da-



dos demonstram que, entre 1985 e 1995, dos 105 países em desenvolvimento estudados em 64, a produção de alimentos foi inferior ao crescimento populacional. O relatório afirma ainda que 800 milhões de pessoas vivem

em permanente estado de desnutrição, que 2 bilhões passam a fome, às vezes, e metade da população do planeta vive com menos de US\$ 2,00 ao dia (Jornal do Brasil, 08.11.2001). Esta situação tem em si uma forte implica-

ção social e ambiental. Diante disto, o controle populacional acaba assumindo o papel de destaque no relatório.

Apesar dos dados atualizados, a discussão que o relatório traz não é nova. As preocupações com as questões ambientais e mesmo populacionais já vêm de longa data. O debate em torno deste tema se intensificou nas décadas de 1960 e 1970 e ganhou expressão em algumas correntes que começaram a moldar propostas de desenvolvimento que levassem em conta os problemas ambientais em escala mundial.

Muitas das elaborações vão caminhar para o que vai ser conhecido como desenvolvimento sustentável que, desde o seu início, já apresentava leituras diferentes sobre si mesmo. Estas leituras vão se aprofundando, levando, em alguns momentos, a aproximações de interpretações, em outros ao afastamento e ao surgimento de novas elaborações.

O debate que se apresenta nesta década traz muita influência do economista inglês Thomas Malthus que, no final do século XVIII e início do século XIX, desenvolve sua teoria da população que afirma que a população cresce em ritmo geométrico (2, 4, 8, 16...) e a produção alimentar em proporções aritméticas (2, 4, 6, 8...), levando a uma situação de desproporção entre crescimento populacional e produção de alimentos. Isto traria problemas e colocaria em risco todo o conjunto da população. Assim, o crescimento populacional era um problema que deveria ser enfrentado através de mecanismos que limitassem esta expansão.

Um autor que desenvolve suas elaborações tendo por base o pensamento malthusiano é Garret Hardin (1980) que, nos anos 60 e 70, resgata a visão apocalíptica do crescimento populacional. Ele não acredita em soluções técnicas à disjuntiva expansão populacional versus recursos naturais. Se os

Os grandes interesses da produção capitalista, em base à busca do lucro, ainda predominam na hora de determinar as diretrizes do desenvolvimento.

recursos naturais são finitos e a população cresce em ritmo ascendente, isto conduziria a uma situação em que se superaria a capacidade de suporte do sistema¹, fazendo com que este perdesse sua capacidade de reprodução, de se manter sustentável, isto é, em equilíbrio, levando a um esgotamento dos recursos naturais e à morte dos membros da sociedade, ou seja, à "tragédia dos comuns".

A compreensão de Hardin se contrapõe à interpretação liberal de Adam Smith que em sua teoria da mão invisível, afirma que os interesses individuais, egoístas, levariam ao bem-estar de toda a sociedade. Para o autor, este comportamento teria como resultado o esgotamento dos recursos, colocando em risco toda a população. Em comum com Smith, é a defesa da propriedade privada, mas como forma de evitar a tragédia dos comuns. Assim, ele defende um Estado centralizador e o estabelecimento de normas que limitem a liberdade, pois só se evitando o crescimento populacional se evitaria a tragédia.

Tal qual Malthus, os autores neomalthusianos apresentam uma visão apocalíptica e menosprezam o desenvolvimento tecnológico, assim como a capacidade de auto-regulação das comunidades. Suas interpretações acabam desaguando na defesa das teses de "crescimento zero".

Sempre presentes preponderante-

mente nos debates estarão teses que partem da finitude dos recursos naturais, dos limites físicos ao desenvolvimento econômico e de que o crescimento populacional gera problemas, o que impõe a necessidade de políticas que controlem a expansão da população em escala global.

O relatório do Clube de Roma, de 1972, apresenta a tese "limites do crescimento". Tese impulsionada também pela Conferência de Estocolmo sobre desenvolvimento humano que se realiza também neste ano. Diante da constatação de dificuldades de produção de alimentos e da existência de danos irreparáveis ao meio ambiente, o relatório afirma que o crescimento econômico ilimitado é insustentável. Como resultado de suas constatações, defende a interdependência global e a necessidade de crescimento zero.

A tese de crescimento zero esteve presente na conferência de Estocolmo que discutiu uma concepção mais global de desenvolvimento, vinculando questões sócio-econômicas e ambientais, de forma a abordar a responsabilidade comum sobre o meio ambiente e a colaboração entre países ricos e pobres. Mas a defesa de crescimento zero feita pelos países ricos encontrou forte resistência entre os países pobres que reivindicaram o direito ao desenvolvimento e à melhoria de vida. Assim estabeleceu-se um impasse que caracterizou a conferência.

O debate dos problemas ambientais, desde o seu início, é polêmico e conflituoso. Os Estados latino-americanos ávidos pela industrialização que ganhava fôlego em vários países da região, apresentam o relatório de Bariloche que tem como principal objetivo fundamentar o direito ao desenvolvimento contra as imposições ecológicas (Altvater, 1995).

Em 1973, Maurice Strang, diretor do programa de meio ambiente da ONU,

apresenta o conceito de ecodesenvolvimento, defendendo uma unidade possível entre meio-ambiente e desenvolvimento. A partir dele, Ignacy Sachs (2000) formula as bases do que virá a ser entendido como desenvolvimento sustentável: satisfação das necessidades básicas; solidariedade para com as gerações futuras; preservação dos recursos naturais, assim como do meio-ambiente; estabelecimento de um sistema social que propicie emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas educacionais e envolvimento da população. Mesmo trabalhando com a noção de limites dos recursos, Sachs, diferente de outros autores deste período, não menosprezará os avanços tecnológicos, tampouco negará o desenvolvimento, desde que haja ética e justiça. Suas elaborações têm como ênfase a busca de um desenvolvimento alternativo, o ecodesenvolvimento que, mesmo que sem se propor a romper as estruturas capitalistas de produção, incorpore a preocupação ambiental, social e temporal (solidariedade para com as gerações futuras).

Alguns dos princípios do ecodesenvolvimento são incorporados pela conferência de Cocoyoc, em 1974, que levanta a preocupação para com um desenvolvimento econômico que tenha como objetivo a satisfação das necessidades básicas. Para o presente, a conferência defendia a solidariedade às populações em situação de pobreza e subdesenvolvimento, para o futuro defendeu um desenvolvimento mais harmônico com a natureza como forma de garantir sua existência para as gerações futuras.

Nos anos 80, o debate em torno do desenvolvimento permanece e dá origem a novos encontros e documentos, entre os quais o Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente

(CMMAD), onde se fará a defesa de um desenvolvimento sustentável que interrelacione parâmetros de sustentabilidade, padrões de desenvolvimento, subdesenvolvimento, degradação ambiental, pobreza e compromisso e solidariedade entre países desenvolvidos e pobres.

A cidade do Rio de Janeiro foi o palco, em 1992, das polêmicas e debates da Eco-92: a conferência das Nações Unidas que discutiu desenvolvimento e meio ambiente, entre outras, esteve presente a discussão sobre problemas ambientais e a contradição entre os padrões de consumo do norte e as dificuldades do sul do planeta. Em



1994, realizou-se a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento também envolta no debate sobre controle populacional e desenvolvimento. Em novembro de 2001, a Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Marrakech, no Marrocos, foi aberta com a polêmica em torno ao acordo assinado em julho do mesmo ano, em Bonn na Alemanha, para a efetivação do Protocolo de Kioto de 1997. O protocolo, que versa sobre a redução de gases poluentes que causam o efeito estufa, encontra grande resistência por parte dos EUA, mas é defendido pela União Européia.

Muitos encontros e documentos já foram elaborados e continuarão a sê-

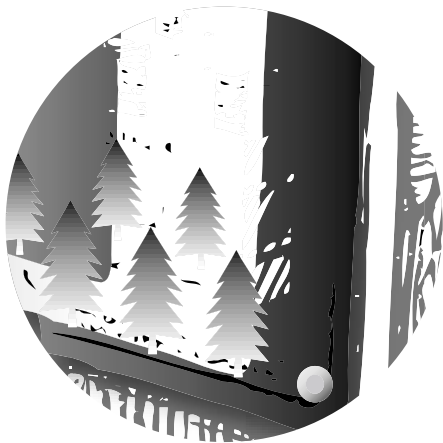
lo, porém muito do que se elaborou, em seus pontos chaves, não saiu do papel. A solidariedade entre países ricos e pobres, por exemplo, tem se restringido a discursos "bem intencionados". Assim têm ocorrido porque os grandes interesses da produção capitalista, em base à busca do lucro, ainda predominam na hora de determinar as diretrizes do desenvolvimento.

Chamando a ciência a se posicionar

As interpretações da relação desenvolvimento e natureza exposta até aqui, em maior ou menor grau, trabalham dentro da lógica da produção capitalista. Uma matriz teórica que apon-te um outro caminho pode ser encontrada nas elaborações de Karl Marx. O método de análise e a forma de entender a ciência, neste autor, são opostos à concepção de ciência que se manteve hegemônica até o século XIX.

Em contraposição à explicação divina em si, desenvolve-se um movimento que buscará, na razão instrumental, a explicação para os fenômenos que nos cercam e se tornará o "arcabouço operacional da ciência moderna". Podemos destacar como expoentes deste movimento: Galileu, Bacon, Descartes e Newton. Nesta interpretação, o mundo é visto como sendo mecanizado, matematizado e previsível. A física newtoniana, mecânica, entendia o tempo como sendo igual a zero, ou seja, tudo retornava a seu início. Assim, a lógica e a matemática se tornam suportes básicos da ciência moderna que apresenta uma concepção fragmentada da realidade, do próprio conhecimento, numa divisão cartesiana, onde a sociedade é tomada como a somatória das partes. O homem se apresenta, então, como "senhor e possuidor da natureza", isto é, homem versus natureza (Moreira, 1993).

Como decorrência, tem-se o enten-



dimento do progresso como sendo linear e acumulativo. A verdade absoluta do conhecimento científico, a fé na razão, resolveria os problemas. Isto impõe a esta visão de ciência um forte otimismo quanto ao progresso.

Esta interpretação da ciência desempenhará grande influência sobre as ciências sociais que passam por um processo de busca de leis similares às da natureza que fossem imutáveis, inquestionáveis. Adam Smith, no século XVIII, através da teoria da “mão invisível”, afirma que as pessoas, na busca de seus interesses individuais, egoístas, acabariam levando a um bem-estar de toda a coletividade. Isto se torna a base de sua defesa do liberalismo e se apresenta como uma visão otimista do progresso que seria, nestes moldes, uma consequência das leis naturais da sociedade, quando em liberdade.

Posteriormente, Jean-Batiste Say trará uma concepção de natureza como sendo ilimitada, portanto gratuita, de livre acesso, em que caberia ao homem se apropriar da mesma. Percebe-se que o determinismo da ciência moderna, neste caso, assume sua face de determinismo econômico, de superioridade da economia sobre a natureza, que é vista como externa ao sistema econômico. Além disso, este autor acredita que a oferta cria sua própria demanda, isto é, que tudo que

fosse produzido seria vendido, impossibilitando a ocorrência das crises econômicas. Aqui percebe-se a noção de equilíbrio do sistema, além da fé no progresso, que seria constante.

Malthus, mesmo com sua visão pessimista quanto ao futuro da humanidade (portanto não otimista quanto ao progresso), através de sua teoria da população, afirma que a pobreza e o sofrimento eram, inevitavelmente, o destino da maioria das pessoas. Se eram um destino inevitável, a conclusão é que isto acabava por se esboçar em uma espécie de lei natural.

As leis naturais, nas ciências sociais, representaram, ou melhor, foram parte de um método de análise, mas também se constituíram em uma defesa ideológica da sociedade burguesa, na medida que afirmam que as desigualdades são uma marca presente em todas as sociedades e não apenas na capitalista, cabendo a cada um aceitar e cumprir o seu papel dentro desta última. Se assim o fizessem, os membros da sociedade estariam contribuindo para manter o equilíbrio da mesma.

Mas as mudanças e descobertas do século XIX serão responsáveis por significativas mudanças nas interpretações da ciência. A evolução da geologia, assim como suas descobertas, quebram a idéia de que as espécies seriam imutáveis. Tese que será demonstrada na biologia por Darwin e também Wallace. A constatação da mutação das espécies abala profundamente a tese de que “tudo volta a ser como antes”. Já a física quântica quebrará a visão absoluta da matéria e trará a visão da interrelação: “sob a luz desta percepção, a realidade é a de que estas entidades subatômicas não possuem propriedade intrínsecas, uma essência individualizadora, independente do seu meio ambiente. O ser da entidade é relacional, uma complexa e dinâmica realidade de interconexões e

interdependências” (Moreira, op. cit.). Percebe-se que as leis da termodinâmica (em particular a entropia) revolucionam a noção de tempo que deixa de ser visto como sendo igual a zero. Assim, o mundo perde sua previsibilidade mecânica, tornando-se complexo, incerto, imprevisível.

Convidando Marx a participar do debate

Uma visão complexa e interrelacional de mundo pode ser encontrada nos trabalhos de Marx. Apesar de não ter uma obra específica destinada a discutir natureza, desenvolvimento e progresso, ele tem sua obra no geral, em maior ou menor grau, cruzada por esta temática.

Em sua análise do modo de produção capitalista, principalmente em *O Capital* (1988), ele identifica a mercadoria como sendo um produto que, por suas qualidades específicas, satisfaz determinadas necessidades humanas, provenha elas do estômago ou da fantasia. A mercadoria tem um valor de uso, mas também um valor de troca, que será determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Assim, pode-se perceber que o trabalho é uma categoria fundamental na obra de Marx.

No capitalismo, a maioria da população não dispõe dos meios de produção para a sua manutenção, restando-lhe a opção de morrer de fome ou procurar vender a única mercadoria que lhe resta: sua força de trabalho. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador recebe, na forma de salário, uma quantidade de valor menor do que aquela que ele produziu, a diferença de valor será apropriada pelo capitalista. Este trabalho alheio apropriado é a mais-valia, condição necessária para a existência do lucro no capitalismo.

A mercadoria, então, expressa uma relação social fetichizada entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, o que se traduzirá num conflito permanente entre burgueses e proletários. O trabalho presente ou passado, determinante do valor das mercadorias, apresenta então uma face social, na medida em que é um instrumento que medeia a relação dos homens entre si e a natureza. Mas o trabalho também traz uma face natural, na medida em que é desgaste de energia contida no homem, assim como nos demais animais. A forma e o sentido que se dará a este desgaste de energia é que diferenciará o homem dos demais seres vivos. Em conclusão, o trabalho é apresentado por Marx como uma expressão do homem como animal, mas também como ser social.

Através do trabalho, o homem transforma a natureza, mas também a si próprio. A descoberta de novas técnicas, de ferramentas e do controle do fogo permitiu ao homem primitivo se apropriar de uma maior parcela de recursos da natureza, mas ao fazer isso, por exemplo, passar a se alimentar de carne e não apenas de vegetais, ele adquiriu substâncias, proteínas, que até então não dispunha, possibilitando-lhe um desenvolvimento maior enquanto animal. Mas o avanço das forças produtivas também propiciaram-lhe avançar em sua socialização, no estabelecimento de relações cada vez mais complexas com os outros homens. Logo, o trabalho cumpre papel fundamental no progresso da humani-

dade, transformando-se no “fundamento da vida humana” (Engels, 1986). O homem é visto como parte da natureza e não acima ou separado dela.

Mas no capitalismo o trabalho acaba por assumir uma função de alienação do trabalhador. Com o avanço técnico e o aprofundamento da divisão social do trabalho dentro das unidades de produção burguesas, o trabalhador vai perdendo a noção da totalidade de seu trabalho, se restringindo a controlar apenas uma parte do processo de produção de determinado produto. Mas além disso, o homem passa a viver para trabalhar, a satisfação de suas necessidades básicas se transforma no fim último de seu trabalho e a sensação de liberdade quase sempre só se apresenta quando ele satisfaz estas necessidades. O trabalho não é usado para alcançar “algo mais”, para obter tempo livre para outras atividades, para desenvolver o próprio homem. Assim, o trabalho se limita a seu caráter enfadonho, cansativo, e, ao invés de libertar, aprisiona o homem.

O homem está constantemente criando novas necessidades e isso é assim porque ele “não é uma essência intemporal, mas a unidade de suas próprias carências que o determinam dentro de uma relação de troca e de enriquecimento recíproco tanto com o seu meio natural como com seu meio social” (Bensaid, 1999). Sendo assim, o surgimento de novas necessidades coloca o homem diante de novos desafios, do enriquecimento de suas po-

tencialidades, de fazer avançar o progresso técnico que, por sua vez, impulsiona a socialização histórica.

Diante do exposto, Marx apresenta uma visão linear, produtivista, otimista do progresso? Lowy (2000-a) afirma que o pensamento deste autor está atravessado por duas concepções diferentes da dialética do progresso. A primeira de influência hegeliana, fechada, que parece acreditar que o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado pela Europa, seria sinônimo de progresso e nos conduziria inevitavelmente ao socialismo². A segunda dialética do progresso é aberta e crítica³, pensa a história simultaneamente como progresso e catástrofe, sem privilégio a um ou outro, pois a saída do processo histórico não está pré-determinada. Aqui há uma clara ruptura com a visão linear de progresso. Em relação às sociedades pré-capitalistas, a sociedade burguesa é, simultaneamente, avanço e retrocesso. Assim, o processo histórico é visto como aberto e frente à luta de classes permite concluir que a revolução socialista não é nossa única possibilidade. Deste modo, não podemos nos pronunciar de antemão a respeito do caráter progressivo ou regressivo do desenvolvimento capitalista das forças produtivas.

Uma visão que acaba identificando a interpretação de Marx a uma certa compreensão linear de progresso é a de Wallerstein (1999). Ele propõe um método de análise que negue as interpretações fragmentadas, excessivamente classificatórias do conhecimento que acabam criando modelos e normas. Propõe uma perspectiva teórico-metodológica holística para entender a relação entre o particular e o geral, sem dicotomia e buscando compreender as ciências sociais sem as fronteiras que as fragmentam. Este método, a análise dos sistemas mundiais, afirma que o capitalismo é um sistema

O surgimento de novas necessidades coloca o homem diante de novos desafios, do enriquecimento de suas potencialidades, de fazer avançar o progresso técnico que, por sua vez, impulsiona a socialização histórica.

histórico particular e que para entender seu real funcionamento devemos analisar a sua evolução histórica.

A perspectiva dos sistemas mundiais busca entender como se dá o processo de mudança, mas sem tentar ver o progresso e as transições, como um movimento linear, acumulativo, mas num processo complexo e incerto, negando a visão da ciência como certeza absoluta, previsível. Defende, então, uma "ciência social histórica que se sinta à vontade com as incertezas da transição, que contribua para a transformação do mundo sem apelar para a muleta de uma crença no triunfo inevitável do bem".

Lowy nos mostrou que se há uma visão linear de progresso em Marx, também há uma perspectiva complexa, não-linear, o que relativiza a crítica de Wallerstein. Mas, de qualquer forma, vale ressaltar o chamamento deste autor para que não se incorra nas verdades absolutas, que neguem a incerteza e nos conduzam a interpretações simplistas do desenvolvimento humano.

Pelo que já demonstramos anteriormente, o avanço técnico é uma condição necessária ao desenvolvimento humano, mas este desenvolvimento, assim como o avanço da técnica, tem que ser visto numa relação homem-homem e homem-natureza, o que, por sua vez, expressa determinada forma social histórica, tal qual demonstrou Marx.

A corrida intransigente pelo lucro, exigência da lógica competitiva e expansionista do capital levam a uma universalização crescente das carências, das necessidades, gerando avanços sem precedente as forças produtivas, produzindo, por um lado, aumento da produtividade do trabalho, maior eficiência na exploração da natureza, maior diversidade de valores de uso e, de outro lado, o desperdício dos recursos, o consumo crescente, a des-

truição acelerada da natureza, um aumento em massa do desemprego em escala mundial, marginalização e subemprego, crise ambiental em escala global. Isto reflete a própria contradição do capitalismo, a desigualdade no mundo, o que pode ser evidenciado pela incompatibilidade de medida entre o tempo mercantil e o tempo ecológico, ou seja, entre o ritmo ascendente da produção de mercadorias e o rompimento da dinâmica da natureza de se recompor frente aos impactos desta produção cada vez maior.

O avanço técnico é uma condição necessária ao desenvolvimento humano, mas este desenvolvimento, assim como o avanço da técnica, tem que ser visto numa relação homem-homem e homem-natureza, o que, por sua vez, expressa determinada forma social histórica, tal qual demonstrou Marx.

Progresso e desenvolvimento precisam ser relativizados, problematizados, entendidos em seus contextos históricos e em meio às relações sociais. Mas, além disto, também deve-se atentar para o conteúdo dos mesmos. Geralmente, o conceito de desenvolvimento e progresso "mistura-se com a modernização tecnológica e competência produtiva e facilita assim, sem despertar suspeita de ser ideológico, a reformulação e realização de uma hegemonia que se alimenta de fontes arcaicas" (Bruzeke in Souza). Desta forma, as "noções de desenvolvimento e progresso como noções neutras e universalmente desejadas permitem obscurecer as relações de poder e domínio (econômico, político, tecnológico, militar etc.) que ocorrem tanto no interior quanto

entre as nações" (Souza, In Souza).

Estabelecendo um diálogo necessário entre economia e ecologia

Bensaid afirma que os ritmos naturais desenvolvem-se em séculos e fazem com que o tempo biológico tenha uma dinâmica incompatível com a racionalidade mercantil, da busca dos lucros imediatos, impondo uma forte e intensa exploração da natureza levando à ruptura de sua dinâmica. Diante disto, a questão central a ser enfrentada não é o esgotamento brusco dos recursos naturais, já que a dinâmica natural se desenvolve em períodos longos, ou seja, falar em destruição do planeta terra é falar de um tempo histórico-natural muito longo em relação à ação humana.

Podemos concluir de antemão que o homem pode deixar de existir e a terra continuar seu curso natural, mesmo que transformada. Se é assim, nos resta deduzir que os problemas ambientais são eminentemente muito mais uma questão de sobrevivência humana e muito menos de sobrevivência da Terra.

Nesta linha de interpretação, Foladori (1999) coloca que não se pode reduzir os problemas ambientais meramente a questões de externalidades, somente técnicas ou naturais. O que se deve perceber é que o conteúdo técnico se relaciona com uma determinada forma social, que as modificações ambientais refletem a forma como se produz e consome os recursos, que a produção é permeada por relações sociais entre os homens. Mais: "que existe uma correspondência entre o nível de diferenciação interna da sociedade humana e o comportamento da natureza".

Assim, os problemas ambientais não são uma questão essencialmente de limite físico dos recursos. As tempora-

lidades distintas entre o econômico e o natural nos colocam diante da necessidade de ver que a degradação ambiental é, fundamentalmente, produto das contradições sociais impostas pela lógica do lucro. Existe um relativo limite ao uso dos recursos da natureza e isso não se pretende negar, o que pretendemos fazer é chamar atenção para as relações sociais que levam ao esgotamento dos recursos.

Ao fazer isto, não queremos incorrer na crítica feita por Vayda e Walters (1999) que afirmam que os ecologistas políticos caem num determinismo político quando da explicação das mudanças ambientais, não destinando atenção necessária aos fenômenos físicos e biológicos, se restringindo a explicar as mudanças ambientais apenas pelos determinantes políticos. O estudo dos fenômenos físicos e biológicos é necessário, mas, por outro lado, não se pode cair, o que de certa forma ocorre com estes dois autores, num determinismo empiricista que nega a teoria em função dos estudos de caso.

Altvater critica esta postura afirmando que a resignação teórica, bastante difundida, provoca cinismo na política ambiental e de desenvolvimento. Ele defende como “absolutamente necessária” a linha da “grande” teoria para que se apreenda “ao menos o âmbito social mundial para os projetos de desenvolvimento e de política ambiental”. Isto exige que as grandes teorias não se limitem a categorias tradicionais ou se restrinjam a ampliá-las “trans e interdisciplinarmente”, mas se coloquem o desafio de formar um novo discurso, “a produção teórica de novas distinções, apropriadas para ordenar a multiplicidade dos processos de desenvolvimento no fim do século XX, possibilitando sua reprodução categorial”.

Para o autor, a ignorância teórica se associa à arrogância prática de forma que se tenta aprender da Europa “sem

gastar tempo com a constatação de que modernização, desenvolvimento, industrialização e afluência ocorrem em uma sociedade mundial com recursos naturais limitados e relações de dominação econômica demarcadas que, por sua vez, transformam qualquer caso isolado em um momento da sociedade mundial economicamente contraditória, socialmente polarizada, politicamente conflitiva e ecologicamente unificada”.

Desta forma, a questão ambiental deve ser estudada em sua totalidade, fazendo a devida compreensão da relação homem-natureza, sociedade-natureza, sem entender as partes desta relação como elementos opostos, mas sim imbricadas num todo relacional. Assim como não podemos negar a existência e influência dos fenômenos físicos, também não podemos incorrer em análises que se fecham no economicismo extremado ou no naturalismo fundamentalista.

A compreensão desta totalidade parte, justamente, da indissociabilidade entre natureza e sociedade para investigar as dialéticas das mudanças ambientais e sociais e, assim, questionar as interpretações deterministas. Coelho (2000) afirma que tanto a complexidade do espaço urbano⁴ relacionado à estrutura de classes sociais quanto à complexidade das condições biofísico-químicas limitam evoluções determinísticas em relação à fé exarce-

As temporalidades distintas entre o econômico e o natural nos colocam diante da necessidade de ver que a degradação ambiental é, fundamentalmente, produto das contradições sociais impostas pela lógica do lucro.

bada na “capacidade auto-organizativa dos sistemas ecológicos” e sociais. Desta forma, a autora acredita que a elaboração de um conceito de impacto ambiental (que ela propõe para o estudo dos fenômenos onde esta presente a relação sociedade-natureza), pressupõe mudanças na noção de sistemas dinâmicos, por meio da “concepção de sistemas complexos, não-lineares e longe do equilíbrio”⁵.

O economicismo extremado cai numa negação da natureza, a corrida pelo lucro deixa-o cego, impedindo-lhe de ver a complexidade da relação sociedade-natureza. Por outro lado, anti-produtivistas e naturalistas fundamentalistas também redundam num superficialismo vulgar que pode se traduzir em posturas reacionárias em nome de uma pseudo-defesa da natureza. Corre-se o risco, inclusive, de identificar a liberdade como um perigo ao ecossistema, negando a racionalidade humana em favor do determinismo natural, o que chega a transformar as vítimas dos impactos ambientais em vilões, em culpados, inocentando os verdadeiros responsáveis.

Este movimento interpretativo acaba produzindo, em alguns momentos se resumindo, propostas para controlar arbitrariamente a taxa de natalidade⁶. Deixa-se de fazer a crítica devida à lógica mercantil adotando uma racionalidade mecânica, limitada e conservadora. Assim é até provável que alguns enalteçam um burguês que colabora financeiramente para a preservação de alguma espécie animal ou vegetal, mas que, por outro lado, reproduz a estrutura social concentradora de riqueza e, portanto, produtora de miséria, violência e mortes humanas relacionadas às chamadas doenças da pobreza. Altvater lembra que um país pode parecer ecologicamente consciente, produzindo e consumindo de modo eficaz, porque pode lançar mão do

que é produzido em outras regiões do planeta, ou seja, ele pode melhorar seu balanço energético se apropriando de energia (na forma de commodities, por exemplo) proveniente de outros países.

Nesta perspectiva, crítica também deve-se atentar para um certo utopismo que pode vir a ser perigoso. A interpretações ligadas ao que podemos chamar de visão clássica do desenvolvimento sustentável, defendem uma solidariedade entre os países e entre as gerações presente e futura como forma de combater a degradação ambiental e a pobreza. Entretanto, não questionam, pelo menos seriamente, as bases da exploração burguesa e as relações de poder a nível internacional.

A pobreza é fruto de um processo histórico em que uma parcela da sociedade se apropria dos meios de produção e dos recursos, empurrando a maioria para o caminho da miséria. Este processo é agravado no capitalismo em que a acumulação capitalista se transforma na principal responsável para a existência de um movimento que concentra riqueza em uma minoria em detrimento da humanidade como um todo.

A distância entre pobres e ricos se apresenta em escala global, mas também a nível local. As diversas cidades e países de todas as partes do mundo vivem esta contradição. Até os EUA, que procuram construir todo um estereótipo de progresso, têm que conviver com situações como a do Harlem, em que somente 40% da população masculina alcança 65 anos, inferior à expectativa média de vida de Bangladesh onde este percentual é de 55%. De outro lado, é possível afirmar que o modelo de consumo, trabalho e desenvolvimento do norte desenvolvido não pode ser estendido a todos os países do mundo (Altvater, op. cit.).

Assim, Altvater afirma que qualquer

estratégia de desenvolvimento, de industrialização, repercute no desenvolvimento e meio ambiente das demais regiões do planeta, de forma que as atividades econômicas transformam o meio ambiente e este quando alterado se apresenta como uma restrição externa ao desenvolvimento econômico e social⁷. Se constatamos que a limitação dos recursos naturais evita que as benesses, as “torres babilônicas”, da sociedade industrial “arranhem os céus em todas as direções”, poderemos entender que a industrialização é um luxo para apenas parte da população da Terra e não para sua totalidade.

Diante disto, “é impossível simplesmente dar continuidade às estratégias de desenvolvimento e de industrialização das décadas passadas (...) É uma ilusão, e por isto uma desonestidade, alimentar e difundir a idéia de que todo o mundo poderia atingir um nível industrial equivalente ao da Europa Ocidental, América do Norte e do Japão”. O gozo das benesses da sociedade industrial por uma pessoa coloca as demais em uma situação pior daquela vivida até então. Logo, as “sociedades industriais só podem reivindicar para si as benesses da afluência industrial enquanto o mundo ainda hoje não industrializado assim permanecer”.

As sociedades industriais capitalistas destroem a multiplicidade das espécies, fazendo com que o ambiente natural, ao se tornar mais uniforme e menos articulado, se apresente mais sensível a choques externos que podem fazer desaparecer um sistema como um todo: “a entropia⁸ natural cresce com a diminuição da complexidade de uma ordem” e contribui para a intensificação da “entropia social” das sociedades industriais⁹.

Diante do exposto, propor e buscar a equidade social sem denunciar as razões de sua não existência pode nos levar àquela situação em que o

cachorro fica girando em torno de si tentando morder seu rabo sem nunca conseguir fazê-lo. Mais do que isso, achar que os países subdesenvolvidos podem mudar sua situação por meio da solidariedade das nações ricas, pode conduzir a uma passividade de não ver que as relações entre estes países são conflitivas e que é neste campo de disputa que se deve procurar mudá-las¹⁰.

Mesmo Sachs, com sua interpretação mais complexa, também incorre em limitações. Ele defende uma perspectiva que fuja do imediatismo da lógica do lucro e incorpore o longo prazo como horizonte, incluindo dimensões econômicas, sociais, ecológicas, espaciais e culturais. Mas acredita ser possível alcançar um desenvolvimento com justiça social por dentro das estrutura capitalistas.

É possível superar a dicotomia natureza versus sociedade, natureza versus homem. Mesmo identificando temporalidades diferentes na natureza e na economia, Bensaid afirma que a superação da dicotomia passa pelo estabelecimento do diálogo entre a crítica da economia política e a crítica da ecologia política, já que ambas enfrentam o mesmo inimigo, qual seja, o fetichismo mercantil, a sede pelo lucro. O autor não está propondo uma fusão destes campos do conhecimento científico, mas, como afirmamos, o diálogo, uma relação por meio da qual a crítica da ecologia política reforça a crítica da economia política.

Também propondo o diálogo entre economia política e ecologia, Coelho defende que não se deve considerar apenas os aspectos ecológicos, mas os espaciais, sociais, políticos e culturais do meio ambiente, de forma a examinar as “relações dinâmicas entre natureza e sociedade e as estruturas sócio-espaciais temporariamente determinadas”.

Ao criticar a lógica da causalidade unidirecional que conduz ao determinismo, Coelho afirma que os estudiosos dos impactos ambientais transformaram-se, majoritariamente, em “herdeiros dos métodos dos cientistas naturalistas”, o que faz com que muitos continuem não pensando relacionamente, “dominados pela relação linear de causa e efeito”. Eles preocupam-se mais com os efeitos imediatos, locais, do que com os processos. Mas para que se possa compreender verdadeiramente a “singularidade dos processos locais” se faz necessário interpretar articuladamente os micro e macroprocessos de mudanças, de forma que se utilize um método que vá do local ao global e vice-versa.

Ao trilhar este caminho as possibilidades, as dúvidas têm que ganhar mais atenção, pois as leis gerais da sociedade, segundo a autora, “não comportam nenhuma certeza, exatidão ou predição. A descoberta da complexidade coloca em cheque a abordagem determinista, compartimentada e reducionista. O caminho das possibilidades deixa assim de ser evitado sem que seja preciso abrir mão do rigor científico”.

Está lançado o desafio. De um lado, a crítica da economia política precisa complexificar suas interpretações sobre a relação homem-natureza, trazer as questões ambientais para o campo da economia e das relações sociais. De outro, a ecologia deve negar as pressões naturalistas anti-humanistas, abandonar a pretensão de absorver ou substituir a crítica da economia política.

ca. Deve, assim, desenvolver um olhar que, resgatando a interdependência entre sistemas econômicos e ecológicos, busque a verdadeira unidade entre homem e natureza.

Mas vencer o desafio, quebrar a racionalidade do lucro, exige, na interpretação de Bensaid, a conformação de uma democracia política radical onde o homem se reconquistaria enquanto “ser natural humano”, o que se traduziria no “naturalismo consumado” ou comunismo, em que se verificaria a abolição positiva da propriedade privada (instrumento de alienação humana) e “apropriação da real essência humana pelo homem e para o homem”. Assim, se resolveria o antagonismo entre homem e natureza, entre homem e homem, e se obteria a “a verdadeira solução da luta entre existência e essência, entre objetivação e afirmação de si, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero” (Marx, in Bensaid).

Isto significa que a luta pela proteção ambiental, pela resolução de questões ambientais, só se dará no nível macro? Que só participaremos se estivermos todos de acordo com a supressão da sociedade capitalista pela socialista? De forma alguma. As questões mais localizadas merecem muita atenção, muito cuidado. Até mesmo porque é diante destas questões que poderemos abrir espaços para questões mais amplas, mais profundas, mais estratégicas. Mas é preciso que se tenha claro que as questões ambientais, em última instância, mesmo estando sensível às suas especifici-

dades, só se resolvem se elevadas a planos superiores. Tal qual não podemos negligenciar diante de sua importância, também não devemos nos restringir ao seu imediatismo, nos tornando cegos para suas interconexões globais. À luta presente, localizada, deve-se incorporar a compreensão de que os interesses de classe (com o Estado presente) permeiam os problemas ambientais. A luta pelas políticas públicas, por legislações ambientais mais efetivas, pela proteção de espécies em extinção, deve ser acompanhada pela vontade de mudança da estrutura de dominação burguesa.

Mas um alerta deve ser exposto: de antemão, a luta pelo estabelecimento de uma nova sociedade não está pré-determinada quanto a seu resultado, o que impõe um compromisso efetivo e maior por aqueles que assumem este desafio. Este compromisso tem uma face de prática cotidiana, mas também de atualização teórica, buscando fugir de determinismos e objetivando compreender os novos fenômenos da complexidade do mundo do qual somos parte.

Podemos resgatar as palavras de Lowy (2000-b) para concluir que as reformas parciais são totalmente insuficientes, se fazendo necessária uma economia de transição para o socialismo “re-encaixada” no meio ambiente social e natural, tendo por base a definição democrática das prioridades e dos investimentos pela própria população, sendo contrária, portando a imposições pelas ‘leis do mercado’ ou por politburo onisciente, burocrático. Esta transição tem que conduzir a um modo de vida diferente, alternativo, “a uma nova civilização, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e da produção ao infinito de mercadorias prejudiciais ao meio ambiente (o carro individual!)”.

A luta pelo estabelecimento de uma nova sociedade não está pré-determinada quanto a seu resultado, o que impõe um compromisso efetivo e maior por aqueles que assumem este desafio.

A luta pela resolução das questões ambientais, por mais diversas que se apresentem, é uma totalidade relacional, com expressões macro e micro, com ritmos diferentes, mas que começa já, ou melhor, que deve ser recomeçada todos os dias para que no futuro o homem, ao se libertar da lógica do lucro, se encontre com ele mesmo.

NOTAS:

1. A capacidade de suporte seria uma espécie de índice ótimo, a capacidade máxima de população que um determinado sistema suportaria, isto é, o equilíbrio entre população e recursos.

2. Lowy identifica esta compreensão de progresso nos textos de Marx de 1853 sobre a Índia.

3. Esta dialética do progresso é identificada em várias obras, inclusive em *O Capital*, onde afirma que o progresso técnico é ao mesmo tempo uma calamidade social, que a produção capitalista agride ao mesmo tempo tanto os homens quanto a natureza: "a produção capitalista desenvolve, portanto, a técnica e a combinação do processo de produção social esgotando ao mesmo tempo as duas fontes donde brota toda riqueza, a terra e o trabalhador" (Marx in Lowy, 2000-A).

4. Coelho se refere ao espaço urbano por ser sobre este sua reflexão neste momento. Podemos estender esta interpretação para as outras formas de espaço.

5. "O impacto ambiental é indivisível. No estágio de avanço da ocupação do mundo, torna-se cada vez mais difícil separar impacto biofísico de impacto social. Na produção dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas, e são por elas transformadas. Como um processo em movimento permanente, o impacto ambiental é, ao mesmo tempo, produto e produtor de novos impactos". Assim, ele não é apenas resultado, mas também relação. Mais: "Os impactos ambientais são mudanças de relações ecológicas e sociais que precisam ser interrogadas incessantemente" (Coelho, op. cit.).

6. Mesmo quando "não autoritárias" muitas proposições ainda redundam no controle da natalidade. O Relatório 2001/FNUAP, já citado, propõe maior poder às mulheres. Faz isso por querer enfrentar uma sociedade machista e opressora? Não. O faz por acreditar que com

isso a mulher vai ter maior controle sobre a natalidade, diminuindo o crescimento populacional.

7. "Os efeitos dos processos econômicos de transformação material e energética (inclusive os efeitos externos assim produzidos) tendem a possuir um alcance crescente com o desenvolvimento técnico. Ao mesmo tempo, a natureza externa tem como fonte de matérias-primas e depósito de emissões uma capacidade de absorção e de transformação também tendencialmente decrescente, já que os encargos do passado atuam como restrições no presente" (Altvater, Idem).

8. Entropia é o processo em que se tem perda de energia, em que parte da energia útil, quando transformada, é perdida de forma irreversível. Este conceito é originalmente usado para o estudo eminentemente físico, mas passou a ser adotado no estudo dos fenômenos sociais.

9. "Concorrentes são eliminados (de maneira simples ou comovente) na medida em que lhe são retiradas as bases vitais: concorrentes que não conseguem se defender, povos indígenas, espécies de animais e vegetais. Quando se extingue uma espécie de ave, extingue-se (pela estatística) meia espécie de mamíferos, duas espécies de peixes, 35 espécies de plantas e 90 espécies de insetos. Deste modo o curso da evolução é influenciado por uma espécie, precisamente pelo homo sapiens, em uma velocidade jamais ocorrida antes na história da vida na Terra." (Altvater, idem).

10. O presidente do Bird, James Wolfensohn, na reunião do G-20 (7 países mais e os países em desenvolvimento mais importantes) defendeu o documento assinado pelo Banco em que afirma que os países mais ricos terão que estabelecer compromisso de aumentar e harmonizar a ajuda aos demais países. Estes países teriam ainda, segundo o presidente, que abrir inteiramente seus mercados à exportações dos países em desenvolvimento (O Globo, 17.11.01). Toda a polêmica em torno das regras da OMC sobre o comércio mundial (e a política protecionista dos países centrais) demonstra o quanto é enganosa esta defesa. Além do que este tipo de defesa não vem de agora, sem contudo deixar o campo puramente da retórica para a prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSAÏD, Daniel. Marx o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (século XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COELHO, Maria Célia Nunes. Impactos ambientais em áreas urbanas - teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antonio José Teixeira. e CUNHA, Sandra Baptista da. (orgs.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Bertand Brasil, 2000.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. São Paulo: global. 1986.

FOLADORI, Guillermo. Los límites del desarrollo sustentable. Montevideo, Revista Trabajo y Capital, 1999.

HARDIN, Garret. The tragedy of commons. In: DALY, H. Econ. ecol. ethics. San Francisco: W N Freeman, 1980.

JORNAL DO BRASIL. Humanidade vem saqueando a Terra. Rio de Janeiro, 08.11.2011, caderno internacional, p. 12.

LOWY, Michel - a. A dialética marxista do progresso. In: LOWY, Michel, e BENSAÏD, Daniel. Marxismo, modernidade e utopia. São Paulo: Xamã, 2000.

LOWY, Michel - b. De Marx ao ecossocialismo. In: LOWY, Michel, e BENSAÏD, Daniel. Marxismo, modernidade e utopia. São Paulo: Xamã, 2000.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1988.

O GLOBO. Caderno de Economia, p. 21. Rio de Janeiro, 17.11.2001.

SACHS, Ignacy. Caminho para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SOUZA, André Luiz Lopes de. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: uma reflexão crítica. Papers do Naea. Belém, Naea.

VAYDA, Andrew P, e WALTERS, Bradley B. Against political ecology. Human ecology, vol. 27, n. 1, 1999.

WALLERSTEIN, I. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.) Teoria social hoje. São Paulo, Unesp.

Gilberto Marques é professor da Universidade Federal do Pará

Aluizio Lins Leal *

Os Estados Unidos: começo do fim



O maior atentado terrorista da história dos Estados Unidos, como a imprensa, na sua vulgaridade, o rotulou, acontecido em Nova Iorque e Washington, no dia 11 de setembro, na verdade já se tornou, *de facto*, um dos mais importantes marcos da própria História: não só foi a ação impossível contra o maior império de todos os tempos, como também revelou a que nível chegou a decisão dos que o desafiaram, num caminho sem volta. Se a coerência fosse um atributo próprio dos impérios, os Estados Unidos procurariam entender o que os levou a serem tão odiados, assim como o que levou os que o odeiam a essa atitude extrema. Mas a coerência não é o atributo dos impérios, e, sim, a sua antítese - a arrogância - pois se fossem coerentes não seriam os impérios que são.



Mas muito além da rasteira lengalenga dos jornais, das emissoras de rádio e da televisão, que convidam todo mundo a ser imbecil e a limitar-se a constatar que nada mais houve do que um atentado terrorista e pronto, e que daqui pra frente o mundo não mais será o mesmo - repetindo *ad nauseam* esse chavão idiota, sem sequer saberem o que quer dizer o que repetem - é preciso reagir a esse convite imbecilizador, e questionar as origens e os desdobramentos do ocorrido, para que amanhã não se alegue ignorância sobre o que mudou desse momento em diante, nem da responsabilidade comum de todos perante o futuro.

Em primeiro lugar, vale perguntar quem primeiro foi terrorista, pois é difícil inserir no quadro do terrorismo vulgar

quem imola a própria vida nesse ato. Essa atitude é própria dos que têm uma causa que lhes justifica o sacrifício, e mais: um motivo que justifique esse sacrifício pela causa. Embora o inegável impacto da brutalidade da ação, um ato desses tem uma natureza distinta da do ato que visa simplesmente infundir pavor na parte atacada. Em um caso assim, a entrega da própria vida atende, claramente, a uma causa coletiva e maior. Talvez - ressalvadas, é claro, as circunstâncias e os motivos que determinaram isso - sejam os kamikase japoneses os mais claros exemplos desse ato extremo, pois representaram a entrega do que mais valioso havia na sociedade japonesa em guerra contra os Estados Unidos - a nata da sua juventude - no estágio em que o Japão, exaurido materialmente, já

lutava movido pelo puro desespero. O suicídio representa o sacrifício supremo, quando já estão inteiramente esgotadas todas as demais possibilidades da luta em igualdade de condições. Portanto, rotular árabes ou muçulmanos como terroristas, sem outra razão que a de serem eles os inimigos é repetir a atitude maniqueísta dos norte-americanos, que, durante a Segunda Guerra Mundial, logo criaram a categoria do japonês fanático para caracterizar os kamikaze. Uma atitude dessas não revela nem explica a verdadeira profundidade do problema; pelo contrário, a falsifica. E é cada vez mais crescente o número de jovens militantes árabes que se têm imolado em atentados ligados à causa palestina, que é a luta por um espaço de identidade natal, como também de jovens árabes - irania-

nos, libaneses, iraquianos, etc. - unidos por um sentimento comum de luta contra uma indesejável tutela imperial sobre seus países, sua raça e sua cultura. Lançar mão dos rótulos do terrorismo e do fanatismo para esses casos apenas serve, isso sim, para dar apoio ao intolerante arbítrio dos Estados Unidos em punir quem bem entenderem, como melhor lhes convier. Unir-se à claque que olha as coisas dessa maneira indica ou a imbecilização produzida pela adesão irresponsável à ação ideológica dos jornais, rádios e televisão ou à fidelidade acabada dos países-cachorros, cujos governantes se submetem de modo indiscutido e dócil à vontade do Império.

Além disso, é emblemático como o governo e a própria sociedade norte-americanos admitem, como se isso fosse a mais natural das coisas, que a presidência do país usa a CIA ou quaisquer outros meios para “neutralizar” - isto é, eliminar gente, em outros países e outros povos indesejáveis para os interesses dos EUA. Salvador Allende, o general chileno René Schneider, Fidel Castro, Muammar Khadafi - para citar apenas uns pouquíssimos - foram alvos disso, e, em vários desses casos, a eliminação do condenado foi realizada com absoluto sucesso (a do general René Schneider teve o envolvimento direto do então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger). Embora não seja apenas através da CIA que age o governo norte-americano, como também essas não foram - nem são - as únicas ações em que ela, CIA, é empregada por ele, ele age através dela sobre outros países comprando funcionários, financiando a repressão, corrompendo governantes, subvencionando golpes de Estado, seqüestrando e assassinando gente indesejável, como se viu acima, e outras mais ações do gênero. Foi através desse *modus operandi* que ele impôs ditaduras terríveis, como as de Videla et caterva, na Argentina, de Pinochet, no Chile, o pavoroso golpe de Suharto, na Indonésia, e manteve à força ditaduras institucionais, como a coreana, isso sem falar nos governos-fantoches - como o do Vie-

Esse castigo pode surgir pelas mãos das polícias ou dos exércitos dos governos sabujos, dos seus helicópteros, das esquadrilhas das coalizões, ou, simplesmente, da máquina de guerra dos Estados Unidos, carrascos implacáveis contra os que não se submetem à ordem imposta aos dominados.

tnam, por exemplo -, e nos corruptos regimes abertamente apoiados por ele, como o de Syngman Rhee (uma das circunstâncias que agravaram o clima associado ao início da Guerra da Coréia), ou de Ferdinand Marcos, das Filipinas (cuja substituta, Corazón Aquino, sucessora dele, teve o seu nome examinado e aprovado dentro do próprio território norte-americano); manteve o apoio estratégico indispensável a ditadores institucionais como Fujimori, no Peru, através ou da colaboração direta à eliminação de opositores, como no caso da embaixada japonesa, em Lima, ou de gordas dotações em dinheiro aos seus órgãos de repressão chefiados por gente corrupta e sanguinária, como um Montesinos; financiou governos desregradamente genocidas, como os de El Salvador e Guatemala, garantiu todos os subsídios necessários à agressão genocida a um país, como aos contra, na Nicarágua, financiou grupos terroristas destinados a desestabilizar governos, como aos gusanos, contra Cuba, subvenciona até hoje a dura repressão do governo mexicano contra os zapatistas e os índios em geral, mantém o corrupto e assassino regime colombiano contra o seu próprio povo, criou Israel como Estado-Tampão para garantir o controle militar e político dos países produtores de petróleo, e por aí afora. Em suma: sob uma imagem de inteira isenção e naturalidade, produziu golpes, ditaduras, repressão e tortura permanentes e outros elementos e situações de dominação contra uma enorme quantidade de povos ao redor do mundo.

Quem dera, porém, que essa fosse a única forma de intervenção praticada pelo Império. Além dessas claras agressões, que servem de aviso preventivo, em qualquer quadrante do globo, a qual-

quer governante, de que os seus atos terão que se cingir à ordem que ele estabelece ou serão derrubados, existe - e como! - a prática contumaz do massacre contra os povos que não se enquadram nessa ordem. Todo e qualquer povo ou nação que se recuse a seguir as suas regras, mesmo contra seguidas ameaças, ou resista - mesmo que passivamente - às intervenções destinadas a fazê-lo entrar na linha, será, afinal, alvo do massacre, que é o estágio punitivo reservado aos que se mostraram rebeldes a todas as demais medidas. Esse castigo pode surgir pelas mãos das polícias ou dos exércitos dos governos sabujos, dos seus helicópteros, das esquadrilhas das coalizões, ou, simplesmente, da máquina de guerra dos Estados Unidos, carrascos implacáveis contra os que não se submetem à ordem imposta aos dominados. Quaisquer que possam ser as consequências desses corretivos, elas sequer são levadas em conta por esse matador exemplar, o Império: os seus soldados, seus helicópteros ou seus aviões, ou os dos seus aliados ou mandados, despejam metal e fogo sobre gente inocente dos miseráveis povos agredidos que, sem condições materiais para socorro, na sua pobreza, morrem à míngua. E o pior: esses atos não são ocorrências isoladas ou eventuais; são, isso sim, prática freqüente, a ponto de fazer esses pobres povos indefesos entrarem em surtos de puro terror ao ouvirem o silvo de uma turbina ou o barulho das pás de um helicóptero. E esse é o cotidiano dos povos e países pobres do Oriente, da América Latina, da Ásia - enfim, de todos os continentes - pois é sobre todos os cantos do mundo que se estendem as asas assustadoras da Pax Americana. E fazem isso desde que ascenderam à condição

de governantes absolutos do mundo; aliás, até mesmo antes disso. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando se preparavam para assumir a direção do planeta, já davam mostras claras de que estavam dispostos a botar no chinelo a barbárie nazista: o bombardeio cirúrgico de Tóquio, planejado em minúcias pelo general Curtis Le May, depois chefe do célebre Comando Aéreo Estratégico da Guerra Fria, é um dos mais acabados exemplos de crime de guerra e peça clássica do mais cruel genocídio contra a inocente população civil: foram 140.000 pessoas mortas em uma só noite; isso para não se falar dos holocaustos de Hiroshima e Nagasaki, ordenados por um presidente americano que, sob a alegação de que uma eventual invasão do Japão por tropas norte-americanas resultaria no risco de baixas não desejadas entre os seus rapazes, resolveu, por precaução, mandar matar mais 120 mil civis inocentes, apenas para evitar uma invasão que poderia vir a “colocá-los em perigo”. E daí por diante, essa faina não parou: na agressão contra a Coreia, os Estados Unidos, além de outros crimes, pulverizaram Pyongyang, numa devastação que, incrivelmente, superou até mesmo a ferocidade do cerco nazista a Stalingrado, que se especula ter sido devastada em 98% - ao passo que os dados atestam que Pyongyang foi inteiramente arrasada. Imagens patéticas desse massacre, que constam dos próprios documentários norte-americanos, mostram cenas terríveis pela desumanidade - por exemplo, um casal de crianças coreanas chorando de pavor, o menor, desesperado, tentando aos gritos animar o cadáver da mãe morta pelo bombardeio assassino; outra, ainda, mostra pilhas inacreditáveis de cadáveres - inacreditáveis, mesmo, em tamanho igual ou maior do que qualquer outra produzida pelos campos de concentração nazistas - exibindo, porém, como traço ainda mais amargo, cadáveres de crianças em imensa quantidade, como resultado do cruel furor do Império em castigar aquele povo indefeso. E por pouco esse genocídio não foi, ainda, mais pavoroso, pois

irritado pela reação chinesa, que pôs os norte-americanos quase de joelhos, o feroz general Mac Artur pretendeu reagir a esse inaceitável atrevimento amarelo, despejando nada menos que vinte e seis bombas atômicas contra a Coreia, a Manchúria e a União Soviética, coisa que só não levou a cabo porque o mesmo Truman, o - até hoje - único veredicto nuclear da História, sabendo que agora os soviéticos também dispunham de poderio atômico, recuou cauteloso. E - claro -, nem é preciso falar do que foi o Vietnã, onde o número de vítimas foi quase duas vezes maior que os três milhões de mortos da Coreia, com a humanitária ajuda do napalm para que o Império levasse a cabo a asséptica tarefa a que se havia proposto - submeter o povo vietnamita em nome da Democracia e contra o Comunismo - na qual não faltaram demonstrações explícitas de selvageria (!) por parte de representantes da saudável juventude norte-americana que, mais tarde, viriam até mesmo a tornar-se senadores, levando consigo para o seu Congresso a mesma fé inabalável na Democracia que os havia feito degolar impiedosamente pacíficos camponeses, como foi o caso do hoje senador norte-americano Robert Kerrey, cujo passado homicida contra pobres camponeses de uma aldeia vietnamita veio recentemente à luz - isso sem falar, é claro, das inúmeras My Lai em número ainda não corretamente conhecido - apenas porque os massacres lá ocorridos ainda não foram dados a público como o do senador Kerrey e do exemplar assas-



sino William Cayley. E o que dizer da Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala e outros, onde o poder do Império garantiu um horroroso banho de sangue, fartamente documentado pelos telejornais? E a Etiópia? A Somália? O Sudão? E os palestinos? E o Iraque, onde a mortalidade infantil disparou a um nível insuportável - mais de meio milhão de crianças mortas -, devido ao bloqueio que o impede de importar alimentos e remédios?

Ora, se isso não é terrorismo, o que é, então?

Bem, para o arrogante modo norte-americano de ver as coisas não é; afinal de contas, trata-se apenas de ações contra governos, pessoas ou sociedades que os incomodam, ou, pelo menos, eles acham assim - e pronto. É fácil a tradução dessa postura: terrorismo nosso não é terrorismo; o dos outros é. E o que é mais interessante é que os Estados Unidos patrocinaram vários dos que hoje condenam como inimigos apenas porque deixaram de ser seus colaboradores. Noriega, Saddam Hussein e Osama Bin Laden são três exemplos desse caso: foram, em diferentes níveis e momentos, usados por eles sem qualquer prurido moral ou resquício disso, em função dos seus objetivos imperiais. Enquanto os tinham como aliados, os chamavam de lutadores da liberdade, defensores da democracia - ou outra qualquer daquelas baboseiras maniqueístas, tão ao gosto ideológico dos norte-americanos; quando eles passaram a seguir o caminho próprio que já tinham, diverso do que queria o Império, viraram de imediato traficantes, terroristas, ou coisa assim - e passaram a ser submetidos ao martelamento sistemático que a imprensa americana impõe contra quem quer que tenha a audácia de desafiar o poder dos EUA. Os agora chamados acampamentos terroristas do Afeganistão, cuja destruição os apologistas da retaliação e da vingança querem para já, são os mesmos - os mesmíssimos - que foram largamente subvencionados pelos dólares norte-americanos quando serviam a fustigar a presença da

União Soviética - o que interessava aos Estados Unidos - e se tornaram os núcleos guerrilheiros "especializados" de hoje.

Vale dizer, também, que esse hábito de recrutar aliados convenientes é, igualmente, uma prática contumaz que não é de hoje: uma prova inconteste do respeito dos Estados Unidos por aquilo que costumam proclamar ser um dos seus maiores valores - o amor à Democracia - veio à tona em 1987, quando começou o julgamento do temível Carniceiro de Lyon, o famoso Klaus Barbie, responsável pelo massacre de um número incalculável de pessoas durante a ocupação nazista da França. Ali começou, também, a ficar claro porque ele tinha demorado tanto tempo a ser encontrado e julgado: é que os militares norte-americanos, tendo-o encontrado antes que os franceses, acobertaram-no, contrataram-no para os seus serviços de inteligência, pagando-lhe salário, e ajudaram-no a escapar da justiça da França, cujos maquis haviam ajudado decisivamente os Estados Unidos a ganhar a Guerra e tornarem-se a potência que hoje são. Barbie havia sido o responsável sobretudo pelo massacre de um número imenso de patriotas franceses, aliados e amigos dos norte-americanos. Pois membros do Serviço de Inteligência do Exército norte-americano ouvidos a respeito, declararam que sabiam, sim, que Barbie havia sido da Gestapo, que ele era procurado pela justiça francesa; mas que nada disso lhes importava, pois a sua "competência", para eles, era mais importante; e quando ele, afinal, cumpriu o seu "período útil", deram-lhe uma identidade falsa, para que fugisse para a América do Sul - e continuaram a garantir-lhe a cobertura necessária, pagando-lhe regularmente uma "aposentadoria" pelos "serviços" prestados.

Tudo isso, pois, mostra que estamos diante de um império que assume, antes de qualquer outra coisa, um estrito compromisso amoral com os seus interesses, mesmo que isso tenha diante de si o seu compromisso com os seus aliados, e mais que isso - o compromisso com os seus amigos. Isso é o resultado do fato



de que entre todos os grandes países capitalistas ele é o único que já nasceu como projeto capitalista acabado, pois já vinha desenhado na cabeça protestante dos peregrinos, munidos do Individualismo como parâmetro do comportamento social filtrado dos anseios de uma Europa contestatária e reformista. É a essência individualista da sociedade norte-americana como exemplo da sociedade burguesa que explica a reação implacável dos norte-americanos em arrear a ferro e a fogo quem quer que se coloque no caminho da expansão do Capitalismo como seu projeto histórico. E a sua história comprova amargamente isso: primeiro, os índios; depois, os mexicanos; daí por diante, qualquer um que se atravessasse no meio dele: o Japão do shogunato, a Espanha de Cuba e Filipinas, e por aí afora. É esse aspecto histórico que explica toda a sua brutalidade, toda a sua arrogância imperial; para os norte-americanos, o Capitalismo é o mais perfeito sistema de toda a História, e - por terem sido fruto dele como projeto histórico - têm consigo a tarefa messiânica de propagá-lo. Essa mentira que serviu admiravelmente aos primeiros momentos da sua expansão, cristalizou-se como ideologia, durante o seu processo de consolidação como nação imperialista, e os persegue até hoje como a mentira que deu certo com o auxílio da violência.

Por outro lado, não se pode esquecer que o povo norte-americano também é um alvo das condições desiguais criadas

pelas forças do Capital e pelo Estado no seu país. Embora a sociedade norte-americana seja uma das mais privilegiadas de toda a História, ela ainda concentra dentro de si uma profunda desigualdade, que atinge as suas camadas populares. Nessas camadas, são significativas as parcelas de negros, índios e latinos, como expressão do resultado da sua formação histórica e da repartição, entre as diversas camadas sociais, das tarefas e dos benefícios da produção social. Principalmente nos Estados do Sul, onde se concentrou historicamente o latifúndio, próximos do território mexicano, os negros e mestiços formam um significativo contingente deserdado que se confunde com a faixa pobre e miserável da população. A sua falsa emancipação como minorias, falsa porque se deu pelo seu acesso à impiedosa competição capitalista que premia os "competentes" e relega os "perdedores" à exclusão, manteve os excluídos identificados pelas suas caras étnicas. Esses excluídos representam a mais absurda expressão de pobreza em uma sociedade reconhecida sobretudo pela sua extraordinária riqueza, bem como são a afirmação incontestada do caráter profundamente desigual da sociedade capitalista, da qual a norte-americana é o seu mais acabado exemplo. Essa distinção é necessária, porque, neste momento, não se podendo deixar de levar em conta a terrível brutalidade que foi o ataque em si contra o Centro Mundial de Comércio, os mortos resultantes dele representam uma perda social inaceitável e uma agressão contra toda a Humanidade como dividendo final do processo que culminou nesse ato. Porém, em contrapartida, não se pode, também, deixar de considerar que isso derivou da violência representada na desigualdade e na exploração social contra o caráter pacífico não só do povo norte-americano - mas de todos os povos submetidos a ela. O pacífico povo norte-americano, vítima do belicismo da sociedade norte-americana, sofreu, nos seus mortos, uma perda irreparável para todos os que desejam realmente a Paz.

Por isso é preciso que se tenha um

retrato mais próprio dessa sociedade. E para se ter isso, é necessário que se avalie como se manifestam os elementos essenciais que destacam a natureza do imperialismo norte-americano - o seu maniqueísmo e a sua arrogância - através dos dois canais de expressão que mostram mais claramente como ela pensa e como ela age: a sua opinião pública e a imprensa.

A opinião pública norte-americana, como fruto da sua formação histórica, incorpora consigo toda a propensão à violência que marcou a formação dos Estados Unidos à sombra do Capitalismo como projeto social: foi sempre através da violência que os colonizadores do território norte-americano trataram todos os povos e raças cuja cultura não se sintonizava com esse projeto, e que foram aqueles que lhes serviram para isso na qualidade de força de trabalho - os negros - , aqueles cuja existência representava um obstáculo à continentalização do território como espaço para o Capitalismo - os índios - ou ainda aqueles cujos territórios eram cobiçados como espaço de expansão desse projeto - os latinos, representados nos mexicanos. Sobre todos eles, a violência foi exercida como necessário: sobre os mexicanos, fazendo-lhes a guerra, expropriando-os do seu território e convertendo-os numa extensão subordinada, um armazém de gente inferior, relegada ao quintal contíguo ao território principal; sobre os índios, impondo-lhes o mais sanguinário genocídio, para liberar para o Capital o território que ocupavam; sobre os negros, incluindo-os na sociedade sob a amarga violência da exclusão, confinando-os a um redil social que se destinava a tê-los como um verdadeiro estoque de bestas humanas mantidas exclusivamente para o trabalho e submetidos à condição de gente inferior. Em todos os mo-

mentos dessa História, portanto, a violência foi usada como método por esses colonizadores contra esses povos ou raças, fazendo dela um dos marcos mais próprios da sua cultura. É por isso que expressões derivadas da violência - por exemplo, a repressão e a vingança - sempre foram referenciais de fundo para a opinião pública nos Estados Unidos. De par com isso, a sua prática expansionista formou neles, para sempre, uma obstinada paranóia: a de que nunca deixaria de haver, contra a sua missão messiânica de propagar o Capitalismo, um inimigo à espreita. Por isso mesmo, os próprios norte-americanos conscientes da sua História reconhecem que em todos os momentos dela sempre esteve presente entre eles a sensação da existência ameaçadora de um inimigo embuçado, pronto a atacá-los; portanto, eles nunca deixaram de identificar esse inimigo nos grupos sociais que se opunham ao seu projeto, ou que, simplesmente, eram "estranhos" a eles: no século XVII, os índios; no século XIX, os imigrantes; no século XX, os comunistas. Deste modo, a opinião pública norte-americana, ao longo da sua História, amalgamou um sentimento latente de legitimidade da agressão preventiva contra um "inimigo" que sempre deve estar escondido em algum lugar, pronto a atacar de surpresa - e que ela elege quem é de acordo com o momento e conforme a sua conveniência. É claro que a necessidade de agir desse modo para garantir esse propósito - a expansão do Capitalismo como projeto social - exige um vigoroso pretexto ideológico para suportá-lo; então, a estratégia mais eficiente é passar a imagem de que os agentes desse projeto representam o Bem - e quem se opõe a ele representa o Mal. Foi isso que fizeram, e isso os levou, por consequência, a considerar legítima a violência gratuita,

a fazer dos belicistas os seus maiores heróis, e pôr no ostracismo aqueles que não o são - pois os seus belicistas sempre apoiarão a guerra do Bem (que são eles) contra o Mal (que serão todos os que se tornarem obstáculo às suas intenções). E é por isso, por exemplo, que Theodore Roosevelt, agressivo e belicoso, que tomou Cuba à Espanha e o Panamá à Colômbia, é cultuado como um dos maiores heróis americanos - senão o maior de todos eles; é por isso que Mac Artur foi transformado em herói nacional por querer a destruição dos comunistas - e é também por isso que Carter, que defendia um desajeitado e inconsistente projeto de Direitos Humanos, apesar de ter tentado uma (desastrada) operação de força contra o Irã, foi defenestrado por essa mesma opinião pública, por ser considerado um governante fraco, que não sabia ter pulso firme para usar o chicote como instrumento da vontade americana. O Macartismo, portanto, só poderia ter nascido de uma sociedade com uma opinião pública como essa, com a qual se identifica de modo ideal: agressivo e intolerante contra valores que não sejam os seus, maniqueísta a ponto de logo tomar a providência de caracterizar o inimigo sob a dicotomia do Mal contra o Bem - assim como negando a ele qualquer valor positivo, o que a faz assumir uma postura discriminadora e segregacionista, que produz a arrogância como sua extensão natural. Esses traços fundamentais da opinião pública norte-americana orientam a sua maneira de ver e julgar, sobretudo se os seus interesses são parte envolvida no processo.

Do mesmo modo, estimulam, também, o preconceito contra os que ela passa a considerar inferiores. O famoso general William Sherman, festejado herói nacional, dizia, sem meias palavras, em 1867: "cada vez que eu vejo esses índios mais me convenço de que eles todos devem ser mortos, ou mantidos como uma espécie indigente". Amostra explícita de um traço próprio da cultura americana, uma postura dessas também explica porque um Clinton - por exemplo - não teve qualquer escrúpulo em orde-

Theodore Roosevelt, agressivo e belicoso, que tomou Cuba à Espanha e o Panamá à Colômbia, é cultuado como um dos maiores heróis americanos - senão o maior de todos eles.

nar ataques aéreos contra inocentes etíopes, sudaneses e afegãos, apenas para livrar-se dos baixos índices de aprovação que os seus compatriotas lhe conferiram. É esse desprezo que os norte-americanos dedicam aos povos que eles classificam na condição de meras sub-raças que lhes faz achar normais atitudes que eles próprios considerariam nada menos que genocidas em outros que não eles, e - principalmente - se tomadas contra eles. Colin Powell, atual secretário de Estado, quando foi comandante das tropas norte-americanas na guerra do Golfo, declarou, a respeito do que iam perpetrar contra o Iraque: "a nossa estratégia é bem simples: primeiro nós vamos cercar; depois, vamos matar", numa previsão tão fria quanto natural sobre as centenas de milhares de vítimas do massacre que os seus meios de comunicação tomariam a providência de esconder, transmitindo as imagens dessa "guerra" como se se tratasse apenas de um videogame, e não de uma chacina; é como se para eles os povos da periferia não passassem de algo impreciso e difuso que vive além da cerca do fundo do quintal, e cuja maior serventia é poderem estar à mão como um rebanho de animais a ser usado como alvo das suas armas - e contribuir, por exemplo, para melhorar os índices de aprovação de um presidente acossado pela hipócrita e puritana opinião pública do seu país, escandalizada pelas estrepolias nada ortodoxas do seu charuto no salão oval da Casa Branca.

Essa mistura incendiária de maniqueísmo, intolerância, propensão à violência e preconceito sempre produziu, da parte deles, reações raivosas contra qualquer atitude que eles identifiquem como uma provocação contra si. Tomemos um caso emblemático: nunca - nunca - em toda a História, durante a Guerra Fria ou depois dela, houve qualquer vôo de avião soviético ou chinês em missão de espionagem sobre território norte-americano. Aliás, se isso tivesse acontecido, provavelmente o mundo teria assistido a uma Terceira Guerra Mundial, pois esse episódio não teria deixado de ser explorado



pelos Estados Unidos como a mais torpe das agressões e um ataque insidioso à Democracia. No entanto, eles sempre consideraram seu direito natural, em nome dessa mesma Democracia, manter vôos regulares de espionagem, devassando território soviético e chinês, tanto que três deles foram derrubados - um, recentemente, sobre a China; e dois sobre a União Soviética - sendo que dos dois abatidos pelos soviéticos, um era um avião comercial da Coreia do Sul, pilotado por dois coronéis da força aérea sul-coreana, numa "missão civil" (a Coreia do Sul é um dos mais exemplares países-cachorros dos Estados Unidos) que serviria de sombra no radar soviético, para injetar (termo do jargão da espionagem militar aérea) um avião militar norte-americano de espionagem (com o qual ele foi confundido), deixando à maldade comunista dos soviéticos o crédito pela morte dos passageiros empurrados para essa tragédia pela criminosa decisão de usá-los como uma isca inocente. O mesmo cotejo pode ser feito em relação a outros dois aviões abatidos: até hoje, os Estados Unidos apresentam a queda do avião da Pan Am sobre Lockerbie, na Escócia, como um ato do mais abominável terrorismo, aproveitando, todas as vezes em que o caso volta à baila, para lembrar como o Mal sempre está à espreita; mas silenciam, como se isso jamais tivesse ocorrido ou fosse caso digno de nota, sobre a derrubada criminosa de um Airbus iraniano repleto de passageiros pelo seu cruzador Vincen-

nes, inçado de instrumentos de detecção capazes de identificar qualquer tipo de aeronave, alegando, como fizeram, que o inocente avião comercial foi confundido com um avião atacante - isso sem falar que o referido cruzador estava estacionado no litoral do Irã, por si só um ato de clara provocação à sua condição de país soberano. Além disso - não ofende perguntar -, em que país se abrigavam os terroristas que explodiram em pleno vôo um avião da empresa aérea Cubana de Aviación, matando todos os atletas olímpicos de Cuba, passageiros dele?

O status de superioridade que construíram ao longo da sua transformação em império, tornou-se um parâmetro para avaliar o que consideram ousadia, desrespeito ou ameaça. Sempre que se vêem superados por alguém em algum aspecto considerado por eles como essencial, passam a ver isso logo como uma vantagem inaceitável da outra parte, que, dependendo de quem é, pode ser encarada como concorrente, adversário, ou inimigo - e isso pode levá-los a atitudes de confronto para desfazer a "desvantagem" que consideram uma afronta, caso resolvam achar que foram passados para trás. E quando isso subentende uma disputa política ou militar, a situação se agrava na dimensão do clima que ela envolve. A bomba atômica soviética, em 1949, foi logo alardeada pela sua imprensa como uma ameaça à paz mundial. Por quê?! A sua não havia sido?! Mas é que a bomba soviética, além de criar uma resposta de equilíbrio à bomba atômica norte-americana, se agravava por dois motivos: o primeiro - e mais importante - era significar a detenção de poder de resposta, por uma sociedade socialista, ao seu agressivo militarismo, que havia inaugurado a Guerra Fria como uma provocação preventiva contra o Socialismo (a bomba atômica norte-americana não significava tanto o fim da guerra contra o Japão, mas sobretudo o anúncio da guerra contra a União Soviética); mas, em segundo lugar, também significava o acesso de um povo visto por eles como um bando de camponeses rudes a

uma tecnologia que consideravam privativa de uma sociedade evoluída, como a sua. Enquanto isso, a bomba norte-americana fora criada, cinco anos antes, sem que houvesse, mesmo estando em guerra contra o Japão, qualquer ameaça concreta aos Estados Unidos; mas mesmo assim, não foi considerada uma ameaça à paz, ao contrário, foi considerada - e usada - segundo a sua compulsiva visão maniqueísta, como uma arma para a paz, porque foi usada contra um inimigo que, naquele momento, representava o opositor da Paz que eles encarnavam.

Se algo que os norte-americanos consideram como "ousadia" vier das sub-raças, a sua resposta é ainda mais virulenta. O ataque do Japão ao Havaí se deu contra alvos exclusivamente militares; mas isso não amenizou a revolta da opinião pública norte-americana; os japoneses, sendo asiáticos, eram diferentes dos ocidentais. Assim, logo após o ataque, os imigrantes japoneses nos EUA foram confinados, com todo o rigor, em campos de concentração para os quais também foram logo enviados os norte-americanos de ascendência nipônica; e imediatamente começou a ser articulada uma resposta punitiva terrível contra alvos civis japoneses que não importava limites à sua fúria cega contra aquele atrevimento do Japão. Logo tomaram a providência de transformar a data do ataque em O Dia da Infâmia, e a derrota atômica que impuseram a ele terminou por levar à execução os que foram escolhidos como culpados pela guerra, em um tribunal internacional tão "isento" que expurgou de si um jurista indiano que levantou a preliminar de que antes de acusar os japoneses de crimes de guerra, seria necessário examinar as origens do conflito, porquanto o Japão havia sido empurrado para ele pela política externa dos Estados Unidos. Mas além de serem condenados à morte, os generais considerados responsáveis por esses crimes, caso em que, aliás, MacArthur, Imperador supremo, demonstrou o seu caráter magnânimo, pois procurado pela esposa do general Yamashita, que pedia clemência para o

marido, comutou-lhe a pena de enforcamento em fuzilamento, foi imposta ao povo japonês, como coroamento dessa humilhação, uma Constituição de raiz norte-americana, redigida nos escritórios da missão de ocupação norte-americana, que foram convertidos no Congresso onde se reuniu a Assembléia Constituinte norte-americana que a redigiu, cujos constituintes, norte-americanos, eram os funcionários dessa missão escolhidos a dedo e nomeados para esse fim pelo próprio Mac Arthur. Nos casos em que não puderam exercer essa vingança - como foi o daqueles atrevidos macaquinhos asiáticos subnutridos que os puseram para correr do Vietnã com o rabo entre as pernas - ficaram com a humilhação da derrota tão atravessada na garganta que tomaram uma providência drástica: convocaram logo John Wayne, o Rambo, o Vingador e sabe-se lá mais quem, e produziram enxurradas de filmes nos quais - em todos - sempre vencem a guerra perdida. É de se entender, então, porque depois da destruição desses símbolos americanos - o Centro Mundial do Comércio e o Pentágono - na semana passada, essa intolerância e recusa à condição de perdedores desencadeou uma onda de agressões violentas, incêndios, atentados - e mesmo assassinatos - contra pessoas, suas casas e seu patrimônio, que fossem ou parecessem árabes, naquele hábito contumaz de atirar primeiro e perguntar depois, tendo, entre os agredidos, um brasileiro, selvagememente surrado e com fraturas e morto um indiano, por usar turbante.

O efeito conjunto desses dois elementos nos seus meios de comunicação também é um indicador significativo, porque esses meios nem só refletem a opinião pública, como também a induzem. E a importância disso está no caráter ideológico do papel deles que é a difusão de um verdadeiro terrorismo da informação, da contra-informação e da desinformação, subvertendo por completo a interpretação dos fatos. É aí que o seu maniqueísmo age com toda a sua força, favorecendo à visão chauvinista do patriotismo norte-americano. Na socie-

dade norte-americana, o patriotismo tem uma conotação maniqueísta extremada que chega às raias da ferocidade, porque se confunde com os valores do expansionismo e do messianismo burguês. Ser patriota significa apoiar incondicionalmente - e mesmo estimular - todos os atos externos do Estado norte-americano, mesmo que isso signifique o massacre de pobres civis inocentes, nos países famintos, em nome da segurança nacional. Isso facilita a produção de inimigos que os meios de comunicação se encarregam de fabricar do modo mais conveniente, inclusive porque converte a notícia em uma mercadoria de vendagem extraordinária. Caçam incansavelmente, em todos os lugares, os menores sinais de contestação aos seus valores, interpretam qualquer atitude um pouco mais suspeita como intencionalmente lesiva aos Estados Unidos, fazem de pequenos acontecimentos um cavalo-de-batalha, invocam com uma rapidez e solércia impressionantes qualquer atitude do lado contrário como um ataque à Democracia e à Liberdade (que, obviamente, os Estados Unidos são os encarregados de encarnar), torcem fatos, fabricam acontecimentos fictícios segundo fontes bem informadas que nunca se sabe quais são e demonizam impunemente líderes políticos e chefes de Estado cuja transformação em agentes do Mal depende da sua obediência ou não aos ditames do Império. Como mais de 95% do total da massa de informações em todo o mundo é controlado por agências noticiosas controladas por capital norte-americano, é fácil imaginar-se o resultado disso: uma censura implacável regulada pela classificação do examinado como aliado ou inimigo. Além disso, fazem uma filtragem ideológica preventiva de qualquer acontecimento em que seja possível estar envolvido esse inimigo: durante vários dias, o atentado terrorista no Estado americano de Oklahoma foi taxativamente apresentado como obra dos árabes e de Osama Bin Laden, até que se tornou conhecido, por fim, o americano que era o seu verdadeiro autor. Caso as pistas que levaram a ele

tivessem permanecido desconhecidas, a máquina noticiosa norte-americana já havia decidido quem era o culpado. Como essa máquina não só atua em função do consumo da notícia como mercadoria pela opinião pública, como também é induzida por ela ao mesmo tempo em que a induz, o seu potencial ideológico é tremendo e a sua ação também. Acaba, portanto, funcionando sob o Efeito Goebbels, repetindo mil vezes a mentira até ela transformar-se em verdade, utilizando a notícia como instrumento de dominação e elemento de terror, manipulando a paranóia e o pânico como elementos do comportamento social, atendendo às expectativas da opinião pública norte-americana e contribuindo para imbecilizar e manipular a opinião pública ao redor do mundo. O fato de dois terroristas árabes que haviam morrido nos ataques ao Centro Mundial do Comércio e ao Pentágono terem sido descobertos, dez dias depois de ser divulgado que tinham participado do ato, vivos, nos seus países de origem (um deles piloto de linha aérea na Arábia Saudita) mostra o grau potencial do terrorismo concentrado nesse aparelho e o grau de risco que ele cria para os povos e países que atinge como suspeitos, devido à manipulação tendenciosa da notícia. Mas, quando as vítimas das agressões do Império são - como são, na sua maioria - países periféricos, ou, pior ainda, países desconhecidos, miseráveis e famintos - sub-raças -, isso garante um alto grau de impunidade a esse aparelho ideológico, permitindo-lhe torcer os fatos com total cinismo. Foi isso que fez com que a opinião pública mundial estivesse do lado das forças da justiça que os Estados Unidos mandaram para pulverizar uma fábrica de armas químicas a serviço do terrorismo, no Sudão, que depois - isso ficou pateticamente constatado - não passava de uma fábrica de leite em pó. Assim, o genocídio contra os desassistidos da periferia aparece de modo amargamente diferente, ou porque os meios de comunicação tratam de reduzir as notícias do massacre a coisa de absoluta desimportância, ou porque ocultam

o massacre, como aconteceu na Guerra do Golfo, ou porque simplesmente deixam de noticiá-lo, garantindo o silêncio sobre os crimes do Império. Devido à sua inspiração maniqueísta, o papel dos meios de comunicação é um dos mais acabados pilares do terrorismo norte-americano.



Ambas essas manifestações mostram, portanto, que o maniqueísmo norte-americano jamais permitirá, quer ao Estado quer à sociedade, uma autocrítica honesta do seu papel de império e do seu caráter intolerante. Jamais os norte-americanos conseguirão entender que não podem ser sempre os vencedores - condição que manterão enquanto dispuserem de superioridade material que lhes garanta isso -, porque o seu avanço humanístico estagnou nos parâmetros culturais da ocupação do Oeste, da luta contra os índios, e da usurpação dos territórios do México. Assim, quando começarem a se ver confrontados com os revezes que a História lhes reserva, não só não irão conseguir entender-lhes as razões, como sempre irão procurar fazer um retrato ideológico da derrota, tentando transformá-la em vitória - como até hoje fazem com o Vietnam - para não perderem a segurança que sempre procuram encontrar nos seus mitos.

Mas os Estados Unidos detêm um complexo extraordinário de poder. Por que, então, essa mania compulsiva de

atacar de todos os lados inimigos tão pobres de meios materiais para responder ao seu poderio? Bem, parte da resposta está no acontecido do dia 11. Bastaria isso como prova de o quanto esses inimigos poderiam vir a ser capazes, para justificar todas as precauções que levam à defesa do Império através do ataque preventivo a eles. Está inteiramente descartada a convivência pacífica com os povos atrasados, porque as relações entre os Estados Unidos e eles é regulada pela lógica do Capital; logo, os agentes dessas relações, do lado dos norte-americanos, são as suas multinacionais que mantêm esses povos sob o férreo poder de subsunção dos mecanismos de mercado que estão sob seu controle, ou o Estado, cujo agente direto - afora, é claro, a diplomacia do dólar - é o seu temível aparelho militar, marcado por uma capacidade técnica que deixa cada vez mais distantes as possibilidades de resistência por parte deles. A opinião pública se surpreenderia se ao menos pudesse saber da quantidade de conquistas técnicas postas à disposição do aparelho de guerra norte-americano, algumas apenas vistas quando aparecem em ação nos conflitos em que os Estados Unidos se envolvem diretamente como polícia do mundo: aviões "invisíveis", bombas "inteligentes", mísseis de precisão milimétrica. O resultado disso? O distanciamento cada vez maior do "combatente" americano dos combatentes do outro lado. Ele manda os seus autômatos matarem o "inimigo" sem que sequer precise chegar perto dele - isto é, sem se arriscar sequer a ser ferido, pois estão em desenvolvimento armas muito mais eficientes - e muito mais letais. Tanques feitos de um plástico muito mais leve e mais forte que o aço (portanto com muito maior capacidade de transporte de armas e de fogo), navios "invisíveis", projetados a partir da mesma tecnologia dos aviões, sistemas de detecção eletrônica que permitem saber qualquer movimento da parte contrária sem que ela saiba disso - e, em todos esses desenvolvimentos, a presença da automação e do controle remoto: veículos teleco-

mandados de reconhecimento de terreno e de ataque, autômatos-insetos para limpeza de terreno e observação aérea, que podem ser produzidos em séries de centenas de milhares, aparelhos aéreos de observação miniaturizados, telecomandados e inteiramente a salvo da detecção contrária, e - é verdade! - aviões de combate sem piloto, isto é, pilotados por "pilotos" sentados confortavelmente em terra, em salas protegidas, "vendo" todo o cenário do combate em tempo real através dos olhos eletrônicos dos seus aviões, em telas tridimensionais, à sua frente. Tudo isso está, hoje, sob intensa experimentação pelos laboratórios da pesquisa militar norte-americana. Isto significa que daqui a algum tempo o aparelho de guerra norte-americano poderá vir a travar batalhas inteiras sem qualquer envolvimento físico dos seus "combatentes" com o "inimigo", com, obviamente, uma possibilidade in-finita de destruição contra o lado contrário, sem quaisquer baixas para o seu. Através da tecnologia, os Estados Unidos projetam a guerra do futuro como um massacre covarde e impiedoso a seu favor.

Mas o que é pior é que a superioridade convertida em arrogância os seduziu a ponto de fazê-los pressupor que essa condição é absoluta, e que, por causa dela, são invencíveis. Esqueceram-se de que embora a sua superioridade técnica no Vietnam não fosse tão terrível quanto agora, já o era o suficiente para estabelecer uma distância astronômica entre eles e os bravos patriotas vietnamitas, que tinham sobre eles uma vantagem ainda muito maior: uma consciência política que os levava a entender a dimensão daquela guerra em uma perspectiva histórica que um americano comum jamais conseguiria alcançar. O resultado a História mostrou: uma das maiores derrotas imperiais - senão a maior - de todos os tempos. Está aí a fraqueza, a grande fraqueza resultante da conjunção de todos os traços essenciais do imperialismo americano: a impossibilidade de entender quanto a compreensão da História pode transfor-

mar as armas mais primitivas em verdugo implacável da tecnologia mais infalível. Isso os ajudaria a entender como os povos que sofrem, hoje, todo o peso do poderio militar ianque como instrumento de força, sabendo o que o futuro lhes reserva - e percebendo, de modo igualmente claro, que estão lutando em uma desigualdade de condições materiais impossível de ser mudada - não podem senão recorrer às armas que têm à mão - o que, nas circunstâncias atuais, significa passarem a acuar o maior império da História no seu próprio território. Portanto, a campanha que tenta passar o terrorismo como fruto exclusivo do Mal e dos apóstolos do Mal não passa, mais uma vez, de uma lengalenga recorrente e rasteira do seu maniqueísmo, tão alarmista e manipuladora quanto proposital e consciente. Se os Estados Unidos não tivessem promovido um cerco terrorista contra todos os povos sobre os quais se estende o seu poder em nome dos interesses do Capital, cujo projeto de mundialização conduzem a ferro e a fogo, o que eles chamam terrorista não existiria. O terrorismo que eles acusam tem origem nas condições que eles impuseram aos países e povos que submetem - e é fácil alegar o fanatismo daqueles a quem se culpa, quando se culpam os povos atingidos pela ação feroz do Imperialismo. Quanto mais pobre ou miserável um povo é, mais ignorante também - e é sobre a ignorância que o caráter primário da religião mais lança raízes. E quanto mais primária é uma religião, mais fanática ela tende a ser - basta ver o que o fundamentalismo protestante, vindo dos Estados Unidos, tem feito em sociedades como a nossa - e até mesmo o que já fez por

lá. Porém, não é necessário que seja religiosa a revolta extrema para lançar qualquer povo consciente à reação mais extrema contra a humilhação que lhe é imposta. O terrorismo que os Estados Unidos acusam, na verdade, é filho natural e legítimo do terrorismo norte-americano.

Se o império norte-americano, com todo o seu impressionante poderio material, pudesse ao menos ter a capacidade de entender a História, lhes seria útil examinar um caso muito próximo do atual, embora separado dele por dois mil anos quando o general Quintilius Varius assumiu o comando do exército romano, submeteu a Germânia à mais revoltante das ocupações. Tratava os germânicos como escravos, tomava-lhes o que tinham, e impunha sobre eles o punho de ferro do mais intolerante jugo imperial. Sem o saber, estava preparando a mais deprimente das derrotas da história do Império - um amargo revés provocado por quem, para os romanos, lhes era inferior -, marcando, com isso, o início do processo da sua derrocada e produzindo um dos mais fulgurantes exemplos históricos de triunfo sobre o dominador - e da humilhação da sua arrogância - pelo dominado.

Quintilius Varius, como todo bom romano, via os germânicos como um povo inferior, que, no seu entender, merecia até agradecer a dominação que Roma lhes impunha - e os tratava assim. Isso fez com que um guerreiro nativo - Arminio, o Germânico - revoltado contra o soez regime dos procônsules, preparasse-lhe uma resposta bem ao estilo dos que lutam em condições de inferioridade, num terreno que os germânicos conheciam com a autoridade que só os nativos sabem ter com a intimidade da sua

A obstinação irresponsável dos Estados Unidos, movida unicamente pela sua sede irracional de vingança, fruto da sua arrogância imperial, não atenta para o tamanho da armadilha que a sua irresponsabilidade produziu.

terra, armou-lhes uma cilada na Floresta de Teutoberg, e fez com eles o que eles costumavam fazer com aqueles a quem submetiam pela guerra:massacraram-os um a um, muito bem massacrados. Ao final da brincadeira, de dez legiões romanas inteiras, não sobrou ninguém vivo. Todos - até os cavalos - foram degolados. A derrota foi tão terrível que só nessa batalha foi perdido um décimo de todo o exército de Roma - e os biógrafos de Augusto, o grande imperador da Pax Romana, contam que, depois de receber a notícia do desastre, ele vagava em desespero, às madrugadas, pelos corredores do palácio imperial, batendo a cabeça nas paredes e bradando "Quintilius Varius, eu quero de volta as minhas legiões!". Arminio e os seus guerreiros tinham acabado de dar ao - até então - mais odiado império da História uma lição extraordinária que Roma poderia ter aprendido, se os impérios pudessem aprender a ser coerentes. Mas, como vimos acima, é a arrogância e não a coerência que faz parte da sua lógica - e a arrogância costuma fazê-los pensar que estão acima da própria História. Assim, Roma continuou a se recusar a aprender essa lição, até acabar destruída pelos bárbaros que tanto desprezava.

O fim de Roma ainda consumiu três séculos - afinal, as forças produtivas àquela época, ainda bastante primitivas, retardaram o processo de transformação das relações de produção; hoje, porém, o seu extraordinário avanço é um elemento de impulso a elas. E, junto com ele, o impulso dado pela intolerância do Império. O que ocorreu em Nova Iorque e Washington é uma manifestação inicial daquele sintoma implacável, que anuncia a chegada da doença histórica que faz os tigres perderem as garras e os dentes - e serem devorados pelo isolamento que criam contra todos os demais - e que acaba por isolá-los. É claro que isso tem uma dimensão histórica e a História tem uma tendência secular - mas o seu curso é inexorável. É claro que se sabe que a agonia de um Tiranossaurus Rex estraçalha quem estiver ao alcance dos seus estertores. Mas a obs-

tinuação irresponsável dos Estados Unidos, movida unicamente pela sua sede irracional de vingança, fruto da sua arrogância imperial, não atenta para o tamanho da armadilha que a sua irresponsabilidade produziu. É patético ver os seus ferozes soldados, armados até os dentes para atacar um inimigo como o Afeganistão, um país sem indústrias, miserável, inacessível e - devido a isso - sem qualquer sentido, pelos padrões de guerra que o Império sempre cultivou a seu favor. A intolerância desse império o livra dos efeitos imediatos - mas não conseguirá fazê-lo escapar dos que virão a longo prazo, pois em vez de os Estados Unidos caírem em si (coisa completamente impossível para eles), mergulham ainda mais fundo nela. Atitudes como a do Congresso que, recentemente, imprensou um presidente tão primário como Bush para criar uma lei - a Lei de Proteção dos Membros das Forças Armadas - cujo objetivo é neutralizar os efeitos da criação próxima do TPI - o Tribunal Penal Internacional - que julgará crimes de guerra nos quais, com certeza, estariam enquadrados militares norte-americanos, revela o desvario desse maniqueísmo que faz com que os Estados Unidos exijam a entrega e o julgamento de Milosevich como criminoso - mas exigem que os seus criminosos fiquem a salvo de qualquer julgamento. Não fazem - ou farão? - idéia de como essa intolerância funciona como fermento do ódio para os que o combatem.

Se pudessem, portanto, aprender essa lição oferecida a Roma, veriam que assim como Arminio, o Germânico, os terroristas de hoje nada mais fizeram do que intuir três princípios não escritos, porém tão simples quanto objetivos, que sempre estarão presentes nas relações entre dominadores e dominados: primeiro:a luta contra um império é sempre movida pelo ódio que todo império provoca contra si entre aqueles que agride e domina; segundo: quem enfrenta um império sempre luta em condições materiais de concreta inferioridade, e, pois, terá que lutar com as armas que tem à mão; portanto, terceiro:quem se dispõe

a enfrentar um império tem que ter consciência de que é preciso ser tão implacável contra ele quanto ele é implacável contra os que subjuga ou, do contrário, não terá sucesso. O dominado que assume uma atitude pacifista perante a violência do dominador, está, na verdade, assumindo a mais violenta das atitudes contra si mesmo. E nunca seria demais lembrar que o que aconteceu em Nova Iorque e Washington mostrou que os que enfrentaram naquele dia os Estados Unidos sabiam muito bem que estavam seguindo um caminho que foi construído sem o percurso de volta.

A lição, portanto, está aí. Caberia aprendê-la. Mas tudo mostra o contrário:a opinião pública pede a vingança e a guerra; os meios de comunicação espicaçam a veia vingativa da opinião pública; o governo declara, com a certeza de quem tem a verdade da força a seu favor, de que o culpado será quem ele apontar. Começa uma campanha raivosa pela punição de culpados que não se sabe quem são, nem sequer se tem qualquer indício de quem possam ser; mas que, ao final, serão apontados - ah, isso serão, custe o que custar. A intolerância se afirma sobre o que quer que seja. Coerência seria sinônimo de recuo - e recuar seria uma desonra para o Império; portanto, nenhuma menção no sentido de procurar entender as raízes que fizeram surgir, nos dominados, o ódio mortal a ele, talvez o mais odiado império da História - mais ainda que o Império Romano.

Só há, portanto, uma intenção: a vingança. Como sempre, o Império está manietado pela sua própria arrogância; como sempre, o Império se acha superior à História. Como sempre, o Império é prisioneiro de si mesmo. Portanto, é inevitável que a História o condene à sua pena máxima:aprendê-la do modo mais amargo.

E ele, quer queira quer não - e mesmo que à custa da sua arrogância -, forçosamente, daqui por diante vai ter que aprendê-la desse modo.

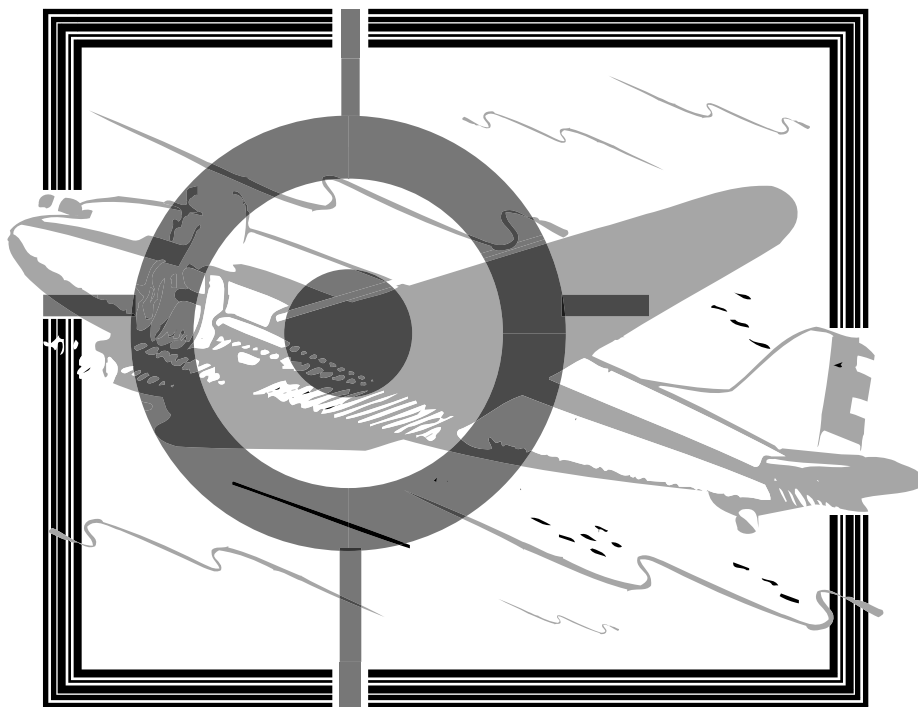
ANEXO:

Um sumário das notícias de *Juventud Rebelde* sobre a homenagem à memória dos 25 anos do primeiro atentado terrorista aéreo da história

Compilação e interpretação:
Aluizio Lins Leal

No início de outubro, *Juventud Rebelde* noticiou que Fidel Castro, discursando em uma cerimônia na Plaza de La Revolución, em La Habana, onde se homenageava a memória de 73 vítimas do trágico holocausto de um indefeso avião comercial abatido em vôo, lembrava que há vinte e cinco anos atrás, na mesma praça, estavam sendo velados os caixões com pequenos fragmentos de restos humanos e objetos pessoais dos inocentes passageiros daquele avião, ceifados por um atentado incrível e brutal, que inaugurou, aí - e para sempre - o terrorismo aéreo. Nesse avião, da Cubana de Aviación, morreram todos os integrantes da equipe olímpica juvenil de esgrima masculina e feminina de Cuba, que regressavam ao seu país após haverem conquistado todas as medalhas de ouro do Campeonato Centro-americano daquela modalidade.

Fidel lembrou que, na ocasião, ninguém - ninguém, salvo um grupo de personalidades e instituições amigas - compartilhou com Cuba a sua dor, nem houve qualquer comoção, nem reuniões na ONU, nem movimentos de guerra iminente. Assinalou que, no mundo todo, talvez somente uns poucos tivessem compreendido o terrível significado do que se passara. E que bastou um simples desmentido dos poderosos meios de informação dos Estados Unidos, que inundaram o mundo com notícias destinadas a neutralizar a horrenda realidade daquele fato, para que tudo caísse no esquecimento. E adiantou, ainda: quem poderia prever que, quase vinte e cinco anos depois, estaria a ponto de iniciar-se uma guerra de conseqüências imprevisíveis por causa de um ataque terroris-



ta igualmente repugnante, que custaria a vida de milhares de pessoas inocentes nos Estados Unidos? E que agora, tal como à época do atentado contra o avião cubano, apenas restaram, das vítimas, alguns poucos despojos.

Contudo - disse Fidel - há algumas diferenças essenciais entre o que ocorreu em Barbados (onde se deu a sabotagem do avião cubano) e o de Nova Iorque: o crime de Barbados foi obra de mercenários com o objetivo puro e simples de matar os passageiros; em Nova Iorque e Washington, eram gente disposta a perecer junto com as vítimas. A angústia dos passageiros nos seus minutos finais, nas aeronaves seqüestradas, deve ter sido tão terrível quanto a dos cubanos em Barbados. Também - assinalou ele - dos horríveis fatos de Nova Iorque restaram imagens visuais comovedoras; da explosão de Barbados, nenhuma só foto.

E o uso sistemático dessas práticas cruéis e terríveis na esfera política - disse Fidel - se inaugurou precisamente contra Cuba. E foi precedida pela prática de seqüestrar e desviar aeronaves em vôo. De 1959 até agora nada menos que 51 aviões cubanos foram seqüestrados, e, quase sem exceção, desviados para os Estados Unidos. Muitos desses aviões jamais foram devolvidos, isso sem contar as inúmeras pessoas feridas ou assassinadas no decurso desses seqüestros, bem como da destruição de inúmeras dessas aeronaves pelos seqüestradores.

Logo essas práticas se estenderam aos próprios Estados Unidos, onde começaram a seqüestrar aviões com o uso de armas de fogo, armas brancas e coquetéis molotov. Mas, graças ao empenho das autoridades cubanas, não se produziu um só acidente ao aterrissarem as aeronaves seqüestradas. Preo-

cupado com a disseminação dessa prática, o governo cubano tomou a iniciativa de propor aos Estados Unidos, à época presididos por Nixon, um acordo para tratamento desses casos, que foi aceito e assinado em 15 de fevereiro de 1973. Por causa disso, foram estabelecidas sanções pesadas contra seqüestros de aeronaves e navios - e, a partir daí, essas ações diminuíram. Mas esse convênio eficiente e exemplar recebeu um golpe demolidor e brutal ao ser explodido em pleno vôo o avião cubano em Barbados. Em razão dessa agressão cruel e insólita, Cuba denunciou o acordo, mesmo que mantendo inalteradas as medidas de proteção contra o seqüestro de aeronaves norte-americanas.

Porém, durante 42 anos, o governo norte-americano não mudou a sua política agressiva contra Cuba, apesar de que, entre setembro de 1968 e dezembro de 1984, em que foram registrados 71 seqüestros de aviões desviados para lá, 69 participantes desses seqüestros tenham sido julgados e sentenciados a penas de prisão como resultado das medidas preventivas tomadas pelo governo cubano contra a pirataria aérea, e de que há dezesseis anos não se tenha qualquer caso de desvio, para Cuba, de aeronave norte-americana.

Fidel também lembrou que não só essas, mas outras formas de agressão foram, também, usadas contra Cuba: por exemplo, os bandos armados - a maioria deles recrutada pelo governo dos Estados Unidos nos dias da invasão da Baía dos Porcos e da Crise de Outubro, para atuarem em ações terroristas de todo tipo; e que após o assassinato de Kennedy, a CIA decidiu aperfeiçoar ainda mais a qualidade do pessoal terrorista envolvido, criando grupos ainda mais bem treinados e experientes. Por isso, disse Fidel, surgiram organizações como a CORU, cujas ações contra Cuba sempre foram as mais diversas: ataques de lanchas piratas contra pescadores, bombas em embaixadas cubanas e na missão cubana na ONU, nas oficinas cubanas em Barbados, no aeroporto de Kingston. E, sobretudo, como se tratavam os terroristas: Hernán Ricardo e Freddy

Fidel ainda comentou que inúmeras foram as publicações que destacaram a vinculação da CIA com esses grupos terroristas anticubanos, que se moviam com inteira liberdade em território norte-americano.

Lugo, após haverem descido em Tobago, onde haviam deixado a bomba no avião, regressaram a Trinidad, onde foram presos; e lá confessaram não só a sua participação no atentado, como, também, que trabalhavam para a CIA americana. Fidel ainda comentou que inúmeras foram as publicações que destacaram a vinculação da CIA com esses grupos terroristas anticubanos, que se moviam com inteira liberdade em território norte-americano. Os autores intelectuais desse crime bárbaro, Luís Posada Carriles e Orlando Bosch, só acabaram por ser colocados na prisão na Venezuela, para onde se haviam evadido, devido à atitude firme do General Elio Garcia Barrios, presidente da Corte Marcial daquele país, onde, afinal, haviam sido capturados, julgados e condenados. Apesar disso, Posada foi resgatado pela Fundación Nacional Cubano Americana, que arrecadou 50 mil dólares para a sua fuga - e em questão de horas ele apareceu, depois, em El Salvador. Fidel ainda ressaltou que os americanos melhor compreenderiam o que se passou com eles se comparassem isso com o que sofreu a nação cubana 25 anos atrás. Disse ele: "Tudo quanto eu denuncio aqui não está inspirado em sentimentos de ódio ou rancor; compreendo que os funcionários norte-americanos não desejam nem ouvir falar destes temas embaraçosos, dizem que é preciso olhar para a frente". Mas considera aziago não voltar a vista para as causas das tragédias humanas, das guerras e outras calamidades que poderiam ser evitadas, e sublinhou que não há porque haver mortes inocentes em qualquer lugar do planeta.

Fidel disse que aquele ato contra o

terrorismo, na Plaza de La Revolución, foi convocado não apenas como tributo aos irmãos cubanos mortos em Barbados - mas, também, como expressão de solidariedade com os milhares de pessoas inocentes que morreram em Nova Iorque e Washington, e de condenação ao crime brutal, buscando caminhos para a erradicação real e duradoura do terrorismo, para a paz e não uma guerra sangrenta e interminável. Asseverou que tem a mais profunda convicção de que as relações dos grupos terroristas criados contra Cuba nos Estados Unidos nos primeiros 15 anos da Revolução com as autoridades norte-americanas nunca se romperam. Mais adiante, questionou: em um dia como o de hoje temos o direito de perguntar que medidas se tomaram contra Posada Carriles e Orlando Bosch, responsáveis pelo monstruoso ato de Barbados, assim contra os que planejaram e financiaram as bombas colocadas nos hotéis da capital cubana e as tentativas de assassinato contra dirigentes cubanos, que nunca se detiveram um minuto nestes mais de 40 anos.

Sublinhou Fidel que não é demais pedir que se faça justiça aos profissionais do terrorismo, que nunca cessaram de aplicar seus métodos terríveis para semear em Cuba o terror e destruir sua economia. E que, já que Cuba está comprometida na luta contra o terrorismo em escala mundial, junto com a comunidade internacional e a ONU, assiste-lhe toda a autoridade moral e o direito de reclamar que cessem as ações terroristas e o bloqueio contra ela. E, ainda, destacou que os irmãos mortos em Barbados não são apenas mártires; são símbolos da luta contra o terrorismo, se erguem hoje como gigantes para erradicar esse método repugnante que tanto sofrimento causa. Não foi em vão o sacrifício; a injustiça começa a tremer ante o povo que há vinte e cinco anos chorou de indignação e dor, e hoje chora de emoção, esperança e orgulho ao recordá-los.

Aluizio Lins Leal é professor da Universidade Federal do Pará.

Memória do MD



Memória do Movimento Docente

Raul Guenther

por Antônio Ponciano Bezerra

Arquivo pessoal



Raul Guenther, professor do Departamento de Engenharia Mecânica e coordenador do Laboratório de Robótica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), integrou o quadro dos militantes pioneiros do Movimento Docente (MD).

Para além de ter assumido posições-chave na liderança do movimento sindical local e regional, este professor exerceu as funções de 1º Secretário e Secretário Geral, nas gestões 82/84 e 84/86, respectivamente, do ANDES-SN. Nesta entrevista, o Prof. Guenther nos fala de suas experiências como militante sindical.

Universidade e Sociedade - *Como iniciou as suas atividades políticas no MD local, regional e nacional?*

Raul - Minhas atividades políticas foram iniciadas no movimento docente. A primeira assembléia geral da minha vida foi do movimento docente. Bem nos seus primórdios quando, ao nível nacional, começava a articulação entre as ADs e, ao nível local, mudamos o carácter da Associação dos Professores da UFSC (APUFSC), construindo-a como uma entidade autônoma e de luta em defesa dos professores e de uma universidade democrática voltada para os interesses da maioria da população.

Nesta época, foi eleita a diretoria da APUFSC presidida pelo Prof. Oswaldo Maciel, depois primeiro presidente da ANDES, que estimulou a organização do movimento a partir de cada local de trabalho, aqui os Departamentos

Acadêmicos, constituindo uma instância denominada Conselho de Representantes (de cada Departamento). Eu, com três anos de Universidade, num Departamento na época muito influente e muito conservador (o Reitor nomeado era do meu Departamento), disputando uma eleição com três candidatos, fui eleito pelos meus colegas para representá-los no Conselho de Representantes. Esta foi minha iniciação política.

A articulação do movimento docente, ao nível nacional, permitiu que desenvolvêssemos uma atuação muito consistente na rejeição do principal projeto do governo na época: a transformação das universidades federais, organizadas na forma de autarquias, em "autarquias especiais", com maior "autonomia" e possibilidade de buscar recursos em outras fontes que não o orçamento nacional. As ADs organiza-

ram um dia nacional de discussão desse tema, e aqui, em Santa Catarina, todos os Departamentos paralisaram suas atividades para fazê-lo. No meu Departamento, a discussão foi polarizada entre o Reitor (professor do Departamento), que veio à reunião para defender a proposta e a representação do movimento docente. No final, o Departamento tirou posição rejeitando a transformação em "autarquia especial", o que, pelas circunstâncias, teve uma grande repercussão. A posição da nossa Assembléia foi na mesma direção, assim como a do movimento nacional.

Creio que foram esses fatos que levaram um conjunto de Colegas a propor que eu, integrasse a chapa encabeçada pelo Prof. Maciel, na sua reeleição, como vice-presidente. Um mês após termos sido empossados, foi deflagrada a primeira greve nacional, diri-

gida pela Coordenação Nacional das Ads. E o Prof. Maciel, então Secretário dessa Coordenação, licenciou-se da APUFSC para trabalhar no movimento nacional e eu assumi a presidência da nossa entidade. A primeira assembléia que presidi deflagrou a greve.

Depois da greve, fundamos a ANDES, em Campinas. Assim cheguei ao movimento nacional.

US - Como avaliar o Movimento Docente dos anos 80 em comparação com os anos 90?

Raul - Acho muito difícil fazer uma avaliação comparativa, não só pelas alterações na conjuntura como pela alteração de perspectiva. Nos anos 80, eu fui militante (desde 79), dirigente local (entre 80 e 84) e dirigente nacional (entre 82 e 86). Nos anos 90, eu iniciei afastado para fins de formação e, no retorno, participei como militante nos momentos mais agudos. Tenho, claro, visões diferenciadas dos dois períodos que acredito não podem ser comparadas.

Hoje, como participante, vejo que o MD manteve, apesar de um breve intervalo, seu carácter democrático e sua autonomia, fonte da sua combatividade desde sua criação.

Talvez a maior diferença esteja hoje na amplitude do movimento. Nos anos 80, tive a oportunidade de participar de um processo de elaboração coletiva, realizada a partir dos locais de trabalho, de uma proposta para a Universidade brasileira. Construímos a proposta do “padrão único de qualidade” para a Universidade, a partir do qual era articulado o conjunto de lutas das federais (divididas em autarquias e fundações), das estaduais e das particulares).

Nos anos 90, o MD manteve seu carácter propositivo, mas a luta ficou com uma perspectiva mais voltada para as federais. Creio que perdemos a

perspectiva mais geral para a Universidade brasileira.

Talvez elas existam, mas eu desconheço nossas propostas para a inversão desse quadro de expansão calamitosa das escolas particulares. Não tenho notícia da ação do MD nas escolas particulares da minha região.

US - Na ocasião do Colégio Eleitoral a ANDES teve uma posição autônoma no que diz respeito ao apoio a Tancredo Neves. Como apoiar um candidato a Presidente hoje?

Raul - Creio que o momento mais importante que tive oportunidade de vivenciar dentro do MD foi na definição do apoio a Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral. Concorrendo com Paulo Maluf que, além de seu autoritarismo e de ser o representante da ditadura, teve uma atuação nefasta em relação à Universidade, como governador de SP, Tancredo Neves tinha a simpatia de grande parcela dos docentes do país. Talvez por isso havia uma forte corrente (majoritária até um certo momento) dentro da diretoria da ANDES, a favor de a entidade manifestar seu apoio ao então Governador de Minas Gerais.

Considero-me o segundo signatário da formulação apresentada pelo Prof. Carlos Martins (então vice-presidente) pela qual a ANDES não deveria apoiar nenhum candidato. Deveria, sim, rejeitar Paulo Maluf, por tudo que ele representava de nefasto para a Universidade e para a sociedade brasileira. Deveríamos também, como entidade autônoma e independente, formular nossas reivindicações ao candidato Tancredo Neves e convidá-lo a vir debater-las publicamente conosco. Na primeira votação na diretoria essa proposta teve dois votos a favor e dezesseis contra (daí eu ser o segundo signatário).

Na continuidade da discussão, a proposta foi vitoriosa no CONAD realizado

em Cuiabá e foi implementada em âmbito nacional.

Realizamos o único debate público do qual o candidato Tancredo Neves participou, num auditório da UnB, com uma ampla participação de professores e das ADs. Essa atitude definiu nossa postura perante o futuro governo, ao qual muitos dos nossos colegas professores eram simpáticos, garantindo a possibilidade da continuidade da luta, logo na seqüência.

Assim, como, naquela ocasião, creio que não cabe ao nosso sindicato apoiar nenhum candidato. Construímos nosso sindicato autônomo e desatrelado do Estado e de partidos políticos. Em conjunto com a democracia interna, essas são as fontes vitais da sua combatividade. Creio que devemos apresentar nossas reivindicações aos candidatos e discutir-las com eles, divulgando essas discussões para que nossos colegas professores tenham mais esses elementos para fazer sua escolha.

US - Que avaliação faz da última greve das universidades federais?

Raul - Uma greve amplamente vitoriosa.

Uma greve de diversos setores do serviço público, em que todos os setores que conseguiram resistir às investidas governamentais tiveram vitórias políticas e conquistas parciais.

Uma greve que desnudou, perante a opinião pública, o tratamento perverso do Ministério da Educação para com as Universidades Públicas.

Uma greve que fortaleceu a coesão interna dos docentes manifestada pela ampla participação nas Assembléias.

Uma greve que interrompeu a política salarial do governo de reajustes somente na GED.

Uma greve que trouxe uma conquista salarial com isonomia.

Depoimentos

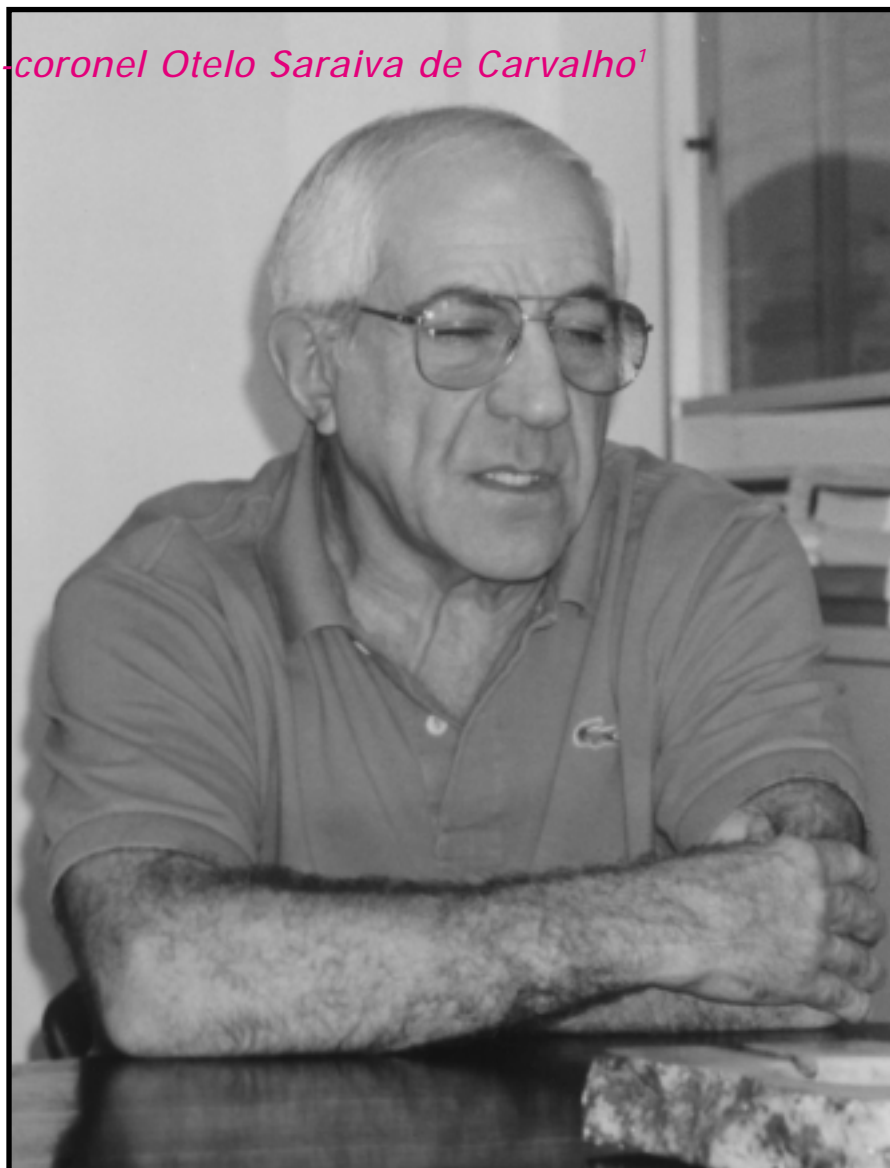


Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista

Entrevista com o tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho¹

Waldir José Rampinelli² - *Uma das grandes causas que motivaram os acontecimentos de Abril/74 foi a guerra colonial. No entanto, dentro do país a hegemonia da burguesia agrária era substituída pela burguesia industrial-financeira. Portugal trocava a África pela Europa. Até que ponto esta burguesia industrial-financeira também buscava a mudança do regime?*

Tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho: A grande burguesia industrial-financeira se sentia limitada em um país pequeno como Portugal e, ao mesmo tempo, sufocada pelo regime. Salazar foi sempre um homem voltado para a ruralidade, não acompanhou (ou não quis acompanhar) a evolução dos tempos e, portanto, impediu o crescimento da indústria portuguesa. Claro que para os industriais, principalmente aqueles que queriam se afirmar como grandes, mesmo no campo financeiro (o caso Champalimon é paradigmático), era necessário buscar novas fronteiras de negócios. E a Europa era o campo natural. Preferiam muito mais a integração em uma comunidade europeia e voltada para o Ocidente - como os Estados Unidos - do que manter o país sufocado naquele "cinzentismo" de uma



Fotos: Paula Alambre

dualidade ultrapassada.

Sem dúvida havia um certo domínio do poder econômico sobre o político, embora acima de tudo pairasse o ditador Salazar. Na verdade, havia uma movimentação por parte da

burguesia industrial e financeira.

W. J. R. - *Mas isso não derrubaria o regime por si só?*

O. S. C. - Podia pressionar o regime. Mas Salazar ia controlando e dominando esta burguesia.

W. J. R. - *O senhor, durante as movimentações do 25 de Abril, ficou encerrado entre quatro paredes comandando as operações. Em que exato momento sentiu que a vitória estava assegurada e por quê?*

O. S. C. - A partir do momento em que tive conhecimento de que o presidente do Conselho de Ministros³ - prof. Marcelo Caetano - se havia refugiado com alguns ministros no Quartel do Carmo⁴, que era o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana (GNR). Eu não esperava que ele fosse para lá. Havia esta hipótese, no entanto, ela era remota.

Na verdade, pensava que ele fosse para Monsanto, onde há uma unidade da Força Aérea, sobre uma colina que domina Lisboa, já que dali ele poderia resistir melhor e até buscar uma fuga aérea. Mas por se sentir perto da Polícia Política⁵, foi metido naquela armadilha do quartel do comando geral da GNR. Quando eu tive certeza através de nossos meios de escuta de que ele se encontrava ali, eu sabia que ele estava perdido.

Então mandei a coluna de blindados do capitão Salgueiro Maia avançar e cercar o quartel do Carmo. Sabia que havia uma coluna da GNR que estava fora e que poderia eventualmente cercar a nossa.. Mas ao ocupar, por primeiro, os arredores do quartel do Carmo, era difícil que uma outra força dele se aproximasse.

Portanto, no exato momento em que soube que Marcelo Caetano estava refugiado no quartel do GNR do Carmo, tinha certeza de que eles estavam perdidos.

W. J. R. - *O golpe de Estado se transformou em um processo revolucionário para logo depois voltar a ser uma revolução burguesa. Que fatores internos e externos possibilitaram que isso acontecesse?*

O. S. C. - Os princípios do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), anunciado ao país, em 26 de abril de 1974, apontavam para a revolução burguesa. A origem de classe dos oficiais que formavam o MFA (o MFA, que estava presente nas três armas, constituía 17% de oficiais, não mais) era, na sua maioria, proletária, mas muito deles já tinham passado para a classe burguesa.

Logicamente que, ao derrubar um regime ditatorial de direita e fascista, a tendência nunca seria para uma revolução socialista, mas burguesa. Foi de fato o que aconteceu e estava expresso no próprio programa político do MFA. Tentava-se destruir os mecanismos de uma ditadura fascista, salazarista e continuada por Marcelo Caetano para substituí-la por uma democracia de tipo ocidental, burguesa, parlamentarista, pluripartidária etc.

O que sucedeu mais tarde foi um retrocesso. A generalidade dos oficiais que constituíam o MFA, posteriormente, com a adesão de outros milhares que não tinham participado ativamente do 25 de Abril mas que estavam integrados às Forças Armadas, todos eles aderiram ao espírito democrático-burguês.

Quando o processo entra no estado evolutivo que pode apontar para uma

revolução socialista, levando os trabalhadores ao poder, isso assusta enormemente a classe média portuguesa, toda a burguesia e, conseqüentemente, os próprios oficiais que tinham feito o 25 de Abril. Estes eram progressistas, mas não revolucionários ao ponto de buscar um suicídio em termos profissionais.

Por isso foi levado a efeito uma concertação - com mais de 90% dos oficiais que constituíam as Forças Armadas - no sentido de travar o processo evolutivo de uma revolução socialista para fazê-lo voltar ao que chamaram de regresso à pureza inicial do 25 de Abril, expresso no programa do MFA.

Por sua vez, o mundo ocidental não tinha o menor interesse em um foco de revolução socialista em Portugal.. Isso porque, sendo Portugal um país pequeno, poderia alastrar a chama revolucionária como um incêndio por toda a Europa, apaixonando os trabalhadores nos demais países e gerando conflitos sociais gravíssimos. Por isso, os governos de toda a Europa ocidental, juntamente com os Estados Unidos, não interessados no sucesso de uma revolução socialista, procuraram travá-la.

Assim, enviaram para Portugal, em janeiro de 1975, em substituição ao embaixador estadunidense Stuart Scott, o senhor Frank Carlucci. Jovem ainda e que havia estado no Brasil por ocasião do golpe de 1964, tinha experiência de como travar um processo revolucionário. Por isso, quando Carlucci pôe os pés em Portugal, começa a desenvolver uma missão - felizmente para os portugueses e Portugal acabou sendo não a tarefa catastrófica que havia sido delineada pelo secretário de Estado Henry Kissinger, que planejava a destruição de nossa economia para que o país se transformasse na vacina da Europa contra o socialismo - que consistia na idéia de que a união de algu-



Otelo Saraiva de Carvalho e Waldir José Rampinelli

mas forças conjugadas poderia levar a um processo de democracia ocidental burguesa.

E então Carlucci serviu-se destas forças. Tais forças foram essencialmente o Partido Socialista, com o Dr. Mário Soares, e os militares, com o grupo dos nove - nove camaradas das Forças Armadas que integravam o Conselho da Revolução, que fizeram com que germinalasse, no interior das Forças Armadas, um movimento que acabou travando a revolução socialista, pondo-a nos caminhos da revolução burguesa.

W. J. R. - *E qual era o plano específico de Kissinger para Portugal?*

O. S. C. - Houve um plano específico. Nesta altura, o ditador Francisco Franco ainda estava vivo e foi utilizado nesta travagem. Mário Soares também aderiu a este processo, já que seu projeto era o de um socialismo democrático dentro de uma perspectiva de democracia burguesa ocidental. Aliás, tornou-se muito amigo de Carlucci e este serviu-se politicamente de Soares para esta travagem da revolução, como também da parte moderada do MFA. Isso se deu graças a um plano militar preparado por um grupo de excelentes oficiais, liderados pelo tenen-

te-coronel Ramalho Eanes, que logo a seguir foi eleito presidente da República, o que aconteceu em 25 de abril de 1976.

Buscou-se um pretexto para que não se acusasse o grupo dos nove de haver estrangulado a revolução popular, e este mesmo grupo, com o apoio do partido socialista, pôs fim aos avanços revolucionários. Não se fez resistência a isso, pois não se estava preparado para tal.

W. J. R. - *Os capitães - Movimento das Forças Armadas (MFA) - comandaram todo o processo da derrubada*

de um Estado autoritário que durara quase 50 anos. Como se explica que, depois de todo o trabalho feito, se permitisse que o general António de Spínola, que representava a hierarquia das Forças Armadas e os conservadores de modo geral, tomasse conta do processo? Ingenuidade, espírito de hierarquização, falta de estratégia política?

O. S. C. - O general António de Spínola teve sempre como meta atingir a presidência da República. E todo o caminho que percorre, como militar, é para isso. Esteve em Angola, em 1961 ou 1962, onde se tornou notável como chefe militar em combate. Ganhou, portanto, prestígio na guerra e faz propaganda de sua ação como chefe militar. Regressa a Portugal e, posteriormente, vai cumprir novas funções, já na condição de general de duas estrelas, como comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné, acumulando o cargo de governador-geral.

Durante cinco anos, embora tenha mandato de seis, rodeia-se de um grupo de excelentes oficiais das Forças Armadas - sobretudo do exército -, e o seu quartel general é todo constituído por pessoas de elite. Cria um staff que vai torná-lo uma figura lendária em Portugal. Deste modo, granjeia um enorme prestígio como chefe militar e vai ganhar uma dimensão muito grande como político.

Na condição de governador-geral, ele adota os congressos do povo da Guiné, dos quais aparentemente vão resultar enormes benefícios para a população. Toda a sua estratégia durante os cinco anos de Guiné é a de ganhar um prestígio incontrolável para conseguir a presidência da República.

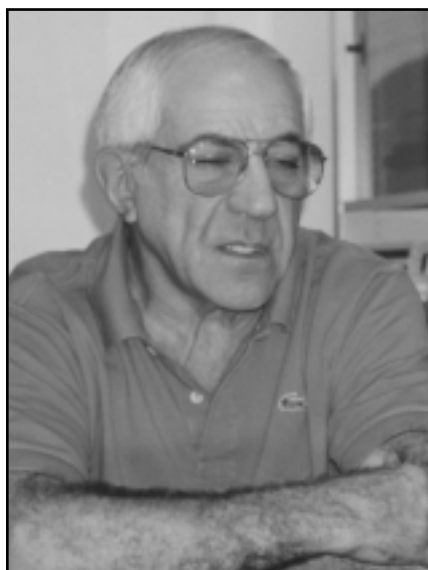
Quando ele vem a Portugal passar férias, em agosto de 73, a situação militar na Guiné estava muito má. A guerra estava praticamente perdida pelas Forças Armadas portuguesas. E o ge-

neral Spínola não aceitava isso, já que dentro da estratégia delineada não poderia ficar mais um ano por lá e ter de aceitar a derrota como chefe militar após cinco anos brilhantes.

Nesse momento, Marcelo Caetano teve uma enorme dificuldade de ajustar um posto para o Spínola. Então promove-o a general de quatro estrelas e cria funções de vice-chefe geral do Estado Maior das Forças Armadas. Não contente com isso, Spínola quer afirmar-se politicamente para cativar a oposição portuguesa. Então publica, em fevereiro de 74, um livro chamado Portugal e o futuro. O livro apresenta uma tese, ultrapassada já naquela altura, de que dentro do espírito da portugalidade, ou seja, do mundo que fala português, avança uma proposta tipo do Commenwelth à portuguesa. Deste modo, o chefe de Estado seria o presidente da República portuguesa e todos os demais Estados seriam independentes com seus governos próprios e eleitos. No entanto, os comandantes dos movimentos de libertação - MPLA em Angola, PAIGC na Guiné e outros - já exigiam a independência total.

Spínola, ao defender esta tese, afronta o governo fascista de Marcelo Caetano que já vinha da época de Salazar com a idéia do império, onde a situação de Portugal não poderia ser discutida. Era assim e ponto final. A guerra precisava continuar, já que fazia parte integrante da política colonial, embora Salazar, a partir de 1961, adotasse a estratégia de um povoamento e desenvolvimento das colônias para mantê-las, depois de séculos entregues a um certo torpor, tanto que o desenvolvimento econômico em Angola crescia em média 6% na década de 70.

Spínola, neste seu livro, afrontava o governo, pois apresentava uma outra saída. Marcelo Caetano não teve outra saída senão exonerá-lo da condição de vice-chefe geral do Estado Maior das



Forças Armadas, como também demitir o chefe geral das Forças Armadas - general Costa Gomes -, que havia dado cobertura à publicação do livro.

A partir daí, origina-se a terceira fase do movimento dos oficiais das Forças Armadas.

W. J. R. - *Vinte e sete anos depois de abril de 1975, qual é sua avaliação do movimento dos capitães? Não há uma grande frustração pelos desvios dos objetivos iniciais do MFA?*

O S. C. - Eu tenho, a posteriori, uma visão clara e serena dos acontecimentos. No dia 24 de abril de 1974, havia aderido ao programa político do MFA. Colocava-me na categoria dos progressistas, mas percebia logo que não

havia possibilidade de uma revolução socialista. O que vai alterar as minhas convicções é exatamente o processo revolucionário, dominado em grande parte por pessoas de partidos, quer do comunista, quer de movimentos de esquerda e da própria esquerda do Partido Comunista, que galvanizaram as massas populares perdedoras e lhes deram motivo para uma luta que elas começaram a desenvolver.

Então surgiram líderes de trabalhadores e populares que fizeram um grande trabalho, mas também muita asneira. As coisas magníficas feitas por eles passaram a idéia de que seria possível sair de uma revolução burguesa para uma socialista. Aqueles militares de esquerda que não se viam no Partido Socialista haviam se ligado ao Partido Comunista.

A mim, particularmente, não interessava uma sociedade com um partido único, acima do Estado. Mas, sim, uma sociedade mais livre, onde os trabalhadores tivessem voz ativa através de seus organismos populares de base. Tipo a revolução russa de 1917, com os conselhos operários, com assembléias para discutir os problemas da comunidade. Deste modo, se poderia chegar a uma Assembléia Nacional Popular da qual saísse o governo. Era de fato a perspectiva da construção pelo MFA e pelas Forças Armadas de uma democracia direta, a que eu chamei de poder popular.

Quando as Forças Armadas recuaram e os objetivos iniciais do movimento político do MFA se esvaneceram, perdeu-se a possibilidade única de aproveitarmos aquele momento histórico para irmos muito mais longe na construção de uma democracia participativa, efetiva. Enfim, uma democracia melhor do que esta na qual nos encontramos.

A minha frustração reside apenas nisto: em considerar que tivemos nas

mãos a possibilidade de criar um modelo novo de regime, um novo tipo de sociedade em que houvesse menos hipocrisia, menos violência, menos materialismo, menos dinheiro, mais fraternidade; em que o nível das populações pudesse aumentar e as grandes decisões políticas viessem da base para o topo.

Tudo isso não foi possível por causa das contingências do mundo e do domínio do Ocidente, e tivemos que ficar neste cinzentismo da revolução. Na verdade, a revolução nos trouxe valores que estão aí, como a liberdade, a dignidade, a representação dos trabalhadores etc.

W. J. R. - *Quando se deram os acontecimentos de 25 de abril de 1974, obviamente que se pensou no reconhecimento internacional do movimento. E o que se pensou em termos de Brasil, já que vivíamos ainda em uma ditadura onde se começava a dar os primeiros sinais de democratização. Como dizia o general-presidente Ernesto Geisel, uma abertura lenta, gradual e segura.*

O. S. C. - Tivemos uma preocupação com o Brasil, sobretudo devido a uma grande massa de portugueses radicados no Brasil, onde tinham feito toda a sua vida. O mesmo aconteceu com o arquipélago dos Açores, já que o conservadorismo, juntamente com o catolicismo - como também na Madeira - aqui possibilitara o surgimento dos independentistas.

Mas nós tínhamos necessidade do imediato reconhecimento internacional da revolução. Por isso, foram escolhidos para a Junta de Salvação Nacional elementos do antigo regime. Já que os capitães de abril tomaram o poder, por que não formaram eles a Junta de Salvação Nacional? Na realidade, nós sabíamos que, se integrássemos esta junta, o país se pergunta-

ria "quem são estes jovens?" Tais jovens seriam ótimos como revolucionários, mas para as posições políticas pensantes não. Isto seria motivo de boicote por parte de todo o mundo ocidental.

A nossa perspectiva era a de criar uma rápida saída para a independência das antigas colônias e, ao mesmo tempo, manter o seu apoio, já que necessitávamos de suas matérias-primas. Ao deixarmos estas colônias seguirem o seu caminho, tínhamos que nos integrar em outro espaço político estratégico, que era a Europa. Ora, para ter o apoio da Europa à qual queríamos integrar o nosso país, precisávamos do reconhecimento imediato do mundo ocidental e dos Estados Unidos.

Por isso, fomos buscar estes generais que deram confiança ao mundo ocidental. Assim não apareceríamos como um país em que persistia um terceiro-mundismo e onde os capitães queriam ser generais, e deste modo aceitamos dois destes generais, com muito prestígio, que foram o António Spínola e o Costa Gomes.

No entanto, como Spínola tinha uma ambição de poder muito grande, nós fomos travando esta ânsia, até que, em 28 de setembro de 1974, ele renunciou à Presidência. Restou o Costa Gomes, um homem sem a ambição da Presidência, levando até o fim a sua

missão.

Muitos pensam que o general Spínola foi o chefe da revolução. Na verdade, ele foi chamado por nós porque precisávamos dele para prestigiar a revolução e levar o mundo ocidental a reconhecer o mais rapidamente possível o novo governo.

Notas:

1. Otelo Saraiva de Carvalho, um dos capitães do Movimento das Forças Armadas de Abril de 1974, teve uma participação proeminente na queda do regime ditatorial português. Com o codinome de Óscar comandou, desde um centro de operação clandestino, todo o desenrolar da ação militar, tornando-se posteriormente governador militar de Lisboa. É autor de *Alvorada em Abril*, bem como de inúmeras entrevistas publicadas.

2. Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli no escritório do tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho, em Lisboa, no dia 26 de junho de 2001. A transcrição e as notas explicativas são do entrevistador.

3. Cargo criado pela Constituição de 1933 e que corresponde à função de primeiro-ministro no regime parlamentarista. No entanto, Oliveira Salazar havia transformado esta posição de mando em um verdadeiro poder ditatorial.

4. Este quartel está localizado no centro de Lisboa, com poucas possibilidades de saída, em caso de emergência.

5. A sede geral da Polícia Política, conhecida por Pide (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), ficava nas cercanias do Quartel do Carmo. Além de muito conhecida por sua violência e maus tratos aos opositores do regime, ela dispunha de um grande arsenal de armamentos.

A Europa, os Estados Unidos e o Brasil de JK apoiaram a ditadura de Oliveira Salazar

Entrevista com o professor Fernando Rosas¹



Fotos: Waldir José Rampinelli

Waldir José Rampinelli² - *É um prazer conversar com o senhor que, além de professor universitário, é um respeitado pesquisador do Estado Novo português. Como o senhor explica as boas relações mantidas pela ditadura salazarista com algumas democracias burguesas, entre elas, o governo brasileiro de Juscelino Kubitschek?*

Fernando Rosas - Logo após a Se-

gunda Guerra Mundial, quando o problema da subsistência das ditaduras começa a jogar em termos internacionais, a recuperação de Portugal para a comunidade das nações do Ocidente vai se dar, em grande parte, sob o ponto de vista externo - da sua não-segregação - no ambiente da guerra fria e se utiliza da valorização dos Açores, como território essencial na estratégia

político-militar - sobretudo militar - de possível contenção ou resposta ao bloco soviético. Portugal, exatamente devido a esta posição estratégica, é convidado a pertencer ao Pacto do Atlântico Norte - a OTAN - e desta forma recebe uma caução internacional.

Embora a OTAN declarasse no seu preâmbulo estar somente aberta a regimes de natureza democrática, e ape-

sar de Portugal manifestamente não o ser e de o governo português não preencher as exigências expostas naquele preâmbulo, tais condições não são levadas em conta e isso traz muito mais vantagens que desvantagens para o governo português, que é recebido, na OTAN, como um país de regime semelhante aos demais membros. A razão se deve, sobretudo, à valorização político-militar dos Açores, que já na Segunda Guerra Mundial tinham sido utilizados como base militar - primeiro, pelos ingleses e, depois, pelos estadunidenses -, sendo, no final da mesma, devolvida aos portugueses.

Portugal nunca recebeu nenhuma compensação financeira pela cedência dos Açores. Mas o que acontece é que, quando se começa a anunciar a criação da OTAN, os Açores são um elemento imprescindível para as tropas estadunidenses, sendo uma espécie de porta-aviões no meio do Atlântico (e ainda hoje o são essencial para as manobras militares dos Estados Unidos). Esta situação foi muito importante para uma integração rápida e fácil do regime português à comunidade ocidental, apesar de o governo de Salazar não sair da Segunda Guerra Mundial numa situação de isolamento semelhante ao regime de Franco, em Espanha. Pelo contrário.

Do início da guerra fria ao começo da guerra colonial³, a ditadura portuguesa é considerada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos como uma ditadura bondosa, tolerante, dirigida por um velho professor universitário. Portanto, há claramente um fechar de olhos derivados da política de guerra fria.

W. J. R. - *Como a oposição portuguesa via o apoio que o Brasil prestava a Salazar durante o governo de Juscelino Kubitschek?*

F. R. - A oposição liberal portuguesa dos anos 50 até a administração de Jânio Quadros é, apesar de tudo, prudente em relação ao Brasil. Isso porque o considera um aliado histórico e um irmão de sangue. Daí que essa oposição veja, com pesar, mas não propriamente com críticas explícitas, as boas relações do governo brasileiro com o regime salazarista.

As coisas mudam positivamente para a oposição com a eleição de Jânio Quadros. Jânio é um homem, naquela altura, de esquerda e inclusive ao passar por Lisboa - antes de tomar posse na Presidência da República - se encontra com grupos de oposição e, ao mesmo tempo, se nega a ser recebido pelos representantes oficiais do governo, sendo este um ato de grande significado. Isso é muito mal visto pelo governo português, mas granjeia uma enorme popularidade nos meios da oposição.

Já anteriormente as atitudes do embaixador Álvaro Lins, bem como o asilo concedido a Humberto Delgado e a recepção de Henrique Galvão⁴, após a tomada do navio Santa Maria, em 1960, mostraram atitudes de simpatia com a oposição portuguesa. Daí que o regime de Lisboa tenha visto com indizível satisfação o golpe de Estado e a conseqüente queda do presidente João Goulart, em 1964, mantendo, a partir de então, relações cordiais com a ditadura militar brasileira.

W. J. R. - *Como o Estado Novo usou a idéia do expansionismo marítimo português no mundo? As festas henriquinas⁵ em 1960, por exemplo, tiveram como co-anfitrião o governo brasileiro de JK.*

F. R. - A ideologia imperial foi um dos

aspectos marcantes da ideologia oficial do regime. Ideologia imperial não no sentido expansionista de alargamento do território, mas sim de defesa e manutenção do império colonial.

A ideologia colonial não foi inventada pelo Estado Novo, pois já a Primeira República, embora fosse liberal, apresentava uma ideologia acentuadamente nacionalista-colonialista. Um dos grandes argumentos de combate à Monarquia por parte da Primeira República foi o fato de a Monarquia estar vendendo ou entregando o patrimônio colonial aos ingleses. Por isso o nacionalismo anti-britânico e anti-monárquico tem tradicionalmente um conteúdo colonialista muito afirmado.

A oposição portuguesa liberal, democrática, não-comunista, e mesmo a comunista teve, durante muito tempo, uma posição de grande ambigüidade em relação à questão colonial, bem como em relação à guerra, porque fez parte de seu patrimônio anterior um nacionalismo de cunho colonialista muito acentuado. Portanto, não foi o Estado Novo que inventou esta ideologia. Ele apenas a reelaborou num sentido imperial, em que Portugal como Nação tinha uma missão providencial: a de evangelizar e colonizar.

Portugal era uma nação que a Providência Divina tinha encarregado da missão de levar a fé, e o Estado Novo quer difundir a religião. A idéia de civilização era uma idéia mais republicana. Mas no fundo é uma substituição dentro do mesmo paradigma.

O império era apresentado pelos republicanos como uma obra civilizadora e passou a ser visto pelo Estado

Novo como uma obra evangelizadora. Ele é um todo orgânico com a cabeça na metrópole e com uma missão providencial no mundo. A ideologia imperial está baseada em um certo darwinismo social, numa teoria da superioridade da raça até os anos 50. Já com o início do processo de descolonização, tenta-se evoluir para a aceitação oficiosa da idéia luso-tropicalista do Gilberto Freyre. Deste modo, a superioridade rática dos portugueses que conferiam a si próprios a missão de evangelizar, começa a ser substituída por uma certa manipulação do luso-tropicalismo do Gilberto Freyre. Portugal passa a ser um povo especial que tem uma tendência inata, que nos outros não existe, de se "misturar", de se "crioulizar", de se juntar aos demais, de formar uma sociedade crioula, original e mestiça. Seria a forma própria de Portugal estar no mundo e que conferiria à colonização portuguesa uma marca completamente limpa e distinta das demais.

Por isso, na década de 50, essa já é claramente a ideologia oficial. O Gilberto Freyre vem a Portugal e se presta inteiramente a este papel. É levado às universidades, à metrópole, às colônias⁶, como o ideólogo de uma doutrina que, na época da descolonização, convém inteiramente ao colonizador português - que defende a concepção de que somos diferentes dos franceses, dos ingleses, dos holandeses, ou seja, nós não andávamos a explorar as populações das colônias, mas sim a criar civilizações no ultramar - não coloniais, mas luso-tropicais, que é um prolongamento da nossa própria nacionalidade, justificando a individualidade de Portugal como nação.

W. J. R. - *Pode-se dizer que, entre a Igreja Católica e o Estado Novo, havia um pacto de dominação cívico-espiritual onde a primeira assegurava uma*



hegemonia dos valores cristãos tradicionais e o segundo garantia uma despolitização da população por conta de um messianismo de Salazar?

F. R. - O Estado Novo estabelece um pacto de governação com a Igreja Católica que é plasmado na Concordata e no Acordo Missionário de 19407. O pacto é mais ou menos o seguinte: estabelece-se um regime de separação concordatado entre o Estado e a Igreja - ou seja, a Concordada consagra o regime de separação. O Estado Novo guarda ciosamente para si o monopólio da política, não deixando a Igreja intervir. Por outro lado, há um acordo que consiste em conceder à Igreja privilégios absolutos no domínio da educação, da assistência, do regime fiscal, da evangelização das Forças Armadas,

dos hospitais, isto é, a Igreja recebe, no conjunto da sociedade, uma espécie de monopólio da vida religiosa. A Igreja tem um regime absolutamente privilegiado no pagamento dos impostos e ainda hoje ela não paga, assim como os membros do clero, e dispõe de um regime de religião oficiosa, ainda que não oficial.

A Constituição de 1933, que sofre uma emenda em 1935, confere à Igreja Católica o papel de religião da nação portuguesa. Embora não seja uma religião do Estado - já não estamos no regalismo - é contudo uma religião oficiosa. Portanto, é dado à Igreja Católica o monopólio do exercício do mundo espiritual, juntamente com privilégios administrativos e financeiros singulares. E, em contrapartida, a Igreja passa a idéia de que este regime é o desejado pela Providência Divina, é o desejado por Deus, é o que estabeleceu a paz com a Igreja, é o que restaurou a Igreja e os católicos, e, portanto, é o regime de Portugal.

No entanto, Salazar nunca permitirá que a Igreja entre diretamente na política. Tanto que, em 1933, o partido político da Igreja - o Centro Católico - é dissolvido. Como o Estado concedia à Igreja grandes regalias, entendia-se que não havia necessidade de ela manter o seu próprio partido, prescindindo totalmente de fazer política diretamente. Mas a Igreja faz política indiretamente, ou seja, cultiva e fomenta, no seu rebanho, a aceitação da ordem estabelecida como algo natural, providencial, a qual deve ser aplaudida pelos portugueses.

Por isso, a Igreja apoiou explicitamente a guerra colonial na África. No entanto, não se deve confundir esta posição oficial com a de muitos católicos, especialmente a partir da Carta do Bispo do Porto em 19588, já que a mesma motivou a formação e o alastramento de uma oposição católica muito importante.

W. J. R. - *Pode-se afirmar que a Carta do Bispo do Porto foi uma ruptura por parte de um setor da Igreja com o regime salazarista?*

F. R. - É, sem dúvida, um sinal para a oposição católica. Já existiram antes, durante os anos 40, alguns casos pontuais de religiosos opositores. Mas sem dúvida a Carta do Bispo do Porto é uma espécie de sinal para as novas gerações de católicos se organizarem na luta contra a ditadura. A partir daí começa uma oposição católica.

A Igreja hoje se pronuncia sobre o Estado num regime de inteira liberdade, o que não havia no tempo do Salazar. Aliás, a Igreja nunca criticou o regime de Salazar. Passou-se também uma coisa interessante com a Igreja, já que ela não foi de todo afetada pela Revolução do 25 de Abril, porque a esquerda não queria criar uma questão religiosa, como acontecera na Primeira República. Ademais, a Igreja fora prudente, soube afastar-se do regime salazarista no momento certo, ou seja, uma vez assegurados seus interesses imediatos. Isso se deu com a substituição do cardeal Cerejeira por D. António no Patriarcado de Lisboa.

Entretanto, as posições do Papa Paulo VI contra a guerra colonial também ajudaram a Igreja a afastar-se diretamente do regime no seu período final. Deste modo, ela tem com a Revolução de Abril uma dupla vantagem: não perdeu nada do que tinha ganhado durante o Estado Novo e conquistou a liberdade política que não possuía, além de acrescidos privilégios, designadamente no campo das isenções fiscais.

W. J. R. - *Como se deu a oposição dos intelectuais ao Estado Novo? Tiveram de sair do país ou organizaram-se internamente para fazer frente a Salazar?*

F. R. - A história da oposição intelectual

ao Estado Novo dura quase 40 anos. Na verdade, a intelectualidade portuguesa, na sua grande maioria, foi sempre rebelde ao Estado Novo. Esta intelectualidade mais criativa, que está na origem dos grandes movimentos culturais e artísticos, do neo-realismo, do surrealismo, do presencismo nos anos 30, 40 e no pós-guerra, se posiciona basicamente contra o regime que, por sua vez, se utilizava da censura e da polícia política para fazer frente a esta rebeldia.

Portanto, ao longo destes 40 anos, a fina flor da intelectualidade portuguesa conspira contra o regime, milita no Partido Comunista contra o regime, e muitos deles vão parar na cadeia e até na ação clandestina. A intelectualidade tem um papel muito forte, sobretudo, em um país onde o analfabetismo é muito acentuado e o atraso econômico é grande. Boa parte dela vinha das universidades e passou a liderar moral,

idade e outros procuram o exílio, principalmente na Argélia, na França e no Brasil.

W. J. R. - *Uma das grandes causas que motivaram a Revolução de Abril de 1974 foi a guerra colonial que politizou as Forças Armadas. No entanto, dentro do país, a hegemonia de uma burguesia agrária era substituída por outra, industrial-financeira, que deixava de olhar para a África e punha seus interesses na Europa. E, em nível internacional, tínhamos a derrota dos Estados Unidos no Vietnã. Como estes fatores influenciaram os acontecimentos de abril/74?*

F. R. - Sem dúvida, houve fatores internos e externos que os influenciaram. Os fatores externos não tinham condições de derrubar o regime, mas atuaram no sentido de potencializar e agudizar as contradições internas. O ambiente geral da descolonização, das



espiritual e ideologicamente a luta.

Até a própria oposição comunista tem como líder um intelectual: Álvaro Cunhal. António Sérgio, Jaime Cortesão, enfim, todas as grandes figuras da intelectualidade pagam um preço alto: alguns ficam em Portugal e vão para a cadeia; outros militam na clandestini-

guerrilhas na América Latina, da guerra do Vietnã são todos acontecimentos que contribuem para alimentar dentro de Portugal, especialmente na juventude, uma grande corrente contra a guerra colonial e contra o regime.

No entanto, por Portugal pertencer à OTAN, os países ocidentais mais próxi-

mos - EUA, França, RFA, Inglaterra - se negavam ou se abstinham de condenar o nosso governo mais do que verbalmente nas votações da ONU. Na prática, foi possível manter a guerra colonial porque a França e a Alemanha abasteceram Portugal com armas. A administração republicana nos Estados Unidos, Nixon-Kissinger, no início dos anos 70, começou a evoluir para a contenção do comunismo na África. Para tanto começou a apoiar, discretamente, na questão da guerra, o governo português. Os Estados Unidos chegaram até a desbloquear alguns tipos de armamentos que eram proibidos de usar na África, notadamente os mísseis para combater os

apoio a Portugal. Principalmente a França e a Alemanha que são fornecedoras de armas, enquanto que a Inglaterra se distancia um pouco da posição dos Estados Unidos. A diferença se encontra nos países nórdicos, que apóiam a guerrilha africana e, simultaneamente, não cortam suas relações com o governo português.

W. J. R. - *O senhor, que tem investido o Estado Novo, nunca chegou a pensar que, com a intensificação da guerra nos anos 60 e o conseqüente aprofundamento da crise política, não terá o ditador Salazar pensado ou dito a alguém que "depois de mim o dilúvio"?*



terra-ar que a guerrilha da Guiné usava.

Embora nas Nações Unidas haja um claro isolamento de Portugal, por outro lado os países membros da OTAN mantêm o apoio à guerra colonial através da reposição de armamento às Forças Armadas portuguesas.

W. J. R. - *Mas estes países condenam o colonialismo no foro das Nações Unidas e, ao mesmo tempo, vendem armas a Portugal?*

F. R. - Eles condenam para manter boas relações com os países do Terceiro Mundo, mas na prática a Europa Ocidental tem uma posição de

F. R. - Publicamente não, mas Salazar era um homem que sabia que a guerra colonial só poderia ser mantida sem as liberdades fundamentais dentro do país. Historicamente, as guerras coloniais se tornam vitoriosas para os movimentos de libertação porque obrigam os governos coloniais a mudarem, fruto do cansaço e da erosão sempre provocados por guerras intermináveis, com a pressão da opinião pública expressa através da imprensa ou de eleições livres. Aliás, todas as guerras coloniais feitas pelas potências europeias foram derrotadas, quando não no terreno, na sua reta-

guarda, por causa destas pressões. Em Portugal a guerra colonial durou 13 anos porque a opinião pública não podia se expressar livremente.

Agora, Salazar tinha consciência de que esta era uma guerra que provavelmente o povo português não agüentaria por mais tempo. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros e seu grande confidente, afirma que Salazar duvidava que os portugueses conseguissem moralmente manter a guerra por muito tempo⁹.

Na verdade, a guerra colonial era o nó górdio da questão. Marcelo Caetano, quando chega ao poder em 1969, tem esta disjuntiva: ou resolve o problema da guerra e comanda um processo de liberalização controlada do regime, ou não resolve e é obrigado a acabar com a idéia de liberalização. Optou pela segunda alternativa e levou o regime a um impasse.

O descontentamento nas Forças Armadas não se vai manifestar na hierarquia, mas no setor intermédio. Os generais e os brigadeiros - à exceção de dois, Spínola e Costa Gomes - estão com o governo. Quem conspira são os oficiais, aqueles que conduzem a guerra, mais especificamente os capitães.

A noção de que para acabar com a guerra é preciso derrubar o regime, os capitães adquirem em um espaço curtíssimo de tempo: entre setembro de 1973 e março de 1974. A conspiração evolui de uma resistência corporativa para a idéia de que é preciso, através de um movimento militar, acabar com o regime. Mas é um movimento militar que não tem um único general, nenhum brigadeiro e apenas um coronel. E ainda assim um da administração: Vasco Gonçalves. Os demais são capitães, majores, enfim, a oficialidade intermédia. Esta oficialidade rompe a cadeia das Forças Armadas e vai permitir que um golpe militar seja transformado em um processo revolucionário.

W. J. R. - *O golpe de Estado de 24 de abril, que posteriormente avançou para um processo revolucionário, foi revertido pelas reformas constitucionais. Ao que se deveu esta reversão: às forças internas conservadoras ou à opção pela Europa?*

F.R. - Na realidade, a revolução é travada em 25 de novembro de 1976. É exatamente aí que as coisas se decidem. O resto é apenas uma questão de tempo. Simplificando, mas reduzindo as coisas ao que elas foram, o país tem dois grandes blocos. Um deles com influência dominante do Partido Comunista, ainda que bastante heteróclito, com participação de uma parte da extrema esquerda e uma parcela do exército, o COPCON¹⁰, que são partidários de uma idéia de sociedade revolucionária, ainda que diferentemente concebida pelas várias forças que o compunham. É um campo sem grande unidade tática, sem direção, apesar do peso do PCP. O outro bloco é composto pelo Partido Socialista, grande vencedor das eleições para a Assembléia Constituinte, em abril de 1975, por uma parte das Forças Armadas, por toda a direita e também por um setor minoritário da extrema esquerda. Este bloco, com uma direção e uma tática unificada e clara, vence o embate e cria-se uma democracia do tipo ocidental.

Alguns chamam isso de um processo contra-revolucionário, outros de uma normalização democrática da revolução. Não há embate sangrento, ainda que se verifiquem prisões e perseguições. Portugal adere à democracia do tipo ocidental e obviamente a opção é a Europa, já que ali está o seu mercado viabilizador.

W. J. R. - *O governo português pretendeu comemorar juntamente com o brasileiro e suas elites "os 500 anos" de Brasil. Na verdade, o que ocorreu*



foi o massacre de uma cultura sobre a outra. Já dizia o grande Neruda que "a espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem". E Todorov fala que nenhum massacre do século XX foi tão grande quanto o perpetrado por portugueses e espanhóis na conquista e devastação da América. Como fica um deputado/intelectual e historiador diante desta situação?

F. R. - Tive oportunidade de manifestar minha opinião sobre o assunto em artigo na imprensa portuguesa a propósito da visita do nosso presidente ao Brasil para se associar às comemorações oficiais dos 500 anos. E como se sabe os índios e os negros não puderam se manifestar e foram corridos à matracadas e com gás lacrimogêneo.

Lamento que o governo e o Presidente da República portuguesa se tenham associado a estas comemorações cujo espírito eu repudio. Não se trata de saber se os portugueses têm ou não culpa. Trata-se, isso sim, sob o ponto de vista histórico, de serem co-

memorações de uma colonização extremamente penalizante para as populações que viviam no que hoje é o Brasil e que não apenas a desintegrou, como também os dizimou. Neste sentido, o governo português deveria ter alguma sensibilidade e respeito para com aqueles que hoje são minorias, mas que têm uma visão mais crítica de todo este processo.

W. J. R. - *Isso teve algum reflexo na Assembléia da República?*

F.R. - Lá o que os deputados do Bloco de Esquerda fizeram (naquele momento eu não era deputado) foi receberem o representante do Brasil - senador Antônio Magalhães - com as camisetas dos Sem-Terras vestidas. Nossos deputados usaram da tribuna para defender o movimento e criticar a política de Fernando Henrique Cardoso. E, contra o protocolo, Magalhães usou da palavra para responder aos nossos deputados naquele tom já tão conhecido.

Na realidade, Portugal deveria fazer um balanço crítico e real, ouvindo as várias posições que há sobre o tema e não uma visão nacionalista unilateral

W. J. R. - *O governo português, ao se associar às comemorações dos 500 anos, não está se utilizando de um discurso expansionista, saudosista e modernizado de seu passado?*

F. R. - As comemorações dos descobrimentos dos portugueses, a propósito do caminho para as Índias e do achamento do Brasil, de uma forma geral, foram marcadas por um discurso oficial extremamente parcialista e retro, como a valorização das virtudes da expansão, com raras abordagens com uma visão crítica e plural.

O segundo responsável pela Comissão dos Descobrimientos - professor Antônio Hespanha - procurou dar uma visão diferente e plural sobre o outro que foi achado, tentando levar esta

idéia para o Encontro de Culturas. Mas recebeu críticas violentíssimas do mundo conservador e, na realidade, não teve o apoio do governo do PS que o nomeara, mas não o defendeu.

Tudo isso significa que este assunto continua controverso, mesmo na historiografia portuguesa e nas mentalidades dominantes.

NOTAS:

1. Fernando Rosas é doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Autor de diversos trabalhos sobre o Estado Novo português. Escreveu e organizou, entre outros, os seguintes livros: *As Primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo - 16/12/1934* (1987); *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1939)* (1987); *O Salazarismo e a aliança luso-britânica* (1988); *O Impacto econômico e social da II guerra mundial em Portugal (1939-1945)*; *Portugal e a guerra civil de Espanha (1998)*; *Portugal e a transição para a democracia - 1974-1976* (1999). Atualmente, além de professor é deputado na Assembleia da República, em forma de rodízio, pelo Bloco de Esquerda (BE).

2. Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli na Universidade Nova de Lisboa, no dia 25 de junho de 2001. A transcrição e as notas explicativas são do entrevistador.

3. A guerra colonial, que Portugal desencadeia na África para impedir o processo de independência de suas antigas possessões, começa no início de 1961 e se prolonga até a Revolução de Abril de 1974.

4. Delgado, desafiando o Estado Novo, se apresentara como candidato à Presidência da República, em 1958. Além de aglutinar as oposições em torno da idéia de mudança de regime, fez visitas memoráveis em algumas cidades do país, como a do Porto, na qual reuniu mais de 200.000 pessoas. Apelidado de "general sem medo", ajudou que os portugueses o perdessem também diante da ditadura. Prevendo sua iminente detenção, solicitou asilo na Embaixada do Brasil, em 12 de janeiro de 1959, concedido imediatamente por Álvaro Lins. No entanto, as negociações se tornaram longas e difíceis com o governo português - no final Delgado viaja para o Brasil e Lins se demite da função de embaixador por se sentir desprestigiado por JK, no desfecho

do caso. Já o coronel Henrique Galvão, detido em um hospital de Lisboa, consegue ludibriar a polícia e pede asilo à Embaixada Argentina. Uma vez na América do Sul, juntamente com um grupo, seqüestrou o navio Santa Maria, chamando a atenção do mundo para a falta de liberdade existente em Portugal. Finalmente, a embarcação aporta em águas brasileiras e o presidente Quadros concede asilo a ele e aos seus.

5. As festas comemorativas do V Centenário da morte do Infante D. Henrique foram revestidas de uma oficialidade singular. Representantes de Estado e de governos de vários países se fizeram presentes. O Padrão dos Descobrimentos, monumento pós-moderno construído no bairro de Belém, de onde largaram as caravelas para a conquista de terras e povos, foi inaugurado durante estas festividades.

6. A viagem começa em agosto de 1951 e se prolonga até fevereiro do ano seguinte. Freyre visita todas as colônias portuguesas, à exceção de Timor e Macau. Embora as razões apresentadas para não conhecê-las fossem o problema da distância, na verdade, tratava-se meramente de questões políticas. Enquanto o Timor se encontrava em fase de reconstrução, em Macau, o poder real estava nas mãos dos comunistas chineses.

7. Acordos firmados entre Portugal e a Santa Sé, em 7 de maio de 1940, no Vaticano, pondo fim à questão religiosa que começara com o liberalismo (1820) e se agravara com a Revolução Republicana (1910). Mediante estes Tratados, o Estado reconhece direitos e concede privilégios à Igreja, que por sua vez se submete aos interesses do governo em vários aspectos, como por exemplo a aceitação de objeção por parte deste na escolha dos futuros bispos. Tanto que, entre outras coisas, caberá ao presidente da República a entrega do chapéu cardinalício a qualquer futuro "príncipe" da Igreja.

8. D. António Ferreira Gomes escreveu uma

carta a Oliveira Salazar, carta esta que se tornou pública, na qual faz uma série de críticas às políticas do Estado Novo, tendo como pressuposto um discurso do próprio presidente do Conselho, pronunciado em 31 de maio de 1958. Na missiva D. António analisa, por exemplo, o corporativismo e a falta de liberdade de organização de classe; a preocupação com o equilíbrio financeiro e a miséria em que se encontra o povo, isto é, "o já exclusivo privilégio português do mendigo, do pé descalço, do maltrapilho, do farrapão"; as relações entre o operariado e o patronato, estando o Estado ao lado deste; a falta de organização partidária; enfim, para a época, uma carta de afrontamento ao regime e seus objetivos. D. António finaliza sua missiva remetendo quatro questionamentos a Salazar: a) tem o Estado objeção a que a Igreja ensine livremente?; b) tem o Estado objeção a que os católicos façam a sua formação cívico-política e tomem plena consciência dos problemas da nação?; c) tem o Estado objeção a que os católicos definam publicamente e propaguem seus programas?; e d) tem os Estado objeção a que os católicos participem das eleições com programa e candidatos? Carta do Bispo do Porto a Salazar (13.07.1958). In: ALVES, Pe. José da Felicidade (Org.). *Católicos e política*. 2a edição, Lisboa: Tipografia Leandro, s. d., p. 33-64.

9. Possivelmente tratava-se da seguinte frase: "Não quero, repito que não quero morrer neste lugar. E também não quero viver muito tempo depois de sair, porque não quero ver as desgraças e a confusão em que o mundo vai mergulhar, e o país". NOGUEIRA, Franco. Um político confessa-se. 3a edição, Porto: Civilização, 1987, p. 268.

Ou talvez esta outra: "Sinto-me caminhar cada vez mais para a morte e estou fundamentalmente preocupado com a minha sucessão (. . .) Não sei o que hei de fazer. Preocupa-me o futuro. Temos feito coisas, a ponte sobre o Tejo, outras lérias. Mas o país é o mesmo. Procuro, procuro alguém cuja firmeza assegure a defesa do ultramar. Mas não encontro nada, não encontro ninguém." Idem, p. 214.

10. O COPCON (Comando Operacional do Continente) foi constituído imediatamente após o 25 de Abril, com o objetivo de centralizar todas as operações que se vieram a efetuar, tais como a descoberta de esconderijos com armamento, a prevenção a atos de vandalismo e o controle de distúrbios de rua.

Ronald J. Laréz *

A Escola latino-americana frente ao neoliberalismo

Entrevista do Presidente da Associação de Educadores da América Latina e Caribe (AELAC) realizada por Jaume Martinez Bonafé.¹ Tradução de Maria da Graça N. Bollmann.²

O Presidente Internacional da AELAC, **Ronald J. Laréz**, manifesta o seu interesse por ampliar e consolidar uma rede de professores que apresente alternativas à ofensiva neoliberal. Sociólogo e Doutor em Ciências Econômicas, este ativo militante desenvolveu numerosas investigações sobre a identidade cultural e sobre os sistemas educacionais latino-americanos.

Jaume M. Bonafé - *Que recordações você guarda de sua primeira escola, de seu primeiro(a) professor(a).*

Ronald Laréz - Eu nasci num povoado de pescadores ao norte da Isla Margarita. Ali morei até os 14 anos. Como todas as crianças, não frequentei a pré-escola, tendo iniciado meus estudos aos 7 anos. Era uma escola muito pequena, junto ao mar. Minha primeira professora nos iniciou na alfabetização e dali passamos para o terceiro ano com a Professora Albina que era bastante exigente. Se nos portássemos mal, batia-nos com uma régua muito grande e nos obrigava a nos ajoelhar no chão, frente ao quadro, durante uma hora. Era "a letra com sangue entra", característica, autoritária e primitiva da escola que, naquele tempo, suponha-se, dava "melhores resultados".

Da pequena casa da minha primeira escola, passei para um Instituto, em um edifício grande, com salas e corredores

muito amplos. Também havia lá uma disciplina rígida. Cada vez que volto ao meu povoado, dou um passeio pelo Instituto, que mantém, há 40 anos, a mesma estrutura física e me reencontro com minhas memórias como aluno, como criança, como adolescente.

J. M. B. - *Por que decidiu estudar Sociologia?*

R. L. - Eu tive um processo de estudo muito irregular. Tive de me transferir com minha família e meus irmãos para Puerto de La Cruz, onde meu pai trabalhava como barbeiro e seu salário não dava para nosso sustento. Comecei a trabalhar em uma marcenaria. Logo depois de motorista e estudava, à noite, no ginásio. Como em Puerto de La Cruz não podia prosseguir para a educação superior, me inscrevi, em Caracas, na Licenciatura de Educação e, de dia, assistia, na Escola de Saúde Pública, a um curso de inspeção sanitária.

Terminei meus estudos em Educação e o Ministério da Educação me contratou como inspetor de Saúde Pública. Então comecei, simultaneamente, a trabalhar e estudar Sociologia, na Universidade de Oriente.

J. M. B. - *Tenho lido seus textos sobre a forte denúncia do genocídio cultural e o espólio econômico que sofre a América Latina.*

R. L. - A história oficial que passa em

meu país é que fomos descobertos por pessoas muito sábias. Nessa história oficial se elogiavam a conquista e a colonização. O dia 12 de outubro, que marca o início dessa conquista, nas escolas, é de grande festa. Sem dúvida, nós afirmamos o contrário, o que ocorreu, na verdade, foi um genocídio de caráter cultural. Violentou-se a cultura pré-hispânica, onde se encontravam princípios fundamentais de dignidade e solidariedade, com uma avançada cultura de cooperação. Tudo isso foi destroçado por uma imposição cultural que acabou com aquelas importantes contribuições pré-hispânicas.

J. M. B. - *Desejo que nos fale sobre a AELAC, para a qual faz pouco tempo você foi reeleito Presidente Internacional. Que significado tem esta Associação na América Latina?*

R. L. - Nosso objetivo principal é possibilitar um frutífero intercâmbio entre os docentes da América Latina e do Caribe para confirmar uma proposta alternativa de Educação oposta a essa pedagogia transnacionalizadora que integra o projeto neoliberal em nossos países. Em 1990, observávamos sinais muito fortes de penetração do projeto neoliberal na América Latina. Nessa década, introduz-se, na América Latina, o Plano Keller, a instrução programada, como parte fundamental do desenvolvimento curricular baseado numa racionalidade pedagógica de cará-

ter tecnológico e tecnocrático. E orientou-se a formação dos docentes como se este fosse um técnico acritico e não um trabalhador da cultura. Frente a essa situação, propusemos que a educação deveria ter um conteúdo social e político e, para isso, participamos da criação de um movimento de base de professores para enfrentarmos a ofensiva neoliberal.

J. M. B. - *Como se organiza essa plataforma docente?*

R. L. - Em cada país, constitui-se um grupo dirigente formado majoritariamente por docentes da educação pré-escolar, fundamental e média, técnico-profissional e superior. Esse grupo organiza conferências, seminários, eventos pedagógicos e projetos de investigações, tudo isso, orientado para possibilitar um espaço de divulgação cultural e de confrontação com os problemas mais agudos da educação latino-americana.

J. M. B. - *Quais são as principais atividades da AELAC?*

R. L. - Há 11 anos, a AELAC desenvolve atividades em diferentes direções. A primeira é a de formar grupos de análise sobre os problemas educativos da América Latina. Durante meses de trabalho, promovem-se discussões, cujos resultados se publicam e difundem. Também se propõe seminários (cursos) de formação permanente de didática e processos de aprendizagem nas escolas, avaliação educacional, planejamento e gestão educacional, administração educacional... A intenção é possibilitar ao docente ferramentas conceituais, instrumentais e metodológicas relacionadas com o seu trabalho.

Outro objetivo do trabalho da AELAC é a organização de encontros nacionais e internacionais para discutir os problemas mais relevantes. No caso da Venezuela, foram celebrados seis eventos que reuniram delegados de mais de 28 países, com a presença da Espanha, Portugal, Canadá e França. Fi-

nalmente, formamos grupos de investigação em cada país com a perspectiva de contribuir para uma nova visão educativa para a América Latina.

J. M. B. - *Uma das atividades principais que a AELAC organiza são os Congressos bianuais de Pedagogia em Cuba, a que assistem milhares de educadores.*

R. L. - O mais importante desses encontros, que se realizam desde 1986, é o que está estruturando um grupo de educadores de todo mundo, com uma visão e um horizonte totalmente distinto da educação hegemônica oficial em nossos países, mediante políticas educativas propostas pelo modelo neoliberal. É a possibilidade de articular um movimento conjunto em torno de objetivos comuns.

J. M. B. - *Qual esse objetivo comum?*

R. L. - Desenvolver uma base epistemológica que permita sustentar uma pedagogia diferente para a América Latina, uma pedagogia que se firme em nossa matriz societária, que reconheça nossa memória coletiva, que defenda nosso patrimônio cultural latino-americano e que seja capaz de revalorizar os elementos étnicos que estão presentes em nossa racionalidade latino-americana.

J. M. B. - *Quais foram as questões mais debatidas no último Congresso?*

R. L. - **Os debates principais foram o impacto educativo da globalização e do neoliberalismo, e o modo como essas políticas determinam a orientação das políticas educativas latino-americanas.** Esse foi o grande debate: a resistência frente à agressividade de um processo de globalização neoliberal no campo educativo. Numa mesa redonda na rede de televisão, discutimos os efeitos das políticas neoliberais na educação em nossos países. Na Argentina, essas políticas se expressam no cerne da escola e na privatização dos espaços escolares. Em Porto Rico,

está-se desnacionalizando o processo educativo e destruindo a identidade cultural vinculada à América Latina. No México, está-se aplicando uma violência cultural contra os grupos étnicos. Como pode ver-se o problema é grave e a resistência é necessária.

J. M. B. - *Como sociólogo e investigador, pode nos explicar como você vê nesse momento a situação da América Latina?*

R. L. - Está-se produzindo um processo muito interessante porque, em quase todos os países, estão emergindo e desenvolvendo-se movimentos sociais organizados, de muita profundidade e muito consolidados. Está se formando um novo espectro sóciopolítico que permite pressagiar que, dentro de muito pouco, nossos países sofrerão processos de mudança e de transformação orientados e conseguirão maiores níveis de justiça social. No México, por exemplo, o movimento dos Chiapas possibilita um impacto inquestionável, complementado, agora, com a luta do Estado de Guerrero. É um movimento emergente que, mediante a insurreição indígena, pretende conquistar mudanças substanciais para o povo mexicano. Na Bolívia, observa-se, também, uma forte resposta dos mineiros às políticas neoliberais e, no Peru, após a saída de Fujimori, configura-se novo cenário.

J. M. B. - *E o que me diz da Venezuela?*

R. L. - A Venezuela é o caso mais chamativo, com uma singular revolução sociopolítica dirigida por Hugo Chávez, em que se está construindo um novo pacto político com a aprovação da Constituição, que permite orientar a economia numa perspectiva humanista, autogestionária voltada para uma economia social que apóie a pequena e média indústrias, os pequenos empresários, as entidades de poupança e crédito, as associações civis, e que permita reativar o aparato produtivo e ge-

rar uma maior capacidade de emprego para o país. Também existe um projeto educativo nacional que nada tem a ver com as propostas “desnacionalizantes” anteriores e que recupera para o país, essa matriz societária como povo latino-americano, solidário e cooperativo.

J. M. B. - *Admite que você está esperançoso com este projeto?*

R. L. - O suporte fundamental do projeto educativo nacional sustenta-se na “construção” da escola bolivariana, distinta dos modelos convencionais. No primeiro ano de governo, em 1999, foram criadas 5.289 escolas bolivarianas. Entre 2000 e 2001, estão sendo criadas outras 4000 e pretende-se, em 5 anos, chegar a que todas elas sejam bolivarianas.

J. M. B. - *O que significa em termo de currículo a escola bolivariana?*

R. L. - É um **desenho curricular totalmente distinto do convencional. Dá-se ênfase à defesa de valores pátrios, no fortalecimento dos princípios de soberania, autodeterminação, dignidade como povo...** Oferece-se aos docentes uma renovação profissional com cursos, para que se integrem na escola bolivariana, para que tenham um horário distinto. Os professores recebem 60% a mais do salário do que os professores da escola tradicional e às crianças é garantida alimentação das 7h da manhã às 4h da tarde, como café da manhã, almoço e merenda e a possibilidade de fazer tarefas no próprio centro educacional.

Na escola tradicional, trabalha-se em dois períodos: de 7h às 12h e de 13h às 17h, e a criança leva as tarefas para sua casa. A escola tradicional é uma escola aberta à aprendizagem significativa, à aprendizagem por descoberta, à relação comunicativa totalmente diferente. Porém, o mais importante é que a escola está articulada com distintos **setores**: sociais, ambulatoriais, desportivos, culturais e de comunicação. E a escola é como uma caixa de

ressonância da comunidade, um centro de participação comunitária que eradia o saber acadêmico e o complementa com o saber popular.

J. M. B. - *E, nesse sentido, a escola bolivariana se faz pública?*

R. L. - Sim, claro. Objetiva-se que a escola se aproxime da sociedade, que adote uma nova “finalidade” no seu entorno social.

A escola é o centro da atividade na comunidade onde convivem alunos, professores, administração, pais, associações civis, grupos ecológicos e culturais. O currículo se sustenta no conhecimento científico, não apenas como o constroem os especialistas, mas se baseia na participação dos coletivos sociais.

J. M. B. - *Parece que a Venezuela se distancia de outros países latino-americanos que estão incorporando o modelo de proposta curricular baseada na Reforma Espanhola... Como definiria essas políticas reformistas na América Latina?*

R. L. - A Reforma Venezuelana tomou da Reforma Espanhola os temas transversais, o construtivismo, o projeto pedagógico de centro e aula... Agora, a escola bolivariana está tentando um outro desenho curricular com a finalidade de proceder a uma reforma integral do sistema. Quer-se partir de bases concretas, tanto da experiência da escola bolivariana como dos resultados da avaliação da Reforma iniciada em 1996.

“Creio que o importante é que a América Latina leve em conta a sua unidade, porém com diversidade”.

J. M. B. - *Por que a Reforma Espanhola tem influenciado tanto os sistemas educativos latino-americanos?*

R. L. - Creio que tem muito a ver com as políticas de globalização e, em primeiro lugar, com a relação histórica que temos com a Espanha, nossa “-pátria-mãe”.

Os governos têm visto uma possibili-

dade de cooperação econômica, social e inclusive política com a Espanha. Essa reorientação, na Argentina, no Brasil, no México e no Chile integra a política de globalização que tenta homogeneizar um único discurso educativo para a América Latina. Creio que isso é muito ruim para nossos povos, porque o importante é que a América Latina se perceba em sua unidade, porém com diversidade, que a identidade cultural latino-americana tenha sua própria expressão e não se descentralize.

J. M. B. - *Você tem estudado e conhece bem o sistema educacional cubano. Quais são os resultados que destacaria neste modelo?*

R. L. - Em 1998, um diagnóstico sobre a América Latina do Laboratório Educativo da UNESCO mostrou resultados surpreendentes. No rendimento educacional de linguagem e escrita, Cuba ocupou o primeiro lugar, muito à frente de outros países como a Argentina, Brasil, México e Chile. Esses resultados demonstram que Cuba, que já erradicou o analfabetismo e dispõe de uma educação permanente e de uma educação socializada que forma o indivíduo para a vida e não só para o trabalho, é o país mais adiantado em matéria de educação da América Latina.

J. M. B. - *Sobre o sistema da Nicarágua você também escreveu um interessante livro.*

R. L. - No livro “Ditadura na Nicarágua, Ditadura, Revolução, Neoliberalismo e Educação” expressei a articulação entre esses quatro processos, porque a Nicarágua viveu uma etapa dura de ditadura desde o seu processo histórico, e logo passa por um processo revolucionário “*sui generis*”, com a incorporação do pensamento sandinista. Analisou-se as profundas diferenças do sandinismo em relação ao modelo neoliberal e expressaram-se os efeitos dessa dicotomia. O sandinismo, no âmbito cultural e educativo, expressava toda a diversidade cultural desse país e

desenhou um projeto educativo cultural que respeitava o caráter multiétnico da Nicarágua, inclusive o processo de alfabetização se deu, respeitando as línguas do país.

Com o regime sandinista, chegou-se a um processo de alfabetização de quase 88%. Agora se retrocedeu, e o analfabetismo ocupa, hoje, mais de 30% da população. São exemplos de como o projeto neoliberal colocou por terra as conquistas sociais e educativas do modelo sociopolítico sandinista.

J. M. B. - *Como você vê a Universidade e os Intelectuais na nova formação da consciência social e educativa latino-americana?*

R. L. - Eu tive a oportunidade de ser professor visitante na Universidade Central do Equador, em Quito, e ali se vive uma efervescência social importante. Estão dando uma resposta singular aos seus problemas, fazem propostas na rua sobre como orientar o país frente à agressão do projeto neoliberal. Existe um grupo de universidades latino-americanas que constituem a reserva moral para um processo de mudança e de transformação em nossos países, e o professor universitário tomou consciência do seu papel como ator fundamental nesse processo de transformação e mudança social.

J. M. B. - *Este processo se estende a toda a América Latina?*

R. L. - Na Universidade Argentina, observa-se outra orientação. O professor universitário percebe os problemas políticos e sociais, o cotidiano dos problemas em seu entorno, e é um professor comprometido para a luta e a organização na rua, na universidade, para as mudanças sociais.

Por outro lado, o protagonismo do professor da Universidade de San Salvador se manifesta em sua posição de vanguarda frente à situação sociopolítica do país e na Venezuela o papel dos universitários foi fundamental para a ascensão de Chávez ao poder. Os uni-

versitários participaram da política do governo e estão dando uma nova orientação à plataforma social e política.

J. M. B. - *Adivinho o seu otimismo nesse particular...*

R. L. - Vejo os universitários na América Latina com grande alento, com grande esperança, porque estão colaborando ativamente para o fortalecimento da consciência e participam nos processos de mudanças e transformações sociais. São autênticos intelectuais orgânicos, como diria Antônio Gramsci, porque escrevem e expressam o seu mal-estar ante às graves contradições que percebem.

J. M. B. - *Tem pensado na possibilidade de ampliar o raio de ação da AELAC além da América Latina?*

R. L. - Creio que é importante que nossa organização, que agora está presente em 19 países, se aproxime dos educadores da Espanha e Portugal. Os laços históricos, culturais e políticos têm de impulsionar essa aproximação porque possuímos perspectivas muito próximas da problemática educativa podendo, portanto, confrontar nossas análises pedagógicas, sociais e culturais. Creio que é necessário e urgente que saudemos a possibilidade de aproximação da AELAC com os movimentos de educadores críticos da Espanha, que estudemos as possibilidades de cooperar em publicações conjuntas e de intercambiar experiências para criar uma rede comprometida e forte.

J. M. B. - *Que é AELAC?*

R. L. - A Associação de Educadores da América Latina e Caribe (AELAC) agrupa instituições e educadores de 19 países latino-americanos interessados em estudos e solução de seus problemas educativos e culturais. A AELAC se constituiu no Congresso Pedagogia'90 e sua sede permanente é em Havana.

Os principais objetivos da AELAC são:

- Contribuir para a integração da

América Latina e Caribe por meio de educação;

- Defender os sistemas pedagógicos de cada região que contribuam para a preservação de uma identidade cultural;

- Trabalhar intensamente em favor das meninas e meninos e dos educadores;

- Propiciar que docentes e investigadores se organizem em grupos de intercâmbio de experiências pedagógicas;

- Participar, junto com os Sindicatos, particularmente daqueles formados por educadores, da luta pela educação pública e gratuita para todos em todos os níveis.

- Estimular a realização de investigações pedagógicas entre os países da região.

Nota:

1. Essa entrevista foi realizada pelo Professor Jaime Martínez Bonafé, professor de Didática e Organização Escolar da Universidade de Valença (Espanha) para a Revista Cuadernos de Pedagogia, nº 305 (setembro de 2001), sendo as transcrições feitas por Dolo Molina e editada por Rafa Miralles.

Foi autorizada a reprodução total na revista Universidade e Sociedade, pelo próprio autor.

2. Tradução: Maria da Graça N. Bollmann - 1ª Vice-Presidente Regional Sul do ANDES-SN

Perfil Bibliográfico

* **Ronaldo J. Laréz** é professor titular da Universidade Pedagógica Experimental Libertador da Venezuela. Foi professor visitante nos seguintes locais: Universidade Central e Pontificia Universidade Salesiana de Cuenca (Equador), Universidade de Cuzco (Peru), Universidade Pedagógica de Honduras e México.

Em 1990, obteve o Prêmio Internacional de Pedagogia 90, outorgado pelo governo de Cuba. É membro do Conselho Científico do Instituto Pedagógico Latinoamericano e Caribenho (IPLAC) com sede em Havana e dirige a revista pedagógica e internacional *"Encrucijada Educativa"*. É autor, entre outros trabalhos, de: *"Dependência Econômica e Identidade Cultural da América Latina"*, *"Cuba um Perfil de Nação Assediada"* e *"Educação e Crise Cultural na América Latina"*.



A lei contra a justiça

um mal-estar na cultura brasileira

Morgado, Maria Aparecida. Editora: Plano, Brasília. 2001. 175p.



Por Roberto Boaventura da Silva Sá *

Longo após a veiculação de denúncias de espionagens, semelhantes às que eram feitas durante a ditadura militar, por parte do Exército brasileiro, que chegara a sugerir em suas cartilhas a possibilidade de “arranhar direitos civis” e, até, se necessário, “eliminar” líderes ligados a movimentos populares, principalmente ao MST, a prof^a. Maria Aparecida Morgado, doutora da pós-graduação em Educação da UFMT, lançou, em São Paulo, no final de 2001, seu livro *A lei contra a justiça - um mal-estar na cultura brasileira*.

Resultado de sua tese de doutoramento em Psicologia Social, defendida em 1997, na PUC-SP, a professora Morgado proporciona um texto, absolutamente interdisciplinar, que, antes de tudo, provoca, numa perspectiva am-

pla, um qualificado debate político sobre determinantes facetas da cultura brasileira. Em nível mais restrito, pode contribuir com discussões localizadas, como a proliferação despolitizada de convênios de reitorias de universidades públicas com Polícias Militares estaduais para segurança dos campi universitários; fato que, por si, deveria causar, no mínimo, repulsa veemente. Contudo, tais convênios vêm ocorrendo com a omissão generalizada.

Mas não é apenas o fato de debater aspectos de nossa cultura que lhe dá a oportunidade de produzir e publicar um texto original e inquietante. Isto ocorre porque, um pouco na esteira do país de Macunaima, aquele “herói” marioandradino sem nenhum caráter, partindo de pressupostos teóricos da psicanálise freudiana, a autora tem a coragem acadêmica de apontar e sustentar a presença concreta de um verdadeiro mal-estar nessa cultura; ou seja, por meio de processos identificatórios, que se dão ora com as vítimas, ora com os agressores, entrelaçando fatores socioculturais com psicológicos, mas universalizantes, problematiza aprovações populares de execuções civis realizadas por policiais militares em nosso país.

As manifestações públicas de aprovações a assassinatos cometidos pela

PM, para a escritora, são resultados "...da predominância da vertente do superego, regida por processos psíquicos primários, sobre a vertente edipiana, regida por processos psíquicos secundários" (p. 167). Daí percebe que a nossa cultura, sendo por vezes despótica, por vezes permissiva, impossibilita a interdição das descargas destrutivas, conforme preceitos extensivos à coletividade. Como o arcabouço legal não é aplicado universalmente, conclui que a interdição e a transgressão sempre estão vinculadas, na dinâmica da arbitrariedade, às conveniências de interesses restritos; o que encaminha à personalização da lei, que, por sua vez, acaba se opondo à própria justiça.

Para sustentar seu trabalho, Morgado elege discursos produzidos e reproduzidos na mídia local sobre o assassinato do jovem da classe média Christian Eduardo Tupiná, 18 anos, filho único da professora universitária Heloísa Marques

Tupiná, ocorrido, em 30 de maio de 1991 em Cuiabá-MT, e na mídia nacional, em torno do massacre dos 111 detentos do Carandiru, ocorrido em outubro de 1992 em São Paulo.

Na estrutura, o livro encontra-se dividido em três partes, distribuídas em seis capítulos, possibilitando à professora aprofundar discussões, no início, sobre as relações de cum-

plicidade entre o Estado e a sociedade civil. Antes, porém, preludiado por uma epígrafe simplesmente poética, extraída de Guimarães Rosa - "Sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo" -, faz um pertinente resgate histórico da polícia e o Estado brasileiro. Localiza sua origem em 1831, buscando reprimir os movimentos populares que se opunham ao status quo vigente da época até chegar às suas ações mais atuais.

Nesse resgate, os comentários sobre a atuação da polícia política no período ditatorial, iniciado com o golpe de Estado em 1964, são de extrema importância, pois aquele momento da história brasileira permanece dando a tônica de continuidade a muitas das ações policiais, mesmo após o que se convencionou chamar, na superficialidade de algumas análises conjunturais, de abertura política no Brasil.

Ainda nessa etapa do livro, Morgado expõe também o papel das instituições estatais e das autoridades constituídas. Faz o mesmo em relação à atuação dos meios de comunicação. É claro que os programas televisivos do tipo "Cadeia Neles", "Cidade Alerta" são lembrados e, naturalmente, refutados, por apresentarem uma formatação que contribui na propagação e solidificação de desrespeitos elementares a direitos humanos.

Entretanto, não são apenas esses espaços da mídia os abordados. O leque é bem mais amplo, abrangendo de manchetes de jornais, reportagens de revistas e artigos assinados a cartas enviadas a diferentes redações de meios e veículos; de tal forma que fica difícil qualquer reparo à sua mostra. Como também não são fáceis observações que não sejam positivas quanto à metodologia utilizada, bem como à aplicação do quadro teórico. Pode, quan-

do muito, possibilitar alguma dificuldade pontual, principalmente na terceira parte, ao leitor pouco acostumado com textos da psicanálise.

Todavia, se esse mesmo leitor tiver clareza da dinâmica da sociedade brasileira, inserido aí, com destaque, o papel dos media, essas dificuldades tendem a ser minimizadas, seja pela curiosidade da teorização aplicada, seja pelo grau de didatismo do texto como um todo, mas com especial destaque ao da segunda parte, na qual descreve, com riqueza de detalhes, ambos os fatos escolhidos para o trabalho.

Também e nessa parte do livro que se encontra uma das centralidades de sua problematização: mostrar justamente o mal-estar em nossa cultura toda vez que ocorrem aprovações civis às barbáries cometidas por policiais militares. E esse mal-estar acentua-se na comprovação de que tais manifestações não têm delimitação de classes sociais, dentro deste perverso sistema capitalista, podendo, pois, virem inclusive das camadas historicamente oprimidas; fato que se torna em verdadeiras cruces a serem carregadas no dia-a-dia na terra dos brasis e dos fuzis.

* **Roberto Boaventura da Silva Sá** é professor de Literatura Brasileira da UFMT-Universidade Federal do Mato Grosso e doutorando em Jornalismo pela ECA/USP-Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo..

Trabalhadores em luta: cenas da democracia brasileira nas ruas.

Por Antônio Ponciano Bezerra

Fotos: Daniel Garcia, Arquivo ANDES e Folha Imagem

Experimentamos, por algum tempo, a ilusão de que o Brasil estava livre das marcas mais profundas da repressão, da violência e dos conflitos policiais contra a população civil. No entanto, as imagens deste ensaio espantam e causam pânico ao dar visibilidade social da repressão, na praça pública, aos movimentos sociais organizados do país.

A repressão ordinária é protagonizada, de maneira espetacular, por policiais civis e militares que reassumem, escandalosamente, os seus lugares de exercício de força para inibir as massas em atos de mobilização social. Os episódios públicos de insatisfação política do povo, o desespero aberto dos excluídos, dos injustiçados, dos explorados, todos captados pela câmera fotográfica, revelam a tolerância do poder e as tendências da democracia brasileira nas ruas de nossas metrópoles.

As cenas de repressão e violência, envolvendo agentes policiais, aliás, uma herança maldita das últimas décadas em estreita conexão com a política de segurança da ditadura militar, não se restringem a quadros isolados ou alvos específicos e direcionados. A brutalidade policial irrompe, no coração das metrópoles, contra a população civil ou contra a agenda do cidadão comum, dos representantes do poder político, da sociedade civil e se estende até as manifestações pacíficas organizadas pelo meio acadêmico.

Mais que um mero registro de ocorrências, estas imagens nos dão a anatomia da repressão policial brasileira em consonância com o que nos permitem no campo das liberdades democráticas da nação. As ruas, os largos, as avenidas e as praças públicas são (ou se

tornam) lugares de convergência de figuras (atores sociais), mais imediatamente ligados aos diferentes segmentos do trabalho, nos diversos espaços das grandes cidades, mas também se apresentam como campo do terror policial e de delitos cometidos a militantes das lutas sociais e políticas.

As fortes imagens veiculadas pelas fotos apuram a violência que se manifesta e é simbolizada de diferentes formas, em cada perfil da repressão policial no Brasil e na cultura contemporânea.

A seqüência de fotos, portanto, enquadra as relações entre espaço urbano público, democracia e sujeitos sociais, quando atravessadas pelo espetáculo policial cuja repressão eclode como realidade alheia e hostil à realização mais plena das tentativas de livre arbítrio da sociedade em todos os níveis e como ameaças à convivência pública e democrática. O intenso policiamento da vida e das ações do homem cidadão delimita as suas possibilidades de agir, deixa-o acuado, pois a polícia circula entre a multidão portando armas de fogo poderosas - a qualquer momento - podem ser sacadas e disparadas - às vezes - por necessidade - quase sempre - por equívoco ou fúria.

As manifestações populares que ganham as ruas, representam, de algum modo, uma espécie de "síndrome de esperança", uma versão antecipada do desespero agudo, da infelicidade, da descrença absoluta no poder público. Essa síndrome subverte mesmo a vida do homem e se faz acompanhar de uma desvalorização do próprio ato de viver para se mergulhar nas teias da sobrevivência.



Marcha da Educação



**Aparato de vigilância
para intimidação dos manifestantes**



**A carga da cavalaria: policiais em
ação reprimem manifestantes**



Cruzada policial: "não avancem que eu atiro"

Daniel Garcia

- "Sou professora de seus filhos"
- Cumprimos a ordem.



Folha Imagem



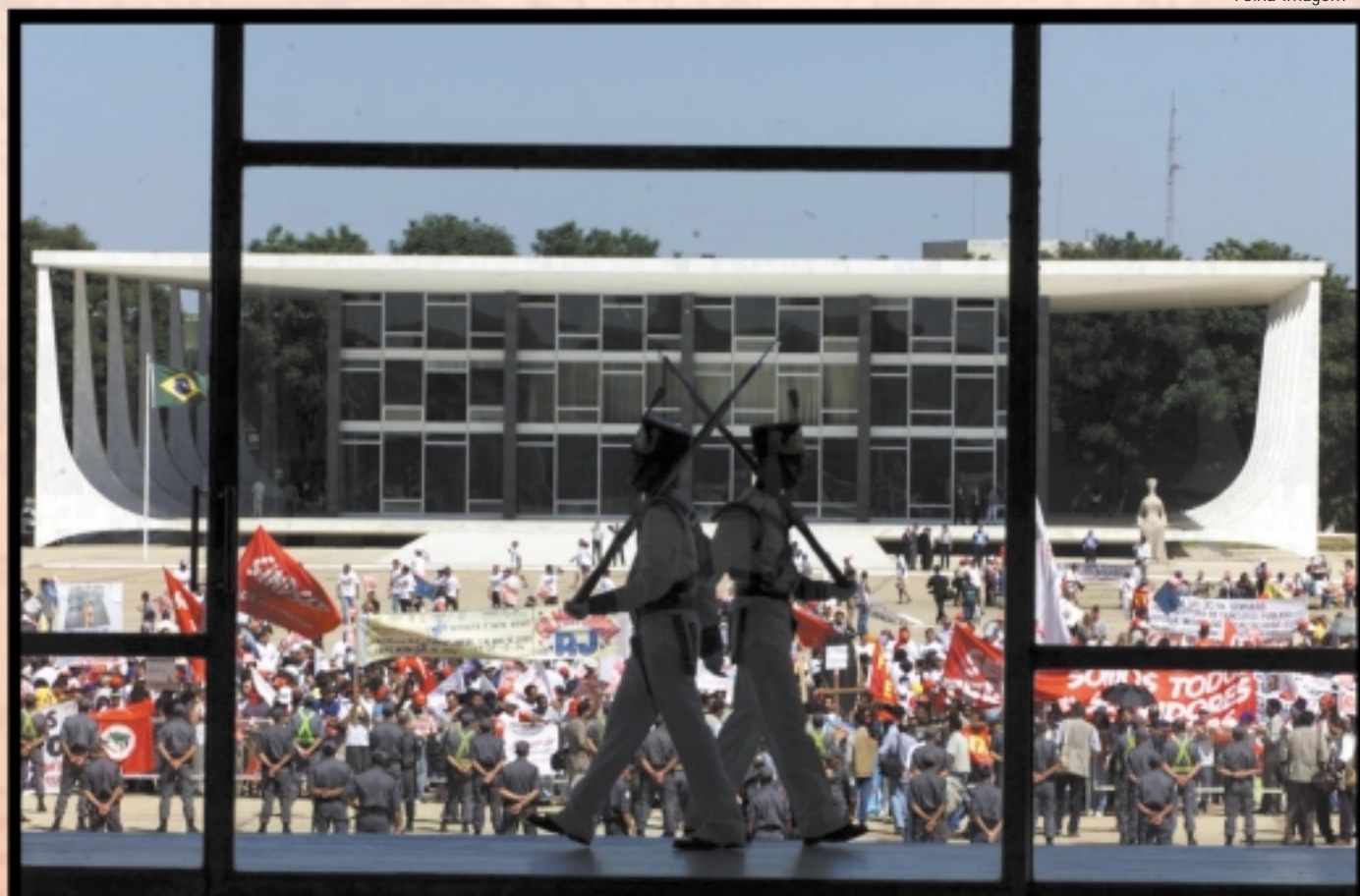
Vão passar sobre meu cadáver?

Arquivo ANDES-SN

Policiais civis e militares
trancando uma vítima
na mala de um veículo



A polícia transforma
uma passeata em praça de guerra



Lar doce lar - a segurança do imperador

DIRETORIA DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN BIÊNIO 2000 - 2002

PRESIDENTE: Roberto Leher - ADUFRJ S.Sind

1º VICE-PRESIDENTE: Fernando Molinos Pires Filho - ADUFRGS S. Sind

2º VICE-PRESIDENTE: Maria Lia Silva e Reis - ADUCSal S.Sind

3º VICE-PRESIDENTE: Marina Barbosa Pinto - ADUFF S. Sind

SECRETÁRIO GERAL: Edmundo Fernandes Dias - ADUNICAMP

1º SECRETÁRIA: Lena Lúcia Espindola Rodrigues Figueirêdo - ADUFC S.Sind

2º SECRETÁRIA: Ana Lúcia Barbosa Faria - SINDCEFET

3º SECRETÁRIA: Cláudia Gonçalves de Lima - ASDUERJ

1º TESOUREIRO: José Domingues de Godoi Filho - ADUFMAT S.Sind

2º TESOUREIRO: Antônio Luiz de Andrade - ADUNESP S.Sind

3º TESOUREIRA: Celi Zulke Taffarel - APUB S. Sind

REGIONAL NORTE

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE: Vera Lucia Jacob Chaves - ADUFPA S. Sind; 2º

VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE: Antônio José Vale da Costa - ADUA S.Sind; 1º SE-

CRETÁRIA REGIONAL NORTE: Berenice Carvalho - ADUA - S. Sind; 2º SECRETÁRIO

REGIONAL NORTE: Henrique dos Santos Pereira - ADUA S.Sind; 1º TESOUREIRA REGIO-

NAL NORTE: Solange Calcagno Galvão - ADUFPA S.Sind; 2º TESOUREIRO REGIONAL

NORTE: Arnóbio Amanajás Tocantins Neto - ADCFAP S. Sind

REGIONAL NORDESTE I

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I: Franci Gomes Cardoso - APRUMA S.Sind; 2º VI-

CE-PRESIDENTE REGIONAL NE I: Antônio de Pádua Rodrigues - ADUFPI; 1º SECRETÁ-

RIA REGIONAL NE I: Maria Dulce Souza Castelo - ADUFC S.Sind; 2º SECRETÁRIA REGIO-

NAL NE I: Silvana Martins de Araujo - APRUMA S.Sind; 1º TESOUREIRO REGIONAL NE

I: Iberê Guimarães Aguiar - ADUFC S.Sind; 2º TESOUREIRA REGIONAL NE I: Maria da

Conceição Lobato Muniz - APRUMA S.Sind

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II: Maria Elisabete de Almeida - ADUFPB-JP S.Sind;

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II: Maria Marieta dos Santos Koike - ADUFEPE

S.Sind; 1º SECRETÁRIO REGIONAL NE II: Almir Serra Martins Menezes Filho - ADURN

S.Sind; 2º SECRETÁRIO REGIONAL NE II: Geraldo Marques Carneiro - ADFURRN S.Sind;

1º TESOUREIRO REGIONAL NE II: Expedito Baracho Júnior - ADUFERPE S.Sind; 2º TE-

SOUREIRO REGIONAL NE II: Josevaldo Pessoa da Cunha - ADUFPB CG S.Sind

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III: Rui Belém de Araújo - ADUFS S.Sind; 2º VICE-

PRESIDENTE REGIONAL NE III: Maria Cristina da Rocha Mendes - ADUFAL S.Sind; 1º SE-

CRETÁRIO REGIONAL NE III: Antônio Ponciano Bezerra - ADUFS S.Sind; 2º SECRETÁRIO

REGIONAL NE III: Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior - ADUNEB S.Sind; 1º TESO-

REIRO REGIONAL NE III: João Pereira Leite - ADUCSAL S.Sind/APUB S.Sind; 2º TESO-

REIRO REGIONAL NE III: Osaná Macedo Reis - APUNI S.Sind

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE: Angela M. S. Ferreira - ASPUV S.Sind; 2º VICE-

PRESIDENTE REGIONAL LESTE: Valter Pires Pereira - ADUFES S.Sind; 1º SECRETÁRIO

REGIONAL LESTE: Jairo Justino da S. Filho - SINDCEFET-MG; 2º SECRETÁRIO REGIONAL

LESTE: Eunice Maria Godinho Morando - APESJF S.Sind; 1º TESOUREIRA REGIONAL

LESTE: Vera Lúcia Tomáz Fróes - APUBH S.Sind; 2º TESOUREIRO REGIONAL LESTE: José

Monserrat Neto - ASPESAL

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO: Cláudio Lopes Maia - ADCAC S.Sind; 2º

VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO: Fernando Mascarenhas Alves - ADUFG S.Sind;

1º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO: Marcus Jary Nascimento - ADCAC S.Sind; 2º SE-

CRETÁRIA REGIONAL PLANALTO: Nádia Maria Farias Vaz - SESDUNIANA S. Sind; 1º TE-

SOUREIRO REGIONAL PLANALTO: Alcir Horácio da Silva - ADUFG S.Sind; 2º TESOUREI-

RO REGIONAL PLANALTO: André Luiz dos Santos - ADCAJ S.Sind

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL: Carlos Roberto Sanches - ADUFMAT

S.Sind; 2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL: Mário Luiz Alves - ADourados S.

Sind; 1º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL: Sérgio Sebastião Négrí - ADUFMAT Roo

S.Sind; 2º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL: Marina Evaristo Wenceslau - ADUEMS

S.Sind; 1º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL: Carlos Alberto Costa Andrade - ADUF-

MAT S.Sind; 2º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL: Cláudio Freire de Souza -

ADourados S. Sind.

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP: José Vitorio Zago - ADUNICAMP; 2º VICE-PRESI-

DENTE REGIONAL SP: Marília Leite Washington - ADUFSCar S.Sind; 1º SECRETÁRIO

REGIONAL SP: João Zanetic - ADUSP S.Sind; 2º SECRETÁRIA REGIONAL SP: Giane

Sant Ana Alves de Oliveira - ADUNIMEP S.Sind; 1º TESOUREIRA REGIONAL SP: Rose-

marie Andreaza - ADEPM; 2º TESOUREIRO REGIONAL SP: Vandei Pinto da Silva -

ADUNESP S. Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ: Marcelo Badaró Mattos - ADUFF S.Sind; 2º VICE-

PRESIDENTE REGIONAL RJ: Maria Cristina Miranda da Silva - ADUFRJ S. Sind; 1º SECRETÁRIA

REGIONAL RJ: Gelta Terezinha Ramos Xavier - ADUFF S.Sind; 2º SECRETÁRIO REGIONAL RJ:

José Eustáchio Bruno - ASDUERJ; 1º TESOUREIRO REGIONAL RJ: Frederico José Falcão -

ADUR RJ S. Sind; 2º TESOUREIRO REGIONAL RJ: Delson Lima Filho - ADUR RJ S.Sind

REGIONAL SUL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL: Maria da Graça Nóbrega Bollmann - APUFSC

S.Sind; 2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL: Luiz Allan Kunzle - SINDOCFET PR S.

Sind; 1º SECRETÁRIA REGIONAL SUL: Maria Suely Soares Leonart - APUFPR S.Sind; 2º

SECRETÁRIO REGIONAL SUL: Fábio Luiz Lopes da Silva - APUFSC S.Sind; 1º TESOUREI-

RO REGIONAL SUL: João Francisco Ricardo Kastner Negrão - APUFPR S. Sind; 2º TE-

SOUREIRO REGIONAL SUL: Adelino Carlos Maccarini - SINDOCFET PR/Pato Branco

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS: Luiz Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPEL S.Sind; 2º

VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS: Adriano Severo Figueiró - SEDUFMS S.Sind; 1º SECRE-

TÁRIO REGIONAL RS: Luis Fernando Minasi - APROFURG S.Sind; 2º SECRETÁRIA REGIO-

NAL RS: Laura Souza Fonseca - ADUFRGS - S.Sind; 1º TESOUREIRO REGIONAL RS: Fer-

nando Rosa Nascimento - ADUFRGS S.Sind; 2º TESOUREIRA REGIONAL RS: Elaine da

Silva Neves - ADUFPEL S.Sind

SEDE

Campus da UnB - Caixa Postal 04470, CEP: 70919-970, Brasília - DF - Brasil. - Fones:

55-61-347-2028; FAX: 55-61-274-3303; e-mail Geral: andes-sn@andes.org.br; Secreta-

ria: secretaria@andes.org.br; Agência de Notícias: andesnac@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE: Av. Augusto Correia, nº 1 - Guamá, Campus Universitá-

rio da UFPA - Setor de Recreações - Altos - Caixa Postal 8603 - CEP. 66075-110 - Belém - PA;

e-mail: reg-norteandes@uol.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Juvenal Galeano, 334 -salas 1-3, Benfica - CEP. 60015-340, Fortaleza-CE - FONE:

(85) 283-8751 - e-mail: andesne1@secre1.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Quarenta e Oito, 76 1º andar Apt. 03 - Espinheiro, CEP: 52020-060 - RECIFE - PE

- FONE/FAX: (81) 3426-8451 - e-mail: andesne2@zaz.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Presidente Vargas, 60, Sala 211/Center - CEP. 40146-900 - SALVADOR - BA FONE/

FAX: (71) 264-3164 - FONE: (71) 264-2955

e-mail: andesvprne3@bahianet.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Rua Patrocínio, 305 - Bairro Carlos Prates - CEP. 30710-140 - BELO HORIZONTE - MG

FONE: (31) 3226-4752 - FAX: (31) 3273-7304; e-mail: regleste@bhnet.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Rua 256 Q. 113 Lote 14 - Setor Universitário - CEP. 74610-200 - GOIÂNIA - GO

FONE: (62) 202-2044 - e-mail: andesrp@terra.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Av. Alziro Zarur, 338 Sala 03 - CEP. 78068-365 - CUIABÁ - MT

FONE/FAX: (65) 322-5484; e-mail: andesvpr@terra.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

AV. Prof. Luciano Gualberto, Trav. "J" 374 - Prédio Antiga - Reitoria, sala ADUSP, Cidade

Universitária - CEP. 05508-900 - SÃO PAULO - SP - FAX: (11) 3814-9321 - FONE - (11)

3818-4465 (11) 3818-4466 (011) 3813-5573; e-mail: andes.sp@adusp.org.br

ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Praça Rio Branco, 277, Sala 1306 - Centro - CEP. 20047-900 - RIO DE JANEIRO - RJ - FONE/

FAX: (21) 532-7644 - e-mail: andesrj@domain.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Praça Rui Barbosa nº 827, Conj, 215 - Centro - CEP. 80010-030 - CURITIBA - PR - FONE/

FAX: (41) 324-3719 - e-mail: andesregsul@milenio.com.br

ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Rua Gonçalves Chaves, 862, Apt. 104 - CEP. 96015-560 - PELOTAS - RS

FONE/FAX: (53) 225-7009 - FONE: (053) 225-5225 - e-mail: andes.gaucho@terra.com.br

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

Contribuições para a próxima edição:

Enviar por email para andes.sp@adusp.org.br, contendo, no máximo, 15.000 caracteres, (10 laudas), com notas no final do texto e referências bibliográficas conforme normas da ABNT.

ATENÇÃO: Todas as citações devem ser traduzidas para a língua portuguesa, notas e bibliografia curtas, no máximo 10(dez) referências e todas no final do texto. Os títulos devem ser curtos e o texto submetido a uma revisão vernacular. Constar um mini-curriculum do autor, no máximo 10 (dez) linhas, com telefones para contato, endereço de domicílio para remessa das revistas, e de email, para contatos dos editores e leitores.

Objetivos de Universidade e Sociedade:

1. Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da Universidade, sistemas de ensino, relação entre Universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho, etc.
2. Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando a instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática.
3. Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de ensino, cultura, artes, ciência e tecnologia.
4. Possibilitar a divulgação das lutas, os esforços de organização e as realizações da ANDES-SN.
5. Permitir a troca de experiências, espaço de reflexão e discussão crítica favorecendo a integração dos docentes.
6. Oferecer espaço à apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando a integração e a conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Assine "Universidade e Sociedade"

Bibliotecas:

- a) públicas: recebem a revista em doação bastando solicitar por carta ou fax.
- b) de instituições particulares: podem receber a revista em permuta ou como assinantes especiais: R\$ 21,00 anuais.

Assinaturas:

- a) não associados: R\$30,00 anuais(3 edições)
- b) professores associados ao ANDES-SN: R\$ 21,00 anuais.

Distribuidores:

Associações de Docentes, Instituições sindicais ou universitárias, livrarias ou bancas,: R\$ 7,00 por exemplar.

Números Avulsos: R\$ 10,00 cada.

Cupom para pedido de assinaturas e ou números avulsos

Preencha e envie para ANDES-SN, escritório regional São Paulo: Av. Prof. Luciano Gualberto, trav.J, 374, prédio da antiga reitoria, sala ADUSP, Cid. Universitária, S. Paulo-SP, CEP: 05508-900, ou envie para FAX 011-38149321. Tel. 011-38135573, e-mail andes.sp@adusp.org.br

Solicito a assinatura da revista Universidade e Sociedade, anual (3 edições), por R\$ 30,00 (R\$21,00 para associados da ANDES) e/ou números avulsos que assinalo abaixo, ao preço de R\$ 10,00 (R\$7,00 p/associados) cada, totalizando este pedido em R\$_____. Anexo cheque nominal ao ANDES-SN, no valor total, ou cópia do depósito feito para ANDES-SN, no Banco do Brasil, conta 403726-X, Ag. 3603-X, cód.identificador 1303-X.

PARA PEDIR NÚMEROS AVULSOS indique ao lado de cada nº de edição a quantidade de revistas que deseja.

1*() ; 2*() ; 3*() ; 4*() ; 5*() ; 6*() ; 7*() ; 8() ; 9() ; 10() ; 11() ; 12() ; 13() ;
14() ; 15*() ; 16() ; 17() ; 18() ; 19() ; 20() ; 21() ; 22() ; 23() ; 24() ; 25()

NOME:.....

ENDEREÇO.....Nº..... CASA/APTO. Nº.....

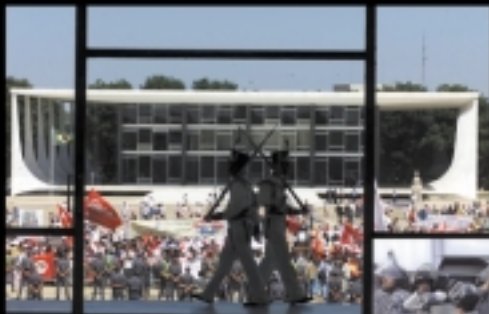
BAIRRO.....CIDADE.....ESTADO..... CEP:.....

TELEFONE..... E-MAIL.....

FAX..... PROFISSÃO..... SE

PROFESSOR(a), informe a instituição e depto. onde leciona).....

* Edições esgotadas: serão fornecidas em cópias xerográficas.



**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

Filiado a CUT
Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições
de Ensino Superior
ENSINO PÚBLICO E GRATUITO:
direito de todos, dever do Estado